

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Os Jogos Olímpicos como Instrumento de Planeamento Urbano

Sávio Almeida Fernandes

Licenciado em Arquitectura e Urbanismo
pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo – Brasil

Dissertação submetida para satisfação parcial
dos requisitos do grau de mestre
em
Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano

Dissertação realizada sob a supervisão do
Professor Doutor Rui Braz Afonso,
do Departamento de Planeamento Urbano
da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Porto, Novembro de 2006

RESUMO

Desde tempos remotos, datas importantes ou acontecimentos históricos têm sido motivo para a execução de transformações nas cidades. Esta relação remete aos marcos fúnebres da antiguidade, aos monumentos militares do período clássico greco-romano, às praças religiosas da idade média, e às exposições universais da revolução industrial.

No entanto, após a década de 1990 os denominados grandes eventos passaram a constar no repertório de instrumentos disponíveis para impulsionar intervenções urbanas de grande impacto. Generalizou-se o interesse, por parte das administrações municipais, em fazer uso deste instrumento em suas próprias cidades, e os grandes eventos conseguiram status de gerador de soluções únicas para as variadas problemáticas acumuladas pelas cidades, principalmente durante estes dois últimos séculos.

Dentre os considerados grandes eventos, os que conseguem maior alcance na media mundial, e que figura como o mais importante e desejado deles, são os Jogos Olímpicos. O número de cidades que demonstram interesse em receber o evento olímpico sofre uma ascensão, principalmente desde a década de 1980. No entanto, em paralelo ao aumento do número de cidades interessadas, também cresce o tamanho do evento, e a quantidade de exigências feitas para garantir a qualidade da execução dos Jogos.

Consequentemente, o preço cobrado pela oportunidade de utilizar as Olimpíadas como motor do desenvolvimento urbano em uma cidade é muito extenso, tanto em verba, como também em trabalho, o que colabora com o crescimento, dentro das cidades candidatas, de movimentos populares contrários a receber o evento olímpico.

Conseguir executar um projecto olímpico que consiga explorar as suas melhores variantes dentre todas as orientações possíveis é o objectivo de todos os que conseguem envolver-se neste processo, e passa pela análise de métodos de maximização dos impactos positivos e minimização das consequências negativas, tendo-se em referência o contexto de aplicação das intervenções.

A análise da extensa bibliografia e dos casos de estudo coloca-se neste trabalho como método para extracção de práticas positivas para os processos de planeamento e execução dos Jogos Olímpicos no futuro, e também para trazer maior ciência para as cidades que publicamente expressam seu interesse em ser sede deste enorme evento, acerca de certas consequências e responsabilidades indissociáveis a ele, que precisam ser consideradas em uma preliminar análise custo-benefício.

Através de um processo mais claro, ficam mais próximo os objectivos da cidade e também do Comité Olímpico Internacional, de fazer dos Jogos um momento de transformação memorável e positiva, tanto para o evento como para a população da cidade anfitriã.

ABSTRACT

From past times, important dates or historic happenings have been motive for carrying out transformations in cities. This relation calls back to death marks of Antiquity, military monuments in the Greek-Roman period, religious squares in Middle Age, and international exhibitions during Industrial Revolution.

After the 1990s, the so-called great events became part of the repertory of available tools for starting great impact urban interventions. The interest in using these tools became common among city governments, and great events ended up achieving the status of generators of unique solutions for various problems gathered by cities, especially over the last two centuries.

Among the so-called great events, the one that has a more extensive reach in world media and that stands out as the most important and desired of them are the Olympic Games. The number of cities that show interest in receiving the Olympic event has been increasing since the 1980s. However, the size of the event and the amount of demands made to guarantee the quality of the fulfillment of the games grow parallel to the increasing number of interested cities.

Consequently, the opportunity to use the Olympiads as an engine for urban development in a city is highly charged, in money as well as in labor. That produces, inside the candidate cities, the growth of movements and protests against hosting the Olympic event.

Being able to come up with an Olympic project that can explore the best variables among all other possible orientations is the objective of everyone involved in this process. And it goes through the analysis of methods for maximizing positive impacts and minimizing negative consequences, within the context of application of the interventions.

The analysis of a vast bibliography and of study cases is, in this work, a method for extracting positive practices for the process of planning and executing the Olympic games in the future. It is also a method for bringing the cities that publicly express their interest in being the location of this enormous event a bigger knowledge about certain consequences and responsibilities inherent to it, that need to be considered in a previous cost-benefit evaluation.

It's easier, through a clearer process, to reach the candidate cities' and also the International Olympic Committee's objectives of making the Games a moment of memorable and positive change for the event as well as for the population of the hosting city.

AGRADECIMENTOS

Na tentativa de trilhar este caminho rumo ao crescimento pessoal e vencer os desafios colocados em minha frente, algumas pessoas estenderam as mãos em meu auxílio, e ampararam meus passos. A elas, gostaria de expressar meu profundo agradecimento.

Primeiramente, ao meu Orientador, Prof. Dr. Rui Braz Afonso, por ter comprado o desafio de desenvolver um tema tão diverso dos temas tradicionais e conseguir transformá-lo em uma tese de mestrado.

À Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, FEUP, Departamento de Planeamento do Ambiente e do Território, através de seus professores e funcionários, pelo conhecimento concedido, pela infra-estrutura oferecida e pela toda a presteza e vontade de ajudar a resolver as dificuldades que se colocaram em meu caminho. Em especial, agradeço toda a ajuda prestada pela Sra. Ana Sousa e pelo Sr. Manuel Guimarães, sempre disponíveis no auxílio em transpor algumas das barreiras que o estudo e a vida colocaram à minha frente.

À Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, minha tão saudosa faculdade, que construiu o profissional que sou hoje, e de forma tão sedutora ofereceu-me todo o conhecimento que disponho, com métodos tão aliantes que me fazem desejar ainda lá estar.

Ao Centro de Estudos Olímpicos, e à Universidade Autónoma de Barcelona, por estarem sempre dispostas à responder às minhas perguntas, em elucidar minhas dúvidas e alimentar meu trabalho com tantos dados e informações. Igualmente, agradeço à Fundação Barcelona Olímpica, pela ajuda na minha pesquisa.

Ao Centro OMERO (Olympics and Mega Events Research Observatory), à Universidade de Turim, e ao Instituto Politécnico de Turim pelo conhecimento oferecido através de suas publicações, assim como em suas instalações. Ao Departamento de Urbanística e Território da Faculdade de Arquitectura do Instituto Politécnico de Turim, pela extrema vontade em ajudar na tarefa de entender a realidade de uma cidade, ainda tão nova para mim, em tão pouco tempo.

Ao TOROC (Comité Organizador de Turim), à Agência Turim, à Associação Turim Internacional, assim como à Fundação Torino Incontra, pelo interesse, a paciência e a oferta de elementos importantíssimos para constituir o apoio bibliográfico deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Stephen Essex, do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade de Plymouth, e ao Prof. Dr. Chito Guala, da Faculdade de Ciência Política de Universidade de Turim, pelo grande

auxílio, também pelo saber compartilhado comigo, que rendeu muitas informações preciosas para a elaboração deste projecto.

Ao Comité Olímpico Brasileiro, ao Comité Organizador do Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007 (CO-RIO) e à Prefeitura do Rio de Janeiro pela grande oportunidade de compartilhar seus conhecimentos, suas experiências, e suas informações, que muito contribuíram para a construção do meu repertório de conhecimentos. E, desde sempre, coloco aqui o grande desejo de que o futuro guarde para nós caminhos muito próximos, para que possa retribuir toda a ajuda a mim prestada.

Aos meus colegas de mestrado André Luís Pinto, Pedro Móia, Ricardo Oliveira e Vânia Carvalho, que sempre souberam acender uma luz para ser minha guia quando a escuridão parecia cobrir meus caminhos. Muito obrigado pelo pronto auxílio, tanto nas actividades académicas como também nos desafios da vida. Também agradeço às amigas Michele Viterbo e Joana Neto, pois a convivência por vocês oferecida é a melhor recompensa por mim conseguida neste desafio em terras estranhas, e a certeza da solidez destes laços é o melhor presente que posso ter dentre as minhas malas, em meu retorno para casa.

E, finalmente, a todos aqueles que, mesmo do outro lado do Oceano Atlântico, conseguiram apoiar-me durante esta jornada. Aos meus amigos, espalhados em todos os lugares por onde tive o privilégio de passar.

Por último, mas principalmente, gostaria de agradecer à minha família, por toda a ajuda e o apoio financeiro e emocional que ofereceram a mim durante toda a minha vida. Muito obrigado, Dolores Martins de Almeida, Carla Almeida Fernandes, Carlos José Fernandes e Maria Adiene Almeida Fernandes, por todo o auxílio para vencer esta batalha, e, principalmente, por toda a ajuda para realizar este sonho.

ÍNDICE

CAPA	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
AGRADECIMENTOS	vii
INDICE	ix
INDICE DE QUADROS E GRAVURAS	xv
INTRODUÇÃO	001
CAPÍTULO I	
Enquadramento	007
1.1 O capitalismo industrial e seus desdobramentos	007
1.2 A globalização e a nova geometria económica urbana	009
1.3 Os grandes eventos como instrumentos para a valorização urbana na economia globalizada	013
1.4 Breve histórico dos grandes eventos	019
CAPÍTULO II	
As Olimpíadas, o Comité Olímpico Internacional e suas exigências	025
2.1 O Comité Olímpico Internacional	025
2.1.1 O Olimpismo	028
2.1.2 O Comité Olímpico Internacional e a questão ambiental	030
2.1.2.1 A Agenda 21 do Movimento Olímpico, e o Conceito de Sustentabilidade	034
2.2 O evento olímpico e suas imposições sobre as cidades-sede	040
2.2.1 Acessibilidade e mobilidade	042
2.2.2.1 Medidas de acessibilidade	043
2.2.1.1.1 Sistema aeroportuário	043
2.2.1.1.2 Acesso por via terrestre: sistemas ferroviário e rodoviário de transporte.....	044
2.2.1.1.3 Acesso por via aquática: sistema de transporte portuário	045
2.2.1.2 Medidas de mobilidade	046
2.2.1.2.1 Sistema viário	046
2.2.1.2.2 Rede de transportes públicos	048

2.2.1.2.3 Infra-estrutura de estacionamento urbano	050
2.2.2 Parque edificado	052
2.2.2.1 Instalações desportivas	053
2.2.2.2 Infra-estruturas de alojamento	056
2.2.2.2.1 Vila Olímpica	058
2.2.2.2.2 Centros de media, telecomunicações e transmissão	065
2.2.3 Serviços	066
2.2.3.1 Sector hoteleiro	067
2.2.3.2 Serviços de entretenimento e atracções turísticas	068
2.2.3.3 Sector de alimentação e restauração	068
2.2.3.4 Segurança	069
2.3 O Processo de selecção de cidades-sede: histórico e efeito acumulativo	070
2.3.1 Histórico do Processo de Selecção	072
2.3.2 Efeito acumulativo nas exigências olímpicas	078
2.4 Análise custo benefício	081
2.4.1 Os Custos relacionados com os Jogos Olímpicos	083
2.4.2 Fontes de rendimento para os Jogos Olímpicos	088
2.4.3 Benefícios gerados pela intervenção olímpica	095
2.4.4 Impactos de incidência predominantemente económica	099
2.4.5 Métodos de gestão e controlo da orientação económica	100
CAPÍTULO III	
As Especificidades olímpicas sobre o processo de planeamento urbano	105
3.1 Reflexos das problemáticas presentes no planeamento sobre o processo olímpico	108
3.2 O sistema dos actores e sua interacção dentro do processo de planeamento olímpico	122
3.2.1 A grande carga política inserida nos Jogos Olímpicos	127
3.2.2 O papel da iniciativa privada e seus meios de participação	133
3.2.3 O momento da participação no processo de planeamento olímpico	135
3.3 O efeito catalizador da intervenção olímpica sobre o desenvolvimento urbano	140

CAPÍTULO IV	
Estudos de Caso	145
4.1 CASO 1 – Jogos Olímpicos de Verão de Barcelona 1992	147
4.1.1 O histórico e a experiência barcelonesa com grandes eventos	147
4.1.2 A evolução da política urbanística em Barcelona	149
4.1.3 Precedentes à intervenção olímpica	152
4.1.4 O projecto olímpico para Barcelona 1992	155
4.1.4.1 Estratégia	155
4.1.4.2 Directrizes	155
4.1.4.3 Quatro grandes áreas de actuação directa	156
4.1.4.4 Metropolização	157
4.1.4.5 O Parque do Mar, o Porto Olímpico e a Vila Olímpica	159
4.1.4.5.1 A Vila Olímpica	162
4.1.5 Modelo organizacional, de participação e de tomada de decisões	163
4.1.5.1 Os actores e a carga política dos jogos de 1992	163
4.1.5.2 Estratégias de atracção de investimentos: participação da iniciativa privada	169
4.1.5.3 Estratégias de inclusão: programas de participação popular	170
4.1.5.4 Eleição de prioridades e adequação com a verba limitada	172
4.1.6 Pertinência entre projecto olímpico e planos estratégicos	173
4.1.6.1 Plano Geral Metropolitano de 1976	174
4.1.6.2 I Plano Estratégico Económico e Social (1988 – 1992) ou Plano Estratégico Barcelona 2000.....	176
4.1.6.3 Lista de planos relacionados com o projecto olímpico	179
4.1.7 Resultados e impactos conhecidos	179
4.1.7.1 Efeitos sobre a economia e a ascensão da cidade ao status de cidade global	179
4.1.7.2 A continuação da intervenção urbanística	184
4.1.7.2.1 Fórum Universal das Culturas Barcelona 2004	184
4.1.7.2.2 22@BCN	188
4.2 CASO 2 – Jogos Olímpicos de Inverno de Turim 2006	191

4.2.1	Precedentes	193
4.2.2	O projecto olímpico	197
4.2.2.1	Directrizes fundamentais	199
4.2.2.2	Intervenções físicas	201
4.2.3	Pertinência entre programa olímpico e planos estratégicos	203
4.2.3.1.	Plano Regulador de Turim de 1995	203
4.2.3.2	II Plano Estratégico da cidade de Turim (2000)	205
4.2.3.2	Políticas sobrepostas nas áreas de intervenção olímpica	209
4.2.3.2.1	Projecto Especial Periferia Via Arquata	209
4.2.3.2.2	Programa Urban Mirafiori Nord	210
4.2.4	Questão ambiental	211
4.2.4.1	Departamento de meio ambiente	213
4.2.4.2	Avaliação Ambiental Estratégica (VAS)	213
4.2.4.3	Avaliação de Impacto Ambiental (VIS)	214
4.2.4.4	Plano para a monitorização ambiental	215
4.2.4.5	Plano para a educação ambiental	215
4.2.5	Algumas consequências mais precoces	216
CAPÍTULO V		223
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		
5.1	Recomendações sobre a concepção do programa olímpico	226
5.1.1	Sobreposição entre agendas do plano estratégico e do evento olímpico	228
5.1.2	Estratégias comuns essenciais	229
5.2	Recomendações sobre o processo de planeamento	236
5.3	Recomendações sobre os produtos do processo	239
5.3.1	Programa olímpico	239
5.3.2	Aproveitamento das sinergias geradas	240
5.4	Continuação das intervenções	241
5.5	O papel do Comité Olímpico Internacional como agente construtor da melhoria urbana..	245
5.5.1	A questão que continua latente: gentrificação na intervenção olímpica	250

CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	263
ANEXOS	277
ANEXO FOTOGRÁFICO	287

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

1.1	Nomenclatura e hierarquia para eventos de relevância urbana	015
	Fonte: Roche, M. 2000	
1.2	Nomenclatura e hierarquia para eventos de relevância urbana	016
	Fonte: Guala, C. 2002	
1.3	Edições das Exposições Universais	020
	Fonte: Bureau International des Expositions	
1.4	Edições dos Jogos Olímpicos de Verão	023
	Fonte: Comité Olímpico Internacional	
1.5	Edições dos Jogos Olímpicos de Inverno	023
	Fonte: Comité Olímpico Internacional	
2.1	Número de candidatas para Jogos Olímpicos de Verão 1896 – 2012	073
	Fonte: Mónaco, M.S. 2001, em Essex, S. e Chalkley, B. 2002	
2.2	Número de candidatas para Jogos Olímpicos de Inverno 1924 – 2006	073
	Fonte: Mónaco, M.S. 2001, em Essex, S. e Chalkley, B. 2002	
2.3	Valor de negociação dos direitos de transmissão por edição dos Jogos Olímpicos de Verão – 1896 a 2012	089
	Fonte: Mónaco, M.S. 2001	
2.4	Valor da negociação dos direitos de transmissão por edição dos Jogos Olímpicos de Inverno – 1924 a 2010	089
	Fonte: Mónaco, M.S. 2001	
2.5	Fontes de entrada de investimento por edição dos Jogos Olímpicos	091
	Fonte: Brunet, F. 2002	
2.6	Organograma para decisões financeiras	093
	Fonte: Preuss, H. 1999	
2.7	Concentração de investimentos no evento olímpico	094
	Fonte: PREUSS – 1999	
2.8	Orientações possíveis para os recursos olímpicos	098
3.1	Incertezas para a actividade de tomada de decisão	119
	Fonte: Friend, J.K. e Hickling, A. 1989	
3.2	Incertezas na actividade de tomada de decisão em função do tempo	120
	Fonte: Friend, J.K. e Hickling, A. 1989	
3.3	Métodos de minimização das incertezas	121
	Fonte: Friend, J.K e Hickling, A. 1989	
3.4	Ciclo de Actividades para o Comité Olímpico Internacional	136
	Fonte: Dubi, C. et al, 2002	
3.5	Etapas do planeamento olímpico para a organização	138

3.6	Participação dentro do processo de planeamento olímpico	139
3.7	Etapas e competências no planeamento olímpico	139
4.1	Lista dos Grandes Eventos que tiveram lugar em Barcelona, antes e depois das Olimpíadas	149
	Fonte: Duran, P 2005	
4.2	Vendas das Unidades da Vila Olímpica de Barcelona, por ano (%)	163
	Fonte: Nova Icaria, SA. em Carbonell, J. 2005	
4.3	Actores e objectivos nos Jogos Olímpicos de Barcelona	166
	Fonte: Botella, J. 2005	
4.4	Interacção entre actores em função de seus interesses	168
	Fonte: Botella, J. 2005	
4.5	Acomodações hoteleiras em Barcelona	182
	Fonte: Duran, P 2005	
4.6	Número de visitantes e pernoites em Barcelona	183
	Fonte: Duran, P 2005	
4.7	Propósito para o pernoite	183
	Fonte: Duran, P 2005	
4.8	Número de Convenções e delegações	188
	Fonte: Duran, P 2005	
5.1	Modelo de intersecção entre agenda municipal e agenda olímpica	228
5.2	Presença de linhas estratégicas comuns na intersecção de agendas	232
5.3	Ciclos de actividades no desenvolvimento urbano associado com Jogos Olímpicos	233
5.4	Utilização do efeito catalítico dos Jogos Olímpicos	235
5.5	Participação popular e seus desdobramentos em vectores	237
5.6	O lugar da participação no processo de planeamento associado com Jogos Olímpicos	238

INTRODUÇÃO

Periodicamente o mundo é testemunha do processo de concorrência entre cidades, candidatas a receber o maior e mais importante evento desportivo conhecidos: os Jogos Olímpicos. O processo de selecção da cidade-sede de uma edição dos Jogos Olímpicos é demorado, complexo e custoso, tanto para o Comité Olímpico Internacional como também, e principalmente, para as candidatas, que usualmente despendem horas de esforço, direccionam recursos volumosos, envolvem os profissionais mais galardoados que dispõem e, em alguns casos, mobilizam a população em geral em demonstrações públicas de apoio e desejo de receber os Jogos Olímpicos.

Com isso, são sempre um contingente amplo de pessoas, trabalho e principalmente recursos, consumidos em um processo no qual os louros da vitória são destinados a uma minoria, uma só cidade, um só grupo que conseguiu seduzir o Comité Olímpico Internacional. Recursos estes que indubitavelmente fariam muita diferença na solução de problemas reais já existentes em cada uma das cidades envolvidas.

E, mesmo para a cidade ganhadora, os louros da vitória podem não ser tão interessantes assim. Afinal, um evento da magnitude de uma Olimpíada exige muitíssimo para a sua realização, em aspectos variados, que passam da infra-estrutura para as competições, para recepção e alojamento da demanda adicional de visitantes, para possibilitar o trabalho do batalhão de profissionais de comunicação e media, etc. Exigências estas que tem a perenidade da duração do evento – que no máximo dura até um mês e meio – e consomem uma quantidade de trabalho, verba e pesquisa suficientes para custear a vida normal da cidade em um período muitíssimo mais prolongado.

Mas se são tão custosos os Jogos Olímpicos, por que então existe uma concorrência tão feroz entre cidades para poder recebê-los? Por vários aspectos, alguns de fácil apreensão:

1- As Olimpíadas são um evento conhecido em escala global, com a chancela do Comité Olímpico Internacional – órgão de importância mundial, que congrega poderes representativos da actividade desportiva em todo o mundo. Teoricamente é o cume da pirâmide hierárquica da actividade desportiva, e portanto pode, através dos órgãos a ele subordinados, localizados em todo o mundo, influenciar em várias questões de plano social, económico, político e ambiental. Portanto, para uma cidade, a possibilidade de ligar seu nome ao produto Olimpíadas é algo extremamente favorável, pois atrela a cidade à referência do próprio Comité Olímpico Internacional em si.

Sair vencedora de um processo selectivo para sede de uma edição dos Jogos Olímpicos é, sem dúvida nenhuma, uma declaração de competência organizacional lastrada pelo Comité Olímpico Internacional e de validade em território global.

2- A certeza de ser foco de atenção por parte dos meios mediáticos por um grande período. Os Jogos Olímpicos são sempre antecidos por um período de espera e ansiedade que suscita um acompanhamento dos preparativos para o evento, e das transformações em curso nas cidades, portanto, de uma exposição massiva em diversos meios de media, e por um período muito mais extenso do que o evento em si, com exposição gradualmente maior até a cerimónia de abertura dos Jogos.

A exposição massiva possibilita a divulgação da cidade-sede através de características variadas, mais amplas que o evento desportivo, e gera possibilidade de perpetuar a cidade como referência na consciência universal. Num ambiente determinantemente conformado pela transformação para uma economia globalizada, que abole fronteiras e reforça a importância das cidades em detrimento do poder das nações. A oportunidade de receber um grande evento como os Jogos Olímpicos pode representar um momento decisivo para a ascensão de uma cidade ao status de participante da nova geometria espacial da economia globalizada. A repercussão dos jogos, caso positiva, pode ter consequências importantes na capacidade urbana de sedução de grandes investidores e de concentração de novos capitais, tanto de origem externa como também oriundos mesmo de outras partes do seu país e, com eles, conseguir dinamizar a economia local, dar maiores possibilidades de emprego para os cidadãos e melhorar a qualidade de vida local.

3- A grande exposição da cidade nos meios mediáticos cria condições para a obtenção daquele que é, provavelmente, o grande objectivo das cidades que se candidatam ao papel de cidade anfitriã dos Jogos Olímpicos: a possibilidade de utilizar a frequente presença da cidade nos meios media para vender o produto cidade para variados mercados. Vender a cidade não só em seu cariz estritamente físico – suas paisagens, suas praças, seus espaços públicos, seus pontos turísticos – como também a sua cultura, suas tradições e história, e outros elementos que colaborem para demonstrar os dois principais aspectos que motivam a venda urbana: as singularidades da cidade e a qualidade de vida que ela oferece aos cidadãos e visitantes.

Se as campanhas de venda do produto cidade resultarem de maneira positiva, a cidade ganhará com a atracção de principalmente duas importantíssimas fontes de investimento: as grandes empresas, que buscam lugares mais interessantes para localizar suas divisões, e todo o ramo turístico em suas especialidades. Ambos são capazes de não só retornar o investimento consumido no grande evento – e de prolongar de maneira indeterminada este retorno – mas igualmente de custear o desenvolvimento urbano em diversas matérias, e com isso, ajudar a melhorar os índices de qualidade de vida para os cidadãos.

Esta oportunidade de atrair de novos investimentos para a cidade, possibilitada pela enorme exposição em diversos meios mediáticos, é, determinantemente, a grande meta perseguida por todas as cidades candidatas a receber os Jogos Olímpicos. Posteriormente, coloca-se a grande diferença entre duas categorias de cidades participantes do processo de selecção: Para umas, a atracção de investimentos em si é o objectivo do processo, a meta final tão desejada da possível execução de uma edição dos Jogos Olímpicos. Para outras, isto é somente o início.

4- Para este segundo grupo, o panorama de previsão e planificação da evolução urbana é muito mais amplo. Os Jogos são apenas um grande momento na vida da cidade, uma ocasião marcante e importante sim, mas passageira, que deve produzir mudanças representativas em uma variedade de disciplinas, e que deve, principalmente, direccionar a cidade rumo à sua melhor evolução, e prepará-la para os próximos passos a serem dados.

O grande objectivo, para este grupo, é a propriedade que um grande evento da escala de uma Olimpíada pode ter de acelerar as transformações já planeadas para a cidade, e capacita-la para conseguir concretizar um volume maior de intervenções com um prazo mais reduzido, e possivelmente custeando-as com os novos investimentos conseguidos desde as primeiras fases de execução do evento.

O processo de escolha da uma cidade-sede de uma Olimpíada é importante, complexo e custoso. Sair com a vitória neste processo é, realmente, um grande feito para uma cidade. Há, realmente, motivos para comemorar, quando se é consagrada como futura anfitriã de um evento tão importante como uma Olimpíada, mas isto é apenas um desafio vencido. Um enorme e pesado desafio, no entanto outros provavelmente precisarão ser ultrapassados no processo até o fim do evento.

Como pode uma cidade vencer ou perder os Jogos Olímpicos? Com este interessante subtítulo foi lançado um livro de 2002 organizado pelo OMERO, grupo de estudos formado em ocasião dos Jogos Olímpicos de Inverno de Turim 2006. E esta pergunta não se referia à eleição de sedes para edições dos Jogos Olímpicos. Tratava-se, com muita correcção na colocação da pergunta, das cidades que haviam terminado este processo com a vitória. Afinal, a consagração como futura sede olímpica é uma etapa neste processo. Um projecto olímpico condizente com as reais necessidades da cidade, e uma execução coerente com critérios ambientais, sociais, culturais e financeiros, e que consiga contornar e satisfazer as grandes questões económicas e políticas que costumam envolver a organização de uma Olimpíada, são decisivos para a conformação de uma cidade vitoriosa no processo olímpico.

É exactamente nesta questão que se localiza este trabalho. Ele configura a busca pela resposta feita no subtítulo do livro acima citado. Porém desde esta introdução exponho claramente a inexistência da

pretensão de conseguir encontrar “a” resposta definitiva e concreta para esta questão, de aplicabilidade universal. O número de variantes que esta questão suscita é enorme e crescente em progressão geométrica. As questões urbanas têm enorme complexidade e ampla abrangência, com tamanho poder de mesclar especialidades científicas que dificultam a tarefa de pretender conter a verdade universal e absoluta para qualquer questão urbana.

Não suficiente a complexidade inerente à evolução urbana, que por si só já dotaria de problemáticas suficientes para este trabalho, o elemento Jogos Olímpicos também carrega em si uma ampla multidisciplinaridade, coerente com um evento que é um dos maiores desdobramentos da cultura humana em geral: o desporto. Também os Jogos Olímpicos espalham sua influência nas disciplinas mais variadas do conhecimento humano: política, economia, tecnologia e conhecimento, sociologia, história, cultura, até mesmo estética, etc. A escolha feita, para este trabalho, foi por delinear a intersecção entre os Jogos Olímpicos e o desenvolvimento urbano, com ênfase nas questões olímpicas de relevância urbanística. Mesmo assim, esta tentativa de reduzir a esfera de actuação não se demonstra muito satisfatória, pois a amplitudes das questões incluídas nos desdobramentos de cariz urbano do processo olímpico ainda é muito vasto e complexo.

No grande intuito de encontrar métodos e características determinantes da utilização correcta de um projecto olímpico como instrumento para o melhor desenvolvimento da cidade, este trabalho conforma-se da seguinte maneira:

Em sua parte inicial, faz uma exposição breve das mudanças pelas quais passou a economia mundial, do capitalismo baseado na industrialização para a nova geometria económica da economia globalizada, para posteriormente ater-se sobre a competitividade entre centros urbanos pela atracção de investimentos das empresas globalizadas. Mais adiante, analisa a utilização de grades eventos como meio de divulgação das cidades e como instrumento de transformação urbana.

A segunda parte entra mais especificamente na temática dos Jogos Olímpicos. Primeiramente, analisa-se o Comité Olímpico Internacional, sua formação, sua fonte de renda, e principalmente, suas imposições sobre o processo de escolha da cidade-sede. Posteriormente, após colocados as principais fontes de gastos, e de recursos, mostra-se os enfoques possíveis ao projecto olímpico e seus vários resultados. Então, faz-se uma relação custos-benefícios no intuito de encontrar dados comprovativos, ou não, da validade de utilizar os Jogos Olímpicos como instrumento para o processo de desenvolvimento urbano.

A terceira parte destina-se à determinação e análise das pressões, condicionantes e facilitadores, especificamente gerados pelo projecto olímpico, que actuam sobre o processo de tomada de decisão em planeamento urbano, a partir do modelo elaborado por Friend e Hickling (Friend, J. K. e Hickling, A.

1989), e dos principais actores envolvidos no processo de planeamento olímpico, segundo o modelo do sistema de actores presentes no processo multicritério de tomada de decisão, de acordo com Bana e Costa (Bana e Costa, C. 1993). Igualmente constituinte desta parte, coloca-se a reflexão sobre o efeito catalizador que um grande evento como os Jogos Olímpicos pode oferecer ao processo de transformação urbana.

A quarta parte é destinada a dois estudos de caso escolhidos: o primeiro, uma das mais relevantes edições dos Jogos Olímpicos, extremamente recorrente em toda a bibliografia especializada, considerada quase como um divisor de águas na história das Olimpíadas: Barcelona 1992, cujo projecto de reformulação da estrutura urbana incluso no projecto olímpico transformou com eficiência a cidade e foi internacionalmente galardoado.

O segundo caso de estudo escolhido foi a última edição dos Jogos de Inverno: Turim 2006, onde as especificidades da versão de Inverno das Olimpíadas foram responsáveis por uma gama mais variada de complexidades, que exigiram análises em múltiplas escalas. Outro factor de relevância no Turim 2006 foi a grande importância dada às questões ambientais.

Em ambos os casos, a principal análise feita localiza-se sobre o projecto olímpico e sua execução concreta, na busca de estabelecer o grau de coerência existente entre ele e o planeamento urbano em cada cidade, através da análise dos planos estratégicos exactamente anteriores e posteriores à sua concepção. O intuito é definir, através da presença ou ausência de intersecções entre o projecto olímpico e os planos estratégicos, a existência de uma orientação, ou de concorrência, entre eles, e a existência de uma relação natural de continuidade de invenções. Pretende-se buscar elementos que explicitem a origem do projecto olímpico em instrumentos de planeamento anteriores executados em ambas as cidades, assim como a presença explícita e planeada de elementos que possibilitem a continuidade da intervenção olímpica depois do encerramento do evento.

Porém faz-se necessário destacar desde já as especificidades presentes entre cada caso. Em Barcelona o evento foi realizado já há catorze anos, o que cristaliza e define os impactos decorrentes, e facilita a obtenção de análises mais conclusivas sobre os próprios. Em virtude disto, a análise do projecto olímpico para os Jogos de 1992 será mais centrado nos impactos em si, e portanto mais voltado para o passado e para o presente, pois os frutos planeados já foram colhidos, ou seja, não há mais espaço para especulações.

Já no caso de Turim, cujo evento teve seu fim no mês de Março último, os impactos ainda estão-se apresentando. A cidade ainda vive, de alguma maneira, a presença do evento em si. Portanto, a análise foi obrigatoriamente mais voltada ao futuro, a especulações, baseadas em variados estudos elaborados por

vários pesquisadores, organizados e motivados pelo grupo de estudo relacionado com os Jogos Olímpicos e com as próprias actividades do comité organizador. No caso de Turim, para este trabalho, a análise fazer-se-á muito mais detalhada sobre os planos estratégicos exactamente anteriores e posteriores aos projecto olímpico e à oficialização de Turim como sede das Olimpíadas de Inverno de 2006. Determinar-se-á, em cada plano, em cada linha estratégica, em cada objectivo, em cada acção, a presença de intersecções com o projecto olímpico, seja em orientação estratégica ou, mais concretamente, explicitada com citação em texto. Ou então, no caso de ausência de ligação entre planos e projecto olímpico, da localização de possíveis fontes de sinergia entre os mesmos, que porventura foram negligenciados nos instrumentos de planeamento urbano.

O grande objectivo desta quarta parte é o aprendizado de tácticas que conformam a quinta e última parte desta pesquisa, onde aponta-se, tanto para as cidades aspirantes à candidatura à anfitriã de Jogos Olímpicos como para o próprio Comité Olímpico Internacional, possíveis recomendações para a melhoria do processo de candidatura / execução de Olimpíadas. São pontos que colaboram para que os Jogos Olímpicos sejam um instrumento para a melhoria urbana e da evolução positiva para as cidades que o recebem, mas também para que eles representem, em todas as suas edições, momentos de transição para cidades mais participativas, mais abrangentes, mais adequadas às necessidades reais dos cidadãos, mais preparadas para a nova economia. Que a lembrança das olimpíadas seja sempre a do momento de melhoria, não mais somente espacial, mas também educacional, social, ambiental e cultural.

A enorme quantidade de recursos consumidos no processo de candidatura e execução de um evento como as Olimpíadas suscita oposições fortes de alguns grupos populares em cidades onde é levantada a questão do interesse ou não por receber os Jogos. Em algumas cidades, a proposta é alvo de veto popular, por considerar que o retorno para o enorme investimento necessário não é interessante o suficiente, e que tanto esforço, financeiro e humano, pode ser melhor empregado em ofensivas directas aos problemas existentes. Tal reflexão deve realmente ser feita em cada cidade onde nasce a proposta de receber os Jogos Olímpicos. Afinal, um evento de grande porte não é naturalmente solução para todas as problemáticas, e sua aplicabilidade não é ampla e total em relação à complexidade das questões urbanas.

No entanto, se o desejo da maioria é por fazer o pacto em prol de ser sede de um mega evento como as Olimpíadas, muitos passos podem ser dados para que o aproveitamento desta oportunidade seja maximizado para conseguir concentrar a força necessária para provocar um grande avanço em direcção a uma realidade melhor para os cidadãos. Aí localiza-se o principal objectivo deste trabalho, que é colaborar, através da reflexão do processo olímpico, e das recomendações elaboradas, para a que a vitória tão difícil no processo de eleição da anfitriã de uma edição dos Jogos Olímpicos seja realmente uma prémio para a cidade escolhida. Para que não mais se tenha dúvidas se a cidade vence ou perde os Jogos Olímpicos. Para que a coroa de louros possa ser dividida por todos os cidadãos.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO

1.1 O CAPITALISMO INDUSTRIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS URBANOS

As cidades são a expressão mais fiável do método de vida dos seres humanos. Ela conforma-se de acordo com as necessidades impostas sobre a vida dos cidadãos normais, na tentativa de responder na melhor maneira possível às demandas colocadas pela população. A cidade é o desdobramento mais palpável, mais presente e comum, de maior carácter físico, das relações, harmónicas ou conflituosas, entre os seres humanos. Reflecte, em sua estrutura urbana, em sua distribuição espacial, na articulação entre suas partes, na valorização ou ociosidade de suas partes, as mais complexas variantes da própria vida humana: economia, política, cultura, história, estética, etc. Munido delas como demanda, objectivo e ferramentas, o homem molda o espaço urbano para melhor responder às suas necessidades.

O ser humano tem como uma das características mais ímpares a de modificar o meio ambiente em que vive para conformá-lo de acordo com suas necessidades. Gradualmente, com a evolução do intelecto humano e das técnicas de obtenção, criação, plantio e extração, as exigências do ser humano para com o meio ambiente passaram a ser de tal forma impositivas que as transformações operadas pelo homem frequentemente colaboram para a destruição do património natural.

Actualmente, o meio urbano é determinantemente o grande habitat da espécie humana. Segundo Lopes (Lopes, R. 1998) em um período de menos de cinquenta anos a percentagem de pessoas que habitam em centros urbanos sofreu um crescimento violento de menos de 25% na década de 1950 para mais de 70% em 1996. Em locais mais desenvolvidos, este índice alcança 90%.

Este enorme êxito populacional é consequência de vários aspectos, porém o mais determinante é a passagem do sistema económico baseado na produção agrícola para o capitalismo industrial, na segunda metade do século XIX. A concentração de capital deslocava-se do campo para os centros urbanos, das propriedades rurais para as grandes instalações industriais, e com ela, expulsa pela crescente ausência de trabalho relacionado com as actividades agrícolas, dirige-se para os centros urbanos um contingente enorme de pessoas, que viriam a ser a mão-de-obra para a nova economia.

Porém as cidades não têm a flexibilidade e a agilidade para absorver, de maneira tão súbita, tamanha demanda adicional de pessoas desejosas de viver dentro do tecido urbano. Resta a esses novos moradores aceitar viver em ambientes despreparados para oferecer condições mínimas de higiene, salubridade e

conforto, amontoando-se pelos cubículos das precárias moradias operárias que cresciam em ritmo acelerado em cidades como Londres e Paris na segunda metade do século XIX, conjuntamente com seu parque industrial. As cidades crescem de tamanho de maneira precária, com construções impossibilitadas de oferecer qualidade de vida para seus moradores. O ar tornou-se cinza de fuligem e fumaça, e traçavam-se trincheiras sociais entre partes do tecido urbano, com diferenças discrepantes entre a cidade das elites e as novas periferias dos operários recém-chegados.

Como agravante às transformações económicas que empurravam as pessoas do campo para o interior das indústrias, o estabelecimento do método produtivo baseado em linhas de produção transferiu de todos os operários para apenas os supervisores o conhecimento sobre todo o método de construção dos bens de consumos. Isto foi determinante para a desvalorização do operário como recurso, afinal a linha de produção reduziu a actividade operária para movimentos repetitivos e simples, de fácil aprendizado por qualquer candidato ao emprego independentemente de sua experiência anterior, intelecto ou facilidade de aprendizado. O operário passou a ser muito mais substituível, tão pouco importante para o processo produtivo como aqueles que acabaram de largar o campo e chegar na cidade em busca de um trabalho em uma das fábricas da cidade.

Consequentemente, a classe operária perdeu seu pouco poder de barganha na economia industrializada, e foi sujeitada a aceitar condições desumanas de trabalho em troca de salários insuficientes para custear melhores condições de morar. Cristalizaram-se portanto as insalubres periferias operárias nas várias cidades tocadas pelo processo industrializador. Algumas dessas áreas ainda hoje depreciam a vida de tantos centros urbanos em todo o mundo.

A economia orientou-se segundo os parâmetros Fordistas, que valorizavam a posse de todas as etapas da produção, da extracção da matéria-prima à entrega do produto finalizado. As propriedades industriais desta época exigiam espaços muito amplos, que possibilitassem o desenvolvimento da toda a linha de produção em espaços contínuos. Restou, à cidade, modificar-se para satisfazer às exigências da economia industrial fordista, oferecendo grandes trechos de sua área mais periférica para os grandes parques industriais, característicos desta época, e para acolher às moradias insalubres dos novos operários.

Porém, a economia mudou de direcção novamente. As crescentes mobilidade e acessibilidade, e a maior facilidade de comunicação entre locais distantes foi o motivo para uma nova adequação económica, que também impôs às cidades novas necessidades.

Primeiramente, o mesmo efeito, conseguido com a criação do sistema de linhas de produção sobre o operariado, foi extrapolado para uma escala mais ampla: a das cidades. A facilidade de interacção entre locais separados geograficamente fizeram da terceirização de etapas de produção uma possibilidade mais

rentável, descomplicada e segura. Igualmente, tornou mais viável a exploração de mão-de-obra mais barata em outros países. Começou, conseqüentemente, um processo de transferência de fases do processo produtivo para outros sítios.

Em paralelo, o crescimento das cidades já alcançava e envolvia os antigos terrenos industriais, aproximando usos do solo incompatíveis com o barulho, os resíduos atmosféricos, a aridez e o descuido das áreas industriais. Com o agravante de que a transferência de etapas de produção espalhava a ociosidade por trechos amplos da cidade. A economia já não mais exigia grandes extensões de terreno para suas actividades prioritárias, e os grandes parques industriais eram gradualmente abandonados, assim que seu custo de manutenção ultrapassava sua geração de lucro.

Abriam-se, no tecido urbano, grandes áreas problemáticas, foco da degradação, da criminalidade, da baixa qualidade ambiental, do desuso económico que se espalhavam pelo património edificado e pelos terrenos ociosos das cidades. Os centros urbanos pedem, ainda hoje, a reflexão sobre o destino destes trechos de seu tecido, para que seja possível utilizar-se deles para melhorar a qualidade da vida urbana mais ampla, e solucionar os problemas daqueles mais desfavorecidos, que não tem outra opção senão habitar áreas dotadas de características desagradáveis.

1.2 A GLOBALIZAÇÃO E A NOVA GEOMETRIA ECONÓMICA URBANA.

“A grande transformação por que passa o mundo ao final do século XX é o fenómeno da globalização. As economias de todo o mundo se tornaram globalmente interdependentes, introduzindo uma nova forma de relacionamento entre economia, estado e sociedade, em um sistema de geometria variável” (Castells, M. 1996).

A economia mundial estrutura-se sempre através do controle dos meios de produção. Os elementos mais relevantes para o sistema económico são os detentores destes meios de produção. O novo encaminhamento da economia transpõe à tecnologia, à capacidade de gerar conhecimento, aos meios de comunicação global e à logística, o papel de grande capital da nova economia. A valorização está na capacidade de transpor fronteiras em busca de maiores vantagens – mão-de-obra ou matérias-primas mais baratas – que possam ser agregadas na produção, ou a capacidade de alcançar novos mercados consumidores para aumentar a obtenção de lucro.

De igual maneira, a importância das cidades para o sistema económico é determinada pela capacidade de polarização económica de cada uma delas. Com a facilidade de comunicação disponível – principalmente através do uso dos novos meios tecnológicos – a capacidade de expansão da região economicamente polarizada não depende de proximidade geográfica. As fronteiras dissolvem-se, também devido ao

enfraquecimento do poder do Estado, que devido à burocracia e aos problemas de credibilidade relacionados com as instituições governamentais, colabora para a diminuição da sua relevância no sistema económico.

A utilização de instrumentos de intervenção governamental nos acontecimentos do mercado é desagradável para a independência das actividades económicas, e, portanto, colabora com a filosofia neoliberal vigente contemporaneamente, não por coincidência, à passagem e crescimento da economia globalizada.

“Acompanhando a globalização da economia, as cidades tornaram-se os agentes críticos do desenvolvimento económico. Sua enorme capacidade de flexibilidade e responsabilidade frente às flutuações dos mercados, mudanças tecnológicas e culturais deu-lhe a possibilidade do desenvolvimento de acordo com as necessidades do capital” (Castells, M. e Hall, P. 1993).

A capacidade de geração de riquezas de uma cidade sempre esteve ligada ao aproveitamento das capacidades económicas disponíveis no seu território, ou na região por ela polarizada. Assim, regiões detentoras de mais recursos naturais e energéticos geraram e alimentaram o crescimento de cidades poderosas, criaram parques industriais e infra-estrutura de logística que possibilitaram ampliar as relações de dominação dentro das suas regiões. Com a passagem do capitalismo tradicional para o sistema económico vigente, onde as principais mercadorias não são necessariamente físicas, como a tecnologia, o conhecimento e as comunicações, as barreiras espaciais que porventura limitavam o crescimento da área de polarização de certas cidades caíram, e assim possibilitaram a ampliação de suas redes de actuação em direcção ao global. A antiga relação cidade-região perdeu importância frente à nova relação entre centros urbanos, devido às enormes vantagens competitivas decorrentes da possibilidade de operar em uma economia globalizada.

Nesta nova geometria espacial originada, onde a localização geográfica não é mais determinante ou limitador para as relações entre cidades, a importância de um centro económico é mensurada pelo alcance de suas relações, seja com cidades localizadas nas proximidades da seu território ou com mercados exteriores. Uma cidade é tão importante quanto extensa for a região económica polarizada ou influenciada por ela. “As fronteiras do estado-nação não mais correspondem ao espaço social que povos sem fronteira habitam. A dispersão das fronteiras previamente aceites diferenciam estados, etnias e sociedade civil está produzindo novos espaços na vida diária, novas fontes de significado cultural e novas formas de agenciamento político e social que fluem através das fronteiras nacionais” (Peter Smith, M. 1995). A geometria flexível da globalização cria uma hierarquização de cidades no novo contexto global, comandada, a grosso modo, pelo poder económico que comandam, independente de poder político ou tamanho físico. A evolução das cidades nesta hierarquia da economia globalizada não está mais

localizada no tamanho geográfico, nem na abundância de matéria-prima, nem necessariamente no poder político do país onde se localiza.

As cidades globais deixam de ser apenas espaços para ser entidades onde o espaço físico é apenas mais um elemento de sua caracterização. Qualidade de vida, património histórico, cultural, são apenas facetas do carácter das cidades mundiais, onde as mais relevantes dentre elas são os factores económicos, a sua importância no mercado de tecnologia e comunicações, a força das suas relações e o tamanho de sua área polarizada. “Relações hierárquicas são essencialmente relações de poder, e a competição por espaço é sempre severa entre as cidades. Não somente estão as cidades mundiais constantemente envolvidas em acções de equilíbrio, para ajustar suas economias ao processo de destruição criativa que é endémico ao capitalismo industrial, mas são movidas para uma competição incessante, lutando para captar cada vez mais funções de controlo e comando que compreendem sua própria essência. A angústia competitiva está construída dentro da visão política da cidade mundial” (Friedmann, J. 1995). A hierarquia da globalização, como sua estrutura, também é flexível, e a competição entre centros urbanos para conseguir o status de cidade mundial, ou para aumentar sua importância dentro do cenário económico global é constante, assim como a busca de ampliar o seu espaço de comando e conseguir maior abrangência, mesmo que essa relevância seja aplicada em campos restritos e actividades económicas sectoriais dentro do mercado mundial.

Sendo o novo capital a capacidade de atracção de capital, a concorrência entre os centros urbanos para receber os novos escritórios de multinacionais passa a ser uma das grandes maneiras de conseguir novas divisas para as cidades. Para conseguir estas características atractivas, uma cidade deve ostentar índices de qualidade de vida representativos do desenvolvimento urbano que uma empresa desejaria para seus funcionários. Elas devem manter uma oferta de serviços que satisfaçam as necessidades das grandes empresas e corporações internacionais, ou seja, uma concentração de infra-estruturas e serviços que possibilitem o controle global. “Grandes cidades abrigam escritórios centrais corporativos e financeiros, exercendo controle não somente dentro da estrutura organizacional de corporações multinacionais, mas também sobre completos sistemas de produção” (Smith, D e Timberlake, M. 1995).

“Há uma convergência considerável de opiniões na literatura de que as cidades agem no grande mercado de mobilidade de capital. A facilidade das corporações transnacionais (...) de mudar de local de operação por todo o mundo criou uma economia mundial” (Robertson, R. 1998). Mas o que faz uma cidade mais preparada para a competição frente ao mercado global que outras? Segundo Kresl (1995) isso é uma confluência de determinantes económicos – factores de produção, localização, infra estruturação urbana – e determinantes estratégicos – credibilidade governamental e flexibilidade institucional. Muitos quesitos são considerados. A eficiência do espaço urbano é o primeiro a ser considerado e o mais importante, pois abrange muitas questões como por exemplo a disponibilidade de todos os serviços básicos necessários ao

bom funcionamento da cidade, a acessibilidade tanto interna como externa para a população, a qualidade de vida, padrões estéticos e ambientais. Segundo Robertson (1998), empresas e indústrias, na sua procura de novos sítios para localização, procuram primordialmente factores de qualidade de vida e potencial de crescimento económico local. Outro factor importante é a existência de infra estruturação de telecomunicações e logística, para possibilitar o contacto, físico ou virtual, mais eficiente com áreas mais amplas. O nível de qualificação da população em geral é essencial, pois facilita a busca por profissionais mais preparados e eficientes. Estabilidade e segurança económica, social e política são indispensáveis, sendo consequentemente necessária a existência de instituições políticas eficientes, que disponham de credibilidade e respeito tanto interno quanto externo, e que tenham critério para intervir no mercado quando necessário. Exige-se um Estado ágil e sem burocracias para adaptar-se às mudanças rápidas da economia mundial, mas que tenha a solidez inspiradora de respeito nos mercados interno e externo. A intervenção política, quando necessária, deve ter um peso extremamente subtil e parcial nas escolhas, que possa para atrair e direccionar o mercado para os interesses dos investidores, principalmente externos, mas que tenha a flexibilidade para retirar-se quando o mercado puder encaminhar-se por si próprio. Claríssima, portanto, mostra-se a manipulação do verdadeiro poder vigente – o económico – sobre as barreiras e fronteiras dos órgãos de gestão política num mundo que se integra primeiro economicamente e só em seguida politicamente (Beauregard, R. 1995).

Nesta estrutura económica fluida que marca a globalização, as cidades competem e cooperam nos mercados em que actuam sempre em busca da maior geração de riquezas e maior importância no mercado. “O binómio cooperação-competência é um dos elementos que marcam as relações no sistema urbano mundial. A cooperação, necessária para inserir-se em um sistema urbano internacional, tem como objectivo principal a melhora da competitividade. Coopera-se para poder competir melhor. Isto implica um jogo de equilíbrios no qual a cooperação se dá quando os ganhos de competitividade são superiores às possíveis perdas em vantagens comparativas existentes; e quando se produz uma mudança de escala de actuação que faz a cooperação converter-se no instrumento para consolidar-se nesse nível” (Borja, J. e Castells, M. 1996). Assim, mais uma dificuldade é trazida pela globalização: saber equilibrar a competição e a cooperação nas relações entre cidades, para conseguir maiores vantagens no selvagem mercado económico global.

Às cidades que não seguiram essa evolução gradual, através das mudanças por que passa o capitalismo, restou acelerar de alguma maneira a obtenção de riquezas para conseguir um lugar no novo espaço de fluxos do mercado globalizado. Precisa-se ser ainda mais competitiva, desenvolver-se numa velocidade elevada para poder galgar estágios rapidamente rumo ao objectivo de tornar-se relevante economicamente. Precisa-se acumular riqueza e poder político. Para isso faz-se necessário poder ser atractiva para empresas e corporações multinacionais, pois elas são o ente mais poderoso no novo mercado sem fronteiras, e podem dinamizar as economias locais ao ponto de inseri-las no global.

Na tentativa de seduzir as empresas multinacionais, alguns centros urbanos fazem uso de privilégios comerciais e fiscais, do incentivo de práticas direccionadas para o lucro, às vezes ignorando a oferta de condições de trabalho ou de protecção do património natural.

Independentemente do que é oferecido no processo de negociação por grandes empresas, a divulgação da cidade em meios mediáticos variados pode representar oportunidade importante para ampliar a imagem de centro urbano de relevância mundial, plenamente preparado para suprir as demandas impostas pelas grandes empresas, e apto para participar da nova economia. Não basta apresentar os melhores índices de qualidade de vida, precisa-se ser melhor que suas concorrentes, ter identidade e qualidades. Cidades são também um produto a ser vendido, e programas de divulgação em massa são muito eficazes para expandir a percepção apenas dos aspectos que se deseja divulgar, acerca de um centro urbano. Afinal, ser presente na memória recente do público-alvo, ainda mais através de imagens referenciais que demonstrem virtudes é estar mais preparada para a competição urbana.

1.3 OS GRANDES EVENTOS COMO INSTRUMENTOS PARA A VALORIZAÇÃO URBANA NA ECONOMIA GLOBALIZADA

Na feroz concorrência entre as cidades, qualquer oportunidade de exposição pode ser definitiva para evoluir a possibilidade de atracção de novos investimentos. Principalmente uma exposição excessiva em vários meios de comunicação, durante um período prolongado.

Ao mesmo tempo, após a reestruturação da economia do capitalismo industrial para a economia globalizada, muitas cidades exibiam as marcas destas transformações em seu tecido urbano: espaços industriais ociosos, parque edificado e espaços públicos degradados, áreas urbanas que não respondiam com satisfação às necessidades exigidas pelos cidadãos. As cidades pedem programas de reestruturação urbana que consigam resolver estas problemáticas e diminuir o défice espacial entre trechos do tecido urbano.

Satisfazendo-se ao mesmo tempo estas duas últimas metas, a possibilidade de executar um grande evento alia não somente a emergência de solucionar erros urbanísticos que às vezes estendem-se por amplas áreas do território, mas também a possibilidade de divulgar esta transformação para públicos mais amplos, como prova da habilidade empreendedora da população local e suas instituições, além de cristalizar na memória deste público a evolução urbana rumo a um estágio de maior qualidade de vida para a população moradora. Além de fazer possível agregar outras vantagens para o centro urbano: a possibilidade de conseguir, através da divulgação em massa, angariar fundos suficientes para executar o evento com qualidade e ainda poder incluir, no programa das intervenções planeada para o evento, algumas que são essenciais para o desenvolvimento urbano da cidade, ou para a valorização imobiliária

de certas áreas da cidade, ou para marcar com uma data uma etapa de transformação da cidade, ou ainda para dotar a cidade de algum equipamento urbano considerado necessário para os cidadãos.

O conceito de “Mega-Evento” foi introduzido por Ritchie e Yangzhou, na década de 1980, como sendo: “evento importante, organizado uma ou mais vezes, de duração limitada o qual serve para aumentar o conhecimento, a imagem e a economia de uma meta turística a curto e/ou longo termo. O sucesso de tal evento depende da sua unidade, importância ou porte com o objectivo de criar interesse e suscitar atenção” (Ritchie, J.R.B. & Yangzhou, J. 1987).

Segundo Ritchie, pode-se classificar como “mega-evento”: exposições internacionais, festivais e carnavais únicos no seu género, evento cultural e religioso de grande alcance, eventos históricos, comerciais e agrícolas, com a presença de importantes personagens políticos, eventos desportivos de grande escala – Olimpíadas, maratonas e o circo da Fórmula 1.

Já Burns & Mules (1986) fazem a definição de “evento especial”, que guarda muitas semelhanças com o conceito de “mega-evento” colocada por Ritchie. Sua definição de evento especial é: “um acontecimento único ou, por extensão, um acontecimento pouco frequente, definido por algumas características chave, as quais compreendem:

- Um aumento da demanda produzida, na maioria das vezes, pelo próprio evento, sobre uma série de serviços acessórios – por exemplo: hotéis, restaurante, meios de transporte, espectáculo e entretenimento;
- A demanda é concentrada em um período relativamente breve que vai de um só dia a algumas semanas, e por não ser possível produzir antecipadamente e ‘conservar’ os serviços, leva quase sempre aos problemas de ‘pico de demanda’ para a actividade principal, tendo como referência um período passado ou futuro;
- O ‘pico de demanda’ influencia seu nível e sua distribuição de vantagens obtidas;
- O impacto na angariação de fundos locais pelo Evento Especial é relativamente restrito, as maiores vantagens derivadas do afluxo de novos fundos de proveniência não local, mediante a exportação de bens e serviços, sobretudo este último.”

Nesta definição, é importante fixar a questão do aumento da demanda de uma série de serviços relacionados. Alguns eventos são considerados grandes, por exemplo no que diz respeito à presença, mas que não podem ser considerados eventos especiais por não exigirem complementação de serviços relacionados. “Um evento pode ter um impacto significativo em um determinado contexto, mas um impacto marginal em contextos diversos, sobretudo sobre a dimensão e a organização da infra-estrutura e economia local” (Spilling, O.R. 2002).

Segundo Spilling “Mega Evento é um evento que gere atracção de um grande número de pessoas (...), que exige investimentos importantes e produz uma forte demanda relativa a toda uma série de serviços correlacionados”, e ainda destaca a importância da exposição massiva em diversos meios de media disponível para os grandes eventos: “o papel dos media é de fundamental importância para a avaliação dos aspectos económicos ligados ao Mega Evento (...) para a organização do evento, para os investimentos feitos e para o efeito do conhecimento que produz, também pela localidade que organiza o Mega Evento”.

Em síntese, este tipo de evento, também denominados como “Eventos com Marca Registrada”, são todos preponderantemente transitórios, trazem alguma participação e atenção internacional, e podem ter consequências de longa duração para a cidade que os hospeda (Syme, G.W. et al -1989; Ritchie, J.R.B. e Smith, D. 1991; Hall, C.M. 1992; Roche, M. 1994; Essex, S. e Chalkley, B. 1998).

Mega evento, Evento especial, Grande evento, Evento com Marca Registrada, a nomenclatura utilizada para diferenciar os grandes eventos não tinha em si uma classificação que diferenciase, através de hierarquização, a atribuição de nomenclatura para um evento. Cada bibliografia colocava sua nomenclatura preferencial para denominar grandes eventos, produzindo-se grandes e frequentes sobreposições entre suas definições. Roche (Roche, M. 2000) estabelece uma classificação que diferencia a utilização de cada nomenclatura acima citada, baseada nas classificações de Hall (Hall, C.M. 1989) e retomada pelo Comité Olímpico Internacional (IOC 1998). Afinal, “a nomenclatura de grandes eventos deve ter em conta alguma relevante diferenciação: esta considerando a escala na qual o evento desenvolve-se, seus efeitos económicos e ocupacionais, a natureza e conteúdo deste mesmo evento, a estrutura e facilidades, o tipo de alvo ou de público para qual o evento é direccionado, o envolvimento dos media” (Guala, C. 2002).

A classificação de Roche tenta estabelecer uma hierarquia entre as nomenclaturas de acordo principalmente com a existência de interesse mediático e a escala do mercado alvo.

Nomenclatura e Hierarquia para Eventos de relevância urbana

Tipo de Evento	Exemplo	Alvo / Mercado	Interesse dos Media
Mega Eventos	Expos	Global	TV global
	Olimpíadas		
	Copa do Mundo de Futebol		
Eventos Especiais	Grand Prix de F1	Regional mundial ou nacional	TV internacional ou nacional
	Jogos Regionais Mundiais (exemplo: Jogos Panamericanos)		
Eventos de Marca Registrada	Evento desportivo nacional (exemplo: Australian Games)	Nacional	TV Nacional
	Festival ou Campeonato de grandes cidades	Regional	TV Local

Eventos Comunitários	Evento rural municipal e evento comunitário local	Regional / Local Local	TV e Imprensa Local Imprensa Local

Quadro 1.1 – Nomenclatura e hierarquia para eventos de relevância urbana

Fonte: Roche, M. 2000

O modelo Roche representa uma tentativa muito importante de trazer objectividade e normatização para a nomenclatura de grandes eventos. Tem, como virtudes, estabelecer a hierarquia entre os níveis de grandes eventos através da escala do público-alvo e do interesse da media. Porém, segundo Guala (GUALA – 2002) mostra-se fraca em alguns aspectos: apresenta problemas com a mensura do interesse mediático, pois subestima a participação da media impressa e simplifica a participação televisiva em uma só categoria, sem hierarquizar a cobertura ao vivo das demais reportagens. Também deixa de considerar uma série de tipos de eventos, como reuniões do G7/G8, Bienais de arte, Festivais de cinema internacionalmente conhecidos, etc.

Consequentemente, Guala (Guala, C. 2002) apresenta uma classificação mais completa, que se baseia na classificação de Roche, e tenta solucionar as falhas existentes nesta. As grandes vantagens da classificação de Guala sobre a de Roche são: considerar os tipos de divulgação da media televisiva, aumentar o número de categorias para conseguir uma divisão mais clara e a inserção de outros tipos de eventos, além de inserir na classificação grandes operações urbanísticas, devido ao peso iconográfico que representam dentro de um centro urbano e, em algumas vezes, também conseguem ecoar sua influência também em mercados distantes (um exemplo recente é a operação urbana que incluiu a construção do Museu Guggenheim em Bilbao). A classificação de Guala, por ser mais completa, evita sobreposições e considera uma gama mais ampla de eventos.

Nomenclatura e Hierarquia para Eventos de relevância urbana

Tipologia do Evento	Exemplo	Alvo	Cobertura TV
Eventos Mega & Media	Olimpíadas de Verão e Inverno Final da Copa do Mundo de Futebol	Global	TV em directo
Mega Eventos	Expo Mundial	Global	Serviço TV
Eventos Desportivos Especiais	Finais Desportivas Especializadas Mundial de Atletismo Grand Prix F1 Grand Prix Motociclismo Mundial de Esqui Jogos Panamericanos América's Cup de Vela	Global e/ou regional mundial	TV em directo
Eventos Políticos Especiais	Summit Internacionais (ex: G7 / G8)	Regional mundial	Serviço TV
Eventos Económicos Especiais	Feiras Internacionais Especializadas (ex: Salão do Automóvel, motorshow, Euroflora, Floralties, Salão do Livro, Salão de Náutica)	Internacional / Nacional	Serviço TV
Eventos Culturais Especiais	Festivais de Cinema, Teatro, Bale, network “cidade educativa”, “cidade europeia da cultura”, grandes mostras de arte, Tall Ships Race and Meetings	Internacional / Nacional	Serviço TV

Eventos Religiosos Especiais	Jubileu (Roma) Ostensione Sindone (Torino)		
Grandes Operações Urbanas	Alexander Platz (Berlim), Millenium Dome (Londres), Guggenheim (Bilbao), Ponte Vasco da Gama (Lisboa), Recuperação da Frente Aquática (Baltimore, Barcelona, Génova)	Impacto nacional e regional	Serviço TV

Quadro 1.2 – Nomenclatura e hierarquia para eventos de relevância urbana

Fonte: Guala, C. 2002

O Grande evento trabalha preponderantemente com a atenção por assuntos em uma escala mais ampla do que aquela do contexto onde ocorre. É primordial para a definição de grande evento o facto de suscitar o interesse público em escalas mais amplas que somente a local. Portanto, a participação dos meios mediáticos nesta dentro deste contexto não só é primordial, mas é indissociável. A divulgação com mais amplo alcance, a públicos mais distantes, está numa posição ambígua, de necessidade e produto, de input e output, de causa, mas também de consequência, pois ao mesmo tempo em que é decisivo para o sucesso do evento, é igualmente um produto trazido por ele.

É justamente na divulgação do evento e, consequentemente, da cidade que o recebe, onde se localiza a maior meta que uma cidade costuma ter ao executar um grande evento, pois o retorno do grande investimento do grande evento está estritamente ligado com a divulgação, estando ainda a perenidade do retorno ligada com a qualidade desta publicidade: quanto mais positiva for a reacção dos mercados externos, maiores possibilidades deste retorno ser duradouro, pois agrega à imagem do evento, e da cidade anfitriã, características de qualidade, capacidade organizativa e empreendedorismo. Mais fácil torna-se, consequentemente, a atracção de fundos adicionais.

Devido a estas características, o entendimento dos processos de utilização de grandes eventos como instrumento para o desenvolvimento urbano, a dinamização económica, cultural e turística de um centro urbano, os grandes eventos têm sido ramo de desenvolvimento científico frequente nestes últimos 20 anos. Grande parte deste interesse teórico que os grandes eventos suscitaram é ligada com o ramo turístico (Aiest. 1987, Bronnimann, M. 1982; Getz, D. 1987; Lee, P.V.D e Williams, J. 1986; Pyo, S. Cook, R. et al. 1988; Schulmeister, S. 1976; Syme, G.J. Shaw, B.J. et al. 1989), mas também seus desdobramentos teóricos (Burns J.P.A. e Mules T.J. 1986; Getz, D. 1989; Ritchie, J.P.B. 1984; Ritchie, J.P.B. e Yangzhou, J. 1987), o planeamento e avaliação dos eventos (Syme, G.J. Shaw B.J. et al. 1989), seus impactos económicos (Brunet, F. 1994, Kim, J.G, Rhee, S.W. et al. 1989; Robert, E.J. e McLeod, P.B. 1989; Wall, G. 1990) e seus efeitos empreendedores (Bentick, B.L.1986) também têm sido objecto de interesse científico.

Acima da questão da terminologia mais correcta para classificar os eventos, estudiosos são unânimes sobre uma coisa: a multiplicidade de desdobramentos que os grandes eventos podem ocasionar, também

em diferentes escalas: “urbanística, política, económica, tecnológica, turística, ambiental, científica, pedagógica, cultural, desportiva, dos lazeres, ritual” (Lima dos Santos, M.L. e Costa, A.F. 1999). “Em um nível nacional, mega eventos são tipicamente parte de programas mais amplos para desenvolver turismo e investimentos internacionais. Em um nível municipal, mega eventos podem ter um papel importante em revitalizar áreas urbanas em sítios para actividades de lazer e consumismo, principalmente pelo desenvolvimento de instalações desportivas, hotéis, e atracções turísticas” (Roche, D 1994, Hannigan, J.A. 1995, Greene, S.J 2003).

Grandes eventos têm sido um instrumento desejado, de popularidade crescente e, de certa maneira, frequentemente utilizado, pelas administrações municipais, para tentar responder aos mais diversos tipos de crise urbana. Ainda porque os grandes eventos respondem como uma esperança quando outras soluções mais racionais parecem já não ter eficiência. Somente com seu uso pode ser possível, ao mesmo tempo, em um centro urbano, renovar a imagem, reestruturá-lo e reposicioná-lo como centro de capital, trabalho, produção e negociação no mercado nacional ou mundial, e activar efeitos de modernização geral (Greene, S.J. 2003).

O efeito, consequência directa da globalização, de homogeneização do público, e a explosão do fluxo de pessoas, mercadorias e mensagens, colaboram para o crescimento dos grandes eventos, que segue a ampliação dos limites para o alcance deste tipo de evento. Já que cultura, lazer e experiências passaram a mercadorias da economia globalizada, a possibilidade de ser testemunha experiências singulares, de momentos carregados com uma imagem de singularidade única na História, colabora para aumentar a sedução e o poder de atracção dos grandes eventos. Gradualmente crescem os que gostariam de participar destas ocasiões e partilhar as emoções que elas proporcionam.

Como citado em Lima dos Santos e Costa (Lima dos Santos, M.L. e Costa, A.F. 1999): “as iniciativas institucionais, culturais, associativas e comerciais, o marketing dos produtos e marcas, das ideologias e das tecnologias, dos estilos e das estéticas, das imagens nacionais e locais (nomeadamente, das cidades) as estratégias de desenvolvimento e de legitimação, sustentam a respectiva oferta (Lash, S. e Urry, J. 1994, Gay, P. (ed) 1997, Fortuna, C. (org) 1997)”.

O crescimento do público dos grandes eventos cresceu em proporções iguais ao avanço na tecnologia de comunicação. A facilidade de ligação entre eventos e públicos afastados geograficamente torna-se decisivo para a divulgação sem fronteiras dos ideais, filosofias e temáticas que envolvem a imagem positiva que os grandes eventos preferem divulgar.

Porém eventos tão populares, com tamanho potencial de atracção de recursos, e que envolvem tão investimentos gigante, suscita conflitos entre interesses poderosos, atritos violentos entre diversos agentes

e podem produzir impactos que não se coordenam com esta imagem positiva. Estas diversas faces, aplicadas ao evento dos Jogos Olímpicos, serão objecto de estudo na segunda parte deste trabalho.

1.4 BREVE HISTÓRICO DOS GRANDES EVENTOS

Os grandes eventos lidam, acima de tudo, com imagem, com orgulho, com o desejo de tornar material a supremacia local, o conjunto de qualidades que somente aquela cidade exhibe. Com isso, os grandes eventos abrem sua esfera de actuação em direcção ao espaço urbano, à arquitectura, à cidade. Em termos históricos, são frequentes os relatos da utilização de expressões físicas – seja em forma de edifícios, de espaços públicos, da construção de novos trechos urbanos, de grandes intervenções ou reconstruções de áreas urbanas – como tentativa de dotar perpetuar uma ocasião, data ou acontecimento na memória pública.

Há, na história mundial, diversas ocasiões que renderam motivação para intervenções temáticas no espaço urbano. Frequentemente, as datas a serem cristalizadas na memória pública eram ligadas com motivos religiosos ou militares, ou ainda marcavam datas de acontecimentos relacionados com a realeza. Tais momentos eram moldados sob a forma de edifícios, monumentos, praças, ruas, etc. Desde a história clássica, relatos de ocasiões especiais como no período clássico, as Olimpíadas e as celebrações dionísicas, ou as saturnais e os circos romanos; na era medieval, as peregrinações religiosas; ou ainda os Carnavais renascentistas.

A Revolução Industrial agregou mudanças à utilização dos Mega Eventos. Era uma época de ebulição científica, de mudança de paradigmas artísticos, de transformação cultural e sociológica. As nações que já atingiam a fase de industrialização desejavam demonstrar ao mundo seu desenvolvimento tecnológico e sua evolução científica, principalmente através de sua produção industrial. Foi a época das Exposições Mundiais ou Universais. Parte da vanguarda que se desejava demonstrar estava na perícia em construir edifícios antes impossíveis, envoltos em grandes e novos parques públicos. Assim nasceram o grande Palácio de Cristal e o Hyde Park, em Londres, a Torre Eiffel, em Paris, o Parque da Cidadela, em Barcelona, o Parque das Nações, em Lisboa, etc. Em comum entre eles, o facto de terem sido parte de uma Exposição Mundial, na qual ilustrava-se as grandes inovações tecnológicas produzidas em cada um destes países.

Após 1920, a execução das Exposições Internacionais passou a estar vinculada com o Bureau International des Expositions. Este órgão assumiu o poder de seleccionar e rotular que tipo de evento tem o privilégio de ser rotulado como Exposição Universal, e organiza o processo selectivo para novas sedes em intervalos irregulares de tempo.

Edições das Exposições Universais

Ano	Cidade	País	Ano	Cidade	País
1851	Londres	ING	1953	Jerusalém	ISR
1855	Paris	FRA	1953	Roma	ITA
1862	Londres	ING	1954	Nápoles	ITA
1867	Paris	FRA	1955	Turim	ITA
1873	Viena	AUS	1955	Hesinburgo	SWE
1876	Filadélfia	EUA	1956	Beit-Dagon	ISR
1878	Paris	FRA	1957	Berlim	ALE
1880	Melbourne	AUS	1958	Bruxelas	BEL
1888	Barcelona	ESP	1961	Turim	ITA
1889	Paris	FRA	1962	Seattle	EUA
1893	Chicago	EUA	1965	Munique	ALE
1897	Bruxelas	BEL	1967	Monte Real	CAN
1900	Paris	FRA	1968	San António	EUA
1904	Saint Louis	EUA	1970	Osaka	JAP
1905	Liege	BEL	1971	Budapeste	HUN
1906	Milão	ITA	1974	Spokane	EUA
1910	Bruxelas	BEL	1975	Okinawa	JAP
1913	Ghent	BEL	1981	Plovdiv	BUL
1915	São Francisco	EUA	1982	Knoxville	EUA
1929	Barcelona	ESP	1984	Nova Orleans	EUA
1933	Chicago	EUA	1985	Tsukuba	JAP
1935	Bruxelas	BEL	1985	Plovdiv	BUL
1936	Estocolmo	SWE	1986	Vancouver	CAN
1937	Paris	FRA	1988	Brisbaine	AUS
1938	Helsinki	FIN	1991	Plovdiv	BUL
1939	Liege	BEL	1992	Génova	ITA
1939	Nova Iorque	EUA	1992	Sevilha	ESP
1947	Paris	FRA	1993	Taejon	COR
1949	Porto Príncipe	HAI	1998	Lisboa	POR
1949	Estocolmo	SWE	2000	Hannover	ALE
1949	Lion	FRA	2005	Aichi	JAP
1951	Lille	FRA	2008	Zaragoza	ESP

Quadro 1.3 – Edições das Exposições Universais

Fonte: Bureau Internacional des Expositions

Após a segunda guerra mundial, às Exposições Mundiais somou-se a tendência de utilizá-las como parte de um programa mais amplo de transformações urbanas a longo prazo, “com operações de reestruturação de todo um bairro que muda de aplicação ou a uma operação de desenvolvimento de uma zona ainda não ordenada” (Galopin, M. 1997). As grandes feridas urbanas deixadas pelos anos de destruição, bombardeios e guerra deram espaço para programas de reconstrução interligados com as Feiras Internacionais.

“Espectáculos têm sido um dos principais produtos da sociedade do pós-modernismo e um meio chave para expressar a personalidade das cidades, aumentar seu status e divulgar sua posição em relação à realidade global” (Essex, S. e Chalkley, B. 1998), porque os grandes eventos conseguem responder às frequentes deficiências da cidade pós-fordista – espaços ociosos, degradação urbana e necessidade de

diversificação económica – agregando-se no processo a atenção dos meios mediáticos e a divulgação das qualidades da cidade em mercados mais amplos.

Durante quase dois séculos, as Exposições Internacionais, Universais, ou Mundiais têm sido grandes veículos de divulgação urbana, e justificação para grandes intervenções urbanas. A contribuição dos grandes eventos para estratégias de regeneração urbanística é fortemente associada com o pós-Fordismo e com a citada transição da sociedade industrial para pós-industrial, e do modernismo para o pós-modernismo (Esser, J. e Hirsch, J. 1989; Graham, J. 1992; Tickell, A. e Peek, J. 1995; Essex, S. e Chalkley, B. – 1998). O pós-fordismo acresceu aos grandes eventos outras áreas de intervenção. Além dos locais que sofreram com as guerras, havia então a necessidade de revitalização de áreas abandonadas pela actividade industrial em reestruturação.

A utilização de grandes eventos foi gradualmente popularizando-se, e a partir dos anos 90 assistiu modificações. A passagem para o pós-fordismo determinou grande impacto na utilização de grandes eventos. O enfraquecimento da economia industrializada acabou por afectar as Exposições Universais. O grande desafio que envolve a execução de Exposições Universais é o de conseguir envolver conteúdos passíveis de seduzir e atrair um público em escala mais ampla e em cada uma de suas edições, para assim conseguir desvincular-se da relação mais próxima com a actividade industrial. Para tanto, tem-se apostado pela combinação com tópicos culturais e científicos para suprir a necessidade de assuntos de interesse. “Com as mudanças gerais de perfil e de contexto das exposições, ao longo da história de sua realização, e com os episódios concretos de cada uma de suas sucessivas edições” (Galopin, M. – 1997, Lima dos Santos, M.L. e Costa, A.F. 1999). As Exposições Universais actuais passam a apostar na combinação entre tecnologia, cultura e educação para preencher seus conteúdos e manter sua capacidade de atracção de público.

Mesmo com esta mudança no programa das Expos, pode-se observar exemplos recentes que tiveram efeitos negativos sobre a cidade. Emblemático, neste tópico, o exemplo da Exposição Universal de Sevilha, que hoje coloca-se como um exemplo de falta de articulação entre o terreno e a cidade. O terreno da Exposição Universal coloca-se como um museu de arquitectura ao ar livre, sem integração com o envolvente, com pouca utilização pela população, e com impacto negativo na estrutura da cidade.

Paralelamente à perda de importância e de apelo mediático das Exposições Mundiais no cenário mundial, assistiu-se a evolução da importância das Olimpíadas no contexto mundial. As Olimpíadas lidam com uma actividade extremamente tradicional e popular, um desdobramento da cultura de toda a humanidade, que é o desporto. Ele permeia toda a história do homem, com grande versatilidade de formas e métodos, mas preponderantemente com a relação vencer – perder, simples, sem complexidades e de fácil apreensão. O desporto envolve, através da competição, instintos mais básicos da psique humana, que

detona sentimentos de satisfação, alegria e realização, assim como seus antónimos. É uma actividade de grande aceitação e enorme possibilidade de sedução e ampliação de público consumidor, pois não exige a apreensão de regras muito complexas para seu entendimento.

Apesar de ser uma actividade voltada para o lazer, o desporto apresenta um desenvolvimento notável como actividade rentável economicamente, atrelado à valorização económica radical de todos os ramos do entretenimento. Sendo destacável a supremacia do desporto como actividade base para uma série de mercados: vestuário, equipamentos, instalações, instrução, serviços, etc. além das competições em si.

Por ser o desporto uma actividade relacionada com eventos de repetição muito improvável, a relação entre ele e a media é muito estreita, com possibilidade de evolução por cooperação mútua. Grande parte da actual situação que o desporto goza em relação ao seu status como actividade económica é derivada da relação privilegiada com a media. O desporto tornou-se instrumento de divulgação publicitária que transmite produtos e marcas ao contacto com seu amplo mercado consumidor.

O papel da media nesta relação é a de ser veículo de documentação e de compartilhar em larga escala as competições desportivas, eventos únicos proporcionados pelo desporto. Isto é uma mais-valia importantíssima para a divulgação da actividade desportiva e, conseqüentemente, para sua crescente relevância como motor de sectores económicos.

Por lidar com o desporto como elemento principal, as Olimpíadas conseqüentemente conseguem agregar as características de sedução e aceitabilidade presentes na actividade desportiva, o público consumidor de desporto, além de agregar de maneira indissociável a participação dos meios mediáticos. Porém, conseguiu atingir estágios superiores ao de simples competição, ao dotar o evento de uma mensagem de fraternidade entre os povos, sem diferenciações. A elaboração da Filosofia Olímpica – princípios que direccionam todas as actividades do Comité Olímpico Internacional, e de todos os órgãos hierarquicamente subordinados a ele, criada pelo fundador do evento, o Barão de Coubertin – agregou ao evento ideais que possibilita às Olimpíadas, transpor o status de simples competição para o de ocasião de confraternização mundial.

Tal combinação entre confraternização e competição em busca da igualdade e fraternidade para o ser humano resultou em um evento que demonstra seu sucesso através do seu crescimento. Em pouco mais de um século de edições, os Jogos Olímpicos evoluíram de um campeonato com pouca divulgação para o evento de audiências de carácter mundial. Por exemplo: a segunda edição das Olimpíadas, no ano de 1900 em Paris, tentou estreitar relações com a Exposição Universal contemporânea, com o objectivo de ser parte das actividades programadas para a Expo. Hoje, os Jogos Olímpicos são o maior evento conhecido, com envolvimento de um público em escala mundial.

Edições dos Jogos Olímpicos de Verão

Caracterização			Participação			
Ano	Local	País	Nações participantes	Atletas	Eventos	Desportos
1986	Atenas	GRE	14	241	43	9
1900	Paris	FRA	24	997	95	18
1904	Saint Louis	USA	12	651	91	17
1908	Londres	ING	22	2008	110	22
1912	Estocolmo	SWE	28	2407	22	14
1916	Antuérpia	BEL	29	2626	154	22
1924	Paris	FRA	44	3089	126	17
1928	Amesterdão	HOL	46	2883	109	14
1936	Berlim	ALE	49	3969	129	19
1948	Londres	ING	59	4104	136	17
1952	Helsínquia	FIN	69	4955	149	17
1956	Melbourne	AUS	72	3314	145	17
1960	Roma	ITA	83	5338	150	17
1964	Tóquio	JAP	93	5151	163	19
1968	Cid.México	MEX	112	5516	172	20
1972	Munique	ALE	121	7134	195	23
1976	Montreal	CAN	92	6084	198	21
1980	Moscou	URS	80	5179	203	21
1984	Los Angeles	USA	140	6,829	221	23
1988	Seoul	COR	159	8391	237	25
1992	Barcelona	ESP	169	9356	257	28
1996	Atlanta	EUA	197	10318	271	26
2000	Sydney	AUS	199	10651	300	28
2004	Atenas	GRE				

Quadro 1.4 – Edições dos Jogos Olímpicos de Verão

Fonte: Comité Olímpico Internacional

Edições dos Jogos Olímpicos de Inverno

Caracterização			Participação			
Ano	Local	País	Nações participantes	Atletas	Eventos	Desportos
1924	Chamonix	FRA	16	258	16	6
1928	St. Moritz	SWI	25	464	14	4
1932	Lake Placid	EUA	17	252	14	4
1936	Garmisch Partenkirchen	ALE	28	646	17	4
1948	St. Moritz	SWI	28	669	22	4
1952	Oslo	NOR	30	694	22	4
1956	Cortinna d'Ampezzo	ITA	32	821	24	4
1960	Squaw Valley	EUA	30	665	27	4
1964	Innsbruck	AUT	36	1091	34	6
1968	Grenoble	FRA	37	1158	35	6
1972	Sapporo	JAP	35	1006	35	6
1976	Innsbruck	AUT	37	1123	37	6
1980	Lake Placid	EUA	37	1072	38	6
1984	Sarajevo	YUG	49	1272	39	6
1988	Calgary	CAN	57	1423	46	6
1992	Albertville	FRA	64	1801	57	7

1994	Lillehammer	NOR	67	1737	61	6
1998	Nagano	JAP	72	2176	68	7
2002	Salt Lake City	EUA	77	2399	78	7
2006	Turim	ITA	80	2508	84	

Quadro 1.5 – Edições dos Jogos Olímpicos de Verão

Fonte: Comité Olímpico Internacional

Os números demonstram a evolução dos Jogos Olímpicos através da sua participação directa. Poder comparar a diferença de números, como por exemplo, da participação de nações, das primeiras edições (Verão: 14, 24 e 12, nas três primeiras edições, para 197, 199 e mais de 200 das três últimas; Inverno: 16, 25 e 17, nas três primeiras, e 72, 77 e 80 nas três últimas). Isto dá pistas da expansão da audiência e, consequentemente, da ampliação do poder de comunicação que os Jogos desenvolveram, principalmente nestes últimos 30 anos.

Uma comparação talvez mais palpável na busca de mensurar o crescimento mediático dos Jogos Olímpicos é a comparação do número de repórteres envolvidos directamente. O IOC começa a documentar em Moscovo 1980, um número de 5615 repórteres. Já em Sydney 2000, este número elevou-se para 16033 repórteres. Estabelecendo-se a relação entre os profissionais de media e o alcance que cada um deles pode ter em diferentes países, encontra-se um crescimento da divulgação mediática de 285% em 20 anos.

Ao mesmo tempo em que a importância do evento crescia, mais complicado ficava o processo de candidatura. A concorrência por ser a cidade anfitriã é, a cada edição dos Jogos, mais feroz. Posteriormente, na próxima parte do trabalho, serão desenvolvidas reflexões sobre o processo selectivo e suas exigências, assim como as demandas que o próprio evento e o Comité Olímpico Internacional colocam sobre o processo de elaborar e organizar uma edição dos Jogos Olímpicos.

CAPÍTULO II

AS OLIMPIADAS, O COMITÉ OLÍMPICO E SUAS EXIGÊNCIAS

2.1 O COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL

O Comité Olímpico Internacional é um organismo fundado em 23 de Junho de 1894 a partir da iniciativa de Pierre de Coubertin, com o objectivo de recuperar a prática, original da Grécia Antiga, de organizar os Jogos Olímpicos como instrumento para, através do desporto, reunir atletas de todo o mundo em um ambiente de confraternização e intercâmbio cultural. Em 1896 os Jogos Olímpicos retornaram, após uma pausa de 1500 anos. Começava a história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, que aconteceria em intervalos de quatro anos. Para Coubertin, os Jogos representariam ocasiões para exercitar a comunicação e difundir ideais de fraternidade e paz entre os povos. Ele reúne competências representativas de toda a actividade desportiva em âmbito mundial. Congrega, segundo uma relação de hierarquia, todos os Comités Olímpicos Nacionais e as Confederações e Federações desportivas nacionais ou internacionais. Através desta hierarquia, consegue exercer influência em todas as escalas da prática desportiva regulamentada e organizada, e ampliar para até cada atleta seu público interessado e sua massa polarizada. Segundo o Código Olímpico (IOC 2004) é “uma organização internacional não governamental e sem fins lucrativos”, mas que consegue agregar actualmente um poder proporcional à rede com a qual agrega representativamente atletas e envolvidos na actividade desportiva em escala mundial.

Através de suas subdivisões em órgãos subordinados a si localizados em vários países do mundo, consegue estender sua relevância a termos internacionais. Seu poder é estruturado segundo duas estruturas principais: a Secção Olímpica e o Comité Executivo. A Secção Olímpica, reuniões que congregam os Membros do Comité Olímpico Internacional, 115 elementos, entre representantes nacionais (70), atletas na activa (15), elementos detentores de altos cargos nas Federações Internacionais (15) e nos Comités Olímpicos Nacionais (15), que devem participar das secções do Comité Olímpico Internacional e têm poder de voto sobre seus assuntos relevantes. As Secções detêm, segundo o Código Olímpico (IOC 2004), o status de órgão supremo do Comité Olímpico Internacional. O Comité Executivo, formado pelo Presidente, quatro Vice-presidentes e dez outros membros, eleitos nas Secções Olímpicas em intervalos de quatro anos, que congrega poderes administrativos e define as pautas das Secções Olímpicas. Além destes órgãos, o Comité Olímpico Internacional pode instituir comissões para auxiliar o trabalho das Secções ou do Comité Executivo em assuntos mais relevantes. São elas: a Comissão de Atletas, Comissão de Ética, Comissão de Nomeações, Comissão de Solidariedade Olímpica, Comissão de Avaliação de

Cidades Candidatas, Comissão de Coordenação dos Jogos Olímpicos, Comissão de Desporto e Meio Ambiente e Comissão Médica.

O capital que financia suas actividades é procedente da venda dos direitos de transmissão dos eventos olímpicos, da publicidade, comercialização de produtos comemorativos relacionados com os direitos de autor e comercialização de suas marcas registradas relacionadas com os Jogos Olímpicos. Toda a imagem tradicional relacionada com as Olimpíadas – logótipo, bandeira, hino e mote olímpicos – tem sua utilização, aplicação e comercialização administrada pelo Comité Olímpico Internacional.

Todas as actividades do Comité Olímpico Internacional são parte do Movimento Olímpico, que congrega atletas, organizações e pessoas que concordam em ser regidas pelo Código Olímpico, cuja meta é “contribuir para construir um mundo pacífico e melhor educando a juventude através do desporto praticado de acordo com Olimpismo e seus valores.

“(…) Os três constituintes principais do Movimento Olímpico são o Comité Olímpico Internacional (“IOC”), as Federações Internacionais dos Desportos (“IFs”) e os Comitês Olímpicos Nacionais. Além dos seus três constituintes principais, o Movimento Olímpico abrange também os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos (“OCOGs”), as associações nacionais, os clubes e as pessoas que pertencem às IFs e aos NOCs, particularmente atletas, cujos interesses constituem um elemento fundamental da acção do movimento Olímpico, assim como juízes, dirigentes, técnicos e os outros oficiais e técnicos desportivos. Inclui também outras organizações e instituições que dispõem de reconhecimento pelo Comité Olímpico Internacional” (IOC 2004).

O Comité Olímpico Internacional define legalmente, através do Código Olímpico, sua “missão de (...) promover o Olimpismo pelo mundo afora e liderar o Movimento Olímpico. Seu papel é:

- Incentivar e suportar a promoção das éticas no desporto assim como a instrução da juventude com o desporto e para dedicar seus esforços a assegurar-se de que, no desporto, o espírito do jogo justo prevaleça e à violência é proibido;
- Incentivar e suportar a organização, o desenvolvimento e a coordenação do desporto e das competições dos desportos;
- Assegurar a celebração regular dos jogos Olímpicos;

- Cooperar com o público competente ou as organizações e as autoridades confidenciais no esforço colocar o desporto no serviço da humanidade e promover desse modo a paz;
- Fazer exame da acção a fim de fortalecer a unidade e proteger a independência do movimento Olímpico;
- Agir de encontro a algum formulário da discriminação que afecta o movimento Olímpico;
- Incentivar e suportar a promoção das mulheres no desporto em todos os níveis e em todas as estruturas com uma vista a executar o princípio da igualdade dos homens e das mulheres;
- Conduzir à luta de encontro a doping no desporto;
- Incentivar e suportar as medidas que protegem a saúde dos atletas;
- Opor-se a algum abuso político ou comercial do desporto e atletas;
- Incentivar e suportar os esforços de organizações dos desportos e de autoridades públicas fornecer para o futuro social e profissional dos atletas;
- Incentivar e suportar o desenvolvimento do desporto para tudo;
- Incentivar e suportar um interesse responsável às questões ambientais, para promover dentro o desenvolvimento sustentável no desporto e para requerer que os jogos Olímpicos decorram de acordo;
- Promover um legado positivo dos jogos Olímpicos às cidades do anfitrião e aos países de anfitrião;
- Incentivar e suportar as iniciativas que misturam o desporto com a cultura e a instrução;
- Incentivar e suportar as actividades da Academia Olímpica Internacional (“IOA”) e de outras instituições que se dedicam à instrução olímpica” (IOC – 2004).

Seus elementos são proibidos de terem relações com governos nacionais, de forma a proibir que a influência governamental consiga interferir nas competências, assuntos e decisões que tocam o desporto, o Movimento Olímpico ou os Jogos Olímpicos. Mesmo assim, é de conhecimento público escândalos onde membros que tiraram partido da sua posição nas votações para obter benefícios junto das cidades

candidatas, mas estes casos são motivo para a expulsão do organismo. O caso mais recente ocorreu relacionado com os Jogos Olímpicos de Inverno de 2002 em Salt Lake City, após o qual foram implantadas medidas para aumentar a supervisão dos participantes e suprimir os casos mais notórios de má conduta, com a criação do Conselho de Atletas Retirados, que assiste e acompanha as actividades do Comité Olímpico Internacional.

2.1.1 O OLIMPISMO

Todas as resoluções, actividades, eventos do Comité Olímpico Internacional são baseadas no Olimpismo, uma filosofia elaborada por Pierre de Coubertin, que parte da ideia, fundamental para esta filosofia, de utilizar o desporto como instrumento para, promover a reunião dos povos, trocar culturas e exercitar a fraternidade como modo de ajudar e provar que uma sociedade pacífica é factível, sem conflitos, marcada pela tolerância e pela igualdade independente de raça, sexo, género, religião, política, ou qualquer diferenciação.

Para as actividades das organizações, grupos e pessoas que têm o Olimpismo como filosofia de vida, a meta de trabalho é melhorar a sociedade rumo a uma realidade de paz para os povos, estando elas balizadas e organizadas segundo os princípios fundamentais do Olimpismo:

- “Olimpismo é uma filosofia da vida, que exalta e combina em uma unidade equilibrada as qualidades do corpo e mente. Através da mistura do desporto com a cultura e a instrução, o Olimpismo procura criar um modo de vida baseado na alegria encontrada no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito para princípios éticos universais fundamentais.
- O objectivo de Olimpismo é colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, com vista a promover a sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.
- O movimento Olímpico é a acção permanente e universal, preparada, e organizada, realizada sob a autoridade suprema do IOC, de todos os indivíduos e entidades que são inspirados pelos valores de Olimpismo. Cobre os cinco continentes. Atinge seu ápice quando une atletas do mundo no grande festival dos desportos, os Jogos Olímpicos. Seu símbolo é cinco anéis entrelaçados.
- A prática do desporto é um direito humano. Cada indivíduo deve ter a possibilidade de praticar desporto, sem discriminação de qualquer tipo e segundo o espírito Olímpico, que requer a compreensão mútua com um espírito da amizade, de solidariedade e de fair play. A organização, administração e gerência do desporto devem ser controladas por organizações independentes.

- Qualquer forma de discriminação no que diz respeito a um país ou a uma pessoa em termos de raça, religião, política, ou género ou de outro é incompatível a pertencer ao movimento Olímpico.
- Pertencer ao movimento Olímpico requer a conformidade com o Código Olímpico e o reconhecimento por parte do IOC" (IOC 2004).

Ainda sob a vigência de Pierre de Coubertin na presidência do Comité Olímpico Internacional, a filosofia do Olimpismo já demonstrava falhas conceptuais, principalmente da super valorização da capacidade de transformação social do desporto. Apesar do desporto trazer em si características de confraternização, é indissociável a competitividade que está nele envolvida. O modelo olímpico baseia-se apenas na face da prática desportiva pelo afã da superação, o que ignora – ou considera contornável – os elementos de competitividade indissociáveis à prática desportiva, principalmente de alto nível.

“Historicamente, os dois grandes obstáculos para o olimpismo estavam na fraca justificação ideológica e a dificuldade para atingir uma audiência universal. Com o passar dos anos, apareceram outros, como o doping, o comercialismo, a supremacia dos meios de comunicação e, sobretudo, o gigantismo, que ainda se perfila como uma grande ameaça para o movimento olímpico. (...) O próprio Coubertin vai acabar desenganado e consciente de que havia super valorizado o potencial da competição desportiva como meio de transformação pessoal e de incentivo à convivência entre os povos. Era evidente que o êxito da sua iniciativa havia enfraquecido as bases ideológicas que ele lhe havia dotado.” (Botella, M. 2002a).

Um grande conflito dentro das actividades dos Jogos Olímpicos envolve a profissionalização do desporto olímpico. Durante muitos anos a visão do Comité Olímpico Internacional era contrária à comercialização do desporto e encarava com resguardo a relação dos atletas profissionais dentro dos eventos olímpicos. No entanto, isso é contraditório com o crescimento da relação entre desporto e media, tão valorizado e desejado, principalmente após os Jogos de Moscovo 1980 e principalmente com os Jogos de Los Angeles 1984, quando a negociação pelos direitos de transmissão geraram uma quantidade nunca antes disponível de divisas para o evento. Até Barcelona 1992, a participação de desportistas profissionais era proibida em algumas modalidades consideradas mais profissionalizadas, como o futebol ou o basquetebol. Nesta edição das Olimpíadas, foi liberada a participação de profissionais em todas as modalidades.

Porém a grande discussão que o Comité Olímpico Internacional precisa fazer a cada edição dos Jogos Olímpicos é tentar equilibrar a crescente exigência de novos eventos desportivos e da inclusão de novas modalidades desportivas em um evento que já sofre com um gigantismo que condiciona muitíssimo sua execução, ao ponto de ser determinante para impossibilitar certas cidades de receber os Jogos Olímpicos. “A complexidade crescente dos mesmos, tanto para as capacidades organizativas como para as infra

estruturas de alojamento necessárias, está reduzindo o número de cidades com capacidade real para hospedá-los e contradiz a imagem de universalidade que o movimento olímpico aspira ter” (Botella, M. 2002a). Alguns defendem que o gigantismo exclui as cidades de países em desenvolvimento da selecção por receber os Jogos Olímpicos, reforçando a tendência apresentada até hoje de concentrá-las em países de primeiro mundo, principalmente localizados no hemisfério Norte (Essex, S. e Chalkley, B. 2002).

Por motivos filosóficos, o Comité Olímpico Internacional precisa controlar a tendência ao gigantismo apresentada pelo evento olímpico. Colaborar com a incapacidade de países em desenvolvimento em organizar Jogos Olímpicos contradiz o Olimpismo em seus ideais favoráveis pela participação generalizada e desfavoráveis a qualquer tipo de discriminação, inclusive económica.

O Olimpismo, por mais que tenha apresentado atritos em relação às aplicações concretas, é o cerne da imagem positiva do Comité Olímpico Internacional, dos Jogos Olímpicos e de suas actividades. Por mais que o potencial do desporto como gerador de um mundo pacífico seja abalado a cada novo conflito, a cada nova guerra, a iniciativa do Comité Olímpico Internacional em defendê-lo e segui-lo como vector de suas actividades certamente colaboram para perpetuar os ideais de Coubertin como iniciativa válida na construção de consensos e na resolução de conflitos, para realizar, passo a passo, o sonho de um mundo em fraternidade. Uma prova disto são realmente os Jogos Olímpicos, quando consegue-se conformar um ambiente positivo de confraternização e amizade inter cultural entre atletas de todo o mundo, mesmo que em meio de fronteiras seguradas com a realidade exterior aos espaços e vilas olímpicas durante o período do evento.

2.1.2 O Comité Olímpico Internacional e a Questão Ambiental:

Ciente do prestígio internacional que detém pelo seu histórico de iniciativas voltadas para o uso do desporto e da educação em prol da fraternidade e igualdade do homem, o Comité Olímpico Internacional definiu manter-se coerente com a filosofia na qual baseia suas actividades, o Olimpismo. Mais do que utilizar o desporto como ferramenta de construção de um mundo mais justo e pacífico, a filosofia de Coubertin trata, principalmente, de ter uma participação pró-activa na sociedade, através da colaboração em programas que visam melhorar a relação do homem com seu próximo e, principalmente, de manter uma postura criativa, que procura gerar iniciativas que colaborem para minimizar injustiças, desigualdades e conflitos através da relação com o desporto.

O principal ponto do Olimpismo, apesar do que pode ser pensado, não está localizado no desporto, e sim em trabalhar para conseguir atingir um mundo melhor a cada dia. O desporto fica como instrumento congregante de público, como um meio de ampliação do público atingido, sem ter sua importância diminuída neste contexto. De acordo com os Princípios Fundamentais do Olimpismo, ele é o elemento que liga os indivíduos segundo princípios fundamentais de convivência, e que exige “a compreensão

mútua com um espírito da amizade, de solidariedade e de fair play”, e que repele a discriminação de qualquer espécie, “colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, com vista a promover a sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana”.

Por toda sua história o Comité Olímpico Internacional tem desempenhado um papel activo na sociedade mundial na difusão dos princípios de igualdade dos homens, através de posturas firmes contra sistemas governamentais baseados na discriminação, como por exemplo a proibição à participação da África do Sul nos eventos olímpicos enquanto era vigente a política do Apartheid. A visão de construir um mundo melhor através dos pequenos passos produzidos por cada iniciativa do Comité Olímpico Internacional permeia suas iniciativas, com a consciência que os impactos de cada uma destas iniciativas deixa o mundo mais próximo dos ideais de mundo pacífico e fraterno previstos na filosofia olímpica.

As iniciativas do Comité Olímpico Internacional não são exclusivamente relacionadas com competições desportivas. Apesar de contar com visibilidade excepcional a cada dois anos, quando da realização dos Olimpíadas de Inverno ou Verão, O Comité Olímpico Internacional organiza inúmeras outras actividades de difusão de conhecimento, principalmente relacionadas com o desporto e seus desdobramentos positivos para o desenvolvimento humano. As discussões centradas nas diferentes disciplinas envolvidas nas actividades desportivas e nos eventos promovidos pelo Comité Olímpico Internacional colaboram para o aperfeiçoamento das mesmas, minimizando impactos negativos e maximizando as heranças positivas que elas deixam sobre as comunidades e os sítios por elas tocados.

Através de suas acções, das suas iniciativas e da sua postura pró-activa, o Comité Olímpico Internacional conseguiu desenvolver uma situação social de prestígio no meio internacional. Tanto que agregou uma imagem positiva às suas actividades e seus eventos, e conseguiu um lastro de aprovação mundial para suas actividades, de organização, empreendedorismo, qualidade e preocupação com o bem comum. A mensura deste crescimento do prestígio que o Comité Olímpico Internacional detém em âmbito mundial é sua associação com a União das Nações Unidas na realização da ECO’92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que teve como resultado a elaboração de uma série de recomendações para servir de guia para as nações do mundo, um documento chamado Agenda 21, um plano de acções detalhadas de incidência global, nacional e local, em cada área relevante para o meio ambiente. A agenda 21, a Declaração de Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, e a Oficialização de Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas foram então adoptadas por mais de 178 governos participantes da Organização das Nações Unidas, um acto que oficializou um compromisso mundial em trabalhar para a preservação ambiental e a resolução dos problemas ecológicos, com particular atenção para a prevenção, para a produção e emissão de poluentes atmosféricos e para a gerência dos resíduos.

A participação na ECO'92 foi um passo afrente nas preocupações do Comité Olímpico Internacional. Representou a evolução, muito coerente com os Princípios Fundamentais do Olimpismo, na postura oficial do em relação às questões do meio ambiente e, principalmente, da sustentabilidade, através da oficialização de um compromisso de manutenção e melhora das condições ambientais, e da eleição do património natural como um dos grandes legados que a humanidade pode deixar para suas futuras gerações.

Para uma organização que sempre colocou como legado os produtos dos seus eventos sobre os contextos em que se enquadram – palavra que traz em si uma conotação positiva indissociável (herança, dádiva) – a iniciativa de abraçar causas ambientalistas como novos objectivos de trabalho é muito condizente com a “acção permanente e universal” em favor “(...) do desenvolvimento harmonioso do homem, com vista a promover a sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana”, de acordo com os fundamentos do Olimpismo. Era essencial demonstrar manter a postura pró-activa em relação aos grandes conflitos humanos, tomar posicionamento e utilizar-se de seu poder de liderança para implantar uma política de valorização da questão da sustentabilidade, que inevitavelmente acabaria por difundir-se sobre todos os órgãos relacionados e subordinados e então aos locais onde eles estão enquadrados. “Ele (o Comité Olímpico Internacional) pode usar seu prestígio, sua influência e sua universalidade – vamos encarar a verdade, seu poder – para influenciar, promover, forçar mudanças, impor seu ritmo” (Balderstone, S. 2001). Para instituir oficialmente a relevância das questões ambientais nas actividades do Comité Olímpico Internacional e dos órgãos relacionados, institui-se um terceiro pilar para o Olimpismo, além do desporto e da cultura: o meio ambiente. Esta iniciativa implantou automaticamente em todos os órgãos, pessoas e agrupamentos que têm nele sua filosofia, a preocupação inevitável com as questões ambientais, e a necessidade de exercer um papel activo na preservação e melhoria das condições naturais.

A escolha de abranger a questão da sustentabilidade entre as prioridades do Comité Olímpico Internacional gerou mudanças na sua postura frente às questões ambientais, mudanças estas que naturalmente reflectiram sobre o processo de escolha das sedes olímpicas e sobre os projectos e organizações dos Jogos Olímpicos. O ano de 1992, quando da participação do Comité Olímpico Internacional na Conferência da ONU de Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi o momento de mudança. Já naquele ano o Comité Olímpico Internacional e algumas federações nacionais acordaram que a hereditariedade dos Jogos Olímpicos não poderia ser negativa, e firmaram um compromisso pela Terra” (Segre, A. 2002).

Em 1993, a eleição de Sydney para anfitriã dos Jogos Olímpicos de Verão de 2000 demonstrou claramente a valorização que as questões ambientais conseguiram no meio das preocupações do Comité Olímpico Internacional. Representou de maneira concreta a vitória dos princípios de sustentabilidade ecológica e melhoria ambiental. “Sydney 2000 ousou levar isto a um outro nível – maximizando os

benefícios e legados ambientais imediatos e futuros, tomando o facto de planejar e receber um enorme evento desportivo para converter um problema ambiental em um ganho ecológico” (Balderstone, S. 2001). A grande acção do projecto olímpico era a transformação da área da Baía de Homesbush, através de um programa para despoluir e remediar uma área de mais de 160 hectares em diferentes sítios em volta da Baía, área em que situava-se o Parque Olímpico, inserido no projecto do “Millenium Parklands”, cuja primeira fase englobava 420 hectares – entre Parque Olímpico e Newington – e cuja segunda parte contará com ainda mais 450 hectares até 2010 (Searle, G.H. 2002). A Vila Olímpica e as instalações desportivas foram projectadas e executadas segundo parâmetros de arquitectura e construção ecológicos, privilegiando métodos e materiais construtivos que não agredissem o meio ambiente, o uso associado de energias não poluentes, e sistemas de reciclagem da água e do lixo.

A vitória de Sydney sobre o processo de selecção das cidades-sede expõe claramente a relevância das questões ambientais para o Comité Olímpico Internacional, expôs a necessidade de considerar preocupações ambientais nos projectos de candidatura, de levantamentos ambientais e estudos ecológicos sobre maneiras de remediar problemas e preservar o meio ambiente. Em 1994, o acompanhamento e entendimento das questões ambientais e seus possíveis impactos já mostravam-se mais evoluídos, com as contribuições dos aspectos monitorizados por Sydney 2000 e pelos muitos resultados já obtidos nos Jogos de Lillehammer 1994, de Atlanta 1996 e Nagano 1998.

Apesar da lógica relação já apresentada entre o Olimpismo e o Movimento Olímpico e as questões ambientais, antes de 1992, elas não eram tinham tanta relevância para o Comité Olímpico Internacional, tanto que há documentações históricas acerca dos Jogos de Inverno que citam que depois dos Jogos de 1972, em Sapporo, dizia-se “os movimentos ecológicos eram natos. Isso não facilitava a competição pela organização e multiplicava a discussão e as divisões sobre o abatimento de árvores para a criação das pistas em âmbito florestal, e os danos causados na fauna (ursos em particular)” (Kukawka, P. et al. 1991, Segre, A. 2002).

Neste mesmo ano, o IOC firma um acordo de cooperação com o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) para desenvolver iniciativas em comum, e no congresso centenário do IOC é feita e acatada a proposta de instituir o meio ambiente como terceiro pilar do Olimpismo, além do desporto e da cultura.

Em 1995 é formada a Comissão de Desporto e Meio Ambiente do Comité Olímpico Internacional, que “tem sido capaz de coordenar e organizar conferências e seminários regionais e importantes publicações e manuais, para engajar outras divisões do Movimento na importante tarefa de educar e assegurar que questões ambientais estão sendo tomadas em consideração em planos e operações” (Balderstone, S. 2001). Somente no período de 1995 a 1997 são organizadas três conferências pelo Comité Olímpico Internacional, com associação com o UNEP, com temáticas relacionadas com desporto e ambiente.

Em 1996, uma emenda é feita no Código Olímpico, de maneira a incluir o seguinte parágrafo na Regra 2 do papel do Comité Olímpico Internacional:

“O Comité Olímpico Internacional considera que os Jogos Olímpicos estão presos a condições de demonstrar uma preocupação responsável pelas questões ambientais e encoraja o Movimento Olímpico a demonstrar uma preocupação responsável pelos assuntos ambientais, toma medidas para reflectir esta preocupação em suas actividades e educa todos aqueles ligados ao Movimento Olímpico à importância do desenvolvimento sustentável” (IOC 1999, IOC 2004).

Em ocasião da conferência de 1999 é adoptada a Agenda 21 do Movimento Olímpico. “Devido à universalidade do desporto, o Movimento Olímpico tem a capacidade de exercer um papel activo no processo de executar medidas que favorecem o desenvolvimento sustentável. Por esta razão, o Comité Olímpico Internacional decidiu que o Movimento Olímpico deveria ter sua própria Agenda 21, a qual é um documento básico com proposições de acções a ser consideradas” (Tarradellas, J. 2002).

2.1.2.1 A Agenda 21 do Movimento Olímpico e o Conceito de Sustentabilidade

A Agenda 21 do Movimento Olímpico, à semelhança com o documento gerado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é a expressão oficial e palpável do compromisso do Comité Olímpico Internacional, aplicável igualmente às Federações Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais e demais elementos reconhecidos como parte do Movimento Olímpico, de direccionar o quanto possível suas actividades e eventos para uma postura activa em prol da sustentabilidade. A elaboração da Agenda 21 do Movimento Olímpico foi um passo adicional para oficializar a posição pró-activa do Comité Olímpico Internacional perante as questões ambientais.

A elaboração por parte do Comité Olímpico Internacional de um grupo de recomendações que consideravam preferencialmente as questões ambientais era uma evolução natural. Mais um passo que seria dado, após implantar de maneira inflexível a preocupação com o meio ambiente nos processos de eleição, nas suas actividades, de modificar seu próprio Código Olímpico para implantar um parágrafo que considerava este assunto, e, principalmente, após a mudança interna que levou à criação da Comissão de Desporto e Meio Ambiente. A criação da Comissão foi o facto mais importante para sedimentar as preocupações ambientais em meio às considerações principais do Comité Olímpico Internacional.

Após a participação activa na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o convite feito pela ONU para todas as organizações, governamentais ou não-governamentais, de importância local, regional ou internacional, de elaborar sua própria Agenda 21 baseada no modelo

gerado pela Conferência certamente ouviria ecos dentro do Comité Olímpico Internacional. Após um período de estruturação em função da nova demanda de trabalho, com reformulação em seu próprio corpo técnico e em sua legislação, foi apresentada a Agenda 21 do Movimento Olímpico, cuja criação representou principalmente a divulgação e oficialização destas preocupações por todos os órgãos afectados pelo Olimpismo e pelas actividades do Comité Olímpico Internacional, para quem o Movimento Olímpico demanda de representar um papel activo na elaboração de medidas que favoreçam o desenvolvimento sustentável. “A promoção do desenvolvimento sustentável tornou-se um dos objectivos principais do Movimento Olímpico” (IOC 1999).

O objectivo principal da Agenda 21 do Movimento Olímpico é colaborar para encorajar os membros do movimento a exercer um papel activo no desenvolvimento sustentável do nosso planeta. Fazem parte dela conceitos básicos e acções gerais que colaboram para atingir este objectivo. Segundo o próprio texto, a Agenda 21 é um “guia teórico e prático para todos os membros do Movimento Olímpico, assim como desportistas em geral: o Comité Olímpico Internacional, as Federações Internacionais, os Comités Olímpicos Nacionais, os Comités Organizadores de Jogos Olímpicos, atletas, clubes, técnicos e todos os indivíduos e empresas associados com o desporto” (IOC 2004), sugerindo que estes assegurem-se de que suas actividades desportivas e suas vidas trabalham em prol do desenvolvimento sustentável, exerçam a influência que dispõem em colaboração com a sustentabilidade, e procurem incorporar com relevância em suas políticas as questões da sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade permeia integralmente o documento, sendo, como já relatado, seu objectivo central, o elemento indissociável em todas as actividades dos membros do Movimento Olímpico. Com tal posição central no documento, é essencial determinar com exactidão a conotação aplicada para o termo sustentabilidade no documento. Já em início, em seus Princípios Gerais, a definição de desenvolvimento sustentável é relacionado primordialmente com “a ideia que a preservação a longo prazo do meio ambiente, nosso habitat assim como sua biodiversidade e recursos naturais e meio ambiente só será possível se combinada simultaneamente com desenvolvimento económico, social e político particularmente engrenado ao benefício dos membros mais pobres da sociedade” (IOC 1999).

Tal enfoque agremiador de temáticas sociais na questão ambiental, de maneira muito realista com a real dinâmica do desenvolvimento humano, é também originado na publicação guia: a Agenda 21 das Nações Unidas, que “é baseada em uma aproximação global que abrange os problemas do desenvolvimento humano e a preservação de nossa herança ecológica. Ela aponta os principais problemas actuais e sugere maneiras de preparar o mundo para os desafios futuros em concordância com o desenvolvimento sustentável – ou seja, perseguindo o desenvolvimento social e económico em paralelo à protecção do ambiente e recursos naturais” (IOC 1999). De acordo com este enfoque, a definição de sustentabilidade traz nela de maneira indissociável a multidisciplinaridade entre causas e efeitos, que levam a uma

realidade de interligação da melhoria e preservação das condições de habitabilidade com uma dinâmica que envolve o homem, seu habitat e suas actividades económicas e sociais.

Como já foi dito antes, a forte característica da espécie humana de ser uma espécie que interage com o seu habitat de forma a transformá-lo para poder conseguir dele mais benefícios, através da utilização do seu intelecto para elaboração de técnicas extractivas, agricultoras e produtivas em geral, imprime marcas violentas sobre a natureza. O conceito de desenvolvimento sustentável representa a tentativa de implantar uma capacidade de controlo e principalmente equilíbrio entre homem e meio ambiente, de forma a conseguir garantias a longo prazo de manutenção e melhora das condições e níveis de recursos disponíveis actualmente.

Ao olhar pelo prisma desta dinâmica entre homem, natureza e actividades económicas, as iniciativas mais efectivas exigem análises interrelacionadas, que tenham como meta encontrar um equilíbrio entre estes elementos, de forma a perpetuar a existência de cada um deles e tentar implantar melhorias nesta relação, através de um ritmo que considere a regeneração de recursos, para que às gerações futuras não sejam impostas condições de vida piores que as actuais. Não é possível ignorar que a grande maioria dos casos de degradação ambiental impostos pelo homem à natureza é reflexo da necessidade, muitas vezes gananciosa, de fazer uso de seus recursos naturais disponíveis em data determinada. Segundo a óptica do triângulo natureza – homem – economia, no qual o homem é o elemento móvel do conjunto, o equilíbrio é algo difícil de definir. Temos vivido em uma posição que tende para a relação do homem com a economia, que exige mudanças devido à grande depredação dos recursos naturais. Porém inverter esta relação, através de iniciativas de protecção do meio ambiente que não incorporem algum tipo de flexibilidade que possibilite também a perpetuação das actividades económicas, através da sua adaptação a parâmetros menos degradantes do meio ambiente, também é negativo para o homem, pois impossibilita sua sobrevivência em dado contexto, e certamente geraria conflitos neste equilíbrio.

Para um desenvolvimento sustentável real, incorporar variáveis sociais e económicas é uma necessidade. Para tanto, a Agenda 21 das Nações Unidas divide suas sugestões em quatro categorias: dimensões sociais e económicas; conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento; fortalecer o papel de grupos mais amplos; métodos de implementação.

Como reflexo, seguindo o exemplo das Nações Unidas, o conceito de sustentabilidade presente na agenda 21 do Movimento Olímpico conta com uma multidisciplinaridade que inclui variáveis sociais e económicas. Foram definidos três objectivos básicos: melhorar as condições socio-económicas; conservar e manter recursos para um desenvolvimento sustentável; e fortalecer o papel dos grupos mais numerosos.

Para melhorar as condições socio-económicas, a estratégia do Comité Olímpico Internacional é fazer uso de sua influência e de sua relevante presença universal para exercer um papel activo, de forma a “ajudar a combater a exclusão social, encorajar a protecção da saúde e novos hábitos no público consumidor mais próximo da actividade desportiva, promover infra-estruturas desportivas melhor adaptadas às necessidades sociais, e também aumentar a integração de conceitos de desenvolvimento e meio ambiente nas políticas desportivas” (IOC 1994). Os desdobramentos deste objectivo incidem preponderantemente sobre as organizações associadas, atletas e profissionais do desporto, assim como indústrias de materiais desportivos, que são aconselhadas a desenvolver e participar em projectos que privem pela administração renovável de recursos, pela inserção preferencial de novas infra-estruturas desportivas em sítios mais necessitados, onde as características geradoras de processos de renovação económica e geradoras de benefícios salutareos possam produzir mudanças significativas na inserção da população carenciada no mercado de trabalho e na melhoria das condições de vida urbana. Igualmente, o Comité Olímpico Internacional pretende implantar a utilização preferencial de materiais reciclados ou manufacturados, tanto em equipamentos, instalações e também eventos, de forma a economizar recursos ambientais e energéticos.

O segundo objectivo carrega em si maiores ligações com a questão ecológica. Através dele, o Comité Olímpico Internacional pretende agir através de suas acções para implantar um respeito mútuo ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. “Na construção ou conversão de instalações ou no planeamento de eventos desportivos de larga escala, estas responsabilidades precisarão assegurar que um prévio estudo dos impactos ambientais considera aumentar o respeito pela meio cultural, social e ambiental” (IOC 1999). As intervenções associadas com o desporto, e principalmente com o Comité Olímpico Internacional ou seus órgãos correlacionados, precisam ser ao máximo seguras para o meio ambiente. O desenvolvimento de novas instalações desportivas está subordinado à demanda real, dando-se preferência inicial para a adaptação de instalações já existente. Quando a construção não pode ser evitada, sua implantação precisa resguardar áreas de conservação, ecológica ou agrícola, e procurar remediar sítios contaminados por produtos tóxicos, poluentes ou lixo, com o objectivo de devolver a estas áreas condições para a convivência saudável com a cidade e seus cidadãos. Tal consciência ecológica precisa ser aplicada igualmente aos equipamentos, pois o Comité Olímpico Internacional encoraja o uso de materiais renováveis e de produtos locais, que demandam menos gastos com transporte. Também exige que todas as actividades com ele relacionadas trabalhem para minimizar o gasto de recursos naturais e a produção de resíduos – transportes, geração de energias, alojamentos e alimentação – assim como tenham esquemas de recolha, reciclagem e diminuição de resíduos – lixo e água.

O terceiro ponto considera o fortalecimento do papel de grupos maiores, no intuito de aumentar sua participação activa na sociedade. Os grupos destacados pela Agenda 21 são as mulheres, os jovens e as populações indígenas. As recomendações do Comité Olímpico Internacional são principalmente para

trabalhar para minimizar a discriminação a qual são sujeitos, promover a educação e a participação igualitária na discussão e decisão em assuntos relevantes.

Apesar das outras faces representadas pelo conceito de sustentabilidade aplicado no documento, o destaque que os assuntos do meio ambiente conseguem é claramente maior. Por mais que as outras dimensões associadas à sustentabilidade estivessem lá colocadas – iniciativas certamente valorosas para desenvolver a importância de sua aplicação nas actividades e eventos olímpicos – certamente os assuntos voltados para a preservação do meio ambiente são os mais presentes na Agenda 21. O desenvolvimento das preocupações voltadas para o tema da ecologia é claro e trabalhado na maioria das solicitações colocadas na Agenda 21.

A implantação da Agenda 21 operou modificações importantes no processo de selecção das cidades anfitriãs, principalmente sobre o evento, e consequentemente sobre seu projecto, que recebeu uma carga volumosa de novas considerações. Apesar das questões ecológicas já terem demonstrado sua relevância no processo selectivo na eleição de Sydney e nos jogos de Lillehammer, a cobrança que passou a ser imposta às candidatas exigiram elaborações de estudos de impacto e de hipóteses de minimização dos mesmos, em fases muito precoces do processo. O Comité Olímpico Internacional, através dos seus membros, faria desta nova necessidade uma exigência preponderante. Porém, as novas demandas passaram a solicitar o acompanhamento de estudiosos não apenas na elaboração do projecto e na sua justificação, mas também, e principalmente, durante e após a organização e execução do evento. Criou-se a demanda da constituição de departamentos inteiros destinados à elaboração de estudos, previsão e avaliação de impactos ambientais.

Em consequência disto, as cidades candidatas passaram, a partir das selecções já no século actual, a consumir recursos financeiros e humanos, além de destinar muito tempo, à elaboração de estratégias ecológicas intrincadas, teoricamente capazes de garantir a manutenção da realidade ecológica da área olímpica, estratégias estas que às vezes suscitam dúvidas quanto a sua real execução, quando a pressão do prazo curto colocar-se de maneira mais feroz sobre o processo de organização do evento olímpico. Turim, por exemplo, venceu o processo selectivo para a sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2006 com uma proposta baseada, e assim implementada, em uma rede legislativa de múltiplas avaliações, às vezes conjuntas, às vezes centradas em intervenções de maior impacto ecológico (Segre, A. 2002), que de tão complexa gerou opositores no meio político e suspeitas de inxequibilidade dentro da imprensa (assunto tratado com mais detalhes na IV parte deste trabalho).

Demonstrada a importância da Agenda 21 do Movimento Olímpico para as questões ecológicas, precisa-se destacar um ponto relevante do seu texto, que coloca em termos muito definidos quais as preocupações mais amplas, cuja atenção nos projectos olímpicos poderiam mais facilmente conseguir o equilíbrio no

triângulo natureza – homem – economia. Em meio às indicações de cariz principalmente ecológico, destaca-se, em meio ao objectivo um, naturalmente, algumas considerações pertinentes acerca de habitat e agrupamentos humanos, na qual o Comité Olímpico Internacional desenvolve um pequeno, mas muito importante, grupo de recomendações para o melhor aproveitamento estratégico das intervenções olímpicas. Em citação, este item trata da “promoção de um modelo viável para as aglomerações humanas (...) através da elaboração de exemplos que integram este conceito (remediar os danos das aglomerações predadoras de recursos naturais) em instalações desportivas e nos grandes eventos” (IOC 1999).

“Instalações desportivas serão construídas ou convertidas para conseguir uma integração harmoniosa com o contexto local, seja ele natural ou feito pelo homem, e em acordo com o planeamento de uso do solo considerado. As infra-estruturas deverão possibilitar a construção com materiais duráveis e seguros, utilização económica de recursos de água e energia, e uma gestão eficiente dos resíduos. O uso de recursos e suplementos energéticos renováveis serão prioridade. Qualquer trabalho de construção ou adaptação deverá ter em consideração os princípios de protecção ambiental e ser sujeito de estudo ambiental prévio.

Para eventos desportivos, os organizadores devem assegurar que eles supram condições de desenvolvimento sustentável de eventos anteriores localizados em mesmas condições geográficas e climáticas. Sua preocupação deverá ser aumentar o envolvimento da população local, aumentar os benefícios socio-económicos e sanitários produzidos pelo evento, utilizar menos energia e menos recursos não renováveis, empregar produtos menos perigosos e gerar menos resíduos poluidores no ar, água e solo. Um levantamento de impactos ambientais precisa ser conduzido após o evento.

Nestes eventos, a criação de alojamentos para atletas e outros membros do movimento desportivo precisa ser projectado de maneira a gerar um desenvolvimento acelerado das estratégias locais de residência, sem esquecer os membros mais pobres da sociedade” (IOC 1999).

Este grupo de determinações exprime e explica de maneira muito objectiva o compromisso do Movimento Olímpico em relação às questões sociais. O legado social das actividades do Comité Olímpico Internacional precisa ser assegurado, ainda de acordo com os princípios fundamentais do Olimpismo, de representar um papel activo na construção de um mundo mais pacífico e melhor. A capacidade de iniciar processos de transformação social sobre um contexto não só precisa ser consciente como exige sua aplicação para remediar tantos anos de défice urbano. Portanto, através deste item, a agenda 21 do Movimento Olímpico impõe, de maneira teoricamente irrevogável, a necessidade de elaboração de estudos concretos que justifiquem estrategicamente as escolhas do projecto olímpico, que procurem prever os impactos gerados, de forma a contorná-los ou desenvolvê-los de acordo com sua

qualificação, e ainda de monitorizar os desdobramentos gerados pelos grandes eventos desenvolvidos ou pela implantação de instalações desportivas.

Mesmo com a clareza colocada no trecho acima destacado da Agenda 21, a inserção de estratégias centradas no desenvolvimento social ainda é vaga nos projectos olímpicos e nas candidaturas. As consequências económicas previstas nos projectos olímpicos são ainda apresentadas de maneira muito global, de maneira às vezes tendenciosa, que camufla os efeitos na economia e sociedade locais sob índices aplicados a escalas mais gerais (sobre este assunto, ver item 4 deste capítulo). A utilização de políticas integradas de trabalho sobre estratos sociais mais necessitados é pouquíssimo frequente pelas cidades candidatas em seus projectos, talvez devido à sua complexidade ou ao tempo necessário para sua aplicação e recolha de resultados.

A Agenda 21 notadamente oficializou a postura activa do Comité Olímpico Internacional em relação às temáticas do desenvolvimento sustentável, e suas consequências reforçam a importância das consequências que este documento produziu sobre as actividades olímpicas. Conseguiu trilhar caminhos mais próximos à preservação e melhoria do meio ambiente. No entanto, no que toca os outros objectivos colocados nela, principalmente de acordo com a inserção de grupos sociais mais carentes na sociedade, o Comité Olímpico Internacional ainda carece de desenvolver medidas mais activas, que mais eficientemente consolidem seu papel de maior importância na construção de um mundo mais justo e pacífico.

2.2 O EVENTO OLÍMPICO E SUAS IMPOSIÇÕES SOBRE AS CIDADES-SEDE

Não obstante o interesse pelo uso das Olimpíadas como instrumento urbano de transformação ou atracção de investimentos tenha aumentado muito dos anos oitenta até agora, a demanda para execução de um evento com um porte tão gigantesco é extremamente custosa, tanto em verba quanto em trabalho. Afinal, os Jogos Olímpicos envolvem directamente mais de 15000 pessoas – contabilizando-se apenas os atletas e delegações, sem abranger nesta conta o elenco de organização, voluntários e demais trabalhadores – e concomitantemente cerca de 30 tipos de desporto diferentes.

Um evento do carácter dos Jogos Olímpicos, que carrega em si de maneira indissociável uma gama ampla de modalidades diferentes de especialidades. Um evento com desdobramentos em áreas tão amplas como urbanística, política, económica, tecnológica, turística, ambiental, científica, pedagógica, cultural, desportiva, dos lazeres, ritual” (Lima dos Santos, M.L. e Costa, A.F. 1999) torna imprescindível a participação de profissionais de cada especialidade acima relacionada, afinal uma exposição mediática em massa como a que acompanha uma edição dos Jogos Olímpicos exige organização e execução exemplar do evento, para que se diminuam os riscos de reverter a mais-valia da publicidade para um elemento que

desvalorize a cidade. Um evento incompleto, mal coordenado, aquém das necessidades e expectativas pode produzir danos enormes para a imagem da cidade, de muita dificuldade para remediar.

Portanto, precisa-se garantir as melhores condições para a execução das competições, capazes de satisfazer as exigências para as competições de elite de várias modalidades desportivas, de maneira a acatar às regras de diversas federações internacionais e oferecer aos atletas condições que assegurem seu melhor desempenho. Tais condições não reflectem apenas sobre o espaço de competição, mas demandam espaços de qualidade para treinos, higiene, recepção, sociabilização, assistência médica, alimentação, relaxamento, etc, relacionados com cada modalidade e com cada espaço olímpico.

Em adição, precisa-se garantir condições de trabalho para que todas as comissões nacionais tenham plenas condições de trabalho, organização, controlo de seus atletas, para cumprir sem dificuldades sua agenda de actividades. As condições de trabalho precisam ser garantidas para todas as organizações de comissões, e esta garantia inclui a infra-estrutura de trabalho, instalações físicas, de comunicação e equipamentos mínimas para cada comissão, garantia de facilidade de acesso aos sítios olímpicos, instalações desportivas e alojamentos. Isto inclui não só o instrumental como o meio. Por exemplo: não só é necessário ceder uma frota de automóveis proporcional ao número de atletas da comissão nacional como também é necessário garantir que estes possam utilizar-se do sistema viário da cidade com poucos riscos de serem atingidos por problemas de tráfego que porventura os impeçam de chegar às instalações desportivas a tempo das competições.

Outra necessidade latente, preponderante para o sucesso do evento e, conseqüentemente, para a divulgação de uma imagem positiva da cidade em escala mundial, é conseguir satisfazer à demanda adicional de público que um evento como os Jogos Olímpicos fazem incidir sobre múltiplos aspectos da infra-estrutura da cidade. A cidade precisa conseguir estar pronta para servir a um público muito maior do que o habitual, durante um período muito curto, de aproximadamente um mês, de maneira a garantir condições que mantenham as actividades básicas da população moradora e consiga satisfazer aos elementos adicionais, atraídos pela divulgação combinada do evento e das atracções da cidade.

Para tanto, precisa-se garantir condições de vida satisfatórias para todos: moradores, atletas, público adicional, organizadores, voluntários, etc. durante os dias do acontecimento. Sistemas de fornecimento de energia eléctrica, água, gás de cozinha, infra-estruturas de telecomunicações e viárias precisam ter em conta a possibilidade de agregar ao público servido quotidianamente, esta demanda adicional, de maneira a conseguir garantir as actividades normais da cidade. Isto reflecte-se sobre o ramo económico dos serviços, que precisa estar preparado para absorver este aumento de público consumidor. E principalmente sobre os ramos de alimentação, lazer, hoteleiro e turístico, pois a eles é dirigida a quantidade adicional de visitantes e participantes do evento. Sobre estes sectores económicos incide a

maior necessidade de crescimento já tendo em vista uma retracção posterior ao evento no sentido de conseguir adequação às reais necessidades da cidade após o fim do evento.

Outra necessidade de primeira necessidade para o sucesso do evento é conseguir coordenar os múltiplos fluxos dos diferentes tipos de público envolvido no evento – atletas, administração, espectadores, imprensa – e sua respectiva permeabilidade aos locais olímpicos. A grande preocupação do Comité Olímpico Internacional, dentro de uma Olimpíada, é poder garantir aos atletas condições para que seu desempenho nas competições seja o melhor possível. Para tanto, o controlo de acesso às áreas restritas à convivência dos atletas e das comissões nacionais é importantíssimo. Assim, aumenta-se a garantia, pelo menos dentro dos Espaços Olímpicos – todas as instalações utilizadas no evento – de que o sossego dos atletas corra menos risco de ser ameaçado pelos espectadores comuns, ou pela imprensa.

Para tanto, a análise de fluxos de cada tipo de público acima citado deve ser reflexão constante em todas as instalações e todos os espaços olímpicos, desde os seus projectos iniciais. A diversidade de fluxos deve ser garantida e facilitada, tanto para chegar como para sair dos locais envolvidos nos Jogos Olímpicos, para não condicionar o acesso do público em geral, e até mesmo atraí-lo para os eventos olímpicos. Porém, da mesma forma como deve ser assegurado o fluxo, ele deve ser segregado, para que cada elemento participante do evento possa ter acesso apenas aos espaços planeadamente designados para ele, e não interfira com as actividades em curso em outras divisões. Assim, colabora-se para que cada grupo participante consiga exercer seus respectivos papéis com melhores condições e maiores oportunidades de atingir um grau óptimo de qualidade.

Esta quantidade enorme de necessidades infringidas por um evento desportivo com a escala apresentada por uma edição das Olimpíadas pode ser divididas em três grandes categorias: medidas para garantia de fluxo entre a cidade e o resto do país e do mundo, ou seja, medidas de acessibilidade e mobilidade; medidas que garantam a existência de infra-estruturas físicas capazes de dar condições para a melhor execução das tarefas envolvidas no evento; garantir a demanda de serviços para satisfazer aos anseios do público visitante, dos envolvidos no evento e dos moradores da cidade anfitriã.

Cada categoria pode ser dividida em várias outras subdivisões para atingir todos os aspectos necessários para conseguir atingir todas as necessidades infringidas por um evento desta escala:

2.2.1 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Compreende todas as medidas que garantam a todos a possibilidade de estar em qualquer sítio da cidade, principalmente nos locais olímpicos e sítios mais pertinentes da cidade, considerados atracções turísticas, ou sítios de grande oferta de serviços necessários para o público vinculado com o evento. Compreende também medidas que possibilitem o livre-trânsito entre todas estas partes da cidade, de maneira

confortável, tanto para o público comum como para os envolvidos directamente no evento. Ainda inclui medidas que possibilitem a articulação satisfatória entre a cidade e as demais partes do país e do mundo.

É premissa da cidade olímpica. Tanto que é a primeira frase do capítulo sobre viagens e transporte do Guia do Comité Olímpico Internacional sobre Requerimentos Mínimos para Comissões Nacionais é “o acesso à cidade olímpica deve ser fácil para transportes via terra, mar ou ar” (IOC 2000).

Acessibilidade compreende possibilidade de acesso entre quaisquer partes do país e do mundo e a cidade, independente do tipo de transporte e veículo utilizado, enquanto mobilidade envolve o facto de uma cidade ser completamente acessível para todas as pessoas, ou seja, a articulação entre as divisões do tecido urbano, através do sistema viário ou de diferentes modalidades de transporte, tanto público como particular.

2.2.1.1 Medidas de Acessibilidade:

O grande objectivo presente nas medidas incluídas nesta categoria é incluir a cidade na rede de transportes mundial, e, portanto, garantir a possibilidade de acesso à cidade proveniente de qualquer lugar do mundo. Nenhuma pessoa deve ser impedida de ser presente no evento pela total impossibilidade de meios de transporte de sua localização actual até a cidade-sede. A possibilidade de ligação de transportes entre a cidade anfitriã e todas as outras partes do mundo é primordial, pois ela mensura a articulação entre ela e o mundo, e facilita a difusão da mensagem olímpica e dos acontecimentos do evento em si. Por mais desenvolvidos que sejam os meios de comunicação, a despeito da existência de novas modalidades de comunicação como o uso de satélites, a telefonia móvel, a transmissão de dados, a Internet, dentre outras, um evento como os Jogos Olímpicos demanda um acompanhamento mediático in loco por meio de correspondentes presentes ao evento.

Se a dificuldade de transporte de pessoas entre a cidade e o mundo é uma deficiência existente, então menor será o contingente de profissionais de media designados ao local, e também menor será a qualidade da divulgação do evento em escala global. Também será difícil a chegada de certas comissões nacionais de atletas, o que pode comprometer a qualidade das competições e a obtenção de resultados desportivos. Ainda mais, pode limitar a vinda de turistas atraídos especialmente pelo evento, e consequentemente diminuir a ingestão de verbas adicionais relacionadas com os ramos de turismo e serviços. Pode, finalmente, tornar frustrado o objectivo do evento em ser uma festa de confraternização entre os povos, pois condicionaria o acesso de determinadas populações para o evento, e assim diminuiria sua carga inter cultural.

2.2.1.1.1 Sistema Aeroportuário

Uma dos itens qualitativos para uma cidade, considerados pelo Comité Olímpico Internacional como relevantes para a selecção de uma cidade-sede é a facilidade de trânsito entre a cidade e outras partes do mundo através de transportes aeroportuários. É uma das partes do questionário aplicado para todas as cidades candidatas e, portanto, é factor pertinente para o processo de selecção.

Considerando-se a distância dos deslocamentos em escala mundial e o tempo exigido para tanto, esta preocupação é facilmente entendida. A enorme maioria do trânsito de pessoas e materiais envolvidos nos Jogos Olímpicos é feita por via aérea, portanto muitas exigências são reflectidas sobre o sistema e infra-estruturas dos transportes aéreos. Os aeroportos precisam ser aptos para receber uma demanda grande de voos, principalmente de procedência internacional.

Para tanto, o tema 14 do Manual da Cidade Candidata (IOC 2000) é orientado para a temática dos transportes. Sobre ele, tendo em consideração dois panoramas: a data corrente e a data dos Jogos Olímpicos a que a cidade se candidata, pergunta-se sobre as características do sistema aeroportuário local: número de portões para partida nacional e internacional, capacidade do terminal em passageiros por hora, capacidade das pistas de descolagem e limites para voos nocturnos, além das melhorias previstas. Em outra questão, pede-se uma lista de voos regulares directos nacionais e internacionais nos últimos cinco anos.

Com estas questões o Comité Olímpico reitera a necessidade de interligações rápidas entre a cidade e outros continentes. Uma cidade olímpica precisa rever seu sistema aeroportuário, reavaliar suas infra-estruturas e, isto é preponderante, ter ambições internacionais que justifiquem, em um panorama futuro próximo, a ampliação das infra-estruturas físicas votadas ao transporte aeroportuário, como o desenvolvimento do sector turístico, para que a ampliação da capacidade do aeroporto possa ser acompanhada por um aumento do número de descolagens e pousos mais duradouro do que as necessidades temporárias impostas pelo evento.

2.2.1.1.2 Acesso por via Terrestre: Sistemas Ferroviário e Rodoviário de Transporte

A garantia de a cidade ser acessível é expandida também para as modalidades de transportes terrestres. Precisa-se garantir condições de qualidade para as infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias que dê a possibilidade de acesso por estes meios. Neste caso, o grande objectivo das medidas de acessibilidade é fortalecer a relação entre a cidade e as regiões geograficamente mais próxima, que possibilite às populações moradoras destas áreas participar do evento.

O Comité Olímpico Internacional exige, através de mapas de infra-estrutura geral existente, informações sobre o sistema de estradas disponível para interligar a cidade e as regiões mais próximas geograficamente, e quantificação de tráfego médio e de pico e quantidade e custo de portagens e outras

taxas. São eles também parte do tema 14 do Manual da Cidade Candidata, referente à infra-estrutura de transporte (IOC 2000).

No caso de um evento como os Jogos Olímpicos, que envolvem acontecimentos de excepção durante um período curto, e que têm um poder de atracção tão grande, precisa-se estar preparado para um fluxo de pico nas estradas e caminhos-de-ferro. A proximidade com certas regiões de muita população pode dar margem para uma previsão de demanda superior que aquela tradicional, pois o fluxo entre a cidade e os demais centros populacionais mais próximos.

Outra actividade relacionada com os sistemas de transporte rodoviário e ferroviário é o trânsito de cargas e mercadorias através de camiões e comboios. Esta modalidade de transporte pode ser sedutora para uso pelas delegações nacionais envolvidas nos Jogos, e mesmo para o Comité Organizador. A quantidade de material necessário para competições, de diferentes modalidades, e que precisa ser transportado, pode encontrar na infra-estrutura existente de transportes rodo-ferroviários uma mais-valia.

Para se adaptar às necessidades adicionais consequentes do evento, a infra-estrutura de rodovias e caminhos-de-ferro precisa ser alvo de análise, com o levantamento da situação existente e dimensionamento coerente com as necessidades expressas para um panorama futuro definido. No caso do transporte rodoviário e ferroviário, o elemento mais dispendioso é a construção de novas vias e novos terminais. Se o aumento da demanda puder ser satisfeito através do aumento da frequência de viaturas ou de sua capacidade, entre camionetas e comboios, que não extravasem a capacidade das vias existentes, os custos desta adaptação para as necessidades atreladas ao evento são menores, e o retorno para os parâmetros adaptados às necessidades locais são mais susceptíveis.

A construção de novas vias, tanto ferroviárias como rodoviárias, deve estar vinculada com a necessidade, anterior aos Jogos, de aumentar, ou melhorar, os meios de articulação da cidade com as regiões mais próximas geograficamente. Para que o aumento deste tipo de infra-estrutura seja justificado e não corra o risco de ser super dimensionado ou de deslocar verbas importantes para intervenções não tão necessárias, verbas estas que com certeza faltariam em outras frentes de intervenção, ele deve estar atrelado a previsões eficientes relacionadas com a maximização da capacidade aceite pela nova infra-estrutura.

2.2.1.1.3 Acesso por via Aquática: Sistema de Transporte Portuário

O transporte por via marítima compartilha características com a categoria anterior. Também tem uma relação muito próxima com a actividade de transporte de mercadorias. No caso do transporte marítimo e fluvial, a utilização para fins logísticos é mais frequente e tem maior participação financeira na economia, em comparação com o transporte de passageiros.

Igualmente à categoria anterior, a presença de infra-estrutura satisfatória para a logística pode ser considerada uma mais-valia, que diminui os custos e facilita o transporte de materiais e equipamentos necessários para as competições e organização do evento. Se esta infra-estrutura estiver aquém da necessidade do evento, sua ampliação deve estar ligada a aspirações de crescimento para esta modalidade de transporte, seja para o transporte de mercadorias ou de passageiros. É importante ressaltar que a ampliação do uso do transporte fluvial ou marítimo pode ser importante, ou necessária, para implantar programas turísticos em áreas próximas à cidade-sede.

2.2.1.2 Medidas de Mobilidade:

Da mesma maneira, as medidas relacionadas com a mobilidade são de suma importância, não apenas para garantir o fluxo do público envolvido pelo evento dos locais olímpicos para todas as partes da cidade, mas também no sentido contrário, ou seja, de todas as partes da cidade para os locais pertinentes para o evento. O evento olímpico prescinde de ser articulado com a cidade, para que não seja uma experiência dissociada dela. Os Jogos Olímpicos não podem correr o risco de ter uma imagem de circo, que chega à cidade, faz seu espectáculo e depois desloca-se para outro sítio, sem deixar como consequência nenhuma mudança, física ou imaterial, sem operar modificações na vivência dos moradores. A presença da cidade no evento precisa ser o maior e mais importante diferencial entre uma edição dos Jogos Olímpicos e as demais. Portanto, medidas de mobilidade que garantam a plena articulação entre a cidade, seus moradores, os lugares olímpicos, e seu público relacionado, são decisivas para o sucesso do evento.

A cidade prescinde de viver o evento em sua totalidade, portanto precisa-se envolvê-los em uma rede sólida de relações e acontecimentos durante toda a duração dos Jogos Olímpicos. Mas, ao mesmo tempo, a cidade não pode interromper suas actividades tradicionais durante todo o período de duração dos Jogos. Esta questão incide preponderantemente sobre o dimensionamento das infra-estruturas de mobilidade, pois é essencial o planeamento detalhado de um novo sistema de mobilidade capaz de responder satisfatoriamente à nova demanda temporária e às projecções das necessidades da cidade em um panorama futuro que relaciona a evolução do público usuário com os impactos determinados pelos Jogos Olímpicos. Um planeamento cuidadoso inibe o gasto desnecessário e excessivo em infra-estruturas e serviços adicionais que não são exigidos pela cidade em si.

2.2.1.2.1 Sistema Viário

As maiores pressões no caso de aumento de demanda de circulação intra urbana incidem sobre o sistema viário da cidade. É pelas ruas da cidade que flui a vida urbana, elas são a principal via de transporte para a maioria da população, seja por meios de transportes públicos ou privados, ou ainda através dos passeios que as ladeiam. São frequentes os problemas de tráfego em todas as grandes cidades actuais, que ocasionam lentidão ou estacionamento do fluxo de viaturas. Esta incidência crescente de problemas sobre

o sistema viário, combinado com o frequente aumento do número de veículos particulares na maioria dos centros urbanos, cria uma demanda constante de novas vias ou capazes de absorver um número maior de carros, novas articulações entre partes da cidade, túneis, viadutos, vias rápidas, etc.

As necessidades impostas sobre o sistema viário são frequentemente maiores do que a sua capacidade de adaptação. A grande densidade dos centros urbanos e o alto preço do terreno urbano nas cidades actuais dificultam soluções mais drásticas, como alargamentos de vias ou abertura de novos corredores em pleno núcleo urbano. O preço das obras de infra estruturação viária é alto, porém realizá-las geralmente é inevitável e de importante retorno para a melhoria da qualidade de vida da cidade, afinal a facilidade de mobilidade urbana é um factor determinante para os índices de qualidade de vida urbana.

Os problemas incidentes sobre o sistema viário são realmente pertinentes para a avaliação dos níveis de qualidade urbana. Seus desdobramentos podem ocasionar grandes prejuízos, psicológicos e económicos, para os cidadãos. Portanto, tão relevante é a qualidade do sistema viário para a cidade que o Comité Olímpico Internacional considera a situação da estrutura de vias da cidade como factor descritivo e avaliador da cidade. No Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), o Comité Olímpico Internacional demanda conhecer a rede de vias e estradas previstas para os Jogos, e previsões para relações entre distâncias e tempos de percurso em horas de pico, tanto em veículos particulares como em transporte público. Esta avaliação é pertinente, pois precisa-se evitar ao máximo a incidência de acidentes ou engarrafamentos, que possam porventura ocasionar atrasos das viaturas que transportam as equipas às competições, ou tanto a chegada de público como seu escoamento dos locais olímpicos após as competições seja deficiente a ponto de causar deficiências nos fluxos quotidianos da cidade.

Portanto, justificada a imposição do Manual da Cidade Candidata da descrição qualitativa do sistema viário da cidade e sua relação com as instalações desportivas, os principais locais de alojamento, os terminais de transportes públicos, e demais equipamentos pertinentes para avaliar a capacidade de mobilidade intra urbana a qual todos estariam sujeitos durante os jogos.

Com a frequência com que estes problemas afectam as grandes cidades em sua vida quotidiana, pode-se ter certeza de que o acréscimo de múltiplos eventos simultâneos de grande público exige estudos cuidadosos e detalhados que possam gerar projectos que maximizem a capacidade de contornar e remediar as situações críticas actuais e prevenir os futuros problemas porventura trazidos pelos eventos dos Jogos Olímpicos. Intervenções, por vezes radicais, podem vir a ser necessárias para agir sobre o sistema urbano de modo a dissolver nódulos de tráfego e aumentar a fluidez entre trechos da cidade.

Apesar das Olimpíadas colocarem sobre este problema uma série de condicionantes relacionados com demandas de pico e novos fluxos entre novas e antigas áreas urbanas concentradoras de público, as

melhorias exigidas no sistema viário da cidade têm grande possibilidade de ser benéficas para a cidade. Melhorias em mobilidade têm impactos tendenciosamente positivos para a estrutura urbana, desde que sejam condizentes com directrizes urbanas correctas, ou seja, desde que colaborem para o desenvolvimento de áreas da cidade que tenham capacidades maiores de maximizar os efeitos dinamizadores da economia local, se tiverem propriedades difusoras de melhorias das condições de vida em áreas mais carentes, se puderem diminuir o isolamento de áreas desarticuladas do tecido urbano. Assim, as melhorias no sistema viário poderiam dar à cidade espaços urbanos com potencial de desenvolvimento urbano articulado com as áreas já tradicionais, e aumentar a capacidade de acesso por parte de grupos populacionais que antes tinham na sua localização um condicionante para sua apta participação no cenário urbano da cidade-sede.

Se estas melhorias forem sabiamente elaboradas e se a verba destinada para elas for maximizada, os Jogos Olímpicos têm a possibilidade de marcar a consciência dos moradores da cidade como a ocasião onde à cidade foi oferecida sua ampliação territorial. O carácter metropolitano da cidade é um facilitador na árdua tarefa de encontrar sítios aptos para todas as provas olímpicas. Se a rede de interligações metropolitanas ganharem eficiência, a cidade poderá partilhar com os centros urbanos de sua área metropolitana suas forças e potencialidades em busca de uma economia mais activa, de um sistema turístico mais diversificado, de maior riqueza cultural, etc. As Olimpíadas podem representar o momento em que a cidade e a região metropolitana conseguiram consolidar-se em unidade, possibilitando que todos os seus moradores sejam capazes de usufruir de suas atracções e que possam juntos trabalhar para diminuir suas dificuldades.

2.2.1.2.2 Rede de Transportes Públicos

Melhorias nos transportes públicos, como em instalações, veículos ou serviços oferecidos, ou ainda aumento do número de trajectos disponíveis, da capacidade ou frequência podem aumentar seu público usuário e, conseqüentemente, diminuir o número de veículos particulares em trânsito nas vias da cidade. Por outro lado, o sistema de transportes públicos depende de melhorias no sistema viário para conseguir expandir e melhorar seus serviços, pois algumas modalidades de transportes públicos são directamente afectados pela capacidade das vias e seus trajectos. Esta relação, entre transportes públicos e sistema viário, é directa, onde cada parte se influencia mutuamente, de maneiras diversas. Por isso, deve-se destacar a importância de um desenvolvimento conjunto do sistema viário e da rede de transportes públicos. A ampliação de rede viária independente da implantação de novas linhas de transporte público acaba por ter efeito negativo para o conjunto da cidade, pois aumenta o número de veículos particulares nas vias da cidade.

De qualquer maneira, o desenvolvimento da rede de transportes públicos é geralmente benigno para a qualidade de vida nas cidades, e seu uso deve sempre ser incentivado. O transporte público apresenta

qualidades amplas quando comparado com o transporte particular. Ele pode ter custos menores para a economia urbana, pode oferecer vantagens para grupos sociais mais necessitados, é menos degradante para as infra-estruturas viárias e também para o meio ambiente, através do uso de combustíveis mais limpos. Ao mesmo tempo em que colaboram para diminuir a frota de veículos particulares, também podem diminuir o número de acidentes através da melhoria das condições mecânicas da frota e do controlo da perícia dos condutores. Ao analisar a frequência e percentagem de veículos particulares envolvidos em acidentes e infracções de trânsito em relação às viaturas de transporte público, pode-se chegar à analogias que demonstram que quanto menor a frota de veículos particulares, menor o risco de motoristas sem preparo e experiência, menor o número de infracções, menor o risco de defeitos mecânicos, em resumo, menor a possibilidade de problemas de tráfego nas vias da cidade.

A categoria de transportes públicos é mais abrangente. Engloba não apenas o transporte rodoviário, por autocarros, táxis ou carrinhas, mas também outras modalidades, como metro, comboios urbanos, metro de superfície, até mesmo barcos. Eles podem compreender uma enorme mais-valia para a cidade, pois aumentam determinantemente a capacidade de circulação dentro do espaço urbano. Se houver possibilidade de permeabilidade entre modalidades para os usuários, ou seja, se for possível ao usuário trocar de meios de transporte mediante uma mesma tarifa, as diferentes modalidades de transporte podem colaborar para um sistema único de transportes urbanos, e aumentar a área atendida e os índices de satisfação dos cidadãos e, conseqüentemente, conseguir desenvolver sua competitividade em relação ao uso de veículos particulares.

A rede de transportes públicos é destacada no Manual da Cidade Candidata (IOC 2000) através de duas perguntas onde o Comité Olímpico Internacional indaga sobre as linhas de transportes disponíveis – seus tipos, sua capacidade e a quantidade de usuários transportados em média – as companhias e sua respectiva frota, além das melhorias em curso que segundo previsão estarão disponíveis na data dos Jogos Olímpicos. O Comité Olímpico Internacional exige mapas e tabelas de análise da rede de transportes tendo em vista dois panoramas temporais: o momento actual e o ano dos Jogos Olímpicos.

Outra preocupação latente é a relação entre as instalações olímpicas e a rede de transporte. As competições desportivas deslocam um contingente de pessoas muito grande, que se concentra nas instalações desportivas em um determinado momento, e que as deixa também em momento determinado. Como o público atraído pelas competições é muito grande, seu deslocamento nas linhas de transporte público nestes momentos determinados, início ou fim dos eventos, pode ocasionar sobrecarga no sistema. Portanto, é determinante que a acessibilidade das instalações desportivas seja rica em opções de deslocamento em transporte público, e de preferência, próxima a vias de maior capacidade, que possibilite um escoamento mais rápido, e com opções variadas. Assim, pode-se minimizar os impactos dos eventos desportivos sobre o quotidiano da cidade, dissolvendo com eficiência as aglomerações geradas pelos

eventos desportivos e evitando sobrepor os fluxos gerados por eles com aqueles necessários para a vida normal da cidade.

Consequentemente, o Comité Olímpico Internacional, no mesmo questionário, exige apresentação de análises de demanda, que determinem o número médio e máximo de espectadores para cada instalação desportiva e a lista de recursos de transporte disponíveis para este público. Na questão 14.10, que trata deste assunto, o questionário ressalta a necessidade de análise da acessibilidade das instalações desportivas para múltiplas escalas, desde a cidade-sede, sua região, seu país, e adiante.

Tantas preocupações com a avaliação do sistema de transporte público é justificada, pois o seu preparo para lidar com os grandes públicos atraídos pelos eventos olímpicos é realmente determinante para a melhor realização dos Jogos Olímpicos, sem que os problemas gerados em decorrência do contingente gerado possam afectar o fluxo de atletas, comissões, voluntários e demais trabalhadores que são determinantes para a melhor realização das competições.

Estas exigências, de rede interligada de transportes públicos, de capacidade de escoamento eficiente de grandes quantidades de pessoas, de extensão da rede de transportes para além das fronteiras da cidade, alcançando a área metropolitana, a região, o país e assim por diante, sobrepõem-se frequentemente com aspirações dos centros urbanos. Os gastos com transportes são uma despesa constante das administrações das cidades actuais, seja com manutenção de vias ou veículos, ou ainda com a ampliação das redes de cobertura, e com o ataque ao défice frequentemente existente em relação ao número de usuários, que ainda cresce com a aspiração constante de atrair os usuários de veículos particulares. A reflexão sobre a rede de transportes públicos e os investimentos necessários para executar melhorias em vista de deixá-la apta aos impactos gerados por um evento desportivo da escala dos Jogos Olímpicos geralmente colabora para solucionar tais deficiências. Um planeamento bem executado, de acordo com análises contundentes das potencialidades do sistema de transporte público, em relação aos problemas apresentados, pode direccionar as intervenções exigidas no programa olímpico de maneira a atacar, ao mesmo tempo, as deficiências urbanas. Capacidades de reforço das relações metropolitanas e de valorização de novas centralidades através do aumento ou variação das opções de acesso entre áreas determinadas e os centros tradicionais também são características que podem ser reforçadas no programa das intervenções olímpicas, e que trazem impactos para a relação entre cidadãos e espaço urbano.

2.1.2.3 Infra-estrutura de estacionamento urbano

A questão da infra-estrutura destinada para estacionamento é complexa para as cidades actuais. Ela é intrínseca à política municipal acerca da permeabilidade permitida ao veículo particular e os impactos por ele gerados nos centros urbanos. Em muitas cidades estão em curso reflexões sobre o cerceamento da capacidade de acesso de veículos particulares a sítios determinados, considerados não preparados para o

crescente número de automóveis da frota urbana. Certas áreas de certas cidades sofrem tanto com os impactos impostos pelo tráfego intenso de veículos particulares e não conseguem absorver esta demanda, ocasionando degradação ambiental, problemas frequentes de abrandamento do fluxo automotor e índices de poluição atmosférica e sonora superiores aos índices aceitáveis. Algumas cidades têm como política privilegiar o uso de transportes públicos ou do pedestre, dificultando o uso do veículo particular através de barreiras físicas, limitadores de velocidade ou de acesso, taxas especiais, ou separação do fluxo pedonal em relação ao fluxo de veículos.

Porém, para um evento como os Jogos Olímpicos, onde toda a circulação das delegações nacionais é pensada a partir do uso de veículos privados – automóveis, carrinhas, camionetas – o problema da oferta de sítios para estacionamento é relevante para o Comité Olímpico Internacional. Com a maior preocupação de evitar distúrbios para os atletas, e garantir sua segurança, o Comité Olímpico Internacional exige que os locais olímpicos estejam aptos a receber a demanda de viaturas envolvidas com o trânsito de participantes do evento, entre atletas e comissões técnicas, organização, agentes de media, etc.

No Manual da Cidade Candidata, o tópico da infra-estrutura de estacionamento é levantada na pergunta 14.4, onde a cidade é questionada acerca da oferta de estacionamento disponível ou programada nos sítios chave durante os Jogos, com determinação de localização e capacidade, em carros e autocarros, destes espaços, e destinação planeada entre os grupos de participantes mais relevantes para o evento.

Precisa-se ressaltar a forte característica de atrair públicos numerosos que os eventos desportivos têm. É algo indissociável de competições desportivas de alto nível o interesse que elas suscitam em públicos amplos, portanto não é possível pensar em equipamentos desportivos sem considerar a demanda por ele gerada de locais de estacionamento para veículos particulares, além da exigência de resguardar espaços para este fim a usuários especiais, participantes directos do evento.

Uma cidade pode fazer uso das exigências do Comité Olímpico em relação à infra-estrutura de estacionamentos para intervir em determinadas áreas importantes para a cidade, atraentes de fluxo, mas que não conseguem suprir a necessidade existente em relação à questão colocada. Claro que tais intervenções devem ser consoantes à política municipal em relação ao uso do veículo particular.

Se a escolha é a de cercar o acesso a certas áreas por parte do automóvel, então é preferível que as instalações desportivas sejam localizadas fora destas áreas, ou que esta deficiência local seja suprida por sítios destinados para este fim, localizados em áreas mais distantes, desde que seja oferecida a opção de uso de meios de transporte públicos que interliguem os parques aos equipamentos utilizados nos eventos.

Porém se a escolha é a favor do estacionamento em todas as áreas, a cidade pode optar por executar obras para construção de estacionamentos públicos, subterrâneos ou não, que possam suprir a demanda por este serviços nas áreas mais densas da cidade, com a possibilidade de impor taxas para o uso das instalações, que pode ser convertido em verba adicional para o orçamento municipal.

2.2.2 PARQUE EDIFICADO

Os Jogos Olímpicos impõem exigências extensas em relação à existência de instalações para os diferentes usos relacionados com os diferentes eventos englobados por seu programa. A necessidade de múltiplos espaços é directamente proporcional ao crescimento do número de eventos relacionados com os Jogos Olímpicos, ou seja, como o gigantismo é uma das suas maiores características actualmente, é extensa a lista de instalações necessárias para o seu perfeito funcionamento.

Consequentemente, se é grande a exigência de instalações, extensa a necessidade de espaço para executá-las. Isto confere ao evento olímpico a característica de ter extenso poder transformador dentro do espaço urbano. “Os grandes acontecimentos desportivos são, em geral, grandes consumidores de espaço: pode-se estimar por exemplo que, para uma edição dos Jogos Olímpicos, precisa-se, no total, de cerca de 500 Ha de solo urbano” (Millet Serra, 2000). As intervenções olímpicas podem modificar radicalmente amplas áreas do tecido urbano, e têm a oportunidade de transformar a relação dos cidadãos com a cidade.

As instalações olímpicas têm em comum a complexidade de funções exigidas, a permeabilidade selectiva para cada categoria de usuário, as grandes áreas exigidas para suas implantações, e também o grande impacto urbano que elas ocasionam, não só nas áreas próximas, mas geralmente na cidade inteira.

Na maioria das cidades que já tiveram a oportunidade de ser sede de Jogos Olímpicos, instalações desportivas ou de alojamento destinadas originalmente para o evento demonstram características de referência física dentro do tecido urbano, que representa a expressão mais forte do local onde está inserido, devido ao contraste quase sempre presente entre as instalações e o envolvente.

A reestruturação exigida pela passagem do Fordismo para a economia globalizada foi causa de grandes problemas urbanos, do crescimento da ociosidade urbana que ataca grandes extensões territoriais das cidades. A degradação ambiental e urbana que ataca as antigas grandes plataformas industriais nas antes mais importantes cidades industriais, condenando estas áreas ao desuso e seus moradores à desvalorização imobiliária e social, à falta de vitalidade económica das suas actividades. Poder destinar estas áreas aos projectos olímpicos representa dar uma nova orientação para o desenvolvimento urbano destas áreas, e a possibilidade de disparar processos de regeneração urbana e económica sobre um determinado contexto de degradação ambiental e crise nas actividades económicas, que não necessariamente restringe-se à área de implantação do projecto, mas também para troços do tecido urbano

porventura relacionados. “A localização de instalações olímpicas deve ter em conta critérios sociais, ou seja, deve encorajar a regeneração de partes menos desenvolvidas e menos afluentes da cidade, agindo assim de agente para a diminuição da exclusão” (John, G. 1996).

Os projectos de instalações olímpicas devem satisfazer a uma larga lista de usos, grandes quantidades de usuários de diferentes grupos, fluxos e acessibilidades variáveis para cada tipo de usuário. Esta alta complexidade de actividades para um público extremamente numeroso acaba por colocar a necessidade de grandes espaços, grandes áreas construídas e, conseqüentemente, grandes custos construtivos, que fazem das instalações olímpicas obras de tamanho destacado, que conseguem repetir, nas cidades actuais, a importância das catedrais nas cidades medievais e renascentistas. Este forte carácter iconográfico das intervenções olímpicas implanta, na área de actuação e em áreas próximas, uma relação com a modernidade e, geralmente, valorização económica, também trazida pelo tratamento dos espaços públicos próximos, algo muito frequente nas instalações olímpicas.

Portanto, a cidade-sede tem muitas alternativas para fazer dos equipamentos, cuja construção é exigida para a execução do evento olímpico, elementos capazes de auxiliar o desenvolvimento urbano e a solução de problemas incidentes em grandes áreas da cidade. Porém, a construção destes tipos de equipamentos geralmente tem, no seu alto custo, um forte condicionante para o Comité Organizador. Quando soma-se à necessidade imposta de grandes áreas construídas prontas para atender às imposições do evento, com utilização de novas tecnologias de comunicação e propriedades de incorporação de projectos revolucionários que possam ainda dotar a cidade de uma benéfica imagem de modernidade, manter-se dentro do orçamento pode tornar-se o maior desafio para o Comité Organizador. Notório o exemplo dos Jogos de Montreal em 1976, quando a utilização de materiais, projectos e técnicas inovadoras ocasionou um défice tão grande que gerou uma dívida municipal que só pôde ser saldada através de vinte e cinco anos de tributos a onerar os moradores (Essex, S. e Chalkley, B. 2002, Preuss, H. 1999). Porém, com preocupações de equilíbrio orçamental e de valorizar a execução de intervenções também necessárias para a cidade, a construção de instalações olímpicas pode ser elemento decisivo na melhoria da qualidade do espaço urbano.

2.2.2.1 Instalações Desportivas:

Grande parte das exigências para a realização de Jogos Olímpicos é relacionada com as instalações desportivas. E isto é claramente justificável. Os Jogos Olímpicos congregam num período de três a quatro semanas uma quantidade de competições e eventos desportivos igualmente grande e variada. Actualmente, os Jogos envolvem mais de trezentos eventos desportivos de cerca de 30 modalidades diferentes. Isto define uma lista de instalações desportivas especializadas para cada modalidade e destinadas a grandes públicos, cujos projectos ainda precisam considerar todas as preocupações anteriormente citadas acerca dos diferentes acessos aos diversos tipos de usuários envolvidos no evento.

Para o planeamento do funcionamento do evento como um todo na área urbana, instalações desportivas exigem preocupações com a articulação com o resto do tecido urbano, meios de transporte que possibilitem uma eficiente dissolução e distribuição do público atraído pelas competições, um planeamento acerca das áreas de estacionamento, etc. Segundo John: “estádios ou arenas construídas nas bordas da cidade e cercados de um mar de veículos privados não são mais aceitáveis. Boas ligações com transportes por metro, comboio ou autocarros são essenciais” (John, G. 1996).

O potencial para tornar-se um ícone urbano que as instalações desportivas dispõem, e para ser o início e o causador de processos de melhoria ambiental, urbana e económica dentro de um contexto urbano, carregam, de maneiras proporcionalmente iguais, o processo de planeamento de instalações desportivas de complexidades na análise da melhor implantação e de previsões esperançosas sobre seus efeitos no tecido urbano.

Se a escolha do Comité Organizador for por instalações tecnologicamente avançadas, com técnicas e materiais inovadores, então provavelmente os custos das instalações serão elevados. Ainda mais se a filosofia definida for a favor de incorporar no projecto olímpico arquitectos notoriamente conhecidos, que trabalham com os mais actuais técnicas e materiais, e que geralmente imprimem aos projectos inovações tecnológicas que possivelmente representam gastos adicionais. Porém, a associação com grandes nomes da arquitectura mundial agrega ao conjunto maior potencial iconográfico, e pode trazer retorno adicional nos resultados da instalação desportiva sobre o contexto urbano envolvente.

No entanto, certos gastos são indissociáveis ao processo olímpico, como a necessidade preponderante de preparar as instalações para as actividades dos profissionais de media e possibilitar uma melhor cobertura de media, que trás ao projecto e à execução das instalações desportivas a pressão de ter infra-estruturas compatíveis com as mais novas tecnologias de informação.

Independente das escolhas relacionadas com o design das instalações, a primeira necessidade a qual elas precisam atender é serem aptas à realização das diferentes competições. Um evento que congrega em um espaço temporal de cerca de três semanas mais de trinta modalidades diferentes impõe a preocupação com a quantidade de espaços preparados para as especificidades de cada modalidade desportiva. Afinal, as instalações desportivas precisam fornecer condições amplas para que os atletas, foco principal do evento, possam obter seu melhor desempenho nas provas.

Quando se transfere o olhar para as especificidades de cada modalidade, atina-se para a complexidade que envolve um evento com a escala de uma Olimpíada. São competições com amplas variáveis: número de espectadores diverso, dimensões de área de competições e especificações de materiais variadas, diferentes

quantidades de competidores, e assim por diante. Todas as instalações devem seguir as especificações de todas as Federações e Confederações de desporto e relação às condições mínimas para receber competições internacionais. Em algumas ocasiões, estas exigências apenas significam dimensões mínimas de áreas de competição, revestimentos, satisfação de certos índices físicos, infra-estrutura disponível para os atletas e comissões de arbitragem, em salas, depósitos e balneários, etc. Porém, em alguns casos a competição impõe especificidades tão grandes que exigem implantações muito específicas no que diz respeito à estrutura físico-geográfica: provas que exigem desníveis específicos em terra ou caminhos de água com correnteza, ou ainda grandes áreas de água em condições, que exigem áreas de oficina para os equipamentos, ou instalações, mão-de-obra e infra-estruturas prontas para lidar com animais caríssimos.

A variedade de paisagens exigidas é um grande condicionante para o processo olímpico, pois poucas as cidades do mundo que conseguem ter diversidade físico-geográfica suficiente para satisfazer naturalmente as exigências das diversas modalidades envolvidas no evento olímpico. Portanto, provavelmente certas instalações exigirão a elaboração de cenários artificiais, ou ainda a busca de características semelhantes às necessárias dentro da região metropolitana. Actualmente, devido grandemente à esta multiplicidade de exigências feitas pelos diversos eventos incluídos nos Jogos Olímpicos, é praticamente inaceitável a opção de não dar um carácter metropolitano ao projecto olímpico, pois isto no mínimo restringiria a busca por locais mais indicados para receber certas competições, e traria ao processo de organização grandes condicionantes relacionados com a busca e compra de terrenos, que consequentemente precisariam ser mais centrais, mais povoados ou valorizados.

A tendência à metropolização é hoje tão presente nos Jogos Olímpicos que se consegue determinar a mudança da escala de aplicação de Olimpíadas, da cidade para a região. Um grande exemplo é a edição de 2006 dos Jogos Olímpicos de Inverno, em Turim, onde o Comité Organizador optou por partir de programas que correlacionavam cidade e região polarizada para um melhor desenvolvimento. É importante deixar claro que a ampliação da área de intervenção olímpica é proporcional ao aumento das exigências relacionadas com os meios de transporte, segundo as condições relatadas acima na categoria acessibilidade e mobilidade.

Com tamanha exigência em referência ao número de instalações desportivas exigidas para atender aos múltiplos eventos, o gasto com instalações desportivas pode ser muito volumoso. Aumentar e melhorar a infra-estrutura de equipamentos desportivos pode ser muito vantajoso para a cidade. O desporto é reconhecidamente uma actividade muito difundida, de muita atracção principalmente para as camadas mais jovens da população, e pode ser útil na diminuição de horas ociosas deste extracto social, o que também diminui os índices de criminalidade, se estas novas instalações desportivas forem trabalhadas de forma combinada com programas determinados com este intuito.

Por outro lado, além dos custos de construção, a manutenção das instalações desportivas pode onerar muitíssimo a administração municipal, e, conseqüentemente, todos os moradores da cidade. Uma cidade precisa, antes da elaboração da candidatura e do projecto olímpico, elaborar estudos para determinar com a maior precisão possível a aceitação da actividade desportiva, o crescimento desejado para ela, e a actual infra-estrutura oferecida para este fim, para, com base na análise destes dados, poder determinar a real necessidade de instalações desportivas que a cidade apresenta e apresentará dentro de um panorama temporal determinado. É importante considerar a evolução da procura por actividades desportivas que a própria Olimpíada poderá despertar na população da cidade-sede. Portanto, a previsão da demanda para instalações desportivas na cidade deve ser um dado conhecido no início da elaboração do projecto olímpico. Partindo-se dela, pode-se escolher entre remodelar e adaptar instalações existentes ou construí-las de raiz, para satisfazer a grande demanda de locais para realizar os eventos desportivos. Outra escolha importante envolve o grau de perenidade determinado para a utilização para o desporto. A cidade-sede pode escolher montar uma infra-estrutura temporária para determinadas modalidades que não suscitem interesse suficiente da população local, e aplicar medidas para modificar o uso principal do equipamento para outra utilização que seja mais desejada pela população.

Um facto que exige atenção no dimensionamento da infra-estrutura desportiva municipal é relacionado com a escolha de restringir a utilização desportiva exclusivamente para eventos ou treinos de equipas de elite. As cidades com aspirações internacionais precisam ter, entre seus equipamentos urbanos, instalações desportivas aptas para competições desportivas de elite internacional. Porém precisa-se reflectir sobre os custos de manutenção exigidos por estas instalações, e sobre a frequência de utilização. A consciência que a necessidade dos Jogos é diferente à da cidade precisa estar presente no projecto olímpico. O uso de certas instalações, como os velódromos, é exclusivo, por questões de segurança, para atletas com experiência, o que agrega à existência deste tipo de instalação um gasto muito alto em relação à frequência de instalação. Algumas competições exigem pistas tão específicas que demandam gastos muito grandes em relação com a utilização, e ainda podem originar grandes danos ecológicos em uma região ampla, como é o caso das pistas de bobsleigh e salto em esqui, que devem ser objecto de análises muito aprofundadas não apenas em relação aos gastos mas principalmente pelos impactos que podem originar.

A cidade-sede precisa ter, em primeiro lugar, sua real necessidade em relação às instalações desportivas, e pensar nas exigências apresentadas pelo evento olímpico como um estágio para o qual deve-se adaptar para satisfazer, mas que não necessariamente dita o tamanho da sua infra-estrutura de equipamentos desportivos.

2.2.2.2 Infra-estruturas de Alojamento:

O grande número de trabalhadores e atletas envolvidos no evento olímpico e suas especificidades exigem infra-estruturas de alojamento diversas, que possam resguardá-los de situações desgastantes, para que todos possam ter um desempenho próximo do seu melhor em suas actividades, e possam ajudar à realização de um evento que tenha consequências positivas e possa ser memorável.

Como a quantidade de pessoas directamente envolvida nos Jogos é muito diversa, e a cada grupo cabe um peso determinado de contacto e interacção com os outros grupos, além de acesso a áreas diferentes e necessidades diferentes em relação às infra-estruturas de trabalho, faz-se necessário dividir estes grupos em diferentes estruturas de alojamento.

Para as delegações nacionais, incluindo-se atletas e organização de cada equipa, destina-se a Vila Olímpica. Para os trabalhadores relacionados com o Comité Olímpico Internacional, exige o alojamento da Família Olímpica. Para os trabalhadores do sector de Media, destina-se a Vila Media. Cada estrutura destas é separada das demais, e a capacidade de permeabilidade é atribuída às pessoas, de acordo com o grupo ao qual elas estão enquadradas.

O Comité Olímpico Internacional exige que o Comité Organizador forneça alojamentos para os atletas e delegações, sendo que os custos de construção, instalação e certos equipamentos que são aplicados ao Comité Organizador. Oficialmente, no Manual da Cidade Candidata (IOC 2002), no que diz respeito aos gastos com parque edificado, consta que estes gastos são impingidos ao Comité Organizador, que tem a opção de alugar instalações, executar construções temporárias, objectivamente para o período dos Jogos, ou construções permanentes.

No entanto, os Comités Organizadores constantemente têm determinado às instalações construídas um papel determinante na obtenção de fundos para custear o evento. Tal facto tem sido muito frequente quando se analisa a utilização de instalações de alojamento após o fim dos Jogos Olímpicos, principalmente com as Vilas Olímpicas. As cidades-sede podem ver vantagem nestas necessidades apresentadas de construção para, através da construção das infra-estruturas de alojamento, conseguir iniciar processos de transformação urbana em áreas deficientes da cidade, como por exemplo:

- Atacar áreas amplas da cidade que têm como características a construção de baixa qualidade e a degradação urbana, através da demolição de edifícios considerados aquém aos índices mínimos necessários para a habitação, substituindo-os por outros que consideram e incorporam características de maior qualidade;
- Modificar o uso predominante em áreas da cidade afectadas pela ociosidade causada pela desvalorização das actividades antes relacionadas com estas áreas;

- Sanear terrenos antes ligados a utilizações nocivas ao meio ambiente, como por exemplo depósitos de lixo, com geração de melhoria de qualidade ambiental e adição de área nova para crescimento urbano;
- Desenvolver áreas periféricas para prepará-las com infra-estruturas urbanas para o crescimento e aumento da densidade urbana, de acordo com uma escolha expansionista da cidade.

Independente da escolha feita para a implantação das infra-estruturas de alojamento, constante tem sido a opção dos Comitês Organizadores de converter as infra-estruturas de alojamento como geradores de recursos para o evento. A imagem positiva relacionada com os Jogos Olímpicos favorece a venda dos imóveis, também devido ao carácter completo da intervenção – que incide não somente nos edifícios em si, mas também no espaço público próximo, com adição de mobiliário urbano, reconstrução nas vias próximas e acções de embelezamento urbano – o que geralmente transforma a área olímpica em novo alvo da especulação imobiliária. Sua presença em uma área urbana geralmente é relacionada com possibilidade de desenvolvimento urbano e melhoria nas condições de qualidade ambiental.

Apesar de muito se dizer acerca da geração de novos investimentos para a cidade, um efeito pode ser originado pela inserção no mercado imobiliário dos edifícios executados para servir de infra-estrutura de alojamento para os Jogos Olímpicos: a transferência de foco de interesse imobiliário para as áreas olímpicas. Este efeito pode ocasionar impactos negativos para a cidade, pois pode determinar a decadência urbana de trechos anteriormente valorizados. Tal efeito negativo pode ser contornado através de intervenções olímpicas que possibilitem actuação mais ampla possível dentro do território urbano, que conciliem e se articulem com várias áreas da cidade de maneira a poder espalhar e distribuir ao máximo a valorização ocasionada pela realização do projecto olímpico. Para tal efeito, as intervenções de mobilidade são as mais importantes, pois aumentam a capacidade e facilidade de interacção dos moradores com as áreas olímpicas, aumentando o público atendido e maximizando seus efeitos benéficos por um contingente mais amplo da população.

2.2.2.2.1 Vila Olímpica:

De todas as infra-estruturas de alojamento exigidas pelo Comité Olímpico Internacional, a Vila Olímpica é a mais importante, e aquela que carrega em sua execução o maior número de exigências e normas. Afinal, “Vilas Olímpicas são o coração vivo da celebração olímpica” (Moragas, M. et al, 1996), a grande praça onde pode-se tornar em realidade os ideais de confraternização entre nações que carregam de qualidade um evento desportivo, e que deixar a competição em uma escala inferior de importância frente à festa do contacto entre os diferentes povos, culturas e tradições envolvidos nas Olimpíadas. A Vila Olímpica é o local olímpico por excelência.

A Vila Olímpica é o espaço mais especial para o Movimento Olímpico. É o território onde os ideais da Filosofia Olímpica conseguem tornar-se realidade, onde o evento olímpico se liberta da competição intrínseca ao evento desportivo para dar lugar à fraternidade entre os atletas participantes dos eventos. Ela consegue fazer de oponentes nas competições companheiros na vivência em todos os espaços de convivência disponíveis para os atletas.

“O propósito da Vila Olímpica é criar uma comunidade real para o Olimpismo. Ela deve ser projectada e organizada para melhorar a habilidade dos atletas para participar de desportos de alto nível e para engajar-se em educação e intercâmbio culturais” (Moragas, M. et al, 1996).

Para o Comité Olímpico Internacional, à exclusão de toda esta simbologia que faz dela o centro do evento olímpico ou o local do encontro e da confraternização, a Vila Olímpica deve ser um sítio “onde os atletas são aptos para prepararem-se para as competições sem serem incomodados pelo mundo exterior (por exemplo: media, visitantes, patrocinadores)” (IOC 2000). Segundo as recomendações do Simpósio de Vilas Olímpicas de 1996 (Moragas, M. et al. 1996) “os atletas que vivem na Vila Olímpica devem ser capazes de:

- Viver em condições que os direccionem para competições desportivas de alto nível;
- Participar das Cerimónias de Abertura e Encerramento e participar dos eventos desportivos e culturais dos Jogos;
- Aproveitar oportunidades de participar em intercâmbios culturais com outros atletas;
- Aproveitar oportunidades de experimentar e explorar a cultura local;
- Aproveitar o acesso a novas tecnologias de comunicação electrónica com outros atletas na Vila e com familiares e amigos em suas casas;
- Participar no planeamento de diferentes aspectos da Vila Olímpica desde o início.”

Igualmente, “ (...) os atletas olímpicos devem:

- Viver em comunidade com outros atletas na Vila Olímpica;
- Respeitar os direitos e privilégios dos outros atletas;
- Participar das actividades inter culturais dos Jogos;
- Engajar-se nas experiências de cultura local” (Moragas, M. et al. 1996).

Com a importância que tomou na evolução histórica do evento, a Vila Olímpica deixou de ser apenas mero alojamento de atletas para congregar funções múltiplas, que partem da residência, passam pela função de organização dos atletas, e acaba por englobar funções amplas de imagem e personalidade do

Olimpismo, como dito acima, e também do local, numa fusão das características locais com a filosofia olímpica, que faz dela o amálgama das múltiplas faces do evento olímpico.

Por mais que estejam incluídas estas características abstractas, são os requisitos físicos, quantificáveis, que dão a dimensão da complexa estrutura que a Vila Olímpica precisa satisfazer. São em média 10000 atletas para as Olimpíadas de Verão, e 3500 para as de Inverno, mais a metade desta quantidade para equipas técnicas e demais organizadores das diferentes delegações nacionais. Ainda somam-se a este montante: elementos do Comité Organizador, trabalhadores e voluntários, que somam uma população de cerca de 30000 pessoas para as Olimpíadas de Verão e 7000 para as de Inverno. A população, em número semelhante à de uma pequena cidade, pode introduzir a complexidade de exigências que este complexo precisa atender, e que exigem igualmente extensões territoriais de pequenas cidades. A analogia com uma cidade não pára no terreno das comparações. O sistema administrativo é semelhante, com a nomeação de um “mayor” como figura representativa da administração, apontado pelo próprio Comité Organizador (Felli, G. 1996).

O Manual da Cidade Candidata (IOC 2000) indica que a Vila Olímpica precisa atender os requerimentos contidos nos seguintes documentos: Contracto da Cidade Anfitriã, Linhas-guia do IOC para Vilas Olímpicas, Requerimentos do IOC e o Código Olímpico. Isto pode mensurar o quanto é imprescindível que a Vila Olímpica tenha qualidade suficiente para responder a tantas exigências e tantas normas. Segundo os Requerimentos para Vilas Olímpicas do Comité Olímpico Internacional (Felli, G. 1996), uma vila olímpica precisa ter duas partes, uma chamada de Zona Residencial, onde são hospedados os atletas e delegações nacionais, cujo acesso é restrito aos moradores e aos elementos do Comité Olímpico Nacional. A outra é denominada de Zona Internacional, que permite acesso restrito a outros elementos, como os profissionais de media, e é o grande terreno do intercâmbio cultural na Vila Olímpica. O documento ainda explicita que a Vila Olímpica precisa suprir três características básicas de necessidades:

- Instalações: grande parte das exigências impostas é de cariz físico, de espaço. Uma Vila Olímpica deve oferecer aos seus usuários sítios aptos para alojar 15000 ou 3500 pessoas; gabinetes de trabalho para o trabalho dos organizadores cada delegação; equipamentos de comunicação; grandes depósitos de materiais para cada delegação, oficinas para desportos que exigem este tipo de infra-estrutura, como ciclismo; instalações para treino adjacentes à Vila Olímpica; clínica médica com disponibilidade para ceder salas para médicos ou massagistas das equipas; locais de lazer, com salas de TV, bibliotecas, salas de jogos, salas de meditação, etc; restaurantes; gabinetes para a administração da própria Vila Olímpica; além de instalações para demais departamentos ligados com a administração, com comunicação e media interna à Vila, segurança e controlo de acesso, etc.

- Serviços: para que a Vila Olímpica seja uma cidade, que possa oferecer uma plenitude de serviços aos atletas a ponto de que a necessidade de sair da Vila para obter serviços seja minimizada ao máximo, e para que as equipas de organização de cada comissão nacional possam exercer em plenitude suas funções e possam ter comunicação activa com o Comité Organizador, uma série de serviços devem ser oferecidos: limpeza dos quartos e de roupas de cama e toalhas; nutrição, relacionada com as especificidades da alimentação de atletas de alto rendimento, assim como hábitos nacionais e religiosos, com uma grande variedade de tipos de comida acessível aos atletas a qualquer ocasião, 24 horas por dia; serviços médicos aptos a resolver os problemas mais comuns que possam ocorrer na população da Vila Olímpica; serviços de viabilidade para modalidades de comunicação; transporte não poluente dentro da Vila Olímpica; Centro de Assistência e de Informação às delegações nacionais; centro comercial, serviços de lavandaria e secagem a seco; oficinas de reparo ou venda de equipamentos desportivos; centros para auxílio de linguagem e secretariado a disposição, sala de TV com gravadores; jogos, discos e outros tipos de lazer; métodos de relaxamento, como sauna, piscina, etc; cafés e snack-bares; laboratórios de foto; floristas; salões de cabeleireiro; correios; bancos; agências de turismo; diferentes centros religiosos e de relaxamento; salas de encontro e conferência; elaboração de um periódico de circulação interna à Vila; e centro de entretenimento com serviços de cinemas, teatro e biblioteca em várias línguas.
- Administração: a administração da Vila deve ser responsável por assegurar o melhor funcionamento dos serviços, resolver problemas porventura gerados, privar pela segurança dos “moradores”, a gerência dos serviços oferecidos, a comunicação entre delegações, entre si e entre Comité Organizador e delegações (IOC 1996).

A Vila Olímpica é, sobretudo, uma pequena cidade dentro de uma cidade, cuja população é formada por atletas de todo o mundo a conviver no mesmo espaço. É importante destacar as especificidades que um projecto para um público tão variado quanto o próprio planeta. Precisa-se atinar para as diferenças de culturas e implantá-las no projecto, ou nos serviços, ou na organização, com o objectivo de manter a fraternidade e minimizar os conflitos que diferentes nações ou religiões podem vir a ter no âmbito mundial. A Vila Olímpica deve ser um exemplo de aceitação e convivência pacífica entre os diferentes povos e culturas do mundo. Portanto, precisa-se atinar para certos tipos de alimentação, para organizar as delegações de maneira a colocar culturas similares próximas umas das outras e evitar o choque de povos rivais em espaços próximos. Demanda-se espaços ecuménicos que atendam a diferentes tipos de religiões. Por mais que o princípio dos Jogos Olímpicos e da própria Vila Olímpica seja a convivência entre povos diferentes, preferencialmente precisa-se evitar atritos contornáveis através de uma organização atenta para tais especificidades.

“Ainda devem ser oferecidas todas as facilidades e serviços desejados por 200 comités olímpicos nacionais, para que a vila ofereça uma vida pacífica e tranquila, alinhado com o facto que durante os Jogos não se deve precisar sair da vila, se não o quer. (...) Isto envolve um enorme planeamento de serviço de refeitório grande o suficiente para atender aos diferentes hábitos alimentares de diferentes culturas e religiões das pessoas que lá vivem, lojas, serviços de lazer e entretenimento cultural, centros de treino desportivo, uma quantidade de lojas para suprir ou reparar artigos desportivos, serviços médicos e religiosos, salas de encontro, telecomunicações, instalações para entrevistas de media, meios de transporte e estacionamento para carros, etc. Finalmente, a necessidade de se organizar um complexo para serviços de administração e entretenimento na vila precisa ser tomada em consideração, que são institucionalmente representadas pela administração municipal” (Abad, J.M. 1996).

O Comité Olímpico Internacional aconselha que “previsões devem ser feitas para que homens e mulheres sejam acomodados separadamente. Igualmente, atletas de diferentes desportos não devem dividir quartos ou apartamentos. (...) Atletas de diferentes países nunca devem dividir apartamentos e/ou quartos. (...) Consequentemente, o Comité Organizador deve ter em consideração uma sobra de quartos e/ou camas (aproximadamente 5% da capacidade total)” (IOC 1996). Tais medidas têm como objectivo diminuir os atritos entre rotinas e culturas diferentes dentro do espaço mais íntimo do quarto ou do apartamento. Por outro lado, isto traz exigências devido aos horários semelhantes de todos os usuários das unidades habitacionais, relacionados com o fornecimento de serviços básicos: os apartamentos devem ter mais casas de banho que a média e deve-se disponibilizar depósitos de água quente com grande capacidade de acumulação, pois deve-se considerar que todos os moradores das unidades terão os mesmos horários, mesmos compromissos, e provavelmente farão uso de duches em mesmos momentos. Por outro lado, como a organização do evento responsabiliza-se pela alimentação, não são necessárias instalações de cozinha nas unidades habitacionais. “Não se deve esquecer que 15000 pessoas têm de viver num espaço que posteriormente será ocupado por somente 7 a 8000 – que certas salas de estar precisam ser transformadas em quartos, que as diferentes origens culturais dos residentes da vila devem importar e divididas em 3 grupos: homens, mulheres e misturado, etc.” (Abad, J.M. 1996). Um planeamento que considere não apenas tais diferenças, mas que também tenha atenção pelas transformações necessárias para adaptar a Vila Olímpica para a utilização residencial tradicional, precisa estar presente desde os momentos mais precoces do projecto das unidades habitacionais.

Outras especificidades devem ser incluídas no projecto. Por exemplo, a escolha de equipamentos ou mobiliário para as Vilas é condicionada em virtude do público-alvo: os atletas de alto rendimento, que apresentam especificidades em relação à média da população. Como em algumas modalidades desportivas a estatura dos atletas é muito superior aos índices médios, medidas precisam ser tomadas para

garantir o conforto dos atletas: 20 % das camas devem ter 2,20m de comprimento; os duches também devem preferencialmente seguir esta recomendação.

Tantas funções, tantos usuários, tantos serviços, justificam plenamente a comparação da Vila Olímpica com uma pequena cidade. A complexidade de articulação e controlo de fluxos dos usuários, e satisfação de todas as actividades que acontecem dentro de seus limites durante o período dos Jogos Olímpicos, são pressões presentes em todo o processo. Porém, a vida da Vila Olímpica apenas começa com o mês de utilização como alojamento de atletas e delegações. Ela é a principal herança deixada pelas Olimpíadas para a população da cidade-sede, e seu impacto sobre a estrutura urbana tem potencialidades para ser enorme. A extensa área exigida para a sua construção pode desencadear efeitos positivos e negativos em contextos urbanos mais amplos, e seus custos de construção podem impossibilitar outras intervenções mais relevantes para o futuro da cidade. Porém, pela múltipla carga simbólica e multidisciplinar indissociável à Vila, e ser a representação, em termos materiais e físicos, dos ideais do Olimpismo, a criação de uma Vila Olímpica é imprescindível.

Sua morfologia, no entanto, está direccionada para uma forte tendência em implantações em um único terreno, em consequência às exigências com a quantidade de serviços exigidos, com a necessidade de resguardo e segurança dos atletas, a especificidade da infra-estrutura exigida. O primeiro parágrafo do capítulo destinado às Vilas Olímpicas do Código Olímpico (IOC 2004) já impõe esta premissa: “com o objectivo de unir todos os competidores, oficiais de delegações e outros organizadores em um só lugar, o Comité Organizador deve providenciar uma Vila Olímpica para o período determinado pelo Quadro Executivo do Comité Olímpico Internacional”. As consequências destas determinações em adição às complexidades do projecto em si acabam por impossibilitar certas soluções de projecto, como por exemplo a escolha de utilizar as potencialidades da Vila Olímpica de maneira mais pulverizada em uma área mais tradicional, que sofra com a ociosidade do parque edificado e degradação ambiental, principalmente nos espaços públicos, através da transformação de uma série de edifícios degradados em partes da Vila Olímpica, e o uso de praças antigas como área Internacional. Tal opção poderia ser interessante para contornar efeitos de degradação em áreas amplamente integradas na malha urbana tradicional, mais próximas dos centros históricos, mas é de grande complexidade nos aspectos imprescindíveis de controlo de acesso e resguardo de uma atmosfera tranquila para os atletas.

O Comité Olímpico reconhece a importância que as Vilas Olímpicas podem ter para o desenvolvimento urbano da cidade, e exige, através do Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), garantias que o sítio escolhido para a localização da Vila Olímpica é coerente com os planos de desenvolvimento urbano, como parte do processo de selecção de uma cidade-sede. O Comité Olímpico Internacional está ciente do potencial de influência positiva ou negativa para o contexto urbano local e municipal, e da visibilidade que ela terá antes e durante o evento, como representação física das Olimpíadas em si. Tais garantias são

importantes para perpetuar a ideia, tão implantada pelo Comité Olímpico Internacional de que as Olimpíadas geram legados, heranças, produtos positivos, para a cidade e a região que a recebe.

É importante para o Comité Olímpico Internacional que a Vila Olímpica represente referências positivas no contexto mundial, da utilização de tecnologias inovadoras, mais limpas, económicas e de menor impacto ambiental, da realização de comunidades integradas ao meio ambiente, com aproveitamento de fontes limpas e renováveis de energia e reciclagem de resíduos e de água. A importância da questão ambiental para as actividades olímpicas deve estar sempre presente.

Igualmente, medidas de inclusão de minorias sociais no quotidiano são, já há anos, parte das iniciativas do Comité Olímpico Internacional. Sua união com o Comité Para-olímpico Internacional no intuito de fortalecer a inclusão de portadores de limitações motoras ou dos sentidos nas actividades sociais é renovada através da elaboração de Jogos Para-olímpicos em continuidade aos Jogos Olímpicos, que já é uma prática tradicional. Isto exige que a Vila Olímpica, em sua totalidade, assim como todos os demais locais olímpicos, sejam completamente acessíveis a este grupo especial de usuário, afinal são nestas mesmas instalações que se realizam os Jogos Para-olímpicos. Isto agrega à Vila Olímpica características fortalecedoras de seu poder comercial. Um exemplo é a comercialização da Vila Olímpica de Barcelona, que foi desejada por familiares de portadores de limitações, o que ajudou na venda de suas unidades. Hoje, ela apresenta percentagens mais elevadas deste público entre seus moradores que a média da cidade (Carbonell, J. 2002).

A grande intenção do Comité Olímpico Internacional é fazer das Vilas Olímpicas o espaço de experimentação de novas atitudes com uma filosofia de transformá-la em exemplo para o mundo de ambientes de qualidade, com interacção entre usuários, de inclusão social. Uma cidade sem barreiras, dentro das cidades tradicionais, de forma ser semente para a germinação de transformações sociais e urbanas em direcção a uma realidade de maior igualdade, melhor qualidade de vida, e mais respeito pelo meio ambiente e pelo próximo. “Vilas Olímpicas, de Verão ou Inverno, devem ser construídas como exemplos de desenvolvimento permanente de cidades e casas sem barreiras, e como um exemplo de respeito pelo meio ambiente e qualidade de vida nas cidades modernas” (Moragas, M. et al, 1996). Contraditoriamente, as Vilas Olímpicas têm sido instrumento de gentrificação e limpeza social incidentes principalmente sobre as populações que habitavam nos locais escolhidos para sua implantação. A valorização imobiliária que os terrenos próximos são sujeitos devido à intervenção olímpica provoca aumento no valor dos imóveis e alugueres, que conseqüentemente causam a expulsão da população existente para outras áreas (Greene, S.J. 2003). Considerando-se que os efeitos de valorização imobiliária e interesse para a especulação são realmente indissociáveis (Preuss, H. 1989), e até mesmo desejados pelo Comité Organizador – pois a venda da Vila Olímpica é uma grande fonte de recursos para o evento olímpico – as cidades-sede precisam prever estes efeitos, e elaborar políticas de realojamento e

compensação das populações expulsas das áreas olímpicas, devido à ameaça de que as Vilas Olímpicas, imbuídas de ideais tão nobres, possam vir a traduzir fisicamente a discriminação económica nas cidades.

“A criação de uma nova área de vizinhança é uma ampla responsabilidade urbana que define o carácter de uma área urbana para sempre, enquanto que o uso de uma área para uma Vila Olímpica é uma responsabilidade efémera pertencente ao Comité Organizador dos Jogos Olímpicos, um comité com validade limitada a um período entre seis e oito anos” (Abad, J.M. 1996).

2.2.2.2.2 Centros de Media, Telecomunicações e Transmissão:

A maior fracção do investimento disponível para a organização dos Jogos Olímpicos, e a mais garantida, é proveniente da comercialização dos direitos de filmagem e transmissão das cerimónias e das competições que fazem parte do evento olímpico. A participação dos meios de media é importantíssima também para custear o evento. Para tanto, é imprescindível oferecer condições de trabalho que se aproximem do considerado óptimo, tanto em instalações quanto em tecnologias, para conseguir agregar ao produto a mais-valia de instalações modernas e adaptadas para as demandas actuais, que possibilitem um trabalho mais satisfatório e uma transmissão de alta qualidade.

É competência do Comité Organizador: planejar, dimensionar, localizar e desenvolver condições de trabalho, inclusive quanto às instalações, para que os profissionais de medias variadas possam fazer uma cobertura activa e sempre presente nos eventos de maior interesse participantes dos Jogos Olímpicos.

O Comité Olímpico Internacional exprime, através do Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), a imposição sobre o Comité Organizador da construção, instalação e instalação de equipamentos para todo o parque edificado, inclusive para os Centros de Media e Transmissão.

A cidade dispõe das escolhas de construir de raiz ou adaptar edifícios para os usos determinados, ou ainda fazer uso de aluguer para dispor de área para instalação dos Centros de Media e Transmissão. No caso de ter a propriedade das instalações, o Comité Organizador dispõe da opção de comercializá-las para conseguir reaver investimentos.

Como as outras infra-estruturas em parque edificado relacionadas com a intervenção olímpica, os Centros de Media e Transmissão são dotados de propriedades desencadeantes de processos de melhoria de qualidade ambiental. A cidade pode fazer uso da presença destas infra-estruturas edificadas para fazer uso da reputação da intervenção olímpica, devidamente combinada com intervenções de embelezamento, instalação de mobiliário urbano e reconstrução dos espaços públicos, para tentar a diminuição de efeitos de degradação urbana, aumento de interesse económico e social por áreas antes destinadas ao abandono, e

inverter tendências de enfraquecimento da economia local, com a dinamização causada pela atracção de novos públicos consumidores para a área.

A presença destas outras infra-estruturas edificadas referentes à intervenção olímpica pode ter aquele factor de pulverização dos efeitos de requalificação ambiental, económica e social, impossibilitados pela necessidade de concentração da Vila Olímpica.

2.2.3 SERVIÇOS

Com o acréscimo de um contingente adicional de grande quantidade representado pelos visitantes em geral – atletas e delegações, trabalhadores e voluntários, profissionais de media e turistas – a demanda por serviços variados sofre um aumento significativo, e precisa ser absorvida durante o período do evento.

Junto com este acréscimo astronómico de público consumidor de serviços, também espera-se sempre uma grande injeção de verbas adicionais, oriundas deste público adicional atraído pelos Jogos Olímpicos. O crescimento de público representa oportunidade importantíssima para desenvolver a economia local, a iniciativa do pequeno empresário, exercitar o empreendedorismo existente no local.

Receber este público com qualidade representa estar adaptado a esta demanda de pico. Para tanto, estudos acerca da infra-estrutura de certos serviços são importantes para conseguir dimensionar a evolução das empresas de serviços, determinar taxas de crescimento necessárias, meta de crescimento a atingir após um período determinado, para conseguir preparar a economia local para tirar melhor proveito da chegada destes visitantes. Determinadas as deficiências e suas áreas de incidência, precisa-se elaborar políticas de incentivo ao desenvolvimento de actividades económicas, através da criação ou crescimento de empresas, e acções pelas quais pode-se atingir o objectivo de preparar a economia local para a nova demanda a chegar.

No entanto, a preocupação com o dimensionamento da economia para o evento olímpico pode ser na verdade causa de uma grave crise económica. Precisa-se ter clara a necessidade de reestruturação económica posterior ao fim do evento, e à saída do público consumidor adicional. Porém o mais positivo à cidade é tentar manter ao máximo a demanda adicional, através de campanhas de desenvolvimento económico de algumas áreas relacionadas, principalmente, com o ramo turístico, com o aumento do número de visitantes, para que o crescimento implantado em ocasião dos Jogos Olímpicos consiga ser ao máximo igualada com os números de turistas atraídos.

Para tanto, os Jogos Olímpicos podem ser de grande utilidade, através da grande exposição mediática da cidade durante um período de cerca de um mês. A elaboração de peças publicitárias que pretendem vender o produto-cidade dentro do mercado de turismo, como local apazível, apto a receber visitantes, de

preferência sem limites sazonais, deve aproveitar a exposição em massa da cidade em ocasião dos Jogos Olímpicos para informar sobre as qualidades e especificidades da cidade em si, e transformá-las em atrações turísticas capazes de justificar o gasto e trabalho de deslocar-se até a cidade.

A análise das potencialidades da cidade, das infra-estruturas disponíveis e necessárias para transformar em realidade as aspirações de desenvolvimento no sector turístico e seus desdobramentos, tanto para locais de alojamento como para atrações é determinante para uma previsão exacta do crescimento pretendido. Diversificar as atrações turísticas e preparar a cidade para atender a diferentes tipos de turismo – de lazer, de pernoite, de verão, de negócios, de feiras e congressos – compreende medida muito susceptível a alcançar com sucesso o objectivo de aumentar o capital gerado pela actividade turística e de aumentar as taxas de visitação de uma cidade. Assim, o crescimento excepcional da demanda turística da cidade gerada pelos Jogos Olímpicos pode representar uma mudança mais duradoura.

Sempre com a consciência da sazonalidade desta demanda específica, a cidade não somente precisa mas deseja satisfazer este público adicional. Uma série de serviços diferentes são exigidos para alojar, entreter, ou alimentar este contingente de consumidores durante o período do evento.

2.2.3.1 Sector Hoteleiro:

Sobre o sector hoteleiro incide a maior das pressões geradas pelo evento olímpico. O número de visitantes atraídos de todas as partes do mundo para a cidade-sede durante o período específico dos Jogos é geralmente muito superior ao que a habitualmente a cidade recebe. Portanto, o sector hoteleiro é dimensionado para uma demanda às vezes muito inferior aos números do evento. Adaptá-lo para esta demanda adicional é parte importante da preparação da cidade para receber os Jogos Olímpicos. Um levantamento da oferta de serviços de hotelaria é necessário para poder determinar qualitativamente e quantitativamente qual a situação precedente do sector. Posteriormente, com base no precedente e nas metas de crescimento do sector, determinar a quantidade de estabelecimentos devem ser criados, em categorias estratificadas pela qualidade do serviço e classificação dos hotéis.

O crescimento do sector hoteleiro prescinde de políticas incentivadoras da cidade-sede como destino turístico, de campanhas de venda da cidade, tanto em escala nacional como internacional, que consigam gerar aumentos nos números de visitantes da cidade, suficientemente competente para gerar público para garantir índices satisfatórios de ocupação da rede hoteleira, após a reestruturação do sector em consequência dos Jogos Olímpicos. A formação de agrupamentos de agentes interessados no desenvolvimento turístico da cidade em Comitês especificamente voltados para este objectivo é uma medida importante para o crescimento da importância turística da cidade. Deste agrupamento seria competência elaborar diferentes pacotes turísticos com base nas potencialidades culturais locais, como por exemplo gastronomia, arquitectura, sistema museológico, paisagens e actividades específicos do local

e de trabalhar para fortalecer e vender a identidade e peculiaridades locais em mercados nacional ou internacional.

Mesmo considerando-se o crescimento do potencial de atracção turística da cidade, o aumento dos números de visitantes provavelmente não conseguirão igualar a demanda de pico gerada pelos Jogos Olímpicos. Ao Comité Organizador, juntamente com o Comité de Turismo, ou outra denominação semelhante, compete elaborar estratégias alternativas para complementar a demanda por alojamento. Opções temporárias ou itinerantes são muito interessantes, como a utilização de alojamentos em quartos em casas de família, ou ainda o uso de navios de cruzeiros, que dispõem de infra-estruturas satisfatórias de alojamento. Resta destacar a necessidade de alargar a oferta de quartos no sector hoteleiro para diferentes preços e diferentes padrões de serviço. Desenvolver apenas a hotelaria de luxo é ignorar o poderio económico de uma larga massa de viajantes, e recusar um capital importante gerado por este segmento económico.

2.2.3.2 Serviços de Entretenimento e Atracções Turísticas:

Os sectores de lazer e entretenimento são também muito sujeitos à flutuação do mercado gerado pelos visitantes atraídos pelos Jogos Olímpicos. Impossível considerar que somente os Jogos Olímpicos gerarão entretenimento para todo o montante de visitantes que a cidade recebe no período do evento. Além do facto já mencionado neste texto de que a integração dos visitantes com as actividades culturais e com as peculiaridades da cidade é largamente incentivado pelo próprio Comité Olímpico Internacional.

Fácil prever um grande aumento nas taxas de visitação às atracções turísticas da cidade, e no público de empresas de entretenimento diurno e nocturno. Tais sectores devem expandir-se, seja em área ou em pessoal, ou ainda em horário de atendimento, para conseguir satisfazer à demanda acrescida, porém sempre com a perspectiva de readaptação após o fim do evento e a diminuição do público consumidor.

Para que a diminuição das taxas de desemprego local sejam mantidas, a participação dos grupos incentivadores da actividade turística na cidade é essencial, no intuito de conseguir colher, através de campanhas de venda da cidade como destino turístico nacional e internacional e do sucesso dos seus pacotes turísticos direccionados. Estas medidas podem, se forem eficientes, alimentar de novo público consumidor – oriundo da actividade turística – a ampliação das empresas do sector de entretenimento.

2.2.3.3 Sector de Alimentação e Restauração:

Comer é necessidade para todos os seres humanos, e não será diferente para os visitantes atraídos pelo evento olímpico. O crescimento do número de visitantes também gerará uma solicitação de expansão e desenvolvimento do sector de restauração. O crescimento deste sector é muito benéfico para a economia,

pode gerar muitas divisas e novos empregos. Porém este sector divide com o anterior, o de serviços de entretenimento, muitas similaridades. Ambos conseguem, na evolução da procura trazida pelos Jogos Olímpicos, o combustível para o mecanismo de crescimento. No entanto, ambos também compartilham o defeito de serem muitos sujeitos às flutuações de mercado, ou seja, podem seguir em plena ascensão se o mercado os acompanhar, e igualmente sofrer muito com a retracção do mercado consumidor.

Da mesma maneira, o sector de alimentação e restauração precisa ter em consideração a real evolução do mercado consumidor, considerando o evento olímpico e o público atraído por ele como um período de adaptação temporária, com clareza da necessidade de readaptação, após o fim do evento, às necessidades reais do mercado.

Porém, novamente à semelhança ao sector de entretenimento, a possibilidade de aumento mais permanente nos números de visitantes, que o sucesso das actividades dos grupos fomentadores da indústria turística podem ocasionar nos mercados nacional ou internacional, é muito importante para fomentar o desenvolvimento económico neste sector, assim como a manutenção dos empregos adicionais gerados pelo aumento da demanda pelas actividades de alimentação e restauração.

2.2.3.4 Segurança:

Um assunto muito sério em um evento internacional com a visibilidade que os Jogos Olímpicos dispõem é a segurança pública. O evento olímpico precisa trazer uma imagem de segurança em todos os seus locais, para todos os seus participantes, para que o ambiente de confraternização, que é o seu objectivo central, esteja garantido. Para que haja atmosfera favorável à integração entre as pessoas.

Após o incidente dos Jogos Olímpicos de 1976, em Munique, quando, em plena Vila Olímpica, um acto de terrorismo organizado pelo grupo Setembro Vermelho vitimou atletas israelitas que participavam das Olimpíadas, o Comité Olímpico Internacional passou a considerar a segurança nos Jogos um tópico de primeira necessidade. A visibilidade internacional que as Olimpíadas dispõem fazem delas um palco perfeito para actos de repercussão internacional, pois a junção de delegações de muitos países juntamente com a presença próxima e activa de inúmeros profissionais de media fazem dos incidentes que porventura ocorram no seu contexto temporal e territorial um potencial assunto internacional, de repercussões sociais e políticas. Portanto, a segurança dentro dos locais olímpicos precisa ser preponderantemente eficiente, e deve estar preparada para a principalmente para a prevenção mas também para a resolução de conflitos diversos, e dispor de equipamentos modernos e pessoal plenamente treinado para proteger e ajudar os participantes do evento.

Ao mesmo tempo, fora dos considerados locais olímpicos, a segurança urbana deve ser incisiva, a ponto de demonstrar sua presença em todos os locais de maior importância para a celebração da cidade. Os

visitantes atraídos pelo evento precisam ser resguardados de danos e incidentes, sob pena de denegrir a imagem da cidade como centro de atracção turística, comprometendo com consequências importantes suas aspirações internacionais de centro de atracção turística, ou a imagem de centro de qualidade de vida que tanto é importante para a concentração de novos investimentos.

Independente do tipo de serviço que precise ser suprido para os moradores ou para os visitantes atraídos para o evento, é importante manter a consciência da temporaneidade das novas exigências, da necessidades de ampliação e retracção para adaptar-se à demanda existente, e da possibilidade de crescimento real da demanda por certas actividades, que pode ser gerado como consequência dos Jogos Olímpicos, e que as Olimpíadas precisam constar neste contexto como uma ocasião de excepção, que responde por um grande crescimento de demanda, mas que este crescimento pode ser tão temporário como o próprio evento.

2.3 O PROCESSO DE SELECÇÃO DE CIDADES-SEDE: HISTÓRICO E EFEITO ACUMULATIVO

Como demonstrado nos itens anteriores, a carga de exigências envolvidas em um evento de tamanho gigantismo como uma edição de Jogos Olímpicos é muito grande. Através delas, o Comité Olímpico Internacional procura certificar-se de que a candidatura tem potencial suficiente para ser transformada, se for executada, em um evento satisfatório, que siga os princípios do Olimpismo e do Movimento Olímpico, que consiga criar uma atmosfera agradável para as delegações nacionais, propícia ao melhor desempenho dos atletas nas suas competições, através de instalações e serviços aptas a receber a elite do desporto mundial. Além disso, a análise da candidatura feita pelo Comité Olímpico Internacional tem como grande objectivo avaliar a capacidade da cidade de receber o evento olímpico, ou seja, se ela conta com infra-estruturas para receber, alojar, servir, alimentar e entreter o grande público atraído pelo evento sem que isto cause défices tão grandes que possam gerar complicações para a vida normal da cidade e de seus cidadãos. O aumento temporário da população residente na cidade, devido ao acréscimo de todos os visitantes atraídos pela presença do evento na cidade, deve ser harmonicamente absorvido pelo sistema de distribuição de água e energia eléctrica, de recolha e tratamento de esgoto e resíduos, pelos parques hoteleiro e de restauração.

Para o Comité Olímpico Internacional, o elemento central do processo de selecção de novas cidades anfitriãs é a especulação sobre a qualidade do evento e sobre o legado por ele produzido na cidade, através da documentação apresentada pela candidata, e das promessas colocadas em relação à infra-estrutura que estaria disponível da data dos Jogos. Não apenas a análise do grau de exequibilidade do evento naquela cidade, mas também conjecturar sobre possíveis danos e ganhos para a cidade, e, claro, sobre a qualidade do evento em si para os cidadãos, para os atletas, para o público visitante, e também para os que somente podem participar através dos meios de media e comunicação.

Ser sede de uma edição dos Jogos Olímpicos representa estar em condições de oferecer uma atmosfera propensa para criar uma festa memorável, através da união entre evento e cidade, e da integração entre suas atracções e da combinação entre os elementos da cultura local e olímpica. Preparar-se para participar do processo selectivo demanda gerar grande quantidade de documentações que consigam não apenas comprovar, através de instrumentos oficiais, sua capacidade de receber tal evento, juntamente com a rede de infra-estruturas que a cidade pretende oferecer no momento dos Jogos, mas que sejam garantia do financiamento disponível para implantar as intervenções e executar o evento, e que garantam também a programação de eventos culturais e educacionais focados na temática do Olimpismo.

Para a selecção do Comité Olímpico Internacional, as cidades candidatas devem preencher o questionário que faz parte do Manual da Cidade Candidata (IOC 2000) – documento que lista as principais preocupações do Comité Olímpico Internacional em relação ao evento em si, agregados em categorias mais relevantes, que descrevem, através de mapas e índices comparativos, a situação local, tanto na época dada como na data dos jogos. Também descreve a organização política, situação económica, capacidade de financiamento disponível, infra-estruturas de transporte disponível, sua articulação com as instalações olímpicas, etc. A avaliação nos termos da documentação gerada é mais centrada em parâmetros de performance. É um método para transformar a avaliação em uma comparação com base em elementos de natureza semelhante. Esta fase do processo de escolha pode ser colocada como etapa mais exacta, centrada em confrontação de índices.

Por outro lado, parte importante do processo de selecção é muito mais subjectiva: aquela relativa à concepção do projecto olímpico e suas características mais importantes. É esta a fase em que as candidatas gozam de maior flexibilidade para apresentar as inovações planeadas para o projecto olímpico. Deste lado da selecção é possível desenvolver estratégias de sedução dos membros do Comité Olímpico Internacional. O projecto pode ter, como elemento marcante: a qualidade arquitectónica das instalações, o poder transformador da cidade, envolver planos de despoluição, trabalhar em extensa área de degradação urbana e social, implantar uma consciência de unidade metropolitana, um elaborado programa de eventos culturais e educativos baseado na integração entre povos, etc. Eleger uma destas opções para ponto-chave da intervenção olímpica não representa excluir os demais, afinal em um processo selectivo que envolve candidatas sempre muito fortes, cidades mundiais, a perfeição do projecto é elementar para poder participar. Uma análise falha em algum dos pontos do projecto pode representar a derrota no processo. Destacar um aspecto da intervenção como elemento representativo do projecto é importante, pois centraliza atenções em aspectos melhor desenvolvidos na candidatura e colabora para trazer uma primeira imagem de qualidade a ela.

Com base na documentação entregue e nas apresentações acerca dos projectos, os 115 membros do Comité Olímpico Internacional escolhem, através de escrutínio directo, qual candidatura pode gerar o evento mais interessante para a imagem do Comité Olímpico Internacional, para os atletas e delegações nacionais, para a cidade que o recebe, e também segundo a filosofia do Olimpismo.

Após a oficialização do resultado, a cidade tem entre seis e sete anos para organizar os Jogos Olímpicos. A partir de então muito trabalho se segue, para conseguir transformar em realidade todos aqueles elementos planeados em teoria nos projectos olímpicos, e conseguir preparar a cidade não somente para receber o evento e os visitantes que ele atrai, mas também para que ela consiga maximizar os bons produtos que este complexo, desgastante e dispendioso processo que está por vir pode gerar.

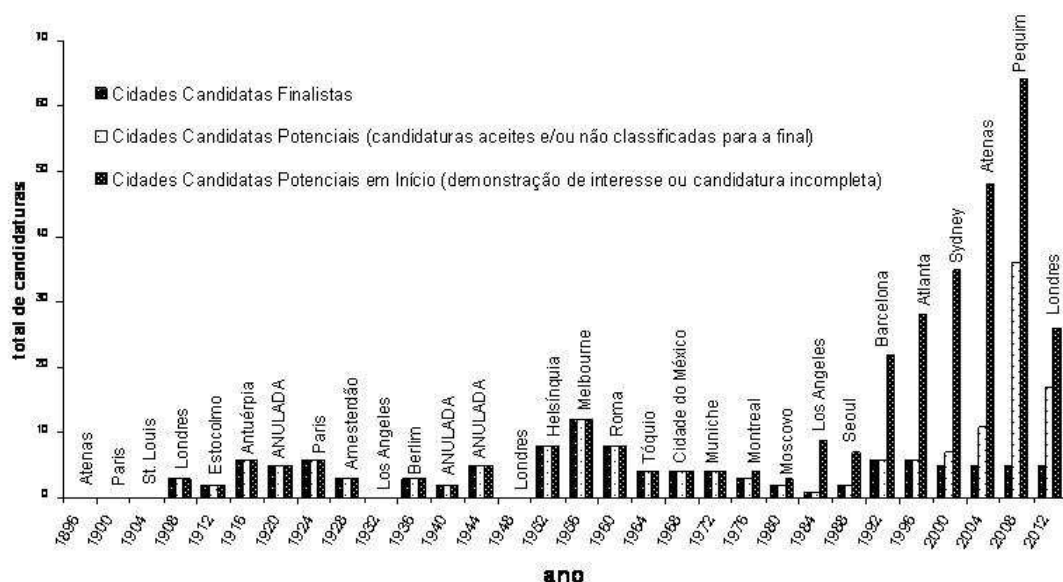
2.3.1 HISTÓRICO DO PROCESSO DE SELECÇÃO:

Se hoje o processo selectivo é tão competitivo, isto é reflexo do interesse que o evento suscita nas cidades. Uma consequência dos efeitos económicos associados e à possibilidade de desenvolvimento, que têm, pelo menos nestas últimas três décadas, aumentado a concorrência de cidades para receber o evento.

Durante estes 110 anos de Jogos Olímpicos, o número de cidades candidatas a receber os Jogos Olímpicos tem demonstrado variações no decorrer do tempo, variações que reflectem o interesse que o evento provocava em cada época. Uma resultante da comparação entre os investimentos então necessários para executar os Jogos e o retorno que eles geravam a cada edição. É incontestável o efeito que os resultados de cada edição dos Jogos Olímpicos exerciam sobre o processo de candidatura. Se as cidades-sede colhiam eventos positivos ou negativos, isto resultava em aumento ou diminuição do interesse por receber o evento olímpico.

A variação do número de candidatas é consequência de efeitos de origem tão diversa como diversas são as especialidades envolvidas num evento desta magnitude. Podem ser desdobramentos de efeitos económicos, reflexos do momento político, grau de aceitação social, coincidir ou não com a cultura local, etc. Porém, pode-se simplificar a análise da variação de interesse por ser anfitriã de Jogos Olímpicos baseando-se na comparação entre investimentos necessários e retorno gerado. Pela grande carga internacional sempre implícita no evento – que, afinal, centra-se na confraternização entre nações através do desporto – acontecimentos importantes na História Mundial impõem consequências marcantes sobre o funcionamento e, principalmente, sobre o interesse que o evento provoca.

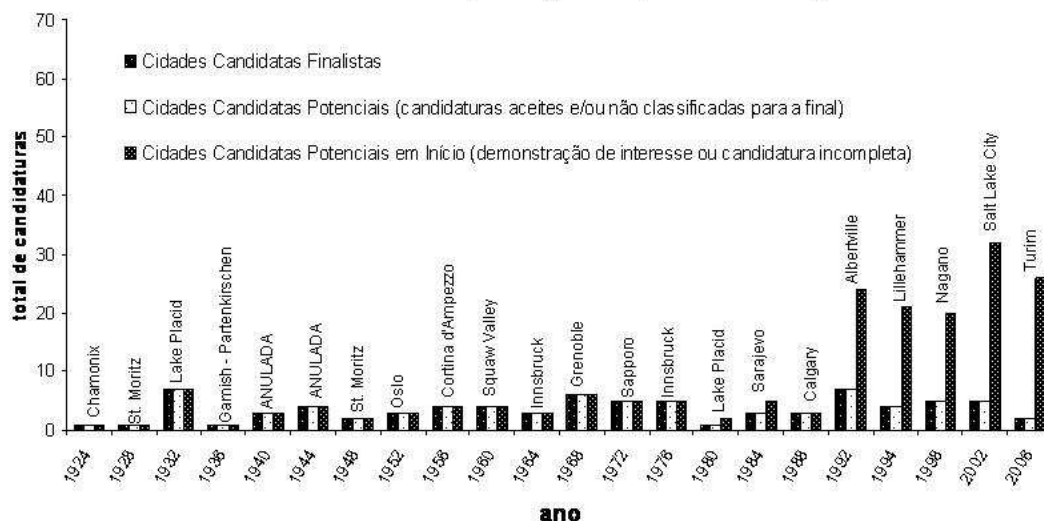
Número de Candidaturas para Jogos Olímpicos de Verão, 1896 - 2012



Quadro 2.1 – Candidatas para os Jogos Olímpicos de Verão 1896 - 2012

Fonte: Mónaco, M.S. 2001, em Essex, S. e Chalkley, B. 2002

Número de Candidaturas para Jogos Olímpicos de Inverno, 1924 - 2006



Quadro 2.2 – Candidatas para os Jogos Olímpicos de Inverno 1924 - 2006

Fonte: Mónaco, M.S. 2001, em Essex, S. e Chalkley, B. 2002

Durante os primeiros anos do Comité Olímpico Internacional, a selecção de cidades-sede não era necessária pois a determinação de sede era imediata, e não havia competição entre cidades. Este período coincide com a fase inicial dos Jogos Olímpicos, quando o prestígio do evento ainda estava em ascensão, e ainda formavam-se as definições acerca dos tipos e das quantidades das infra-estruturas necessárias para os Jogos. Somente com os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932, e de Berlim, em 1936, que o modelo de instalações para Jogos Olímpicos foi primariamente definido (Brandizzi, G. 1988). Em Los Angeles foi introduzida a construção da Vila Olímpica como opção de diminuição de custos de estadia para os comités (segundo Muñoz (Muñoz, F.M. 1996) a concepção da primeira Vila Olímpica data dos

Jogos Olímpicos de Paris 1924). Berlim, além da Vila Olímpica, construiu para os Jogos Olímpicos da propaganda nazista o primeiro complexo desportivo (Wimmer, M. 1976), e uma Vila Olímpica com uma infra-estrutura que contava com piscinas, ginásios, restaurantes, serviços de limpeza e comunicação, etc.

A primeira e segunda Grandes Guerras geraram impactos tão representativos, e, conseqüentemente, sobre os Jogos Olímpicos, que foram responsáveis pelas únicas interrupções nestes 110 anos de sucessivas edições do evento olímpico. A grande área devastada pelas guerras e os penosos esforços pela reconstrução levaram à inexistência de candidatas para receber os Jogos Olímpicos de 1948. A destruição da guerra impôs tantos problemas para os países europeus se envolviam na reestruturação económica, na resolução de défices habitacionais, na grande escassez de alimentos, além de na reconstrução das cidades. A organização foi passada então à cidade de Londres. Sua realização só foi possível através da cooperação governamental e sujeitando-se a cortes orçamentais que impediram a construção da Vila Olímpica, devido ao déficit habitacional existente no país no período pós-guerra (Organized Committee for the XIV Olympiad London 1948, 1951). Foram usadas escolas e instalações militares para alojar as delegações nacionais.

O problema da reconstrução da Europa do período pós-guerra representou um período de complicações para as sedes olímpicas, quando conseguir recursos para a construção de infra-estrutura era difícil para as potenciais candidatas europeias. As duas edições dos Jogos Olímpicos subsequentes contaram com muitas candidaturas – 7 para os jogos de 1952, destinados a Helsínquia, e 14 para os jogos de 1956, vencidos por Melbourne – porém é marcante a escassez de candidatas europeias: apenas 2 em 7, e 2 em 13, respectivamente. Mesmo assim, os Jogos Olímpicos de Helsínquia ainda sofreram com o orçamento reduzido, o que obrigou o Comité Organizador a destinar a Vila Olímpica apenas aos atletas de atletismo, e alojando os demais em instalações já existentes e adaptadas para recebê-los. Para os Jogos Olímpicos de Inverno, o período pós-guerra também foi difícil para as cidades anfitriãs. Tanto que Oslo, sede dos Jogos de 1952, evitou construir suas duas pequenas Vilas Olímpicas, com a opção inicial de se utilizar hotéis e barcos (Organized Committee of Oslo Olympic Games, 1952, 1949).

Os Jogos Olímpicos de 1960, em Roma, marcam uma série de mudanças em relação às edições anteriores. Primeiramente, a introdução da cobertura do evento pela mídia, que representou um acréscimo de US\$ 394000 à verba disponível. Segundo, o desenvolvimento do programa olímpico transpôs a simbologia de lugar central dos Jogos Olímpicos do Estádio para a Vila Olímpica. Resultou no retorno da Vila Olímpica na mesma filosofia das executadas em Los Angeles e Berlim, que agregava além da função de alojamentos, muitos outros serviços, como locais para lazer, treinos, alimentação, bancos, correios, para socialização, cinemas ao ar livre, balcões de recepção, incluindo, pela primeira vez de maneira oficial, um escritório para organizar actividades de lazer para aqueles que estavam na Vila. Mais que isto, a intervenção olímpica teve reconhecimento pelo seu potencial transformador da estrutura urbana da

cidade. Foi o início da utilização das intervenções olímpicas como instrumento para para executar intervenções necessárias para qualificação urbana de um trecho da cidade e prepará-la para uma diferente utilização. “Pela primeira vez, havia uma concepção regional de massa urbana, e por trás da localização e instalação das instalações olímpicas, havia um projecto para a expansão territorial da cidade, de colonização da cidade” (Muñoz, F.M. 1996). Isto representou uma mudança importante para todas as edições dos Jogos Olímpicos que se seguiram, da mesma maneira em que representou o aumento da demanda de serviços e construção de instalações, abriu precedentes importantes para o desenvolvimento de diferentes possibilidades de reutilização posterior aos Jogos, e introduziu a execução de projectos olímpicos em áreas planeadas para a expansão das cidades. Em consequência da imposição da colonização metropolitana como elemento chave do urbanismo na intervenção olímpica, os Jogos Olímpicos de Roma introduziram a preocupação com a infra-estrutura viária na agenda olímpica. “O mais largo investimento entretanto foi na rede viária conectando a zona residencial às instalações desportivas e ao centro da cidade, ocupando 75% do terreno usado na operação” (Organized Committee for the XVII Olympiad, 1960). Para que a ampliação da escala da intervenção olímpica fosse compatível com a execução sem problemas do evento, o reforço e complementação da estrutura viária foi considerado um elemento essencial na intervenção olímpica. E tal concepção continuou pelos anos posteriores, incorporando definitivamente uma visão global da cidade e da importância da análise das alterações dos fluxos urbanos em decorrência do evento olímpico, e principalmente da abertura de novas áreas populacionais para a cidade.

Os Jogos Olímpicos de Roma 1960 representaram o passo mais largo na direcção da conformação das Olimpíadas como o grande evento que representa actualmente. Representaram a passagem para a época da comercialização e da expansão da audiência dos Jogos. Paralelamente, o crescimento da importância de actividades de lazer na vida dos moradores das cidades trouxe à expansão da cidade novas necessidades, que, unidas com uma visão de planeamento urbano essencialmente expansionista, de povoamento das periferias urbanas e expansão de fronteiras municipais, delineou os projectos olímpicos durante um período, dos Jogos de Roma 1960, aos da Cidade do México, em 1968.

Os Jogos Olímpicos da década de 1970 trouxeram o elemento comum de determinação de um objectivo central urbanístico diferente da visão expansionista metropolitana dos Jogos da década de 60. Munique’ 1972 e Montreal’ 1976 introduziram a possibilidade de utilização da intervenção olímpica para fins de renovação urbana, de valorização do centro e de mudança de uso para áreas centrais às cidades, com a utilização de arquitectura avançada como instrumento para o urbanismo. Em especial os Jogos de Munique, que implantaram no repertório olímpico algumas alterações muito relevantes, como a segregação da Vila Olímpica entre área residencial e internacional, este último englobava serviços de logística e lazer. Outro ponto inovador dos Jogos de Munique foi a intervenção sobre a rede de transportes públicos: “houve um grande nível de investimentos na cidade, como a Linha Olímpica de metro com uma

estação na Vila Olímpica, e operações de renovação urbana em certas áreas onde foi valorizado o fluxo de peões (Wimmer, M. 1976). Já Montreal, que também colocou a segregação de espaços na Vila Olímpica, entre zona residencial e zona internacional, precisou desenvolver a questão da segurança dos atletas, em consequência ao ataque terrorista que marcou os Jogos de Munique.

As edições subsequentes dos Jogos Olímpicos demonstram discrepâncias tão fortes quanto o distanciamento ideológico entre estes países. A Guerra-fria alcançou o processo de escolha da sede: concorriam Moscovo e Los Angeles pelo direito de receber os Jogos Olímpicos de 1980, e a vitória foi dada a Moscovo. Sem se sentir satisfeito por ter recebido os Jogos Olímpicos de Inverno do mesmo ano, os Estados Unidos impuseram, como retaliação, um boicote aos Jogos, e não enviaram a delegação americana para as Olimpíadas de 1980. Outro facto que marcou os Jogos Olímpicos da década de 1980 foi o grande aumento do preço pago pelos direitos de transmissão, que valorizaram-se a ponto de serem negociados em troca de uma quantia quase nove vezes maior que aquela recebida por Montreal quatro anos antes.

A intervenção olímpica de Moscovo para os Jogos Olímpicos de 1980 foi parte de um planeamento de desenvolvimento urbano constante do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Moscovo, 1971 – 1990, que se utilizava dos Jogos Olímpicos como motivo para o desenvolvimento de infra-estruturas desportivas considerado necessário para a cidade, e a distribuição de equipamentos de lazer, recreação e desporto por toda a cidade. “O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Moscovo previa a instalação de infra-estrutura desportiva e dividiu a cidade em oito zonas de planeamento, cada uma equipada com um centro recreativo e social. A concessão dos Jogos Olímpicos acelerou o processo e entre os 1979 e 1980, centros desportivos em seis zonas diferentes foram executados” (Organising Committee of the Games of the XXII Olympiad, 1981). Tal ligação tão estreita entre o planeamento da cidade e o projecto olímpico é reflexo do papel preponderante do Estado Comunista na organização dos Jogos, no seu financiamento e gestão do processo de produção urbana.

O papel de anfitriã dos Jogos Olímpicos de 1984, por sua vez, foi atribuído a Los Angeles. Por sua vez, a antiga União Soviética e seus países aliados resolveram devolver o boicote de quatro anos atrás. Independente da questão política, as Olimpíadas de Los Angeles introduziu uma filosofia de minimização de gastos, baseada na utilização de instalações já existentes na cidade e com a utilização de instalações de dois campi universitários para alojamento. “A cidade já tinha 17 das 23 facilidades requeridas para a competição, assim o impacto na estrutura urbana era mínimo” (Gnocchi Ruscone, F. 1982). Para impor a imagem de ser parte das Olimpíadas às instalações universitárias já existentes, a organização precisou desenvolver um programa detalhado que apostava em um projecto extenso de design que identificava os Jogos Olímpicos de 1984. Com isto, Los Angeles implantou grande desenvolvimento na comercialização dos Jogos, com a exploração de direitos de autor sobre produtos autorizados.

Com a adição de uma atracção de investimentos privados de grande volume – principalmente oriundo da negociação dos direitos de transmissão, que conseguiu alcançar um valor quase três vezes maior que aquele pago pelos Jogos Olímpicos de Moscovo – e de um programa olímpico que minimizava ao máximo os gastos com construção de novas instalações, os Jogos Olímpicos de Los Angeles conseguiram um retorno directo de investimentos tão grande que semearam a aspiração de muitas cidades em ser sede de uma edição das Olimpíadas. Originou-se, a partir de 1994, uma ascensão vertiginosa no número de cidades que iniciam o processo de candidatura para os Jogos de Verão, que mantém-se até os dias de hoje, e um grande aumento no número de cidades interessadas em receber os Jogos Olímpicos de Inverno, a começar pelo processo de escolha das sedes para ambos os Jogos Olímpicos de 1992, que ainda estavam em curso nesta época.

O processo de escolha para os Jogos Olímpicos de 1988, já contou com nove concorrentes, das quais apenas duas foram finalistas: Nagano e Seoul.. A vitória de Seoul significou, para o Comité Olímpico Internacional, a primeira oportunidade dada a um país em desenvolvimento de organizar uma Olimpíada (Greene, S.J. 2003). Os Jogos Olímpicos de Seoul foram os primeiros a apresentar um objectivo global de implantar um carácter de cidade mundial, participante da economia globalizada. Na cidade, a intervenção urbana direccionou seu enfoque novamente para áreas centrais, de acordo com o Plano Global de Desenvolvimento, e o Projecto de Desenvolvimento do rio Han, que iniciou suas operações anos antes, em 1983 (Kwaak, Y. 1988). A intenção de valorização imobiliária atribuída à área de intervenção olímpica, já anteriormente aplicada em Roma, foi desenvolvida nas infra-estruturas dos Jogos Olímpicos de Seoul, através da definição de uso posterior aos Jogos voltado para a residência de alto padrão, valorizada pela introdução de equipamentos de ponta e de compatibilidade com a tecnologia mais avançada da época. Esta fórmula é utilizada até hoje nas intervenções olímpicas. A comercialização das infra-estruturas utilizadas para o evento olímpico tornou-se uma fonte importante de arrecadação de renda para financiar um evento que, já naquela época, demonstrava os efeitos do gigantismo através do crescente número de competições e modalidades incluídas nos Jogos Olímpicos.

Barcelona, cidade escolhida para sede dos Jogos Olímpicos de 1992, conseguiu vencer outras cinco candidatas finalistas, entre elas Amesterdão, Paris e Brisbane (Botella, M. 2002b), que saíram das 22 candidaturas preliminares. Sua vitória no processo de selecção foi determinante para a história da cidade, pois Barcelona conseguiu implantar um programa tão completo para a intervenção olímpica, que conseguiu colher tantos frutos oriundos das mais variadas especialidades pertinentes à complexidade dos Jogos Olímpicos. Após a realização dos Jogos de 1992, a intervenção planeada para Barcelona passou à história olímpica e ao folclore económico, político, social e turístico mundiais como um dos grandes exemplos da utilização de um grande evento como instrumento para a transformação urbana (os Jogos de Barcelona 1992 são objecto de estudo mais detalhado neste mesmo trabalho, em sua quarta parte). Tanto

que as Olimpíadas de 1992 passaram a ser exemplo e objecto de estudo das demais cidades candidatas posteriores, no afã de conseguir identificar a fórmula encontrada pela organização dos Jogos Olímpicos catalões e poder aplicá-la em si, com respeito às suas especificidades. Afinal, os Jogos de 1992 datam a passagem de Barcelona ao status de cidade plenamente participante da economia global, centro de alta atracção turística, desenvolvimento de infra-estrutura desportiva e cultural em toda a cidade, reconhecimento da sua capacidade empreendedora, valorização e divulgação da identidade catalã e espanhola, envolvimento de toda a cidade no evento, criação de novas estruturas viárias e a transformação da frente marítima em área com praias, jardins e parques, equipamentos públicos, toda uma grande área pública destinada ao lazer, à prática desportiva, com uma nova área residencial de qualidade. As Olimpíadas de 1992 conseguiram transformar a estrutura urbana da cidade de Barcelona, que libertou a cidade das barreiras que a separavam do mar, e que conforma a grande imagem referencial da cidade após o evento.

Os Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, seguiram a filosofia de minimização do volume da intervenção olímpica, com um objectivo claro de centralizar as vantagens trazidas pelos jogos apenas no retorno financeiro. O resultado foi um grande lucro, assim como já havia acontecido em Los Angeles, porém para a cidade pouca coisa ficou como herança, a excepção de duas torres e algumas instalações desportivas. Os problemas de organização e trânsito decorrentes foram tão grandes que o Comité Olímpico Internacional prometeu ser a última vez em que a organização de Jogos Olímpicos ficaria concentrada no sector privado.

Sydney conseguiu sagrar-se campeã em um processo selectivo muito concorrido, através de um enfoque preferencialmente ecológico, que se enquadrava na recém sancionada Agenda 21. Trazia como ideia principal a despoluição de ampla área em torno da baía de Homebush, mas ainda colocava em prática métodos construtivos que não agredissem a natureza, com materiais recicláveis ou manufacturados, e com técnicas de redução e tratamento de resíduos.

A vitória de Sydney, os Jogos Olímpicos de 2000 e as novas indicações do Comité Olímpico Internacional em referência à questão ambiental, colocaram a preocupação ambiental nos primeiros itens da agenda olímpica, e o status da sustentabilidade foi elevado a item indispensável e decisivo na escolha de novas sedes olímpicas.

2.3.2 EFEITO ACUMULATIVO NAS EXIGÊNCIAS OLÍMPICAS

Após mais de um século de edições dos Jogos Olímpicos, o ritual de documentar detalhadamente cada edição, implantado pelo Comité Olímpico Internacional, alimenta o processo de aprendizado sobre as Olimpíadas e as intervenções olímpicas, os métodos aplicados para lidar com as exigências do evento olímpico, além dos impactos gerados e suas consequências em múltiplos meios.

O próprio evento em si foi construído a cada reaplicação das ideias do Barão de Coubertin, com suas adaptações para cada contexto geográfico diferente, com o crescimento dos eventos, dos participantes e das demandas, além das mudanças exigidas pelo Comité Olímpico Internacional ou sugeridas pelos Comités Organizadores para melhor adaptar os Jogos Olímpicos às novas exigências gradualmente desenvolvidas pelo mercado. Cada reedição é uma interpretação da situação da época segundo cada Comité Organizador, com o intuito de conseguir gerar heranças positivas para a cidade e região em questão.

O elenco de exigências relacionado no Manual da Cidade Candidata (IOC 2000) é resultado da experiência acumulada em todas as edições já realizadas. O efeito acumulativo presente na definição das exigências do evento é alimentado pelas alterações inseridas a cada edição, determinadas como positivas pelo Comité Olímpico Internacional e pelos resultados apresentados. O empirismo é, sem dúvida, instrumento do processo de construção dos Jogos Olímpicos.

O efeito acumulativo é, de certeza, alimentado e fundamentado pelo intenso aprendizado e pela documentação detalhada exigida pelo Comité Olímpico Internacional a todos os Comités Organizadores e a todas as edições dos Jogos Olímpicos. O registo detalhado dos contextos, dos projectos e dos métodos de organização e execução a cada edição dos Jogos constrói um elenco de possibilidades e respectivos produtos que é ferramenta de suma importância para cada Comité Organizador de construção do seu projecto olímpico e da previsão dos efeitos que se pode esperar de sua implantação. O conhecimento das qualidades e defeitos das edições anteriores colabora para elaborar projectos que produzam os efeitos planeados de acordo com a orientação implantada ao evento.

Ao mesmo tempo em que os instrumentos para a elaboração dos projectos de candidatura diversificam-se – nas avaliações das sucessivas edições dos Jogos Olímpicos – as cobranças do Comité Olímpico Internacional aos Comités Organizadores igualmente aumentam e diversificam-se. Actualmente, para que uma cidade se mostre apta a receber as Olimpíadas, ela precisa dar garantias de cumprir a ampla lista de requisitos, construída pelos erros e acertos de cada edição anterior.

Os gastos necessários para ser sede dos Jogos Olímpicos, colocados neste capítulo, podem ser divididos entre duas categorias principais: provenientes do evento em si, e referentes ao tipo de enfoque a ser implantado ao projecto olímpico. Ambos estão sujeitos ao efeito acumulativo.

Enquanto a categoria das exigências do evento em si é mais exacta, e mais fácil de ser definida e quantificada, as questões de enfoque são mais subjectivas, mais sujeitas às variações dos contextos físicos, geográficos, sociais, económicos, políticos e culturais locais, e às variações conceituais e

avaliativas do Comité Olímpico Internacional, também listadas neste capítulo, além das cláusulas orientadoras que procuram manter a concordância com as ideias do Barão de Coubertin.

Uma cidade que deseja ser candidata a receber os Jogos Olímpicos actualmente precisa englobar ao seu repertório de conhecimento as soluções mais eficientes desenvolvidas para Jogos Olímpicos anteriores, e procurar a melhor maneira de adaptar tais ideias às suas peculiaridades. Por exemplo, estudar os motivos pelos quais Barcelona conseguiu atingir uma posição de cidade mundial e que levaram à evolução nos números da actividade turística, os métodos através dos quais o evento conseguiu agregar a grande maioria da população e da cidade na festa olímpica, como e por que a intervenção olímpica conseguiu mudar tanto a capital catalã a ponto de transformar a estrutura urbana da cidade, com a oferta de um enorme espaço de lazer e actividade física em contacto com o mar; estudar os planos de construção e urbanismo por trás das intervenções olímpicas de Roma, Munique, Seoul, Barcelona, Sydney, entre outras, seus diferentes enfoques para o desenvolvimento urbano e crescimento da cidade; analisar os métodos de comercialização do evento e de atracção da participação financeira e organizacional que as Olimpíadas americanas conseguiram implantar; as medidas de acompanhamento, avaliação e monitorização dos impactos ambientais nas edições de Sydney, Lillehammer, Albertville, Atenas e Turim, entre outras; saber como Barcelona conseguiu construir e fortalecer a identidade cultural e folclórica local, valorizando-a comercialmente em escala mundial; por que as Vilas Olímpicas de Seoul, Barcelona, Sydney e Atenas conseguiram mobilizar um retorno financeiro importante para o financiamento dos Jogos Olímpicos; como os jogos de Turim conseguiram determinar uma escala mais ampla aos Jogos Olímpicos de Inverno, com um evento olímpico mas metropolitano, etc. Mesmo os erros cometidos são material para o desenvolvimento de Jogos Olímpicos melhores no futuro, tanto para o evento, como para a cidade e para o Comité Olímpico Internacional. As falhas organizacionais de Atlanta, o prejuízo de 25 anos de Montreal, as falhas de segurança em Munique, as medidas cosméticas tomadas por Seoul para ocultar áreas degradadas da cidade das vistas no trajecto da tocha olímpica, tudo isto colabora para a elaboração de Jogos Olímpicos que consigam originar legados mais efectivos para as cidades que os recebem, e que consigam ser realizados com maior grau de satisfação de todo o público relacionado, aumentando a capacidade de sedução do evento olímpico e sua expansão por todo o mundo.

Através da documentação de cada evento exigida pelo Comité Olímpico Internacional, do aprendizado através das experiências vividas pelos outros Comités Organizadores e dos resultados, positivos ou negativos, conseguidos por cada um deles, os Comités Organizadores dispõem de um repertório amplo de opções, ideias, iniciativas, que os auxiliem na elaboração de um evento de mais êxito e de uma intervenção mais ampla e positiva para a cidade. Em consequência da disponibilidade deste material, o próprio Comité Olímpico Internacional pode exigir projectos mais elaborados por parte de suas candidatas.

No entanto, conseguir acrescentar elementos novos para este repertório das intervenções olímpicas é essencial para que uma cidade consiga diferenciar sua candidatura das demais concorrentes. O cuidado para com as questões ambientais já foram incorporadas como parte indissociável a um projecto olímpico vencedor. Outros elementos precisam ser agregados a este conjunto, que consigam ser a marca do evento nesta nova época. O projecto de Pequim para 2008 está fundamentado no impacto da inovação arquitectónica imposto nos projectos dos edifícios que participarão dos Jogos Olímpicos. A capacidade de criar ícones arquitectónicos e construir a imagem de uma cidade de ponta tecnológica, sem esquecer as tradições seculares do seu povo, é um elemento muito presente no projecto olímpico para 2008. Londres aposta novamente na expansão territorial, como as intervenções dos anos 60, porém em uma perspectiva muito mais do desenvolvimento económico da cidade do que da colonização de áreas desocupadas. O centro da intervenção olímpica para 2012 segue o rio Tamisa em direcção a leste, através da expansão do eixo imobiliário Docklands – Canary Warth – Millennium Dome em direcção do distrito de Stratford, com a criação de um parque olímpico no vale do rio Lea, com interligação com caminhos-de-ferro de alta velocidade, aeroportos, usufruto da estrutura hoteleira da cidade, etc. Igualmente, incorpora elementos de arquitectura iconográfica de alto teor de inovação tecnológica, provavelmente em consequência da vitória anterior de Pequim com seu projecto carregado de modernidade.

Passo a passo, a cada edição, os Jogos Olímpicos são construídos, aperfeiçoados através das experiências vividas e disponibilizadas a larga escala, para que sejam parte do repertório e do conhecimento de todo o grupo de interessados no evento, dos que querem dar seu contributo para o aperfeiçoamento deste evento que conseguiu extravasar as fronteiras do desporto para conformar-se em uma expressão da cultura mundial e um momento, por mais que utópico, de confraternização entre povos, e que pode ser sim modelo de uma convivência mais harmónica e de mais paz.

2.4 ANÁLISE CUSTO BENEFÍCIO

Determinar a validade económica de um evento como os Jogos Olímpicos requer uma determinação detalhada de muitos itens. Enquanto os recursos e investimentos vem de poucas fontes e muito simples de prever, os gastos são sempre muito numerosos, e podem ser originados em muitas fontes diferentes, que quase sempre são impostos ao Comité Organizador pela documentação colocada pelo Comité Olímpico Internacional, como os Requerimentos para Vila Olímpica (IOC 1996), o Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), etc. São realmente gastos variados, que passam da financiamento de construção de instalações ou intervenções urbanas, custos dos eventos em si, além dos serviços que precisam ser fornecidos para dar condições de trabalho para cada delegação nacional, para os elementos do Comité Olímpico Internacional presentes, ou para a organização do evento.

Para equilibrar esta equação os investimentos e recursos costumam ser sempre volumosos, e envolvem a negociação da imagem dos Jogos Olímpicos, mercadoria muito desejada pelas empresas particulares, pois

além de envolver a exposição massiva que envolve o evento em muitas das suas actuações, ainda agrega um ganho abstracto na imagem da empresa, através da imagem positiva que o evento olímpico, o desporto e a cultura dispõem, e transpõe para as empresas a mensagem de contribuição para a construção do evento.

Não se pode excluir deste contexto a participação das administrações públicas no evento. Ela é indissociável, desde o processo de candidatura e durante o processo de execução. Segundo o Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), o acordo que corresponde à expressão legal e jurídica dos direitos e deveres das partes mais relevantes envolvidas no evento olímpico, os elementos relacionados no contracto e responsáveis legalmente por ele são, de um lado, o Comité Olímpico Internacional, e do outro, o Comité Olímpico Nacional e as administrações públicas da cidade e do país em questão. Portanto, a presença da administração pública na organização dos jogos é uma exigência. Apesar do facto de algumas edições dos Jogos Olímpicos de Verão, como Los Angeles e Atlanta, terem sido marcadas pela predominância do sector privado na organização dos Jogos e na definição do fraco programa de intervenções, o aval da administração pública é exigido, pelo menos a princípio, através do Manual da Cidade Candidata (IOC 2000).

A participação da administração pública não é resumida apenas nas funções organizativas e administrativas. A participação financeira é igualmente exigida no contracto. Para o Comité Olímpico Internacional, a obrigação firmada pelas administrações municipal e nacional de financiamento dos jogos funciona como garantia de que o Comité Olímpico Nacional terá verba para executar o evento. A regra 37 do Código Olímpico (IOC 2004) indica o seguinte: "toda a cidade candidata oferecerá garantias financeiras como consideradas satisfatórias pelo Comité Executivo do IOC. Tais garantias podem ser dadas pela própria cidade, colectividades públicas regionais ou nacionais, o Estado ou demais terceiros". Já o Manual da Cidade Candidata explicita a obrigação que o Comité Organizador tem de conseguir recolher uma verba mínima para a execução do evento: "Dentro de dez dias de assinar o contrato, a cidade eleita deve aumentar o depósito da garantia (inicialmente US\$150.000) a US\$1.000.000. Este depósito deve progressivamente ser aumentado até um total de US\$5.000.000 à disposição do Comité Organizador, incluindo a venda de direitos de transmissão televisiva e do programa de marketing" (IOC 2000). Isto exprime claramente o envolvimento inevitável de verbas públicas dentro dos recursos dos Jogos, mesmo que seja apenas em um estágio inicial e que este acréscimo necessário seja oriundo de fontes particulares de investimento, como a negociação de patrocínios, direitos de imagem, direitos de transmissão, etc.

Apesar desta verba disponível ao Comité Organizador para a execução do evento, e da existência de elementos cuja negociação com os sectores privados da economia têm enormes possibilidades de ser fonte de verba de grande volume para o financiamento dos Jogos Olímpicos, o perigo de défice é

altamente presente para a organização. A lista de gastos é enormes, tão grande quanto as exigências, demonstradas na segunda parte deste trabalho, que recaem sobre o Comité Organizador no processo de execução do evento olímpico. Não só provenientes das intervenções físicas, do volume de construção necessário para fornecer instalações para as competições, alojamentos, oficinas e eventos, mas também custos relacionados com o fornecimento de equipamento para as demais delegações, ou o financiamento das actividades organizacionais do próprio Comité Organizador ou do evento em si.

O exemplo de Montreal, nos Jogos de 1976, ficou para a história como exemplo mais grave de déficit gerado pelo evento olímpico. A escolha por instalações com métodos construtivos muito dispendiosos acabou por onerar muito o Comité Organizador, e deixou como herança uma dívida tão grande que acabou por recair sobre os cidadãos, sobre a forma de impostos e taxas, que se alongaram por 25 anos após o fim dos Jogos Olímpicos.

Tal incidente ficou como um exemplo da preponderância da preocupação com um balanço financeiro na organização dos Jogos Olímpicos. E depois deste facto, pode-se mostrar alguns exemplos que resultaram em benefícios ao fim do processo. A filosofia americana para organizar Jogos Olímpicos”, em Los Angeles e Atlanta, apesar das muitas críticas acerca da ausência de resultados físicos para a cidade, conseguiu demonstrar a possibilidade de obtenção de grandes lucros com o evento olímpico. Barcelona conseguiu obter lucros volumosos e ao mesmo tempo implantar intervenções de volume dentro da cidade, o que conseguiu preparar a economia local para a recessão que atingia a Europa nos anos anteriores e posteriores aos Jogos Olímpicos de 1992. Tal sucesso é resultado de uma série de medidas que buscavam direccionar forças para as intervenções que ficariam como herança do evento, e tentar minimizar as despesas organizacionais do Comité Organizador e do evento (Brunet, F. 2002).

2.4.1 OS CUSTOS RELACIONADOS COM OS JOGOS OLÍMPICOS

A segunda parte deste trabalho dedica-se a expor as exigências que um evento com as características de uma edição dos Jogos Olímpicos implica para a cidade-sede. O cumprimento destas exigências é essencial para a execução de um evento de qualidade, que satisfaça os diferentes públicos envolvidos e que consiga ficar na memória da cidade como momento de melhora na sua capacidade de oferecer qualidade de vida para seus cidadãos. Porém, o cumprimento de todos estes itens demanda uma verba muito volumosa, e a preocupação com o balanço financeiro deve ser constante, para não incorrer em déficit que venha a onerar os cidadãos no futuro.

Na tentativa de determinar os alvos mais interessantes de financiamento para a cidade e, portanto, poder definir onde é mais indicado implantar políticas de minimização de despesas, precisa-se definir a natureza dos custos relacionados com o evento olímpico. Segundo Brunet (Brunet, F. 2002) este foi o primeiro passo da organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona 1992.

Os custos podem ser diferenciados em: custos organizativos, cuja validade acaba com o fim do evento, e que somente alimentam as relações e actividades necessárias para planejar, organizar, executar o evento e garantir a execução satisfatória de suas actividades; ou custos relacionados com actividade construtiva e instalações, estes sim tendem a ficar como herança dos Jogos Olímpicos, estendendo seus efeitos por tempo mais amplo que somente o evento em si, e portanto, a verba destinada para esta categoria deve ser maximizada

Segundo a documentação oficial do Comité Olímpico Internacional sobre os requerimentos básicos para uma boa execução de Jogos Olímpicos, listadas no decorrer da parte II deste trabalho, a tentativa de dividir os gastos impostos ao Comité Organizador nas duas categorias acima resultam em:

Gastos Organizativos: este grupo de gastos inclui:

Investimentos de curto prazo:

- Alugueres e adaptações de instalações que não são de propriedade do Comité Organizador;
- Construção de instalações temporárias em casos onde a construção de instalações permanentes não é interessante para o Comité Organizador;
- Adquirir todos os equipamentos exigidos para os eventos desportivos, para a Vila Olímpica e os Centros Internacionais de Media e Transmissão, que podem ser vendidos ao fim do evento;
- Equipamentos de processamentos de dados e softwares necessários para as operações dos jogos (eventos desportivos e sistemas de informação).

Custos referentes aos eventos olímpicos, o funcionamento da Vila Olímpica e dos Centros Internacionais de Media e Transmissão:

- Custos de pessoal;
- Custos de tecnologia e telecomunicações;
- Fontes de energia;
- Outros.

Custos com Cerimónias e Programas: custos gerados pelas:

- Cerimónias de abertura e encerramento;
- Cerimónias de entrega de medalhas;
- Programa cultural;

- Trajecto da Tocha Olímpica;
- Outros programas.

Serviços Médicos:

- Tratamento de atletas nas instalações desportivas e sítios de treino;
- Serviços da Policlínica presente dentro da Vila Olímpica;
- Serviços médicos providenciados para a família olímpica e oficiais;
- Serviços médicos nos Centros Internacionais de Media e Transmissão;
- Controlo de dopagem;
- Instalações hospitalares;
- Transporte médicos.

Alimentação:

- Custos de aluguer de centros de alimentação, equipamentos e instalações necessários para garantir estas actividades, custos de pessoal;
- Refeições de atletas, oficiais e técnicos;
- Serviços de hospitalidade para VIP nas instalações;
- Refeições para a equipa do Comité Organizador.

Transporte:

- Custos de transporte gerados para oferecer transporte garantido, seguro e eficiente para a família olímpica, entre os vários lugares olímpicos;
- Pagamentos de gastos de transporte de atletas e oficiais.

Segurança: custos relacionados com a garantia de segurança para membros da família olímpica, visitantes e residentes da cidade anfitriã nas instalações desportivas, hotéis, e durante o transporte entre os vários lugares olímpicos, que incluem:

- Custos de pessoal;
- Equipamentos;
- Contractos com empresas de segurança privada;
- Planeamento, coordenação e treinamento de todas as operações.

Jogos Para-olímpicos:

- Custos relacionados com os Jogos Para-olímpicos;

Divulgação e promoção:

- Divulgação e promoção através e media internacional e local;
- Publicação de cadernos de eventos desportivos e relatórios;
- Programa de imagem e decoração da cidade.

Administração:

- Custos com pessoal;
- Custos com voluntários;
- Custos com consultores;
- Custos com alugueres;
- Custos para equipamento e mobiliário;
- Telefone, fax e custos de correio;
- Administração de sistemas de informação;
- Custos com seguros;
- Custos com tradução e intérpretes;
- Custos legais;
- Outros custos.

Eventos pré-olímpicos e coordenação: incluem os custos com os testes das instalações e ensaios das operações, e custos de comunicação e coordenação entre Comité Organizador, Comité Olímpico Internacional, Comité Nacional Olímpico e Federações Internacionais desde o momento da eleição da cidade-sede até a dissolução do Comité Organizador após os Jogos Olímpicos.

- Reuniões entre Comité Olímpico Internacional, Comité Nacional Olímpico e Federações Internacionais;
- Relatórios e apresentações.

O Comité Organizador deve manter uma política activa de diminuição da participação destes gastos nas despesas dos Jogos Olímpicos, segundo política de minimização dos gastos com actividades organizativas em geral, seja dentro das suas actividades internas, seja nos serviços e equipamentos fornecidos para o trabalho do Comité Olímpico Internacional ou das delegações nacionais, porém mantendo-se o compromisso indissociável com a qualidade destas actividades e do evento como um todo. Tentativas de

acordos e negociações pelo melhor preço em produtos ou serviços são essenciais para manter a qualidade do evento e minimizar os gastos organizativos.

Gastos com Instalações e Intervenções Construtivas: correspondem ao financiamento, planeamento e execução das intervenções físicas relacionadas com os Jogos Olímpicos, que poderão ficar como herança para a cidade – e colaborar para melhorar a estrutura municipal de equipamentos – ou podem ser negociados após o fim dos Jogos Olímpicos, correspondendo portanto a uma opção de financiamento para o evento. Basicamente, através de um enfoque muito simplificado, representam:

Instalações exclusivamente necessárias ao evento olímpico:

- Vilas Olímpicas, com todas as instalações para suportar a grande complexidade de actividades e serviços oferecidos, os sectores internacionais e residenciais;
- Infra-estruturas de alojamento para profissionais de media, oficiais ou membros da família olímpica;
- Instalações desportivas;
- Centros Internacionais de Media e Transmissão;
- Outros.

Intervenções físicas de escala urbana, metropolitana, regional e nacional:

- Custos de intervenções sobre os sistemas de acessibilidade e mobilidade, inclusive adequação da rede de transportes públicos;
- Custos de intervenções para adequação das infra-estruturas urbanas fornecimento de energia, água, gás de cozinha, e recolha e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e poluição aérea.
- Custos de planeamento, execução e manutenção de espaços públicos, parques, embelezamento urbano em geral;
- Custos de construção ou adaptação dos sistemas de equipamentos culturais, turísticos ou de entretenimento.

A política do Comité Organizador em relação ao financiamento das actividades deve ser de valorização das intervenções físicas, para perpetuar as consequências dos Jogos Olímpicos para o público normal. Mesmo entre os gastos desta categoria, o objectivo precisa ser o de executar o maior número de intervenções, privilegiando-se aquelas que produzem maiores impactos positivos sobre a cidade e que são mais necessárias para o melhor funcionamento dos Jogos Olímpicos. A procura por serviços de qualidade por melhores preços, também nesta categoria, precisa ser o maior objectivo para que a verba disponível possa ter sua aplicação maximizada por um número mais amplo de intervenções.

O Comité Olímpico Internacional ainda impõe ao Comité Organizador um papel moderador dos preços cobrados por mercadorias e serviços locais, através da exigência, expressa no Manual da Cidade Candidata e no Contrato da Cidade Anfitriã de que o Comité Organizador exerça influência sobre a economia local para controlar a inflação gerada pelo aumento de consumidores, no intuito de garantir a cobrança de preços justos, seja em serviços de hotelaria, restauração ou mercado, transportes e entretenimento, para os visitantes atraídos pelo evento.

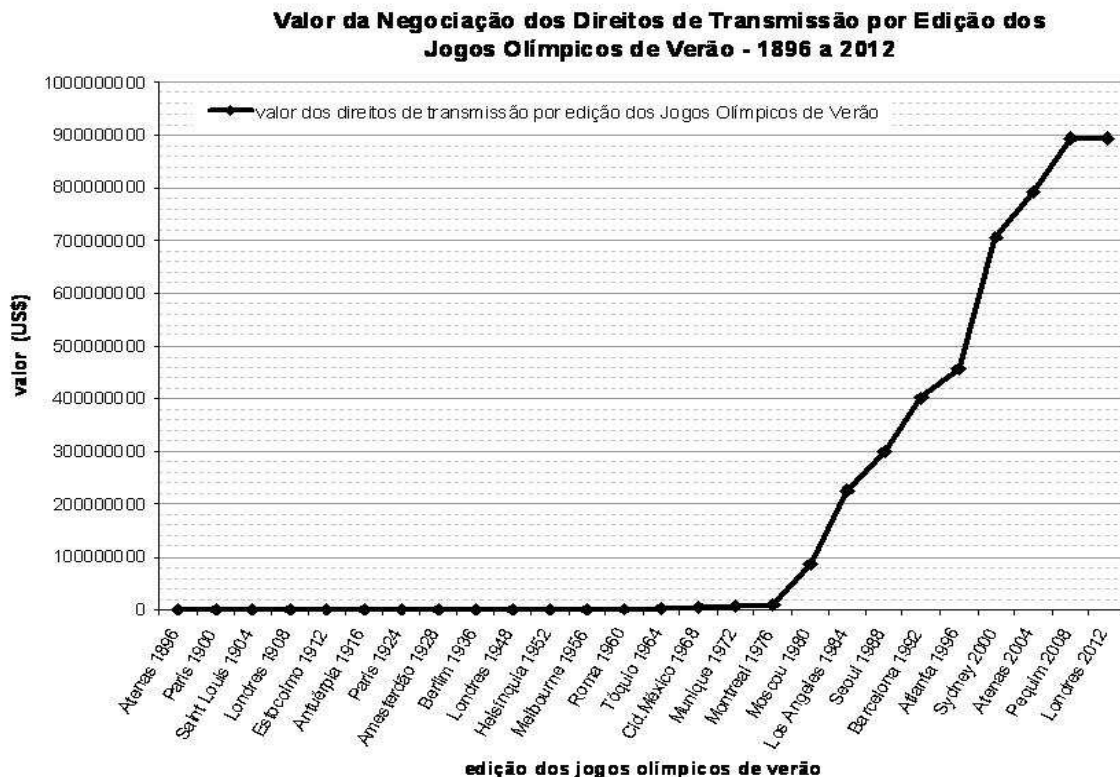
2.4.2 FONTES DE RENDIMENTO PARA OS JOGOS OLÍMPICOS:

Com gastos tão extensos e tão volumosos, a verba necessária para uma edição dos Jogos Olímpicos é indubitavelmente muito volumosa. Os investimentos atraídos em decorrência dos Jogos Olímpicos são igualmente volumosos, o que possibilita a execução de um evento de qualidade, desde que investidos de maneira a maximizar seus efeitos e a custear ao máximo sua aplicabilidade em intervenções escolhidas em função de sua produção de efeitos mais desejáveis para o evento e para a cidade.

De maneira geral, as mais importantes e volumosas fontes de renda para os Jogos Olímpicos são:

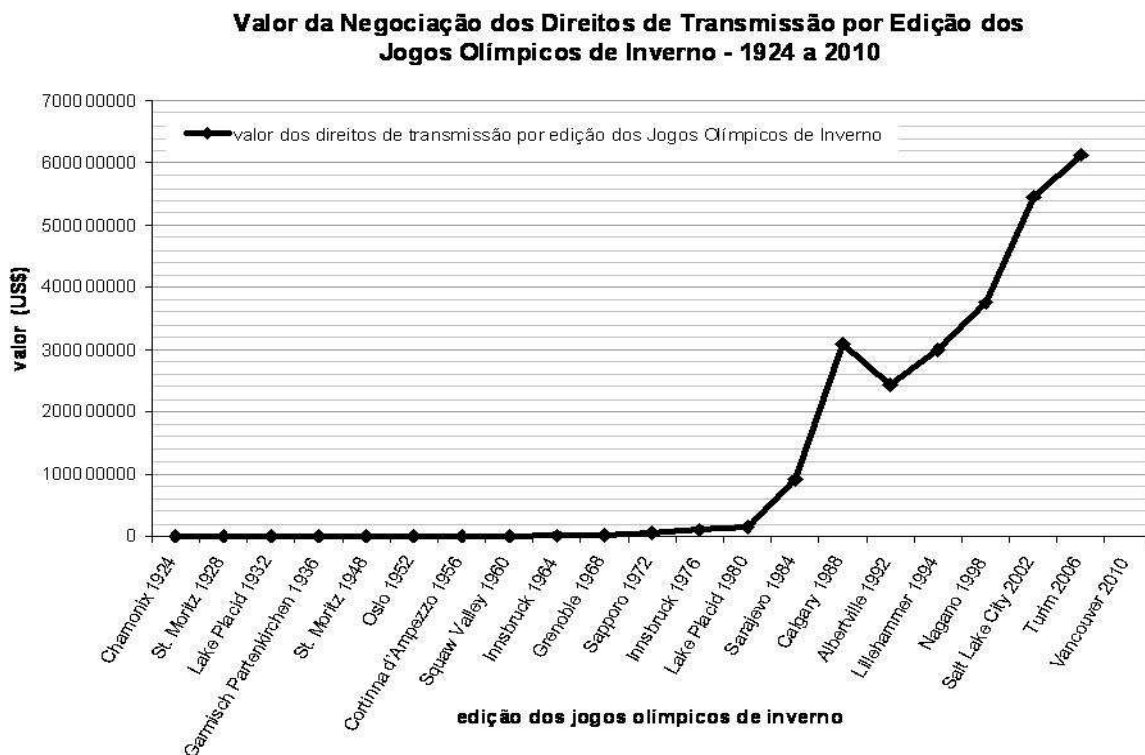
- **Direitos de Transmissão:** por mais que exija grandes gastos em infra-estruturas de ponta em todas as instalações desportivas, além da construção e equipamento dos centros internacionais de imprensa e de transmissão, a negociação dos pacotes de direito de transmissão para cada grande mercado do planeta é a fonte de renda mais importante para o orçamento de uma edição dos Jogos Olímpicos, e está em franca ascensão, o que demonstra a expansão gradual das audiências a qual as Olimpíadas podem alcançar, e o aumento constante do público interessado no evento, desde os Jogos de 1960, em Roma, quando foi introduzida a transmissão televisiva das competições.

Por ser a grande fonte de renda dos Jogos Olímpicos, a negociação pelos direitos de transmissão é envolta em muita expectativa, e é determinante para a capacidade realizadora do evento e das intervenções planeadas. Geralmente, são vendidos pacotes de transmissão para a Europa, os Estados Unidos, Japão e Resto do Mundo. Abaixo, apresenta-se um gráfico da evolução do preço de venda dos direitos de transmissão apenas para o mercado dos Estados Unidos, que ilustra a evolução do montante de investimentos conseguidos pelos Comités Organizadores nas edições dos Jogos Olímpicos desde Roma 1960.



Quadro 2.3 – Valor da negociação dos direitos de transmissão por edição dos Jogos Olímpicos de Verão 1896 – 2012

Fonte: Mónaco, M.S. 2001



Quadro 2.4 – Valor da negociação dos direitos de transmissão por edição dos Jogos Olímpicos de Inverno – 1924 a 2010.

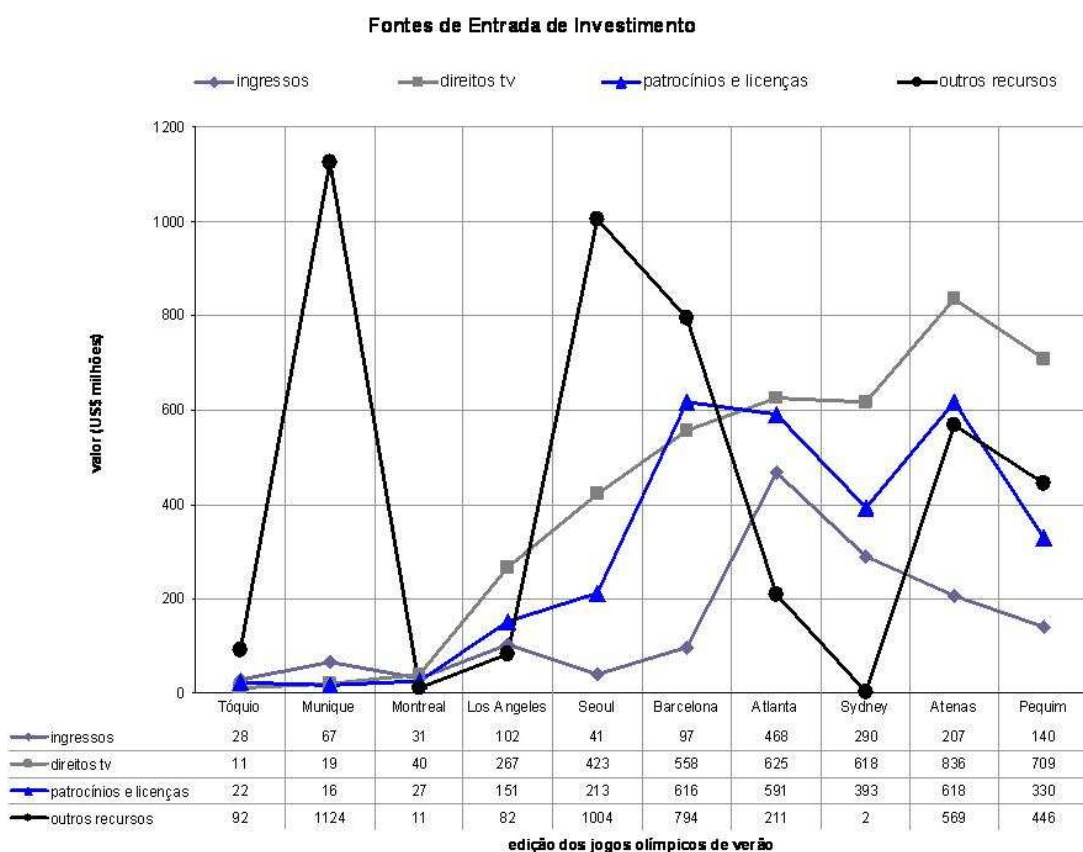
Fonte: Mónaco, M.S. 2001

- **Patrocinadores Oficiais:** a negociação por ser patrocinador dos Jogos Olímpicos é muito concorrida, pois a possibilidade de associar sua imagem com o evento olímpico e de compartilhar a exposição em massa em diferentes medias e diversos mercados é uma mais-valia considerável para qualquer empresa. Conhecedores deste facto, os Comitês Organizadores têm estabelecido processos de concorrência para a negociação dos papéis de patrocinadores oficiais, tanto em escala total como local, e o retorno financeiro destes processo têm sido muito importante para custear as demais actividades e intervenções necessárias para os Jogos Olímpicos.
- **Licenças de Comercialização:** os produtos licenciados e o direito de comercialização dos elementos relacionados com as Olimpíadas – desde os diferentes logótipos dos eventos olímpicos, o nome, e demais elementos participantes da imagem dos Jogos Olímpicos – são um mercado muito importante, e rendem divisas importantes para as empresas que detêm permissão de comercialização.
- **Fornecedores Oficiais:** a posição de fornecedor oficial para os Jogos Olímpicos é quase tão benéfico como o status de patrocinador, associado ainda aos grandes consumos relacionados com o evento e seu público relacionado. A grande validade relacionada com esta categoria é a do “valor em espécie”, em mercadorias ou serviços que serão oferecidos aos participantes do evento, dentro dos locais olímpicos.
- **Filatelia e Programa Moeda Olímpica:** estes são outros tipos de produtos licenciados, específicos de cada edição dos Jogos Olímpicos, que também colaboram para o financiamento do evento olímpico. O foco destes produtos é o mercado de fanáticos e colecionadores pelo Movimento Olímpico, pelas Olimpíadas, e pelo Olimpismo.
- **Subsídios oriundos das administrações públicas:** os órgãos representativos políticos responsáveis pela administração de escalas da união estão sempre envolvidos na organização dos Jogos Olímpicos. Geralmente, de acordo com o Contracto da Cidade Candidata e o Manual da Cidade Candidata, o Comité Organizador é formado pela união entre os elementos fundamentais desde o início do processo: a administração municipal da cidade e o Comité Olímpico Nacional que responde pelo país onde a cidade encontra-se. Portanto, a participação pública é essencial. Com ela, seguindo o acordo citado acima, as administrações nacionais e municipais precisam participar com doações na formação da verba base do evento.

Geralmente, todas as escalas administrativas políticas que tomam parte na organização participam através de doações da capitalização do evento. Outra forma de financiamento usualmente oferecida aos Jogos Olímpicos é o resultado de tributações extras, ou ainda lotarias e jogos legalizados em

geral, cuja renda recolhida pode ser oferecida ao financiamento do evento. Independente do caso escolhido, tal capital é dependente da presença e da intervenção de administrações públicas.

- **Venda de Bilhetes:** a venda de bilhetes para as competições, cerimónias de abertura e encerramento e demais eventos relacionados também é uma fonte importante de recursos para o financiamento dos Jogos Olímpicos. Tanto que, em edições anteriores, como por exemplo nos Jogos Olímpicos de Atlanta respondeu pela atracção de quase US\$500.000.000 no financiamento do evento olímpico.
- **Venda de Propriedade:** uma das rendas mais importantes para as últimas versões dos Jogos Olímpicos é a negociação da propriedade das instalações construídas para o evento, seja elas destinadas para alojamento, instalações de trabalho, centros de media e transmissão, mesmo as instalações desportivas ou equipamentos adquiridos primariamente para garantir as actividades relacionadas ao evento em si. Representa a venda de todos os itens adquiridos pelo Comité Organizador e que não representa interesse ou necessidade para as administrações públicas.
- **Doações:** a contribuição de elementos públicos ou particulares interessados em tomar parte na organização dos Jogos Olímpicos é uma fonte alternativa de rendimentos para o financiamento do evento.



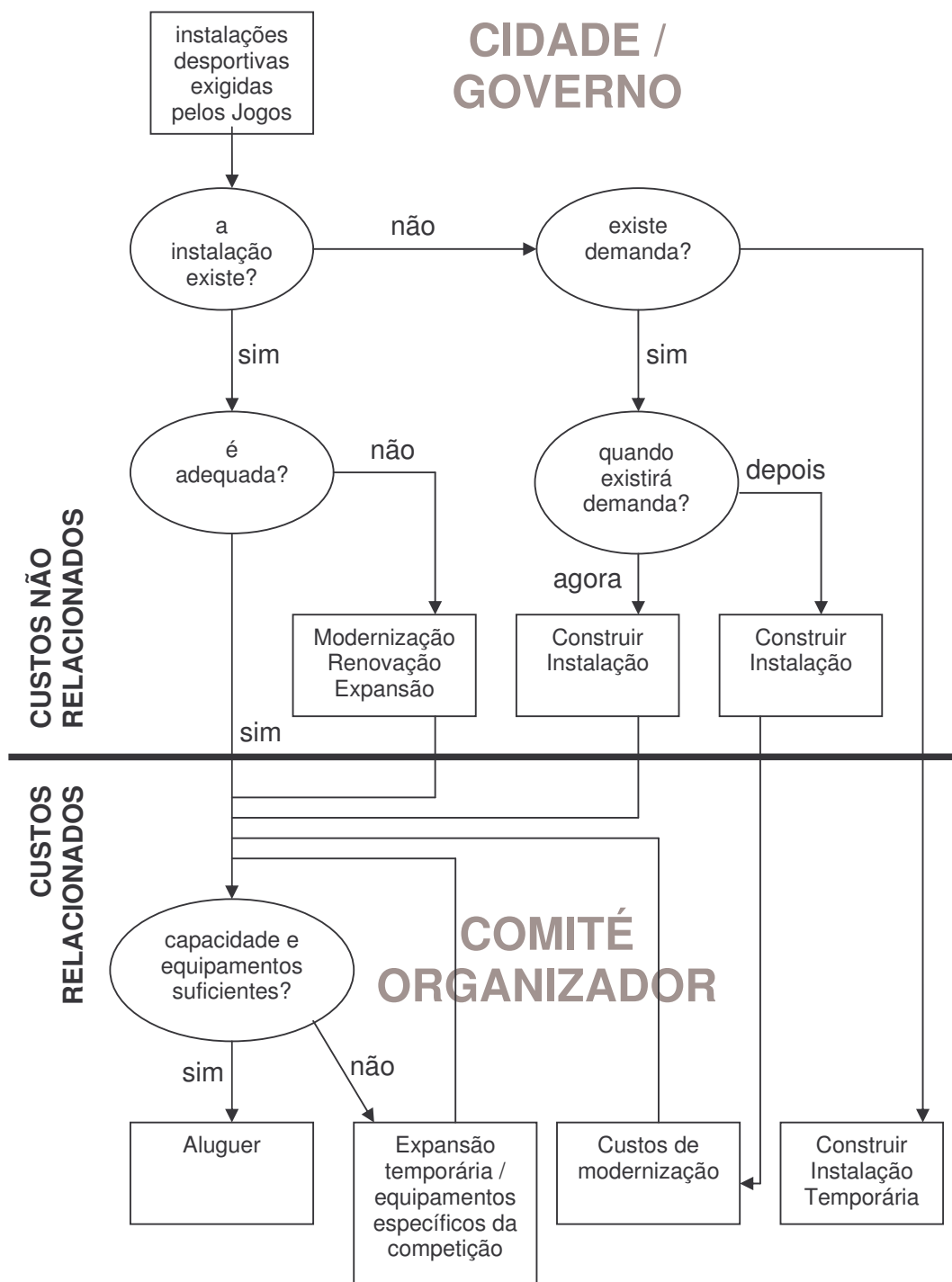
Quadro 2.5 – Fontes de entrada de investimento por edição dos Jogos Olímpicos
 Fonte: Brunet, F. 2002

A questão da organização dos Jogos Olímpicos exigir a presença de investimentos oriundos das administrações públicas, ou da criação de taxas, impostos e lotarias, acaba por suscitar movimentos de oposição ao evento, baseados principalmente no argumento de que a cidade é obrigada a endividar-se acima das suas possibilidades, e dividir a conta do evento por todos os cidadãos, e que os retornos trazidos pelas intervenções olímpicas não representam melhorias tão grandes para a cidade, ou não são itens de maior prioridade para o desenvolvimento urbano da cidade.

O caso de Montreal 1976 foi o grande exemplo de endividamento da cidade e de seu povo em decorrência do financiamento do evento olímpico. Segundo Preuss, este problema teve origem na confluência entre escolhas erradas, cálculos errados, e a falta de participação do Governo Canadano, que nunca ofereceu nenhuma ajuda financeira ao evento (Preuss, H. 1999).

Preuss, em seu texto resposta aos argumentos dos opositores aos Jogos Olímpicos, coloca que dentro do balanço financeiro do evento olímpico e de suas intervenções, os investimentos recebidos pela cidade em função do evento são suficientes para o financiamento completo dos gastos relacionados com o evento, e têm gerado uma folga de, em média, US\$500.000.000 (valores de 1995).

O parâmetro de determinação utilizado para separar quais os gastos relacionados com o evento e aqueles não relacionados parte de um critério muito restrito de determinação dos gastos relacionados: são enquadrados nesta categoria todos os custos de organização dos jogos e dos eventos em si, mais apenas os custos de adaptação da infra-estrutura existente para o evento. Todos os demais custos são considerados como não relacionados com o evento, inclusive a construção de novas instalações desportivas. Preuss sugere que as decisões acerca de como suprir as necessidades de instalações desportivas sejam baseadas no seguinte quadro:



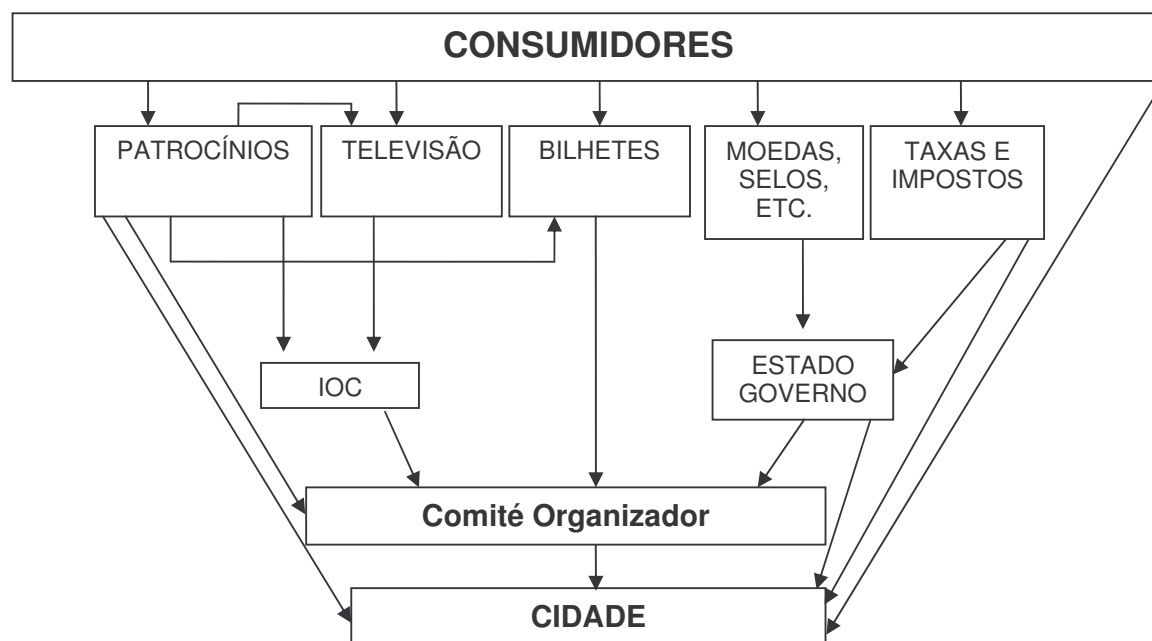
Quadro 2.6 – Organograma para decisões financeiras
 Fonte: Preuss, H. 1999

De acordo com o visto, pode-se definir que, segundo Preuss, o orçamento que a cidade dispõe para todas as intervenções construídas, inclusive as que são relevantes sobre as infra-estruturas viárias e de transportes, é de, em média, US\$ 500.000.000. “Se o ‘excesso’ no período aproximar-se de US\$ 500.000.000, o temor dos opositores olímpicos de super endividamento da cidade é justificado” (PREUSS – 1999). Tal quadro financeiro é muito grave, se for considerada a quantidade de custos exigidos para a

preparação da cidade para o evento olímpico, e sobrecarrega o período de definição do programa olímpico com a responsabilidade de dimensionar o evento de modo a gerar um equilíbrio entre rendimentos e gastos. Está colocada a grande complexidade em definir um projecto de intervenções que consiga deixar heranças para a cidade, dentro desta margem de custo total. O papel de definir se o evento trará benefícios ou prejuízos para a cidade é colocado, deste modo, como atribuição total do Comité Organizador, pois a margem de investimentos esperados está definida, assim como o custo médio do evento, dentro da divisão colocada entre gastos relacionados ou não com o evento olímpico.

Outro argumento de opositores dos Jogos que é alvo de Preuss é a afirmação de que o capital mobilizado para o evento olímpico seria melhor utilizado na solução de outros problemas. O argumento colocado pelo autor é pertinente, de que sem os Jogos Olímpicos, muitas das verbas que o financiam não chegariam à cidade.

Das fontes de verba mais tradicionais do evento olímpico, apenas as de origem governamental estaria disponível para a aplicação em outras problemáticas sem a associação ao evento. Mesmo parte destas, aquelas oriundas das administrações públicas nacionais e regionais, têm sua atribuição também dependente da existência do evento.



Quadro 2.7 – Concentração de investimentos no evento olímpico
Fonte: PREUSS – 1999

Portanto, considerar a hipótese de que o total de verba gasta pelo evento olímpico poderia ser melhor empregada em outros problemas mais graves já parte da existência de um rendimento incorrecto, já que grande parte deste montante só está disponível mediante a existência do evento olímpico.

Após a exposição destes argumentos, ficam anuladas todas as ideias pré-definidas acerca da validade ou não do evento olímpico sobre a cidade. Fica definitivamente atribuído ao Comité Organizador o papel de definir o grau de retorno que a cidade poderá ter com os Jogos Olímpicos, e principalmente, de definir o quanto este evento exigirá da população e da cidade em relação à complementação de financiamento.

2.4.3 BENEFÍCIOS GERADOS PELA INTERVENÇÃO OLÍMPICA

A capacidade transformadora dos Jogos Olímpicos é eclética, e possibilita uma gama ampla de orientações. Estabelecer as estratégias principais do projecto olímpico e, em consequência, planear a programação de acções a executar é um exercício essencial, e cheio de possibilidades, dentro das possibilidades de impactos que as Olimpíadas podem gerar. A escala física das intervenções, a abrangência do mercado, a preferência entre as consequências possíveis, são variáveis com as quais o Comité Organizador pode trabalhar na definição da orientação preponderante do projecto olímpico.

As diferentes edições dos Jogos Olímpicos provam, através dos seus enfoques tão diversos, a potencial versatilidade do projecto olímpico, e as diferentes orientações impressas aos diversos programas olímpicos. Da criação de actividades e desenvolvimento económico à construção e fortalecimento da identidade local, passando pelo incremento do turismo e por medidas de marketing urbano nacional ou internacional, a utilização de Jogos Olímpicos pode desencadear uma série de transformações, em modalidades diferentes de desenvolvimento, com um prazo determinado para conclusão e entrega das intervenções para a população, e com uma publicidade garantida acerca da modernização pela qual a cidade passa.

Desde o início do processo de execução do projecto olímpico, mesmo após à nomeação, começam os efeitos das Olimpíadas na cidade anfitriã, neste momento ainda baseados na expectativa acerca do evento, devido às consequências produzidas em outras cidades e épocas. No entanto, a orientação estratégica do projecto é alvo de definição muito anterior aos Jogos Olímpicos, às vezes mesmo anterior à iniciativa de candidatura, aparecendo os Jogos Olímpicos como instrumento de aumento da capacitação de concentração de investimentos, aceleração dos esforços transformadores urbanos e gerados de sinergias entre actores públicos e privados. Nesta fase, precedente ao processo de candidatura, após um levantamento das necessidades da cidade, a definição da orientação do projecto olímpico define que tipo de acções será privilegiado, de acordo com o enfoque desejado. Ao analisar as edições anteriores de Jogos Olímpicos, pode-se estabelecer uma maior frequência de alguns tipos de orientação passíveis de serem impostos no projecto olímpico, que podem direccionar seus impactos de maneira mais positiva para a cidade (Guala, C. 2002).

Olimpíadas para construção de legitimação política a nível internacional: muitas cidades que conseguiram receber os Jogos Olímpicos, ou que pretendem fazê-lo colocam isto como um dos objectivos principais. A exposição de massa positiva pode ser um grande elemento de divulgação das qualidades locais à escala global. Seoul, por exemplo, tinha como slogan “colocar a Coreia no mundo, e o mundo na Coreia”, ou seja, a inclusão do país nas actividades comerciais mundiais. Paralelamente, o aumento dos índices turísticos na capital da Coreia do Sul demonstra um desenvolvimento relevante desta actividade: os visitantes passaram de 1.660.000 em 1987 para 4.250.000 em 1988, e o número de agências de viagem, que dobrou neste mesmo ano (Seoul International Conference, 1988; Koo, B. 1989)

Olimpíadas como instrumento de uma política nacionalista: compreende o caso de Chamonix, nos Jogos Olímpicos de Inverno 1924, que mostra um projecto carregado de nacionalismo, baseado na meta de projecção no mercado turístico internacional de algumas localidades francesas conhecidas pela actividade do esqui. As Olimpíadas de Chamonix 1924 são uma situação emblemática de candidatura determinantemente voltada para a afirmação da identidade nacional mesmo que com grandes investimentos, o que gerou um orçamento negativo e um alto custo no evento (Chappelet, J.L. 2000). Contudo o caso de Chamonix é mesmo emblemático como tentativa (com êxito) de valorização da sazonalidade do esqui como grande objectivo desportivo e de férias de elite a nível internacional (Arnaud, P. 1991).

Olimpíadas e transformação territorial: este é um objectivo quase de presença obrigatória dentro do projecto olímpico, devido às garantias do Comité Olímpico Internacional de que certas partes do projecto estejam de acordo com o planeamento estratégico da cidade e sejam localizadas em áreas consideradas importantes para o seu desenvolvimento urbano. Isto aplica-se preponderantemente para a Vila Olímpica, os alojamentos de jornalistas, Centro de Imprensa e Comunicações, sistema de transporte público em diferentes escalas, a infra-estrutura desportiva, equipamentos e interligações específicas, a recuperação de algumas áreas urbanas ou industriais ociosas, frentes de mar, estruturas de hotéis, restaurantes, parques de campismo e alojamentos privados; com implicação massiva da geografia regional. Um caso internacionalmente conhecido positivamente neste quesito é o da intervenção olímpica de Barcelona 1992, que consegue uma requalificação urbana iniciada nos anos 80, com uma política de intervenção difusa por toda a cidade. Muitos são os casos negativos, entre eles Atlanta 1996, que apresentou problemas de logística que sobrecarregaram o sistema de transporte público, devido ao enfoque prioritariamente económico (Cashman, R. e Hugues, A. 1999, Purchase, S. 2000, Guala, C. 2002). Outro caso é Calgary 1988, onde a intervenção olímpica foi carregada de críticas sobre a urbanização excessiva, voltada para a especulação imobiliária, a degradação ambiental, e a cobrança de preços abusivos (Guala, C. 2002), aliado à dificuldade de planear a utilização posterior ao evento, tanto das instalações desportivas como das operações executadas, o que deixou equipamentos de difícil reutilização ou inclusão em outras operações urbanísticas (Kariel, H. 1991; Essex, S. e Chalkley, B. 1998; Purchase, S.

2000). O exemplo de Sapporo demonstra o começo das preocupações ambientais dentro do Comité Olímpico Internacional. Para as Olimpíadas de 1972, Sapporo realizou operações limitadas, também pela proximidade entre o centro urbano e as sedes das competições. Mesmo assim, as estruturas desportivas executadas para os Jogos exigiram programas de desflorestação nocivos para o meio ambiente (Kagaya, S. 1991, IOC 1998).

Olimpíadas e promoção turística de um território ou de uma cidade: um exemplo é o programa de valorização turística de Albertville, com o reforço da imagem da região de Savoia não só para o turismo sazonal de Inverno, mas também de verão, além de profunda modernização da infra-estrutura desportiva já existente (Dailly, D. et al, 1992; Andreff, W. 1989; Kuwkawka, P. 1998; Kuwkawka, P. et al, 1991), que foi herança parcialmente negativa dos Jogos Olímpicos de Grenoble, que na época apresentaram dificuldade de gestão das instalações.

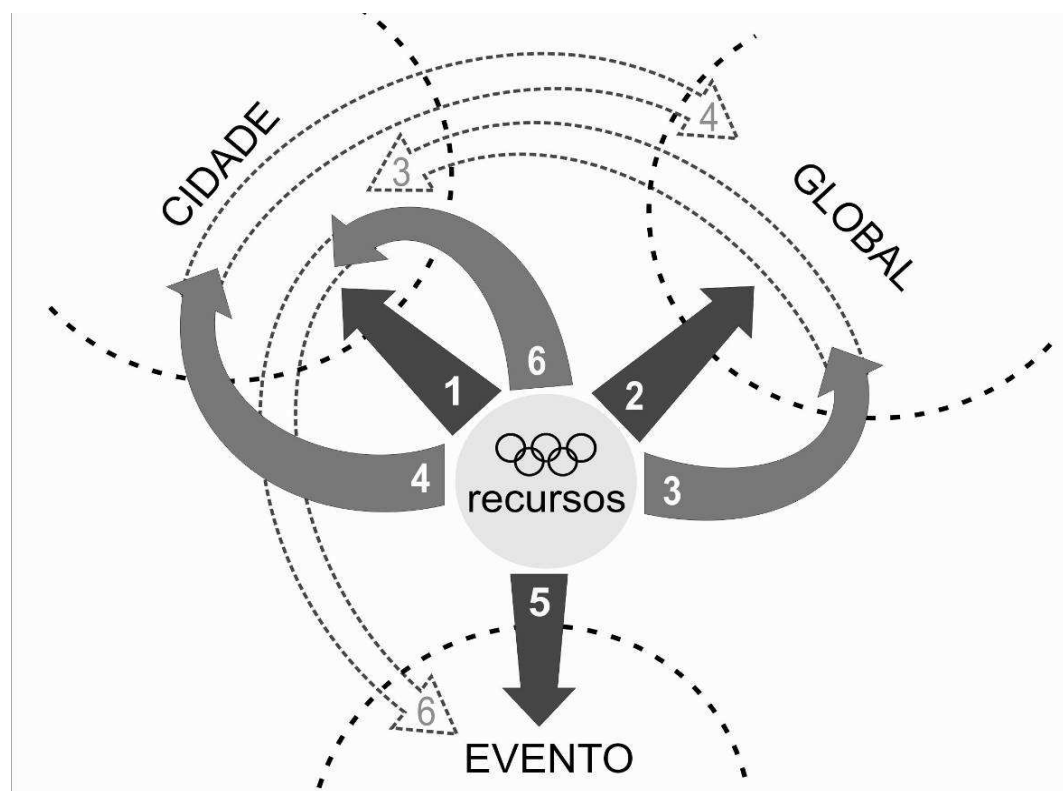
Olimpíada como valorização económica de um território: mesmo com os impactos negativos trazidos pelos problemas de logística e recuperação urbana, os Jogos de Atlanta cristalizaram-se na memória também pelo desenvolvimento económico da cidade e do estado da Geórgia, que conseguiram novos investimentos, decorrente de uma operação de marketing territorial. A cidade conseguiu visibilidade, localização, investimentos e posicionamento de excelência em numerosos quesitos económicos (Guala, C. 2002)

Olimpíadas como valorização de uma nação através do sucesso de uma área muito restrita: Lillehammer 1994, uma cidade de apenas 25.000 habitantes, conseguiu ser responsável pela valorização da Noruega como um todo, mas demonstrou que os efeitos os Jogos Olímpicos não se mantêm por longo prazo, e que só reforça economicamente uma área já forte (efeito “massa crítica”); todavia a Noruega como um todo conseguiu alcançar uma posição mais visível a nível internacional (Klausen, A.M. 1998). O que demonstra como um certo nível de desenvolvimento económico pode amadurecer, desde que uma série de factores atinjam um nível crítico, enquanto que, para outras instâncias (a "notoriedade", por exemplo) uma gestão correcta e inteligente da informação e da promoção pode atingir resultados mais efectivos (Guala, C. 2002).

Olimpíada como instrumento de valorização de um continente como destino turístico: é o caso de Sydney 2000, grande sucesso organizativo e mediático (com tutela ambiental substancialmente positiva), que criou vários pacotes turísticos, ainda que com expectativas modestas em relação aos objectivos conseguidos sobre os fluxos internacionais e a grandes operadores turísticos (Cashman, R. e Hughes, A. 1999).

Os Jogos Olímpicos como reconstrução de uma identidade fragmentada: caso de Sydney 2000, e a valorização da cultura aborígene, e da natureza multiétnica das suas origens. Outros casos redescobriram e valorizaram a cultura popular, como na cerimónia de abertura de Lillehammer 1994, que recordou a relação extremamente com as tradições populares e a natureza; ou em Barcelona 1992 em relação às especificidades da identidade catalã, com o objectivo claro de tornar-se uma grande capital mundial da cultura, da arte e do turismo (Moragas, M. 1996).

Dentre esta grande variedade de orientações possíveis para a aplicação do projecto olímpico, pode-se centralizar em seis categorias, de acordo com a escala na qual se aplica os recursos, e na qual se espera os retornos. Pela denominação de recurso, no caso do esquema simplificado apresentado no quadro abaixo, reúnem-se tanto as verbas, o trabalho dos profissionais, a mobilização governamental, o potencial de utilização da divulgação mediática, e demais elementos que podem ajudar a executar o programa olímpico definido. De maneira simplificada, o fluxo de recursos pode se colocar segundo o quadro abaixo:



ORIENTAÇÃO	ESCALA		EXEMPLO
	FOCO	META	
1	local	local	Intervenções físicas
2	global	global	Divulgação e transmissão
3	global	local	Turismo e receptividade
4	local	global	Modernização da cidade e citymarketing
5	evento	evento	Administração, eventos e cerimónias
6	local	evento	Instalações desportivas e de acolhimento

Quadro 2.8 – Orientações possíveis para os recursos olímpicos.

A orientação do projecto olímpico é o produto da combinação entre a força destes vectores de fluxo de recursos. O controlo sobre os recursos aglomerados pelo evento olímpico é motivo de disputas e gera condicionantes para todo o processo – o sistema de actores do processo de planeamento olímpico, além dos conflitos mais frequentes presentes na definição da orientação do projecto olímpico serão destacados na próxima parte deste trabalho.

2.4.4 IMPACTOS DE INCIDÊNCIA PREPONDERANTE NA ECONOMIA

De maneira muito simplificada, o grande valor dos Jogos Olímpicos como instrumento para a transformação urbana é o de conseguir conformar um ambiente favorável a intervenções urbanas de grande volume, em um panorama temporal controlado e restrito. Economicamente, as Olimpíadas conseguem estender seus impactos em três direcções básicas:

- **Melhoramento de infra-estruturas:** devido à necessidade de preparação da cidade para receber um público adicional de grande volume, que algumas vezes respondem por percentagem relevante em relação à população local – vide exemplo de Lake Placid e Albertville – a necessidade de reflexão acerca dos sistemas infraestruturais de circulação, de equipamentos públicos e serviços, básicos ou específicos, e a consequente adaptação destes sectores às novas demandas compreendem uma parte essencial de qualquer projecto olímpico. O melhoramento das infra-estruturas locais pode potenciar as capacidades da cidade de receber outros eventos: desportivos, culturais, económicos, etc. Obter sucesso em um evento olímpico é prova evidente do potencial organizativo da cidade e da qualidade de suas instalações de receptividade, o que deixa a cidade mais atraente à receber novos eventos.
- **Melhoramento da Imagem da Cidade Anfitriã:** a exposição massiva nos diferentes meios mediáticos é um veículo com vasto potencial de propagação da mensagem que o Comité Organizador e a cidade consideram mais interessante. A publicidade que envolve as Olimpíadas tem o poder de cristalizar elementos da cultura local como referência iconográfica de um território geográfico, e cabe aos programas de divulgação elaborados pelo Comité Organizador, pela cidade e pelos agentes interessados na actividade turística, definir os elementos que serão destacados e a escala onde eles incidirão: cidade, região ou país, de forma a sacramentar imagens e elementos culturais no mercado mundial, e principalmente, direccionar o enfoque para as qualidades e as especificidades do contexto escolhido. Vide exemplo de Barcelona e a cultura catalã (Moragas, M. e Botella, M. 2005), de Albertville e Grenoble relacionados com a valorização da região francesa de Savóia (Guala, C. 2002), e o caso de Sydney e a melhora dos índices turísticos em toda a Austrália (Preuss, H. 2002). Conformar uma imagem de ambiente formado por qualidades únicas neste determinado sítio, no ideal do mercado mundial, é o produto mais interessante a ser vendido, pois seu prazo de sucesso na atracção de visitantes e investimentos adicionais para a economia local é muito mais amplo que a duração do evento olímpico em si.

- **Aumento do capital circulante e dos níveis de emprego da população:** o acréscimo de visitantes ocasionado pelos Jogos Olímpicos traz à economia da cidade um aumento considerável de capital em circulação, e pode gerar um grau de desenvolvimento económico interessante para a cidade e sua população. Porém precisa-se estar atento à sazonalidade deste tipo de impacto ocasionado pelas Olimpíadas, e ter um planeamento voltado para a adaptação ao público adicional e temporário, mas que também considere a readaptação a índices mais diminutos, relacionados com a volta aos patamares anteriores ou a novos patamares desenvolvidos em função dos programas relacionados com os outros dois tipos de impactos. A economia local não pode desenvolver uma estrutura estreitamente dependente do capital atraído pelo evento, sem ser apta a readaptar-se aos níveis de riqueza posteriores aos Jogos Olímpicos. Manter a quantidade de capital e as taxas de emprego da população deve ser, obviamente, o objectivo principal.

Obviamente, entre as três categorias acima, precisa-se ter em plano a predilecção das duas primeiras, pois “o impacto económico perde seu vigor poucos anos após os Jogos Olímpicos, a imagem e a infraestrutura duram e conformam uma base que induz efeitos futuros diversos, como o incremento do turismo, investimentos internacionais e outras manifestações de relevância” (Preuss, H. 2002). A preferência da cidade precisa ser por heranças olímpicas de maior durabilidade, que preparem a cidade para desenvolvimentos posteriores e que realmente induzam a um crescimento económico sólido e permanente, sem deixar a cidade vulnerável à uma grande variação de capital em circulação na economia. A construção de uma demanda autónoma de longo prazo é produto directo dos benefícios trazidos pela melhoria das infra-estruturas locais e da imagem da cidade em mercados mais amplos, que introduzem sob a variação de capital originada pelos Jogos Olímpicos um efeito multiplicador nos anos posteriores ao evento. Segundo Preuss, “ ‘The One Time Impulse’ é baseado na teoria keynesiana de multiplicadores originalmente elaborada para a macroeconomia. Aqui é acompanhada de ideia com base na teoria da exportação para uma economia regional (Krätschmar, S. 1995). A exportação do serviço Olimpíadas causa um fluxo de fundo em direcção à cidade anfitriã que se exprime em uma produção suplementar, esta, por sua vez, se traduz em maior rendimento e nível de empregos” (Preuss, H. 2002).

2.4.5 MÉTODOS DE GESTÃO E CONTROLO DA ORIENTAÇÃO ECONÓMICA

Após a evolução crescente durante estes cento e dez anos de história, principalmente nos seus últimos cinquenta anos, os Jogos Olímpicos têm actualmente um poder indubitável de suscitar reacções na economia local, regional e/ou nacional, mesmo em fases muito adiantadas na vida do Comité Organizador e no começo do processo de organização das Olimpíadas. Logo após do anúncio da cidade vencedora da eleição, os Jogos Olímpicos já começam a exercer sua influência sobre a economia local: “o impacto da nomeação da cidade como anfitriã olímpica foi imediato: desemprego sofreu uma queda dramática, o mercado imobiliário voltou à vida e, obviamente, a indústria da construção sofreu um boom” (Brunet, F.

1995, Brunet, F. 2002). A expectativa e, de certa forma, a certeza do aumento, por mais que temporário, no capital de giro da cidade, ocasionado pelo afluxo de visitantes atraídos pelo evento, já configuram, por si só, um motivo para apostar na melhora da economia e uma justificação para fazer investimentos na ampliação de instalações e de vagas de emprego, para melhor servir a este público adicional. A origem destes investimentos iniciais é, notavelmente, oriunda da iniciativa privada, de empresas, indústrias e prestadores de serviço particulares, e a força do incremento económico que eles provocam é dependente da presença do evento e do seu público adicional, ou de efeitos fortalecedores que podem ser gerados pela própria intervenção olímpica e pelos investimentos e intervenções executados principalmente pelo Comité Organizador, mas também pela própria iniciativa privada.

Como visto anteriormente, alimentar o orçamento das intervenções com investimentos de origem nas administrações públicas é, de forma geral, essencial no início do processo de organização do Comité Organizador, de acordo com as garantias colocadas no Manual da Cidade Candidata (IOC 2002) de que o Comité Organizador contará com uma certa verba para os trabalhos iniciais, sob a imposição dos actores públicos de financiar esta quantia mínima.

De qualquer maneira, o investimento de origem pública é quase essencial para a organização dos Jogos Olímpicos, e, segundo alguns autores, a sua proporção no montante total de rendimentos destinados ao financiamento dos Jogos Olímpicos é proporcional à sua capacidade decisória. “Os Jogos exigem recursos públicos, que por sua vez geram outros recursos públicos. A tese é que se os Jogos Olímpicos são promovidos pelo sector público, a administração pública irá ela mesma se beneficiar muito mais do custo do investimento. A meta era então minimizar o uso de fundos públicos em gastos organizacionais, e direccioná-los para a construção de infra-estruturas e equipamentos” (Brunet, F. 2002).

O crescimento já apresentado pela economia ao início do processo organizativo dos Jogos Olímpicos, quando da nomeação da cidade anfitriã, e que coloca com adiantamento seus efeitos sobre a economia local e sobre os índices de emprego, é basicamente de origem na iniciativa privada. A aplicação de recursos públicos, oriundos da organização dos Jogos Olímpicos, pode elevar as expectativas vislumbradas anteriormente pela iniciativa privada. Mais ainda, segundo Brunet: “quanto maior o investimento público, maior o investimento privado que o acompanha, e maior o legado, os níveis de actividade e empregos adicionais” (Brunet, F. 2002).

No entanto, este efeito cascata determinado pela ingestão de recursos públicos pode sofrer uma deformação nas suas características determinantes: a proeminência do investimento privado em determinar a utilização e principalmente a localização da aplicabilidade dos investimentos públicos no território urbano, de modo a privilegiar trechos do tecido urbano já considerados mais rentáveis para os investidores privados, principalmente o mercado imobiliário.

Após a valorização da capacidade de venda das instalações olímpicas após o fim do evento no total do seu financiamento, o apelo das questões imobiliárias dentro das definições do projecto olímpico adquiriu proporções crescentes, principalmente em decorrência do sucesso de vendas das Vias Olímpicas de Seul e Barcelona, porém o controlo da influência deste factor que distorce as prioridades do projecto olímpico precisa tomar a atenção dos organizadores, por dois motivos básicos. Primeiramente, porque estabelecer o interesse imobiliário como parâmetro essencial para a escolha da implantação das intervenções implica em gastos maiores para a compra de terrenos e, portanto, limita a amplitude da intervenção olímpica directa. Em segundo lugar, mas ainda mais importante que o motivo anterior, porque a escolha por um sítio já valorizado diminui sensivelmente a capacidade de transformação urbana da intervenção, e consequentemente, denigre a importância do legado deixado pelos Jogos Olímpicos na cidade anfitriã. Afinal, escolher uma área desvalorizada, sujeita à degradação urbana e à poluição ambiental, e conseguir devolver-lhe vida e relevância económica, faz dos Jogos Olímpicos o gerador de um ambiente agradável para os cidadãos, um local propenso a gerar novas sinergias e novas actividades económicas, e para a estrutura da cidade, que vê diminuir suas fronteiras sociais e os efeitos de guetificação que nela existem.

Os rendimentos de origem pública, em um primeiro momento, antes da chegada dos investimentos com os direitos de transmissão ou patrocínio, respondem por grande parte do capital disponível para as actividades olímpicas. Sua aplicação precisa ser planeada de maneira a seguir o princípio de minimizar os gastos em actividades organizativas e maximizar os gastos em intervenções, pois em momentos posteriores, mais próximo do evento, não só a estrutura do Comité Organizador mas também o número de serviços relacionados serão muito maiores e exigirão maior financiamento para os gastos de fundo organizativo. Mais ainda, as intervenções de cariz construtivo geralmente demandam maior tempo de execução, e portanto exigem um início mais precoce nas suas actividades. Investimentos em estrutura viária, instalações desportivas, equipamentos e espaços públicos, entre outras, portanto, devem ser priorizadas neste contexto, mesmo porque são elas que conformam geralmente as heranças mais importantes para o futuro da cidade.

A escolha de privilegiar os gastos em instalações de cunho mais público em um primeiro momento, ainda exerce um efeito benéfico sobre a população. Como geralmente a população recebe uma carga tributária adicional que tem como objectivo criar rendimentos para a intervenção olímpica, conseguir dar provas visíveis de trabalho pode minimizar movimentos de oposição, além de poder exercer mais cedo suas influências positivas na cidade, partindo-se do efeito detonador de novos investimentos de fundo privado, da criação de ambiente propício para o incremento da actividade económica e de melhoria das condições de qualidade ambientais urbanas. E também partindo-se do princípio, nem sempre verídico, de que um começo precoce resulta em um término adiantado nas obras.

Gradualmente, com o caminhar do processo de organização e execução do projecto olímpico, os gastos organizativos tendem a se elevar, porém com o término das intervenções os gastos públicos podem ser resumidos às despesas de manutenção da infra-estrutura criada, mesmo devido à disponibilidade de verbas oriundas das negociações de direitos de transmissão, dos patrocínios ou ainda da venda antecipada de bilhetes ou da propriedade das instalações olímpicas.

Trabalhar com a participação da iniciativa privada é uma necessidade. Conseguir direccionar seu foco de atenção, mesmo mostrar qual o sítio mais indicado para sua participação, é essencial para conseguir executar na cidade os incrementos em algumas infra-estruturas, principalmente hoteleira, de serviços, de actividade turística e em certas modalidades de transporte. O Comité Organizador não precisa, e nem pode, actuar sozinho como agente da adaptação da cidade ao evento olímpico. Para tanto, a participação da iniciativa privada deve ser incentivada, mesmo porque o incremento das infra-estruturas urbanas dá-lhe maior possibilidade de crescimento de suas actividades, e favorece a atracção de outros eventos posteriores que possam, por sua vez, trazer outros tipos de público para a cidade, o que aumenta seu mercado consumidor.

Uma opção já frequentemente utilizada é a formação de empresas de capital misto – parte proveniente das administrações públicas, parte oriundo da iniciativa privada – para a gestão de parte da execução olímpica ou de parte dela. Os benefícios trazidos com esta iniciativa são a maior facilidade de atracção de investimentos privados atraídos pela maior agilidade dos modelos empresariais, em relação ao corpo moroso e burocrático vinculado com as instituições públicas e governamentais. A capacidade de ter uma participação mais activa no processo de planeamento e execução das intervenções olímpicas é atraente para a iniciativa privada, com o intuito de conseguir exercer alguma diferença na orientação das intervenções em direcções mais interessantes para si. Portanto, a importância das empresas públicas e principalmente suas competências dentro da organização e execução do projecto olímpico demandam reflexão e controlo, talvez através de cotas totais minoritárias na participação da empresa em relação aos actores públicos, para evitar distorções perigosas de enfoque e ameaças à soberania dos agentes públicos frente à iniciativa privada, que já provou sua pouca fiabilidade através das gestões, muito bem sucedidas economicamente, porém pobres em retorno urbano e carregadas de problemas organizativos para as cidades, das Olimpíadas de Los Angeles e, principalmente, Atlanta, nas quais as organizações foram predominantemente provenientes da iniciativa privada e com fraca participação governamental activa nas decisões.

Com o poder transformador que possui, e com a capacidade tão forte de influir no sistema económico local, o projecto económico precisa ter atenção para não incorrer em erros que possam tornar as consequências dos Jogos Olímpicos mais depressivas que válidas para a cidade. De acordo com Preuss

(PREUSS – 2002) o projecto olímpico de pertinência económica precisa ter em atenção os seguintes efeitos depreciativos:

- O fenómeno da relocação: efeito que pode afectar a localização do capital ou das intervenções relacionadas com os Jogos Olímpicos, que deslocam os impactos positivos oriundos dos investimentos trazidos pelo evento para áreas diferentes que as planeadas originalmente. Podem ser de três tipos:
 1. Habitualmente a demanda pública não elástica desloca a demanda privada elástica no preço;
 2. Quando a despesa privada modifica o foco da despesa pública;
 3. Quando a despesa pública modifica o foco de outras despesas públicas, ou seja, quando a escolha política pelos Jogos Olímpicos acaba por impossibilitar outros projectos públicos devido a relocação de verbas nas intervenções olímpicas.
- Super dimensionamento das estruturas planeadas: quando o incremento de infra-estrutura projectado vislumbra a demanda temporária trazida pelos Jogos Olímpicos, que é super dimensionada em relação as reais necessidades do mercado local, e acaba por gerar um grave défice económico após a retracção do mercado decorrente da diminuição do público consumidor.
- Produzir uma distribuição social desigual da riqueza: tal efeito gera a aglomeração do incremento de capital, do desenvolvimento urbano e das benesses trazidas pelos Jogos Olímpicos somente para camadas privilegiadas economicamente, retirando dos ganhos as camadas mais carentes, o que ocasiona fronteiras sociais que são fonte de muitos problemas sociais. Sob este efeito, o desenvolvimento decorrente das Olimpíadas não atinge a cidade em plenitude, e colabora para a criação de guetos e do aumento da segregação socio-espacial, que é contrário aos ideais olímpicos.

CAPÍTULO III

AS ESPECIFICIDADES OLÍMPICAS SOBRE O PROCESSO DE PLANEAMENTO URBANO

Como foi demonstrado nos itens anteriores, a escolha pela candidatura por ser sede de uma edição dos Jogos Olímpicos representa, indubitavelmente, uma série de gastos e consome recursos tanto de natureza financeira como intelectual. Gastos estes que tomam uma ascendente vertiginosa quando a candidatura consegue sagrar-se como campeã no processo selectivo. Juntam-se à lista de obrigações todas as exigências do evento em si (que formam a extensa lista exposta no item 4 da segunda parte deste trabalho) e o enorme custo adicional que representam para a organização do evento. Mais, ainda soma-se a estes os custos organizacionais para estruturar das actividades quotidianas em meio ao evento – gastos com formação de infra-estrutura básica para a equipa da própria organização e também para as diferentes delegações nacionais – os custos relacionados com métodos de trabalho e elementos a produzir, cuja orientação é baseada pelo próprio Comité Olímpico Internacional – com por exemplo as equipas e os produtos envolvidos na questão ambiental – e todos os gastos gerados para realizar as variadas intervenções que constam do projecto olímpico. Consequentemente, os gastos envolvidos são realmente consideráveis, na casa de centenas de milhões de dólares, semelhante ao produto interno bruto anual de alguns países.

No entanto, o número de cidades candidatas a ser anfitriãs segue uma ascensão quase paralela à crescente destes gastos. Isto resulta da capacidade de mobilização de investimentos externos, aqueles que correspondem às fontes mais usuais de rendimentos para a organização do evento, e o conjunto de consequências possíveis em múltiplos aspectos da vida da cidade, devido à conjunção da verba adicional, do público consumidor acessório, atraído pelo evento em si, da super exposição nos meios mediáticos, e do esforço conjunto de vários elementos da sociedade local para executar um pacote de intervenções que podem provocar melhorias na qualidade de vida urbana, na eficiência do espaço urbano e na estrutura da cidade, além de poder detonar efeitos de melhoria da qualidade de vida local.

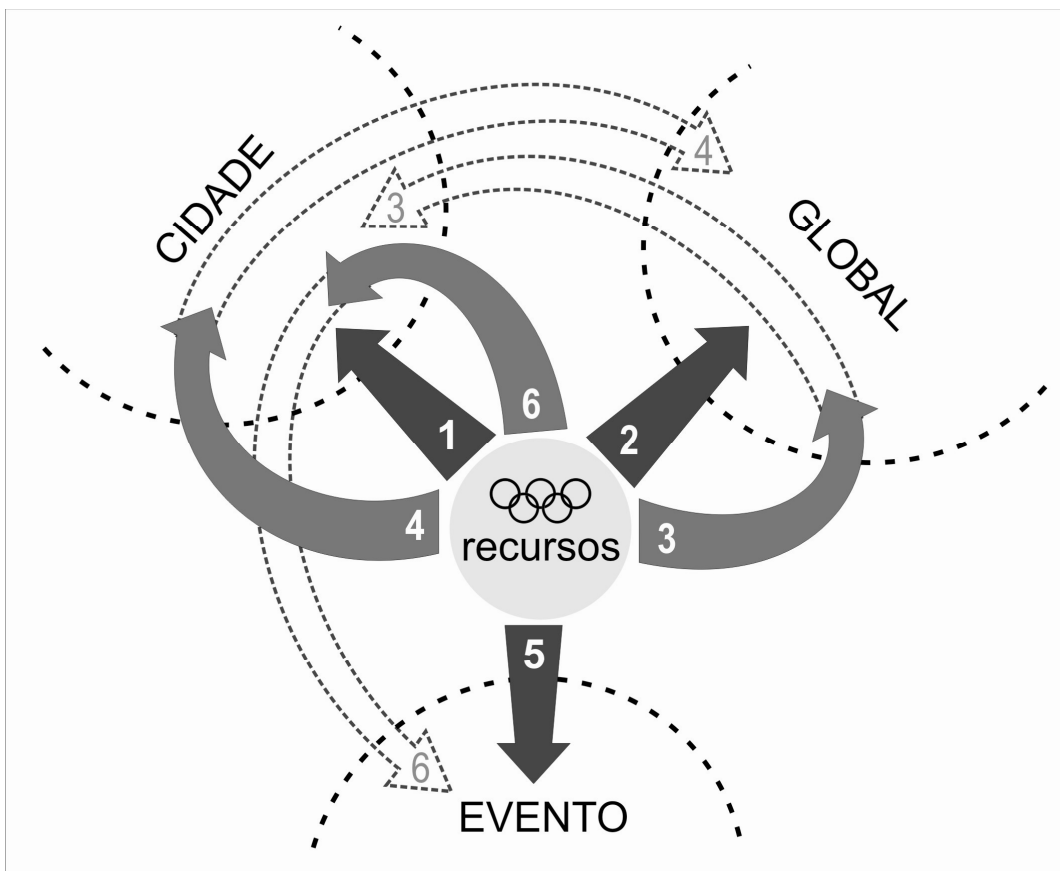
Isto, sem citar possíveis consequências políticas trazidas pelo aumento da articulação entre o núcleo urbano e as cidades mais periféricas da região metropolitana, que actualmente, com o gigantismo que afecta o evento olímpico, é essencial para a implantação de todas as actividades olímpicas. A vocação metropolitana é quase indissociável às intervenções olímpicas, através de programas uníssonos para as vocações, as qualidades, as potencialidades, e também as fraquezas e deficiências das cidades da região metropolitana.

O grande défice urbano apresentado pelas grandes cidades após tantas modificações económicas, e seus reflexos no modo de vida dos cidadãos, fazem da utilização de grandes eventos uma possibilidade importante para solucionar os problemas urbanos, reavivar a economia local, actualizar a cidade para as necessidades actuais, desenvolver e criar aptidões e vocações, e valorizar a imagem da cidade no mercado externo, tudo isto ao mesmo tempo, e com um prazo determinado, além de ser prova da capacidade organizativa e empreendedora dos agentes locais. Toda esta conjugação de elementos faz do desenvolvimento associado a um grande evento uma solução única, e algumas vezes a única solução, para alguns problemas dos núcleos urbanos.

Tão grande como a abrangência dos efeitos do evento olímpico é o número de caminhos pelos quais a cidade pode caminhar, direccionada pelos programas e intervenções executadas dentro do programa olímpico. Pois abrangente também é a relevância dos Jogos Olímpicos nas mais variadas disciplinas do conhecimento humano. O potencial dos Jogos Olímpicos é enorme, e amplo, mas suscita coordenação e planeamento, para que a força das vantagens geradas por ele não sejam diluídas por múltiplos desdobramentos desarticulados entre si, e que possam gerar produtos que persistam após o fim do evento.

Isto justifica a evolução crescente no número de cidades que deposita nos Jogos Olímpicos o papel de elemento impulsionador do seu desenvolvimento urbano, e que direccionam seus profissionais, seus fundos e seu trabalho na aposta de conseguir ser anfitriã e poder fazer uso dos produtos gerados pelos Jogos Olímpicos para fomentar, estruturar e construir a evolução da cidade. E são muitas as orientações que podem ser aplicadas ao desenvolvimento da cidade, proporcionalmente tão numerosas quanto as combinações possíveis dos impactos que as Olimpíadas podem gerar sobre a cidade e sua dinâmica de crescimento e desenvolvimento.

Ainda na mesma proporção, vastos são os interesses e os interessados em definir estas orientações a aplicar ao projecto, suas acções, seus programas e intervenções. A elaboração do programa olímpico é complexo e muito importante para a cidade e seus habitantes. Certamente as decisões aplicadas ao programa hão de imprimir consequências intensas sobre a estrutura urbana e sua relação com os seus elementos formadores, determinar-lhe-ão a direcção dos passos a seguir no futuro.



ORIENTAÇÃO	ESCALA		EXEMPLO
	FOCO	META	
1	local	local	Intervenções físicas
2	global	global	Divulgação e transmissão
3	global	local	Turismo e receptividade
4	local	global	Modernização da cidade e citymarketing
5	evento	evento	Administração, eventos e cerimónias
6	local	evento	Instalações desportivas e de acolhimento

Quadro 2.6 – Orientações possíveis para os recursos olímpicos.

Este quadro, mostrado no capítulo anterior, demonstra de forma resumida os caminhos que os recursos mobilizados para o evento olímpico podem tomar, de acordo com as decisões inseridas na intervenção olímpica. Destas seis orientações nele expostas, apenas uma coloca-se como elemento essencial: a de número 5, pois as medidas nela incluídas são directamente responsáveis pelo financiamento e organização do evento em si, e a qualidade dele está francamente relacionada com os gastos inseridos nesta orientação. Mesmo assim, pode-se, e até mesmo deve-se, estudar maneiras de minimizar seus custos, para potenciar a utilização das verbas em medidas que deixem heranças, físicas ou abstractas, para a cidade, sua população e sua economia.

À excepção desta orientação, a variação da ênfase dada a cada uma das demais orientações é o que molda o programa olímpico. Sendo tão grande a quantidade de recursos reunidos pelo evento olímpico, é natural que o interesse em decidir o peso a dar a cada uma das orientações, e a quantidade de recursos que serão

direccionados para cada uma delas, é muito grande. Igualmente, a definição de que áreas da cidade intervir, e como, também fomentam a vontade de vários sectores da sociedade em participar do processo de planeamento da intervenção olímpica. De forma mais simplificada, além das pressões colocadas pelo Comité Olímpico Internacional para garantir a qualidade dos Jogos, os conflitos entre actores – incluídos ou não no processo de planeamento olímpico – por maior voz activa sobre como e onde dispor dos recursos reunidos pelo evento são o grande condicionador da elaboração, organização e execução do projecto olímpico.

No contexto que se conforma pode-se determinar a presença preponderante de dois elementos. Por um lado, temos a quantidade de interessados em participar do processo de elaboração do programa olímpico: grupos variados de cidadãos, elementos relacionados com a cidade, ou interessados em seu futuro. Por outro lado, a complexidade dada pela conjunção do amplo número de variáveis, amplitude dos impactos, diferentes escalas de actuação, múltiplas especialidades envolvidas, e necessidade de maximização dos efeitos em relação ao orçamento e prazo restritos.

Portanto, elaborar o programa olímpico precisa conciliar, por um lado, a articulação dos participantes, a diminuição dos conflitos de interesses entre eles e a construção de consensos, e, por outro lado, analisar, solucionar, desenvolver ou minimizar as complexidades, de forma a conseguir alcançar metas determinadas, estabelecidas no decorrer do processo.

3.1 REFLEXOS DAS PROBLEMÁTICAS PRESENTES NO PLANEAMENTO SOBRE O PROCESSO OLÍMPICO

Por mais que o processo de planeamento olímpico já seja um processo de muita responsabilidade devido ao grande número de variáveis possíveis, o poder de transformação que elas têm sobre a cidade, e a compatibilização com a agenda do evento, sobre ele ainda incidem as problemáticas corriqueiras presentes sobre o planeamento.

Primeiramente, a dificuldade para conseguir produzir planos que não percam sua aplicabilidade de acordo com as mudanças no contexto durante seu tempo de elaboração. “É uma experiência comum que planos cuidadosamente elaborados rapidamente perdem sua relevância face às pressões dos eventos quotidianos” (Friend, J.K. e Hickling, A. 1989). O défice entre o plano e a realidade do momento de aplicação pode ser realmente grande, tanto quanto a distância entre as previsões feitas e o desenvolvimento real da cidade, o que resulta em planos que já durante as fases de elaboração podem tornar-se desactualizados, pois a dinâmica das transformações da cidade definitivamente não acompanha a velocidade de elaboração e execução dos planos.

Inexoravelmente, trata-se de produzir um elemento estático para responder a efeitos dinâmico, e este processo de tradução da dinâmica da realidade urbana para a descrição em elementos estáticos pode resultar em perdas consideráveis para o processo, tanto que podem custar a própria fiabilidade do produto, e sua real aplicabilidade aos problemas reais da cidade. Possivelmente, também poderiam impedir a obtenção das metas estabelecidas.

É corriqueira a tentativa de diminuir as perdas do processo através do uso de ferramentas de projecção dos problemas para um determinado panorama temporal. Aliar o diagnóstico e o levantamento do contexto existente com a determinação de projecções dos processos dinâmicos de transformação urbana para poder determinar os parâmetros a considerar no plano, e, assim, fortalecer sua aplicabilidade no momento no qual ele seja executado.

Porém, a escolha de se utilizar um grande evento como instrumento para o desenvolvimento urbano instaura no processo de planeamento a necessidade de determinar um ponto intermediário para o exercício de previsão, com demandas, público, necessidades, problemas, e mesmo financiamento, diferenciados em relação à evolução da cidade. Uma etapa transitória no desenvolvimento da cidade, porém suficientemente forte para impor condicionantes ou aceleradores para o desenvolvimento urbano posterior a ela.

Portanto, acrescido à dificuldade de conseguir elaborar projecções que incorporem as modificações nos contextos relevantes ao plano, tal exercício precisa ser feito para dois momentos determinados, e muito diferentes entre si: primeiramente, a data dos Jogos Olímpicos, associando-a com as suas características específicas, fortemente associadas com as demandas do evento em si. Após isto, o momento posterior ao evento olímpico, no qual para além da evolução natural dos parâmetros locais em relação ao tempo e das mudanças que são mais passíveis de previsão, precisa-se considerar as grandes transformações produzidas pela execução do projecto olímpico e suas consequências sobre a estrutura urbana e a relação entre cidade e cidadão.

Consequentemente, com a linha cronológica colocada, o momento das Olimpíadas deve constar como um ponto de extrema relevância, até o qual tem-se, de uma maneira geral, um período de cerca de seis anos (desde a oficialização do resultado do processo selectivo até o evento em si) de políticas de expansão e desenvolvimento generalizados – no intuito de preparar a cidade para as demandas especiais do evento – para então um período de adaptação da cidade e da economia local às novas necessidades, produto dos efeitos impostos pelo evento. Os efeitos multiplicadores produzidos sobre as actividades económicas locais pelas Olimpíadas ainda estarão presentes, e prever o decrescimento da influência deles sobre a economia é uma tarefa que agrega muito mais complexidade ao planeamento olímpico, mas que representa um desafio necessário de ser enfrentado, sob o perigo de fragmentação da economia local

quando se dê o retorno do capital e do público consumidor aos parâmetros locais, o que geraria danos generalizados para a população, a economia e a cidade.

Preparar o período de retracção é o passo mais importante do planeamento relacionado com o evento olímpico, pois é nele que germinam as consequências mais perenes dos Jogos Olímpicos, sejam elas positivas ou negativas para o desenvolvimento da cidade. É após o evento, na volta da cidade à sua rotina, com o deslocamento do público consumidor e das fontes de investimentos acessórias, que se pode começar a sentir os maus efeitos de possíveis erros de previsão ou de dimensionamento em algumas actividades económicas e infra-estruturas ou equipamentos, e igualmente os bons efeitos da valorização da imagem da cidade, sua economia e população, das campanhas de venda da identidade local em mercados exteriores, ou do exercício das sinergias construídas pelo processo de planeamento, organização e execução dos Jogos Olímpicos.

Na tentativa de encontrar fundamentos para a elaboração dos planos, alguns planeadores baseiam-se estritamente no conhecimento e compreensão do objecto de estudo, ou seja, da área de intervenção, seus estruturantes e suas transformações, para conseguir construir suas projecções e elaborar seus planos. (McLoughlin, 1969, como citado em Faludi, A. 1973). Este processo de trabalho que envolve apenas o planeador sobre dados e mapas já demonstrou sua fragilidade. O processo de planeamento concerne também, e principalmente, a análise colectiva de interpretação da área e de definição de estratégias. Tem em si grande parte de incremental, com processos de interacção entre os participantes, e complementação de pontos de vista, discussão de interesses dissonantes e formulação de consensos (Friend, J.K e Hickling, A. 1989, Hickling, A. 1989, Bana e Costa, C. 1993, Bana e Costa, C. 1993a).

Se o processo de planear está assentado sobre a relação entre contexto e processo, os problemas do planear, igualmente, podem tanto localizar-se sobre o entendimento do objecto de estudo como também sobre o processo, sobre o planeador, os actores envolvidos e os procedimentos escolhidos (Faludi, A. 1973). A tarefa de planear coloca a necessidade de trabalhar tanto com as partes objectivas como também com as subjectivas, para poder chegar a produtos mais eficientes e gerar práticas válidas de registo e transmissão.

“Planear refere-se com a melhor maneira de produzir resultados” (Faludi, A. 1973). Melhor, no sentido que considera as ferramentas disponíveis, toma partido de suas potencialidades e procura contornar suas deficiências para conseguir produzir um resultado mais eficiente para a problemática definida, dentro das limitações de sistema e das ferramentas. Por ser o planeamento uma actividade inexoravelmente humana, sobre ele reflectem-se certas deficiências do ser humano, como por exemplo a reconhecida incapacidade de lidar eficientemente com múltiplas variáveis: “a capacidade da mente humana para formular e resolver

problemas complexos é muito pequena, comparada com o tamanho dos problemas onde soluções são requeridas” (Simon, 1957, como citado em Yewlett, C.J.L. 1985).

Segundo esta óptica, o processo de planeamento centrado em um só elemento responsável por elaborar as estratégias e tomar as decisões está mais sujeito às fraquezas humanas, corre maiores riscos de comprometer o resultado do processo e gerar um produto menos eficiente. Um processo mais abrangente pode conciliar os enfoques e os conhecimentos do material humano inserido, minimizando e compensando os efeitos das deficiências de cada indivíduo pelas qualidades dos demais.

Da mesma forma em que um processo mais inclusivo agrega mais conhecimento e habilidades ao material humano, também traz consigo mais complexidade, ligada com relacionamento entre os agentes envolvidos, possíveis conflitos e interesses dissonantes. Exige a elaboração de métodos de trabalho para melhor aproveitar a participação e coordenação para criar um ambiente favorável à conversão das experiências de articulação e convivência entre actores em mais-valias no resultado final. “O ofício de escolher estrategicamente torna-se mais complicado quando envolve elementos de escolha colectiva – ou negociação com outros que consideram problemas e possibilidades em outras orientações (...) muitos dos mais problemas mais complicados que se aplicam ao enfoque estratégico de escolha envolvem desafios de tomadas de decisão colectivas, seja ao nível organizacional ou inter-organizacional” (Friend, J.K. e Hickling, A. 1989). Saber coordenar e conciliar agendas diferentes são atribuições do planeador, que encena um papel mais próximo ao de mediador de conflitos, que passam a ser uma das ferramentas mais importantes do processo, com maior potencial para construção e avaliação de hipóteses, de articulação entre agendas, interesses e prioridades e geração de sinergias. “A presença de tantos indivíduos com diferentes sistemas pessoais de valores cria um problema multicritério para a tomada de decisão, no qual torna-se impossível (geralmente) construir um modelo adaptável de ranking de valores” (Yewlett, C.J.L. 1985).

Quanto mais colectivo o processo, maior a exigência de diferenciação entre as competências administrativa e operacional dentro da totalidade de envolvidos no processo, o que capacita cada parte do processo a executar com maior eficiência suas tarefas. Igualmente, quanto mais abrangente o processo, mais complexa a organização, também maior grau de especialização exigido das actividades relacionais entre actores, para manter a coordenação, potenciar os resultados e resguardar ao máximo das pressões organizacionais quotidianas.

No entanto, como a grande maioria das questões recorrentes nas problemáticas do planeamento urbano insere-se mais em problemas comparativos que objectivos, existe um alto teor de subjectividade envolvido no processo, baseado em juízos de valores específicos de cada grupo de actores (o que não impede que diferentes grupos de actores possam partilhar valores, opiniões ou objectivos).

Novamente, a necessidade de tradução agrega mais complexidade à actividade, desta vez parte-se de um grupo diverso de elementos, de difícil determinação de escala, limites ou inter relação, para conseguir um modelo passível de aceitação e entendimento por todos os envolvidos, que consiga ser instrumento na elaboração de métodos e base para a construção de consensos, criação e comparação de acções. Conseguir criar um ambiente favorável e métodos que consigam potenciar a eficácia do processo, por mais que certas pressões insistam em incidir sobre o planeamento, tanto sobre os produtos como sobre os métodos. Friend e Hickling separam de maneira sucinta as pressões da seguinte forma: “as pressões combinadas da urgência, competição por recursos e turbulências externas podem levar ao cepticismo e confusão nos preparativos para a elaboração dos plano; enquanto as pressões de complexidade, conflito e sobrecarga podem levar à vacilação e inconsistência na actividade diária de decidir” (Friend, J.K. e Hickling, A. 1989). Estas pressões condicionam o avanço do processo de planeamento, tanto em sua incidência sobre os produtos quanto sobre seus procedimentos.

Novamente, a introdução no processo da variante dos Jogos Olímpicos acaba por aumentar as pressões incidentes nele. Um evento que parte de uma data específica e fixa, que envolve uma série de agentes organizacionais e complexos – que podem trazer pressões externas e competições para o processo, possíveis pressões internas às organizações ou atritos ideológicos centrados em orientações políticas divergentes – aumenta a complexidade das problemáticas a lidar e soma às demandas da cidade, às exigências do evento em relação a instalações e infra-estruturas, ainda com tempo reduzido e fixo, e verba que, por mais que consiga ser aumentada com os rendimentos extras trazidos pelos Jogos Olímpicos, ainda exige ser objecto de controlo.

Na tentativa de estabelecer uma visão mais organizada das pressões adicionais consequentes de optar-se pela utilização de Jogos Olímpicos como instrumento do planeamento farei uso de um trecho do texto de Friend e Hickling extraído do livro “Planning Under Pressure” (Friend, J.K. e Hickling, A. 1989), onde os autores colocam os principais dilemas práticos da tomada de decisão, ao mesmo tempo com destaque para as especificidades que cada um deles apresenta com a dada variante olímpica. São os dilemas práticos da tomada de decisão:

“Que pessoas constantemente estão a trocar de opinião acerca do tamanho dos problemas que eles encaram e, também, sobre o quanto próximas ou distantes as fronteiras da questão devem ser estabelecidas;”

Estabelecer escalas e principalmente limites das problemáticas urbanas é um grande gerador de complexidade, apesar de ser um dos mais importantes elementos estruturadores do processo de tomada de decisão. O ambiente urbano sempre foi estruturado pelas suas vias de comunicação e articulação. Desde

sempre a cidade desenvolvia-se através da interacção entre seres humanos, moradores ou não, em seus espaços comuns, ruas, praças, esplanadas, edifícios de acesso público, assim em diante. Mesmo nas cidades da cultura moura, que menosprezava o espaço comum em relação ao espaço privado, os espaços públicos mantiveram sua existência, e a actividade comercial garantiu a manutenção de sua importância. Com a evolução da sociedade humana, durante a história, muralhas foram derrubadas, estradas e ruas construídas, a expansão urbana da sociedade capitalista, baseada no uso do veículo particular, a capacidade de acesso por meios virtuais. Paralela à evolução do homem está o crescimento da capacidade de movimentação, que culmina actualmente com a abstracção e a “desmaterialização” do acesso, baseado principalmente nos avanços nas tecnologias de comunicação. A articulação quase infinita dos meios de comunicação e transporte – mesmo físicos, através de redes sem fim de vias – retira as características físicas dos limites entre trechos urbanos, para localizá-lo cada vez mais nas relações socio-económicas. Isolamento é não poder financiar o acompanhamento da evolução tecnológica, e pode estar muito mais presente actualmente entre casas vizinhas que entre continentes. A questão das fronteiras urbanas e regionais são meramente cartográficas, e cada vez mais ténues são mesmo as fronteiras nacionais, que perdem força devido a problemas de descrédito das administrações públicas e a pressões económicas pela formação de mercados amplos por meio de vários acordos de mútua cooperação económica, e, novamente, pela capacidade em forte expansão dos meios de comunicação.

As características subjectivas e abstractas das problemáticas urbanas têm pouca dependência de espaços urbanos físicos, e expandem suas influências por áreas extensas, através das ricas redes de articulação viária urbana, que mais do que canais de fluxo e transporte são grandes arenas de sociabilização humana nas cidades. Ocasionalmente, grandes problemáticas urbanas estão relacionadas com localizações fisco-geográficas específicas, como no caso de haver áreas de degradação ambiental ou urbana, casos de sítios onde múltiplos problemas confluem e sobrepõem-se. No entanto as características degradantes destes espaços ampliam suas influências por áreas mais extensas, e na ausência de medidas que visem a inversão destes padrões, expandem-se de maneira quase que patológica, expandindo características de ociosidade e degradação urbana.

Portanto, a tarefa de estabelecer tamanhos e escalas das questões acompanha a dificuldade de estabelecer fronteiras reais de grupos humanos, ou seja, traz para o processo de tomada de decisão questões de grande complexidade e de muita relevância para a elaboração do produto final, que geralmente colocam-se no início do processo, pois definem inclusive a amplitude dos meios de estudo e investigação das questões e seus contextos.

Quando se lida com Jogos Olímpicos, duas questões precisam ser colocadas, que aumentam a presença de pressões enquadradas neste dilema:

- **A multiplicidade de disciplinas e questões envolvidas no programa olímpico:** a influência dos impactos que os Jogos Olímpicos podem gerar tem em si a possibilidade, e mesmo o potencial, para atingir múltiplos aspectos da vida humana. O melhor entendimento destas questões e melhor programação das acções pertinentes para cada uma dessas áreas exige um grupo técnico muito grande, a produção de numerosos estudos temáticos, e grande capacidade de coordenação de cada arena temática de discussão, seus interesses, prioridades e agendas, elementos que exercitam as habilidades negociadoras e de gerar discussões construtivas e produtivas num objectivo maior de estabelecer valores comuns para construir modelos de avaliação entre as várias opções e, assim, caminhar para a elaboração dos produtos finais. É importante ainda destacar a exigência colocada pelo Comité Olímpico Internacional da produção e apresentação de relatórios de resultados, em todas as disciplinas, para garantir a documentação que fomenta a transmissão do conhecimento olímpico.
- **A pertinência dos programas olímpicos:** para tratar de um evento com um grau de impacto tão expansivo como as Olimpíadas, estabelecer a abrangência de suas influências é uma tarefa complexa, devido, mais uma vez, à multidisciplinaridade intrínseca do evento olímpico, que actua como factor múltiplo de atracção de interessados em participar do processo de definição do programa olímpico. A multiplicidade de acções pertinentes ao programa olímpico, algumas de carácter estritamente local, outras de actuação regional ou nacional, trazem elementos de competências variadas para as arenas de discussão do processo olímpico de tomada de decisão. Órgãos comunitários, grupos pelo desenvolvimento de actividades económicas determinadas, partidos políticos, órgãos representantes de classes profissionais, media, assim por diante, sendo os mais importantes elementos do processo os órgãos da administração pública de várias escalas. A participação de múltiplas administrações políticas é garantido desde o Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), no qual o contracto que é parte do mesmo explicita a necessidade da participação, ao menos, das administrações municipais e nacionais. Apesar de um processo mais inclusivo ter muitas qualidades, acarreta a possibilidade de conflitos politico-ideológicos, competições por verbas e da incidência de pressões externas ao processo de tomada de decisão.

Tais complicações, aliadas ao prazo inadiável, podem levar ao impulso, ou mesmo necessidade, de fixação pouco fundamentada da área de actuação. Por mais que se faça uso de um determinismo artificial, impositor, e possivelmente um bocado arbitrário, para seleccionar uma área de actuação, tal acto de certo seria excludente para muitas outras que seriam tocadas pelas influências dos Jogos Olímpicos, mas que, pela ausência de um planeamento prévio, não tirariam todo o proveito possível desta influência.

Faz-se importante destacar que o dilema de definição da abrangência do programa aparece no processo de transformação urbana como uma via livre tanto para os efeitos negativos como para os efeitos positivos,

fazendo uso das mesmas vias de articulação, transporte, comunicação e sociabilização humanas. Este é o elemento que coloca ao programa olímpico a responsabilidade de ser detonador de processos de melhoria urbana em áreas muito mais amplas que aquela onde se deu a intervenção directa, e que também responde por muito da capacidade de atracção que a intervenção olímpica tem sobre as várias cidades candidatas. Poder utilizar a intervenção olímpica como gerador de efeitos previamente determinados de acordo com a orientação escolhida, não apenas no território da cidade, mas com repercussões importantes sobre a área metropolitana, a região e até mesmo em escala nacional, é a grande meta de todas as candidatas a cidade anfitriã, e certamente é esta possibilidade que gera o crescimento nas cidades interessadas em ser sede das Olimpíadas. Porém é importante ressaltar que tal abrangência pode causar muitos conflitos relacionados com outros elementos do processo de planeamento, que serão discutidos mais tarde, por exemplo o prazo e o orçamento disponíveis.

“Que existem pressões constantes para chegar em compromissos para agir de uma maneira mais incremental ou gradual, no entanto comprometidos eles devem ser, em teoria, em tomar uma postura mais ampla, compreensiva, perante as questões a enfrentar;”

Novamente, a multiplicidade de disciplinas pertinentes na elaboração do programa olímpico é responsável por dificuldades de definição de características estruturadoras do processo de trabalho, mais uma vez devido à tentativa de traduzir em linguagem estática elementos de cariz dinâmico: como poder definir políticas, posturas, orientações mais amplas se as problemáticas, as necessidades, os objectivos e as metas obrigam a uma grande variedade de enfoques? Dada a ampla lista de elementos primários no processo optar por um método de trabalho mais baseado em uma escala mais próxima de cada questão, com a análise e elaboração de cada acção e a avaliação entre elas de acordo com critérios objectivos ou subjectivos parece ser a opção mais plausível, que consegue trabalhar melhor as potencialidades e as deficiências de cada acção em seu contexto de aplicação e de influência. No entanto, tantos enfoques diferentes, específicos de cada problemática colocada, pode gerar discrepâncias de julgamento e critério no decorrer do tempo de trabalho, e impossibilitar o encontro de métodos uniformes e pré dimensionados de trabalho.

Para os Jogos Olímpicos esta questão é ainda mais forte, pois em volta deles há questões muito amplas, de desdobramentos muito variados, algumas muito diferentes entre si, com tantas sobreposições de impossibilita a elaboração de um rótulo estático e único para o método de trabalho ou as políticas envolvidas, o que não oferece muitas opções diferentes de políticas diferenciadas, variadas de acordo com a disciplina ou com a problemática em questão. A capacidade de adaptação de métodos de estudo para cada problemática é essencial para o processo de planeamento olímpico.

“Que existe um dilema constante de equilibrar urgência versus incerteza na tomada de decisão;”

Por ser um processo carregado de incertezas e elementos subjectivos que dificultam muito a previsão e o controlo de etapas de trabalho, imposições externas, anteriores ao início do processo, de elementos estáticos e que não aceitam modificações em consequência do andamento dos trabalhos, geram pressões principalmente de fundo organizacional para a tomada de decisão.

Estabelecer prazos é um elemento fundamental para a administração e organização de actividades. Qualquer planeamento organizacional necessita ser balizado por elementos fixos. O tempo é o elemento fixo por natureza, unidade de medida conhecida por todos os indivíduos, linguagem compreendida e aceite por todos, que incide sobre todos da mesma maneira e não se deixa distorcer para proveito de uns em detrimento de outros. Pode portanto assumir o papel de meio de medida de aceitação universal para as etapas de evolução. Por isso, o tempo torna-se elemento potencial de geração de atritos e pressões. Ele mensura o momento de prestação de contas com elementos externos relevantes no processo de planeamento, que aparecem neste contexto com o papel de cliente, ou de “um interlocutor que Bernard Roy (ROY, B. 1985) designou por ‘le demandeur’ ” (Bana e Costa, C. 1993), que é o gerador de prazos e demandas iniciais, e para quem se presta contas do andamento das actividades (ver item sobre o sistema de actores no planeamento olímpico posteriormente neste capítulo).

A principal ameaça para o controlo do tempo consumido na actividade são, sem dúvida, elementos que insistem em manter-se obscuros, total ou parcialmente, dentro do processo, que tanto podem fazer parte dos elementos primários do processo ou vir a aparecer durante as actividades, e que trazem incertezas para o processo de tomada de decisão. “O que faz dela (a decisão) problemática para os decisores é que eles estão a experimentar alguma pressão para chegar a uma decisão, quando ainda não é claro para eles qual a orientação das acções que eles devem escolher” (Friend, J.K. e Hickling, A. 1989). A natureza inexacta destas incertezas pode criar ameaças para o cumprimento do planeamento em função de cronogramas, e pode demandar actividades não planeadas para a elucidação das dúvidas que demonstram ser impossíveis de contornar.

No processo de planeamento, a escolha mais tradicional de postura em relação às incertezas é a de combate e redução, para que o conhecimento profundo das questões possa levar à elaboração de acções mais efectivas e que gerem impactos mais benéficos para a área. No entanto, nem sempre esclarecer as dúvidas, constantes no processo ou que apareceram no decorrer das actividades, é algo viável em função da urgência dos prazos e também do carácter desconhecido das incertezas. Com a combinação de problemáticas complexas e da limitação do ser humano de lidar com múltiplas variáveis, a presença de incertezas no processo de tomada de decisão é muito recorrente, e com as pressões relacionadas com prazo, uma postura sempre pela redução das incertezas fica inviabilizada. No processo de planeamento coloca-se a exigência de decisão constante acerca da postura em relação ao enfoque em relação às

incertezas, com opções entre mais conciliatória ou combativa, que deve ser reavaliado em relação à cada questão e cada incerteza, em função dos limitadores já estabelecidos de prazo e verba.

Quando se insere a variante olímpica no processo de planeamento, o dilema do equilíbrio entre incertezas e urgência coloca-se muito delicado de obter, devido às pressões inseridas em cada parte desta equação. O grande número de questões de grande complexidade a tratar, a grande quantidade de sobreposições entre elas e a multiplicidade de formas como cada problema apresenta-se, o número de actores e a relação entre suas competências, seus conflitos de valores e pressões externas, tudo isto faz do processo de decisão relacionado com o evento olímpico um terreno fértil para o surgimento de incertezas, algumas cuja elucidação não será possível em relação aos limitadores externos.

Já em relação ao tempo disponível para o trabalho, o processo olímpico impõe datas muito rígidas, já definidas com muita antecedência, pelo próprio Comité Olímpico Internacional. A estrutura dos Jogos Olímpicos está colocada em torno de ritmos de quatro anos entre edições de Verão, e também para as de Inverno. Estas datas não podem ser modificadas, nem mesmo pelo próprio Comité Olímpico Internacional, que arriscaria a credibilidade do evento neste caso. Os únicos intervalos no ritmo de edições dos Jogos, como visto anteriormente, foram justificados pelas Grandes Guerras. Após isto, dado o crescimento da importância do evento olímpico, tal facto não voltou a se repetir, o que pode ser interpretado por alguns como demonstração das habilidades organizativas do próprio Comité Olímpico Internacional. Actualmente, os Jogos Olímpicos são acima de tudo o maior compromisso do Comité Olímpico Internacional para com a população mundial, principalmente com o extenso público que os acompanha. Portanto, os prazos estabelecidos pelo Comité Olímpico Internacional são de grande importância para o mesmo e para o evento.

O calendário relacionado com os Jogos Olímpicos é fixado com antecedência, e é de conhecimento de todas as cidades candidatas antes mesmo da apresentação dos seus pedidos de aplicação para o processo selectivo, e ainda são parte do Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), inclusive as datas para inscrição no processo selectivo, entrega de documentações e divulgação do resultado. Estas datas, fixadas por um elemento externo ao processo, o Comité Olímpico Internacional, que assume parte do papel de cliente, pois define as metas relacionadas com o funcionamento do evento em si, são os primeiros elementos limitadores apresentados ao processo, e balizam sua organização e seu cronograma de actividades. De acordo com o factor tempo, dois momentos muito diferentes são colocados no processo de planeamento urbano relacionado com Jogos Olímpicos:

- O processo de planeamento e elaboração do programa olímpico: este é o período de maior actividade do planeamento olímpico, com definições de orientações, estratégias, localizações, valores, sistemas de avaliação e comparação, algumas preferências, até mesmo acções, todo o programa de

intervenções olímpicas, de modo a conseguir o nível de detalhe que possibilite transmitir da maneira mais atractiva possível, o projecto olímpico, para os membros do Comité Olímpico Internacional. Nesta etapa, as datas que são impostas limitam-se à datas de apresentação e entregas de documentação, podendo o processo de planeamento começar com a antecedência que se desejar.

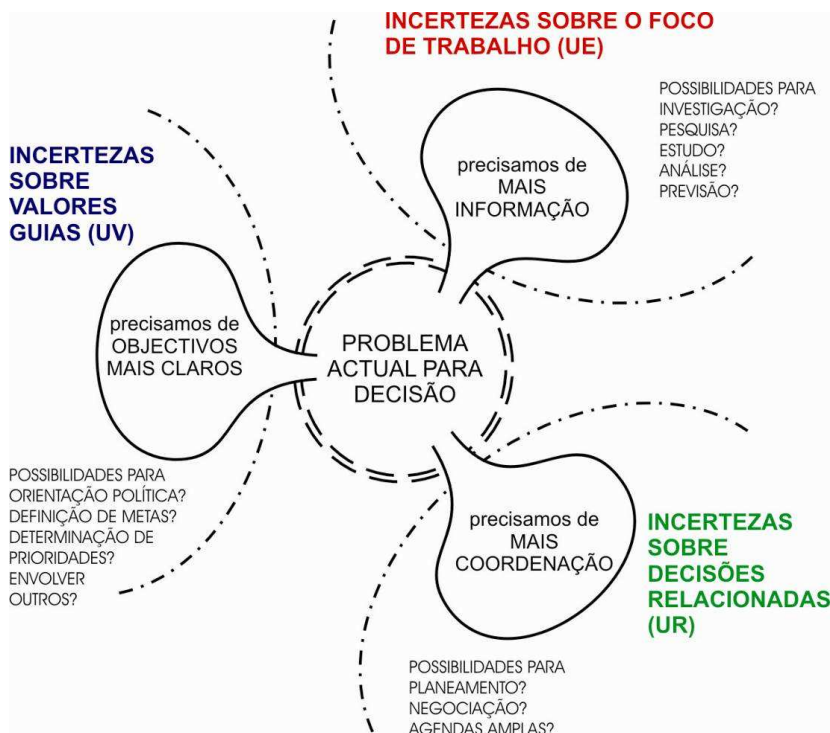
- A pormenorização e a execução do programa olímpico: nesta etapa, prazo é um limitador importante, pois geralmente a cidade que se sagra campeã no processo selectivo tem, em média, seis anos até o evento em si. Este é o prazo disponível para desenvolver e executar as acções já definidas na fase de elaboração do programa olímpico. Porém, o trabalho de tomada de decisão não é reduzido. A entrada de outro elemento limitador, a verba para o evento olímpico, levanta complicações relativas com o equilíbrio entre prazo, verba, acções e projecto, para o processo de decisão, o que gera conflitos, competições e sobrecarga, e podem consumir, em trabalhos adicionais que visem contornar tais dificuldades, tempo que seria necessário para executar actividades relacionadas no projecto olímpico em si. É importante destacar nesta fase a existência do compromisso da cidade, representada pelo Comité Organizador dos jogos em questão, para com o público em geral, e com o Comité Olímpico Internacional, da execução dos Jogos Olímpicos, e este compromisso precisa ser cumprido, sob pena de causar prejuízos consideráveis para a imagem da cidade no mercado internacional.

O factor limitador do prazo no planeamento olímpico é determinante para todo o processo, pois gera pressões não apenas em relação à capacidade de lidar com incertezas, mas também potencia os dilemas analisados acima, como sobre a capacidade de desenvolvimento constructivo do processo, ou ainda sobre as medidas de redução das incertezas em relação à escala de cada acção.

Por mais que vários elementos do processo de tomada de decisão sejam de difícil controlo e previsão, continua essencial tentar antevê-los, também para poder auxiliar a distribuição mais racional do tempo disponível, de modo a garantir a execução dos Jogos Olímpicos e de todos os eventos a eles relacionados.

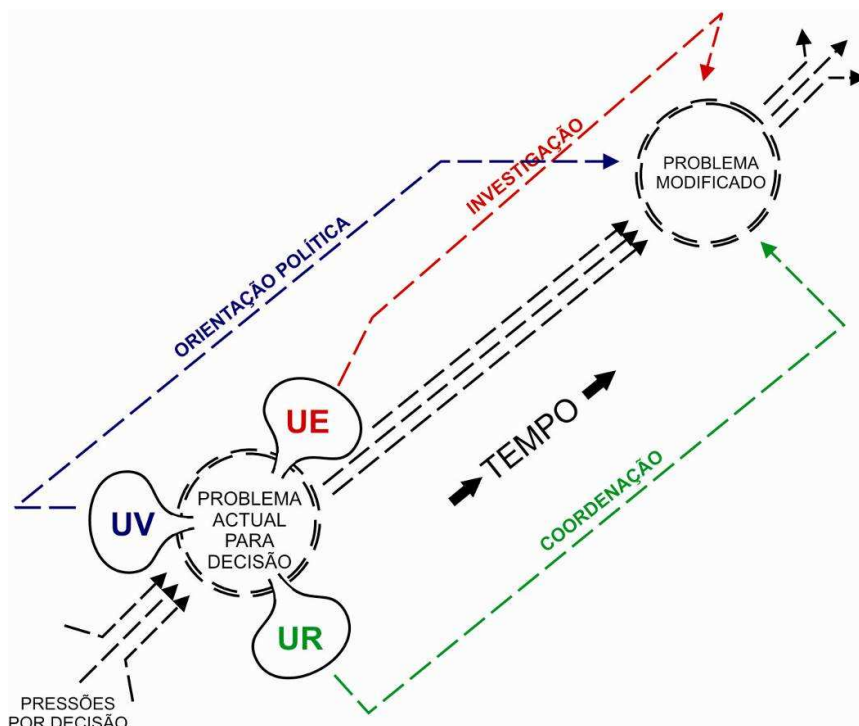
Friend e Hickling, na obra “Planning Under Pressure” utilizam-se de um diagrama para expor a administração das incertezas no processo de planeamento em função do tempo (Friend, J.K e Hickling, A. 1989), no qual dividem as incertezas de acordo com o modo de redução que elas exigem do processo: “cada um dos três tipos de demanda – mais usualmente expressas como demandas por mais informação, por objectivos mais claros e por mais coordenação – podem ser considerados como um diferente tipo de tentativa de administrar o estado corrente de incerteza sobre o que pode ser feito acerca da situação em curso (...) Elas podem ser formalmente descritas como se segue: incertezas sobre o foco do trabalho; incertezas sobre os valores que guiam o processo; incertezas sobre decisões relacionadas.” Para minimizar a influência de cada tipo de incerteza no controlo do processo de planeamento, certas medidas podem ser executadas, diferenciadas para cada uma:

- As incertezas acerca do foco de trabalho (UE) podem ser minimizadas através de mais estudos, pesquisas, análises, previsões, todos os instrumentos que podem oferecer aos indivíduos relacionados com o processo maior conhecimento do contexto do problema.
- As incertezas sobre a definição de valores (UV) que fundamentem a avaliação e a comparação dentro do processo podem ser diminuídas pela busca de maiores orientação política, metas e prioridades mais claras, atitudes que consigam definir com mais clareza a orientação possível de aceitação pelos envolvidos no processo.
- As incertezas acerca de decisões relacionadas (UR) demandam maior coordenação, planeamento, negociação, políticas mais amplas. Este tipo de incerteza é o de maior complexidade para minimizar, pois envolve a coordenação das actividades do processo com elementos e órgãos que não estão presentes entre os actores. Aumenta a susceptibilidade do processo de planeamento a pressões externas e a incertezas aplicadas sobre estas agendas relacionadas. A dependência de informações ou cumprimento de etapas por elementos fora dos limites do processo de tomada de decisão exigem coordenação maior, para garantir o andamento programado das actividades.



Quadro 3.1 – Incertezas para a actividade de tomada de decisão
 Fonte: Friend, J.K. e Hickling, A. 1989

Em relação ao elemento limitador do tempo, a figura toma esta morfologia:



Quadro 3.2 – Incertezas na actividade de tomada de decisão em função do tempo
 Fonte: Friend, J.K. e Hickling, A. 1989

Um exercício de raciocínio acerca dos efeitos específicos da variante olímpica no processo de planeamento segundo o modelo colocado por Friend e Hickling leva à constatação que para cada tipo e incerteza colocado acima, elementos complicadores surgem, e são geralmente contornados com os seguintes métodos:

UE complicadores: problemáticas de grande impacto, variedade de disciplinas envolvidas, dificuldade de definição dos limites físicos da intervenção olímpica, dificuldade de construção de projecções para dois momentos diversos, variação do alcance de cada questão a trabalhar.

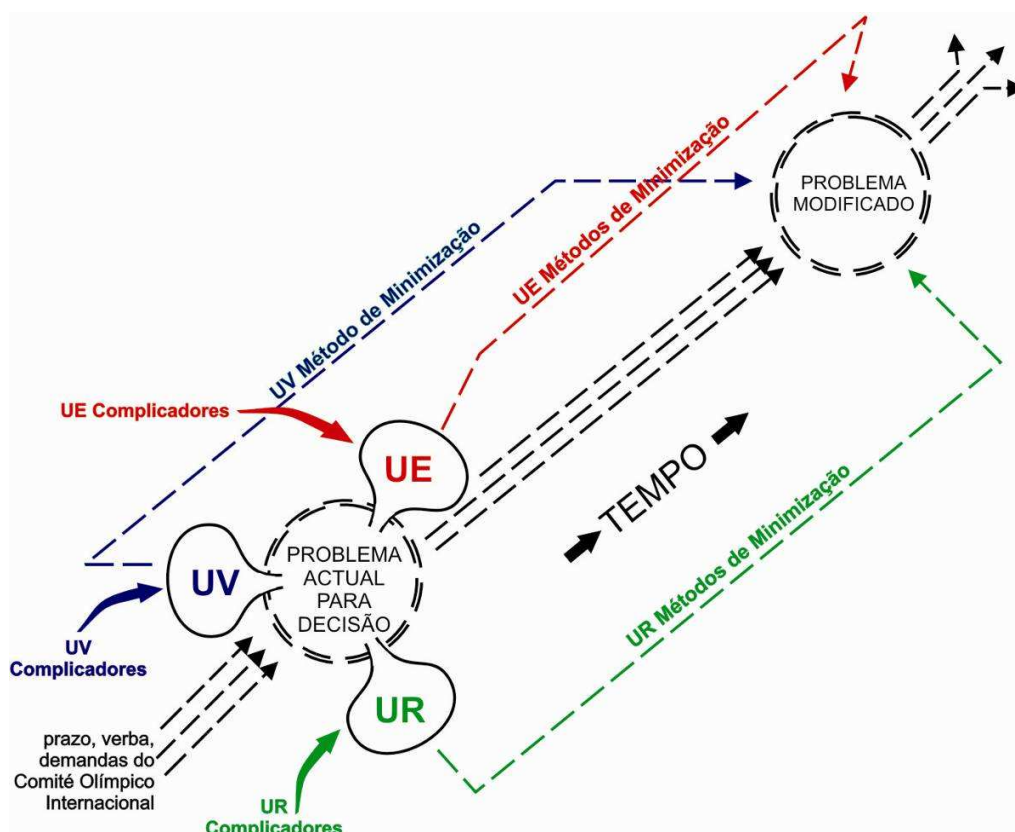
UE métodos de minimização: utilização de grupos de trabalho especializados em cada disciplina, envolvimento de profissionais conceituados.

UV complicadores: multiplicidade de actores, presença de órgãos administrativos públicos de várias escalas, possíveis discrepâncias politico-ideológicas, pressões externas, presença de elementos de sectores económicos, compatibilização de pontos de vista opostos.

UV métodos de minimização: sectorização do processo de decisão por disciplina, controlado por comités coordenativos centrais e sectores administrativos dentro do processo de planeamento.

UR complicadores: presença de elementos representativos de outros órgãos, articulação entre Comité Organizador e departamentos públicos não directamente presentes no processo, burocracia estatal.

UR métodos de minimização: formação de órgãos paralelos, empresas de capital misto público e privado, atrelamento do Comité Organizador em si com os representantes da administração pública municipal, políticas de prioridade para as questões olímpicas nos departamentos públicos.



Quadro 3.3 – Métodos de minimização das incertezas
Fonte: Friend, J.K e Hickling, A. 1989

Estes métodos minimizadores são essenciais para o trabalho com as incertezas do processo de planeamento, na medida que em relação ao prazo, o processo não conta com maleabilidade ou adaptabilidade. Portanto, tais medidas de minimização contêm o crescimento da quantidade de incertezas de maneira a evitar que elas venham a comprometer os trabalhos de decisão, planeamento e execução.

É importante destacar que o processo de planeamento não é uma actividade necessariamente linear. O aparecimento de novos problemas ou a constatação da existência de novas incertezas pode ocasionar a volta a etapas anteriores, de forma a reavaliar os passos dados que possam vir a ser influenciados por estes novos acontecimentos.

O planeamento é uma actividade que envolve escolhas entre múltiplas opções, com inúmeras variações possíveis de combinações. A maneira como se encara as incertezas em relação ao prazo determinado deve ser uma escolha precoce dentro das actividades de planeamento, para poder minimizar os impactos negativos que tais problemas podem vir a ter sobre o processo, sobre o produto gerado e, por conseguinte, sobre o evento e a cidade.

3.2 O SISTEMA DOS ACTORES E SUA INTERACÇÃO DENTRO DO PROCESSO DE PLANEAMENTO OLÍMPICO

O planeamento urbano é uma actividade essencialmente colectiva, pois colectivas geralmente são as questões relacionadas. “Quanto mais complexa é a situação maior é o número de entidades implicadas, directa ou indirectamente, no processo conducente à tomada de decisão” (Bana e Costa, C. 1993). Todos os envolvidos, ou interessados, no processo de tomada de decisão são reunidos na categoria de actores, também designados como stakeholders, na literatura anglo-saxónica.

No caso do planeamento relacionado com a intervenção olímpica, a abrangência das problemáticas envolvidas traz para o processo de planeamento uma gama numerosa de grupos relevantes, que precisam ser inseridos no processo. Devido à importância dos Jogos Olímpicos, a possibilidade de opinar na utilização dos rendimentos trazidos pelo evento e acaba por atrair um grande número de interessados em poder participar das decisões sobre a orientação das intervenções e suas consequências para a cidade.

No entanto, quanto mais abrangente o processo de planeamento, maior a necessidade de coordenação, e maior a necessidade de que os recursos e tempo disponíveis sejam destinados às actividades de interacção e discussão entre actores. Como no planeamento olímpico, quase sempre tempo e dinheiro são escassos, isto pode limitar a duração e a qualidade das actividades de interacção e discussão entre actores.

No conjunto do sistema de actores concentra-se a subjectividade presente no processo. “A forma como os actores influenciam a tomada de decisões é ditada pelos sistemas de valores que representam e defendem e pelas relações que entre eles se estabelecem, de tal modo que os valores de um actor condicionam a formação dos seus objectivos, interesses e aspirações, os quais são por vezes ‘imprecisos, instáveis e expostos a conflitos internos’ “ (Bennett, P. et al, 1989, como citado em Bana e Costa, C. 1993).

As relações entre os actores estabelecem-se em função destes valores. Se eles forem coincidentes ou complementares, formam-se alianças. Se, pelo contrário, os valores forem opostos ou concorrentes, conflitos são gerados. Durante o processo de discussão e interacção entre actores, os valores podem ser modificados; os modos de encarar os problemas apresentados também podem sofrer alterações. A subjectividade presente no conjunto dos valores, e, consequentemente, no grupo de relações entre os actores, é o que adiciona qualidades de dinamismo e instabilidade ao processo. Tanto os valores quanto as

convicções dos actores formam-se e modificam-se com o decorrer do processo, com o esclarecimento de incertezas, com a construção de consensos.

O nível de inclusão de diferentes actores no processo coloca-se em função da postura definida em relação à participação, entre um processo mais ou menos inclusivo. Outros elementos podem influir nesta decisão, em função do tempo e verba consumidos pelas actividades de interacção entre actores. Orçamentos ou prazos limitados acabam por condicionar o grau de participação do processo de planeamento olímpico.

O planeamento olímpico tem um potencial teórico para ser inclusivo. Suas questões envolvem e influenciam largamente uma gama extensa da sociedade, de organização, grupos e órgãos. De forma oficial, o Manual da Cidade Candidata (IOC 2000) coloca a necessidade da presença de dois actores prioritários: a administração pública municipal e o Comité Olímpico do país onde a cidade se situa. Estes dois elementos assumem, perante o Comité Olímpico Internacional, a responsabilidade sobre a execução do processo, sacramentada através da assinatura no contracto que faz parte do dito documento. Da mesma forma, a presença da administração pública nacional é incluída no sistema de actores olímpicos. O Manual da Cidade Candidata exige a concordância e a garantia da administração nacional para o planeamento olímpico.

Outros actores são chamados para o processo de acordo com a orientação impingida, e o grau de importância de cada um deles varia de acordo com esta orientação, e com a capacidade de negociação entre eles. Portanto, a estrutura do sistema dos actores no processo de planeamento olímpico também não é estática e rígida.

De acordo com os problemas a atacar, suas temáticas, suas disciplinas e seus contextos de intervenção, outros grupos podem ser chamados para participar do processo. Grupos comunitários, câmaras ou grupos de desenvolvimento de determinadas actividades económicas, organizações não governamentais, departamentos governamentais, associações desportivas, federações nacionais de diferentes modalidades desportivas, associações profissionais, associações de ensino, grupos de estudo, e demais órgãos representativos ou concentradores da opinião de interessados nas questões que serão trabalhadas no processo de planeamento.

Bana e Costa também estabelece uma categorização entre os diferentes tipos de actores através de sua diferenciação em função das suas capacidades específicas no processo de planeamento. “Os actores distribuem-se ao longo de um eixo funcional” (Bana e Costa, C. 1993).

- **Agidos:** actores carregados de passividade no sistema. Os produtos (planos, projectos), suas implementações e suas consequências afectam ou são impingidos directa ou indirectamente a esta categoria de actores.
- **Intervenientes:** actores que participam activamente do processo de decisão em planeamento. São os valores, interesses, opiniões e preferências desta categoria de actores que são os elementos que condicionam e direccionam certas partes do processo e algumas decisões.
- **Decisores:** são um tipo de intervenientes, cujas posições são relevantes para todas as questões e para o processo de planeamento na íntegra. Há algumas divergências na definição desta categoria, porém a de von Winterfeldt e Edwards parece-me a mais clara: “o decisor é a pessoa que recebe a culpa de decisões que levaram a resultados preocupantes” (Von Winterfeldt e Edwards, 1986). De maneira mais sucinta, o decisor é a pessoa que incorpora a responsabilidade sobre o processo de planeamento e suas consequências.
- **Facilitadores:** são, dentre os intervenientes, aqueles que acumulam ainda mais a competência para, em meio ao sistema de actores, identificar os intervenientes principais para os diferentes problemas, seus valores e objectivos, como instrumentos primários de elaboração e avaliação de acções.
- **Clientes:** aqueles dentre os intervenientes a quem as actividades se dirigem.
- **Interlocutores:** os interlocutores que encomendam o estudo. Seu controlo sobre o processo é variável, porém geralmente são os interlocutores que estabelecem os elementos limitadores primários.

É importante destacar que determinados actores podem acumular funções dentre as expostas acima, ou mudar de categorias, em diferentes fases do processo, segundo cada temática explorada. Um actor pode agregar funções, ter pertinência diferentes, ou mesmo não participar de fases ou grupos de trabalho diferentes, dentro do processo de planeamento.

Para o exemplo do planeamento olímpico, pode-se conformar o sistema de actores da seguinte maneira:

Decisores: o Comité Organizador, geralmente formado pela combinação das várias administrações públicas (pelo menos a administração municipal) e o Comité Olímpico Nacional, porém podem ser incluídos outros actores neste corpo administrativo, que compartilham a grande relevância em relação às questões mais centrais do projecto urbano. São aqueles que podem compartilhar a definição das estratégias mais gerais, e a decisão sobre o carácter participativo do processo de planeamento.

No modelo hierárquico centralizador da organização do evento e de suas intervenções, representa o elemento superior. No entanto, ainda presta conta das suas actividades para o Comité Olímpico Internacional, que, através da presença exigida por ele de representantes do Comité Olímpico Nacional, e mesmo pela representação e controlo dos direitos sobre o evento olímpico, mantém-se em uma posição estratégica de coordenação externa do andamento das actividades.

Os decisores são o ponto de origem de demandas, objectivos, estratégias e orientações para todo o processo. É esta a categoria de maior probabilidade de incidência de atritos ideológicos entre grupos de orientações políticas dissidentes, e de competições por verba, devido à presença preponderante de elementos de grande carga política, como por exemplo as administrações públicas. O aparecimento de conflitos ao nível dos decisores implica, certamente, em condicionantes para as demais partes e etapas do processo de planeamento, dificultando, consequentemente, o processo em sua totalidade.

Facilitadores: os diferentes técnicos, organizações especializadas, e, principalmente, os planeadores e organizadores do processo global de decisão ou de seus subgrupos de decisão específicos de cada questão. Têm a autonomia e a capacidade de definir os actores relevantes, porém somente dentro do grupo de estudo em que são relevantes. Os planeadores, portanto, devido à sua participação vinculada com as actividades organizativas relativas ao processo, expandem esta capacidade por um número mais extenso de subgrupos.

Clientes: o papel de cliente no planeamento olímpico varia de acordo com a questão colocada. O cliente por excelência neste caso é o Comité Olímpico Internacional, pois ele é o gerador das demandas e dos parâmetros a alcançar em relação a todas as questões voltadas para o evento e à maioria das voltadas às intervenções urbanas. É também sua competência definir o prazo. Seu acompanhamento do processo é à distância, através de relatórios periódicos.

Em algumas questões, a própria administração municipal responde como cliente, pois tem a competência para determinar as metas para as algumas questões e intervenções de maior relevância para o desenvolvimento da cidade do que para a realização do evento em si.

No caso de encomenda de projectos paralelos, que podem auxiliar o processo de decisão, o Comité Organizador ou a administração pública relativa à escala ou contexto de actuação podem assumir o papel de cliente. Cabe também a eles definir prazos e custos, de maneira a poder coordenar esta actividade em função do processo central de planeamento.

Interlocutores: no caso do planeamento olímpico, o papel de interlocutor varia. Geralmente este papel está centralizado na administração municipal, principalmente no período anterior à declaração oficial do

processo selectivo. Após esta data, e a formação oficial do Comité Organizador, este pode assumir o papel de interlocutor para processos paralelos, com capacidade para definir prazos e orçamentos para coordenar com as actividades do processo de planeamento do evento em si.

Intervenientes: reúne todos os actores consultados no planeamento, elaboração e avaliação das acções, considerados relevantes para cada problemática. Um mesmo actor pode ter papel activo em uma questão e um papel mais passivo em outra. No caso dos Jogos Olímpicos, são potenciais intervenientes: o próprio Comité Olímpico Internacional, administrações públicas em geral, Comité Olímpico Nacional, federações desportivas nacionais, associações desportivas, câmaras de comércio, turismo ou grupos de desenvolvimento de determinadas actividades económicas, organizações não governamentais, grupos de estudo, instituições de ensino, associações profissionais, grupos comunitários e outros órgãos representativos ou concentradores da opinião de interessados nas questões. Deste grupo, de acordo com sua relevância, responsabilidade e capacidade de gerar os elementos limitadores para o processo, podem ser destacados os decisores, facilitadores, clientes e interlocutores. É importante lembrar que elementos limitadores como prazo ou orçamento podem condicionar o grau de participação em cada questão e no processo como um todo.

Agidos: no contexto das intervenções olímpicas, os agidos abrangem a população da cidade, da região metropolitana, com alcance até as escalas regionais ou nacionais de acordo com a questão a considerar, além daqueles grupos citados acima que não conseguiram demonstrar sua relevância no processo e, conseqüentemente, foram limitados ao papel passivo de receptor das consequências das decisões elaboradas no processo e da execução das acções nele definidas. Como o poder de determinação de quem pode ter a oportunidade de participação no processo é uma competência muito restrita, e o processo de planeamento olímpico é carregado de limitadores e condicionantes, o número de intervenientes é sempre muito menor do que o de agidos. No entanto, se considerarmos a representatividade electiva que legitima as administrações públicas, que teoricamente respondem como representantes da maioria da população, em teoria o processo de planeamento olímpico é abrangente na medida que as administrações representam a população. Na prática, esta situação é diferente, em função do sentimento de representatividade da população para com as administrações públicas, sentimento este que tem sofrido crises generalizadas.

A participação dos actores no processo de planeamento, por mais que seja motivo de complicações e que consuma recursos importantes para o processo, é importante pois aumenta o repertório intelectual e prático envolvido no entendimento das questões, auxilia na elaboração de acções que possam ser aceitas por todos como a melhor solução possível, e de modelos e métodos de comparação e avaliação das mesmas. Além disso, a participação ampla no processo de planeamento pode, ainda, gerar produtos adicionais muito importantes para o desenvolvimento urbano. É possível que as estratégias de

comunicação e os exercícios de diálogo e negociação entre actores, mesmo que concorrentes, consigam construir relações mais duradouras que o tempo de actividade da organização olímpica.

Do conflito, debate e interacção entre actores podem nascer novas formas de governância, ou o fortalecimento de outras já existentes, através de relações mais estreitas entre entidades, grupos e organizações, e o poder público. Igualmente, o exercício do diálogo entre as múltiplas escalas da administração pública – municipal local ou de cidades próximas, regional e nacional – pode ser semente de novas estruturas governamentais, que incidam sobre o território metropolitano ou regional, e que possam auxiliar um desenvolvimento mais coeso, cooperativo e articulado entre diferentes localidades.

3.2.1 A GRANDE CARGA POLÍTICA INSERIDA NOS JOGOS OLÍMPICOS

A relação entre Jogos Olímpicos e política é histórica. Sua estrutura básica em torno da reunião e confraternização dos povos conformou em si uma arena de interacção política. A valorização gradual dos Jogos Olímpicos durante toda sua história aumentou proporcionalmente sua visibilidade por todo o globo. Acontecimentos ocorridos em meio a Olimpíadas tinham garantida a ampla divulgação sem limites, montadas sobre os meios de comunicação e media que se concentram na cobertura dos Jogos Olímpicos. Da mesma forma que a importância e o interesse popular nos seus eventos cresceram, maior também passava a ser a estrutura de documentação e transmissão dos Jogos Olímpicos em escala mundial. Por sua vez, maior o poder das Olimpíadas de ser instrumento de comunicação generalizado até um público extenso. Durante a evolução dos Jogos Olímpicos até ser o gigantesco evento de massas que hoje é, pode-se encontrar várias ocasiões onde mensagens foram transmitidas por meio das Olimpíadas para o mundo.

Mesmo antes de se originar a fortíssima relação entre Olimpíadas e Media, o espaço de interacção internacional que é o evento já era instrumento para a divulgação de mensagens políticas. Os Jogos de Berlim 1936 foram utilizados por Hitler para divulgar ao mundo a supremacia da raça ariana, e propostas de boicote ao evento afluíram em meio internacional, justificados pela política alemã de discriminações religiosas e raciais. As Olimpíadas do México 1968 foram a arena para as manifestações do chamado Black Power, por parte de alguns atletas participantes do evento. Em 1972 os Jogos de Munique foram local de um atentado do grupo terrorista palestino Setembro Negro contra a delegação de atletas israelitas, que culminou com a morte de onze atletas e alguns terroristas. Os Jogos de Moscovo 1980 e de Los Angeles 1984 foram a maior expressão da Guerra-fria, com os respectivos boicotes dos Estados Unidos às Olimpíadas de 1980, e da então União Soviética e seus países aliados aos Jogos de 1984. Os Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona foram marcados pelos conflitos internos à organização entre administrações municipais, regionais e nacionais em torno da valorização da identidade catalã em relação aos elementos característicos da soberania nacional espanhola. Nos Jogos de 2000, Sydney e a Austrália desejavam expressar o orgulho em relação à cultura aborígine, após muitos anos de desprezo e

preconceito. Os Jogos Olímpicos têm demonstrado, nestes 110 anos de história, ser um instrumento extremamente eficaz para expor problemas, ou para pulverizar mensagens políticas, para todo o mundo.

Como pode-se constatar, a relação das Olimpíadas com a política externa é muito forte. No entanto, menos aparentes, e provavelmente mais frequentes, são as complicações de fundo político que ocorrem internamente aos Comitês Organizadores ou processos de elaboração ou organização de Jogos Olímpicos.

Política e conflito estão intimamente ligados. “Como Niebuhr afirma: ‘toda a arte da política consiste em direccionar racionalmente as irracionalidades do homem’ ” (Yewlett, C.J.L. 1985). Política em si foi definida essencialmente como um mecanismo pelo qual os conflitos relacionados com bases irracionais de nossa sociedade são resolvidos. A resolução dos conflitos mais complexos está, na nossa sociedade, apoiada fundamentalmente no princípio da delegação de competências através de métodos de representatividade. As eleições são, de maneira simplificada, nada mais que processos de definição de representantes que terão a competência para representar a maioria através da sua opinião sobre assuntos mais complexos, e de consequências mais amplas.

Como a complexidade das questões envolvidas na preparação do evento olímpico enquadra-se na classificação feita acima, com consequências amplas, e que provavelmente alcançam a totalidade dos cidadãos, torna-se natural o interesse das administrações públicas em exercer papel activo no processo de definição, organização e execução dos Jogos Olímpicos. E, oficialmente, esta relação é recíproca, pois o Comité Olímpico Internacional exige que todas as expressões de interesse de uma cidade em ser anfitriã de uma edição das Olimpíadas, desde as mais precoces, sejam oficializadas através da participação, ou ao menos da ciência e responsabilização, da administração municipal.

O papel da administração municipal nos processos de aplicação e candidatura no papel emerge fundamentalmente de dois aspectos. Primeiro, um aspecto legal: devido à legitimidade da competência que os elementos da administração municipal tem para representar incondicionalmente o colectivo dos cidadãos, competência esta atribuída por meios electivos oficiais, previstos nas Cartas Magnas do país. Deste princípio emerge o potencial para ser representante oficial da cidade em favor do seu interesse comum nas questões mais variadas, inclusive perante os processos do Comité Olímpico Internacional.

Segundo, um aspecto funcional: para tornar realidade os planos que se relacionam com um evento tão complexo, de uma abrangência tão ampla e que se interrelaciona em múltiplos aspectos com os interesses da cidade, exige o aval de diversos departamentos da administração municipal e o contacto com múltiplos grupos e associações políticas ou não. A existência, em meio à organização do evento, de um agente que tenha maior autonomia possível para actuar entre os variados elementos, políticos ou não, de maneira a poder garantir a execução do projecto olímpico é essencial para facilitar a realização do evento.

Difícilmente consegue-se encontrar um método mais eficiente de facilitação do processo do que incluir, até mesmo dar lugar central, ao elemento que domina e determina as regras legais de autorização e validação para a execução do evento olímpico. Em outras palavras, o melhor instrumento para lidar com a burocracia é colocar em posição privilegiada a administração municipal, pois é quem mais tem capacidade para acelerar e facilitar processos.

Como as questões envolvidas são complexas, e paralelamente à abrangência das consequências, que com certeza não respeitam as fronteiras territoriais da cidade, agregar outras escalas de administração pública ao processo torna-se essencial ao processo. Devido à abrangência das questões, e de acordo com a análise feita para a participação da administração pública municipal como elemento chave para facilitar o processo, o envolvimento das demais escalas administrativas pertinentes congrega as capacidades representativas do território em questão, a relevância destes actores perante órgãos externos e soma maior efectividade em dissolver questões e incertezas de origem externas, relacionadas com o processo de planeamento, e de estabelecer a agenda do projecto olímpico como prioritária frente às agendas de outros departamentos e sectores da administração pública.

Segundo o ponto de vista das administrações públicas, independente da escala de seu território, participar activamente do planeamento e execução dos Jogos Olímpicos é interessante para elas, até mesmo necessário, pois a participação activa no processo de decisão possibilita orientar as intervenções e programas de maneira considerada mais proveitosa segundo seu juízo e prioridades específicos. As intervenções relacionadas com os Jogos Olímpicos e as consequências que eles podem provocar em um determinado território são instrumentos importantíssimos, e em alguns aspectos únicos, na busca pelo progresso, e poder direccioná-los segundo uma determinada orientação pode ser determinante para desenvolver certos aspectos e actividades do território.

No que concerne a participação das administrações públicas no processo de planeamento olímpico, não se pode deixar de citar o papel que elas têm de fontes de rendimento directo, proveniente de subsídios e doações, quanto como intermediário, direccionando rendimentos gerados através de taxas especiais ou lotarias e jogos. A participação activa das administrações públicas no processo é, também, colocado em função de colaborações financeiras para o orçamento das actividades e do evento.

Frequentemente participadoras activas no processo de planeamento, as administrações públicas conseguem status diferenciado dentro do sistema de actores. Suas competências, sua autonomia, e também sua função representativa colocam-nas nos sítios mais superiores da hierarquia organizacional do processo de planeamento olímpico. Estão geralmente entre os decisores do processo, com potencial influência em todas as etapas do processo. São, entre os actores envolvidos no processo de planeamento olímpico, aqueles que mais se enquadram na definição de von Winterfeldt e Edwards (Von Winterfeldt e

Edwards 1986), no sentido que são aqueles que partilham os créditos e a culpa pelas consequências das acções planeadas no projecto olímpico, mesmo após o dissolvimento do Comité Organizador. É tradicional associar a intervenção olímpica ao governante activo durante a organização e execução do evento olímpico, portanto, é natural a sua participação directa e relevante ao processo.

A posição hierárquica dos decisores no processo, em um nível que os possibilita influir em todo o processo, gerar elementos estruturadores e limitadores, tanto para a produção e elaboração de acções como para a organização, faz com que o grupo de decisores seja o potencial epicentro de distúrbios que se desdobram por todos os grupos decisórios e para a organização do processo de planeamento. A grande vocação política em pertencer ao grupo dos decisores, confirmada pela frequente presença das administrações públicas com funções decisórias privilegiadas e relevantes para a totalidade do processo, aumenta a possibilidade da incidência de grandes conflitos, estreitamente relacionados com a actividade política. Tal facto faz dos grupos decisórios que contam com a participação política sítios propícios para a influência de problemas relacionados com divergências politico-ideológicas, e competições políticas em geral, por verbas, por poder, por orientação, dificuldades que exigem clarificação dos valores guias para o processo. Divergências acerca de questões importantes para o processo, às vezes centrais para a definição da orientação da intervenção olímpica, que influenciam e condicionam, em consequência, as decisões e o funcionamento dos grupos decisórios subordinados.

Os atritos de origem fundamentalmente política são frequentes no processo olímpico, e tentar evitá-los é uma tarefa complexa. A necessidade da participação de representantes das diversas escalas de governação oficiais, e de diferentes territórios tocados pelas intervenções olímpicas é indissociável ao processo de planeamento. Portanto, muito provavelmente o grupo dos decisores será sim a arena de contraposição de ideais e confrontação política. Minimizar o aparecimento de conflitos políticos dentro da organização dos Jogos Olímpicos pode seguir por três orientações distintas:

- Conseguir implantar uma visão colectiva de pensamento em relação ao evento olímpico, que consiga ultrapassar as divergências políticas, e consiga fazer com que o pensamento dos decisores seja uníssono na maioria das questões e que cada um abandone intenções individualistas voltadas apenas para si ou para a escala territorial por ele representada.
- Construir um modelo organizacional fortemente hierárquico que localize cada decisor político apenas nas questões relevantes para a escala territorial que ele representa. Isto representa um modelo complexo e extenso, com uma só via de informação – de cima para baixo – que limita a interacção entre actores e que, em termos práticos, consome mais verba e tempo em sua coordenação.

- Diminuir o carácter participativo do processo de planeamento e execução dos Jogos Olímpicos, restringindo a participação àquelas administrações públicas exigidas pelo Comité Olímpico Internacional, ou seja, a participação directa do representante político municipal e a garantia da administração nacional. Este modelo organizativo exige outras formas de participação e consulta dos elementos excluídos, de forma externa ao processo, o que carrega de incertezas de todas as ordens, principalmente de ordem coordenativa, pois condiciona o processo de planeamento olímpico em função de decisões externas a ele.

Apesar das dificuldades trazidas pela presença política dentro da organização dos Jogos Olímpicos, precisa-se atentar que ela é, sim, indissociável ao processo. Portanto, conseguir estabelecer meios para ultrapassar as divergências politico-ideológicas, através de modelos de avaliação e orientação que consigam ser aceites por todos estes elementos é o melhor instrumento facilitador do processo. No entanto, o processo de construção destes modelos é feito através da interacção entre estes actores e seus valores. Em outras palavras, o conflito político faz parte do processo de planeamento, tanto quanto é essencial a presença de actores políticos dentro do processo.

É importante lembrar que o processo de planeamento olímpico não restringe seus produtos somente aos planos, acções e a execução do evento olímpico. Uma categoria muito importante de produtos, que podem ser responsáveis por novos encaminhamentos para o desenvolvimento urbano e regional, nasce dos conflitos entre os actores, principalmente as administrações políticas. A interacção entre estes actores pode construir relações fortes e sinergias activas, que persistam após o fim das actividades do Comité Organizador, e que podem ser a semente da construção de novas escalas de governação. Por exemplo, o fortalecimento das várias administrações municipais envolvidas nos Jogos Olímpicos pode criar ou exercer uma governação metropolitana para a área. Este pode ser também produto dos Jogos Olímpicos: aproveitar ao máximo tais sinergias para gerar acordos de cooperação, interacção e governação, para fundamentar um progresso mais colaborativo entre territórios próximos.

Já os elementos de governação não oficiais, de escala submunicipal, estão sujeitos à variação no carácter participativo do processo de planeamento olímpico para conseguir posição activa na tomada de decisões. Por não serem órgãos oficiais de representação, falta-lhes legitimidade, capacidade de renovação periódica e prestígio para dar-lhes força representativa de grupos de cidadãos de determinados trechos do tecido urbano.

As administrações públicas tradicionais passam por momentos de crise de governação, no qual a população expressa abertamente seu descontentamento com seus eleitos, e não se sente dignamente representada por eles. Em alguns casos, em certos trechos da cidade o sentimento de ser ignorado da população cria formas alternativas de governação incidentes em trechos mais reduzidos da cidade, que

sofrem com o abandono, problemas sociais e económicos, degradação ambiental, ociosidade e envelhecimento do parque edificado. Destes sítios, e da necessidade de compensar a ausência de atitudes activas provenientes da administração municipal, nascem métodos e grupos de governância local. “Sobretudo a nível local, apela-se cada vez mais à participação dos diferentes intervenientes não só como forma de tornar o processo mais eficaz mas também para que sejam delineadas propostas que contemplem os diferentes objectivos” (Bana e Costa, C. et al, 1997). O conhecimento prático dos trechos urbanos que representam, das necessidades, capacidades e aspirações destas áreas e da população que lá reside e trabalha faz da participação destes grupos no planeamento olímpico uma mais-valia para o processo, na medida que facilita o diagnóstico das áreas e suas problemáticas, assim como a previsão e avaliação das acções que lá devam ser aplicadas.

No entanto, trazer grupos de governância local para o planeamento olímpico implica trazer para a arena de discussões interesses que podem ser dissonantes dos demais actores. A visão, os valores e os interesses dos grupos de governância local são preferencialmente localizados nas áreas por eles representadas. Isto pode ir de encontro com determinadas orientações projectuais que privilegiem a valorização imobiliária, através de processos de gentrificação das áreas de intervenção directa. Quando se recorda que parte dos rendimentos do evento olímpico é oriundo exactamente do lucro conseguido com a venda das antigas instalações olímpicas, após o fim do evento, encontra-se a grave contradição frequentemente presente no planeamento olímpico, e que acaba por condicionar grandemente a participação e contribuição dos grupos de governância local.

A visão do Comité Olímpico Internacional de sustentabilidade, listados na Agenda 21 do Movimento Olímpico (IOC 2004) inclui e exige que sejam também considerados os elementos socio-económicos locais de forma a valorizar as condições de vida, empregabilidade, actividades económicas e relações sociais das populações locais como elementos a serem preservados e melhorados pelos Jogos Olímpicos. No entanto, na prática, os grupos de governância local acabam por perder importância frente a orientações mais amplas, em escala mais geral, que colocam a readequação de grupos minoritários como o custo a pagar por um desenvolvimento de alcance mais abrangente.

A exclusão destes grupos do processo de planeamento custa a perda da mais-valia citada anteriormente, em relação ao conhecimento físico e social das áreas, mas também condiciona a geração de formas mais sérias e experimentadas de governância local. A experiência de participação no planeamento olímpico pode, também na escala local, gerar sinergias entre estes grupos não oficiais e as administrações públicas, de forma a aumentar a capacidade de participação da população na vida quotidiana da cidade e da região.

“Realmente, é experiência comum que pessoas de backgrounds diversos podem conseguir progressos sólidos em direcção a decisões baseadas em entendimentos compartilhados, com

pequeno ou nenhum acordo em um nível mais filosófico. Às vezes somente através da experiência de trabalhar conjuntamente em problemas específicos ou imediatos começa-se a romper barreiras filosóficas que dificultavam a colaboração no passado” (Friend, J.K. e Hickling, A. 1989).

3.2.2 O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA E SEUS MEIOS DE PARTICIPAÇÃO

Sem dúvida, os grupos e organizações da iniciativa privada são agentes importantes para as questões urbanas. Sua participação é importante pois eles são preponderantemente agentes representativos das actividades económicas localizadas na cidade. São parte da sociedade urbana e, portanto, necessitam ser ouvidos e considerados. Merecem lugar no processo de planeamento olímpico, pois representam categorias importantes de empregadores e empregados, grandes e pequenas empresas, sectores produtivos e fornecedores de serviços.

Parte das exigências iniciais colocadas pelos Jogos Olímpicos são relacionadas em primeira instância com actividades económicas, portanto certas actividades económicas precisam ser encaradas com mais atenção no planeamento dos Jogos. Uma cidade apta a receber um evento tão popular e tão atractivo como os Jogos Olímpicos exige a existência de redes económicas capazes de absorver o público adicional trazido pelo evento, de maneira a manter a qualidade dos serviços e produtos oferecidos. Sectores relacionados com a receptividade, o entretenimento e o turismo precisam passar por análise cautelosa e sofrer adaptações ou acréscimos para serem capazes de servir satisfatoriamente a demanda de pico ocasionada pelo evento olímpico. Nada mais natural que incluir os profissionais e interessados nestes sectores no processo de decisão relacionado com tais questões.

No entanto, o sector privado traz sempre uma carga muito forte de valores carregados de individualismo, suas escolhas e atitudes são motivadas por interesses extremamente relacionados com a melhoria das suas actividades e condições de crescimento económico. Em certas questões, a mobilização dos actores oriundos da iniciativa privada pode dificultar a implantação de medidas de enfoque mais amplo, que colaborariam para um desenvolvimento mais abrangente. Portanto, o peso e a importância da iniciativa privada no processo de planeamento precisa ser controlado.

Para colaborar com a participação da iniciativa privada, há o facto de que ela é uma opção muito importante de fonte de rendimentos para o financiamento do evento e das intervenções olímpicas. Rendimentos que o Comité Organizador não pode dar-se ao luxo de recusar. Mas como conseguir conciliar uma participação condicionada no processo decisório, com a aceitação de recursos? A resposta para esta questão tem sido a fundação de empresas de capital misto, cuja organização também conta com elementos da provenientes das administrações públicas e da iniciativa privada. O instrumento para condicionar o poder de decisão dos meios económicos é geralmente atribuir uma fracção minoritária do

controlo accionista destinado a empresas, um artifício para garantir a supremacia dos interesses públicos sobre os particulares dentro da estrutura organizativa destas empresas mistas e nas decisões por ela tomadas.

Outra vantagem deste tipo da associação deste tipo de órgão na organização dos Jogos Olímpicos é a maior agilidade para determinados actos que seriam, dentro da estrutura politico-governamental, carregadas de burocracia, como por exemplo adquirir terrenos para implantar as intervenções olímpicas. Se esta actividade ficasse associada ao sector público, seria condicionada por rituais legais, como por exemplo concorrências públicas e comparações de ofertas, que demandariam um tempo precioso para a organização dos Jogos Olímpicos. Fazer tais compras através de empresas é muito mais simples, rápido e eficiente. É tão vantajoso que tal artifício tem sido aplicado pelos Comitês Organizadores das últimas edições olímpicas, principalmente para tratar das aquisições, execuções e negociação posterior das intervenções construídas constantes do programa olímpico, como vilas olímpicas ou instalações desportivas.

O meio para manter uma compatibilidade entre as acções da empresa e as decisões e orientações tomadas pelo Comité Organizador e definidas em meio ao processo de planeamento olímpico é a intersecção, em ambos os grupos decisórios, de alguns elementos: as administrações públicas, notavelmente a administração municipal, que revela-se o elemento mais importante da intervenção olímpica, pois permeia todos os grupos e etapas do planeamento e execução dos Jogos Olímpicos. É esta omnipresença que é responsável por manter em orientações semelhantes os diversos corpos administrativos relacionados com a organização dos Jogos Olímpicos.

No entanto, por mais condicionada que esteja a participação da iniciativa privada, em alguns casos isto não é suficiente para estabelecer uma orientação mais colectiva para as decisões tomadas dentro das empresas publico-privadas. A importância económica e o poder de certos sectores, principalmente, neste caso, o sector imobiliário, consegue impor seus interesses no processo, de forma a conseguir maximizar o lucro conseguido com as intervenções construídas, principalmente com as vilas olímpicas. Em Barcelona 1992, por exemplo, a participação da iniciativa privada dentro da empresa HOLSA, fundada com capital misto, conseguiu implantar alterações consideráveis sobre os planos para a Vila Olímpica, que passou a ser direccionada para um mercado de classe média-alta, e que anulou a iniciativa de destinar uma percentagem das unidades para famílias de poder aquisitivo mais reduzido (Moreno, E. e Vázquez Montalbán, M. 1992).

Naturalmente, como consequência natural pelo crescimento do corpo organizador relacionado com os Jogos Olímpicos, aumenta a necessidade de coordenação entre cada uma destas partes, suas actividades e produtos, principalmente quando o avanço do processo em um grupo depende de elementos produzidos

em outras partes do corpo organizador. Igualmente, maior a exigência em relação a verbas de custeio das actividades.

3.2.3 O MOMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEAMENTO OLÍMPICO

Pelo demonstrado até então, o processo de elaboração e execução dos Jogos Olímpicos é carregado de complexidade, gerada principalmente em duas frentes: dentro do grupo dos produtos, a complexidade está relacionada com a grande dificuldade de definição de limites temporais, territoriais e disciplinares a aceitar para a elaboração do diagnóstico e a simulação de cenários. Já dentro da esfera organizativa, a complexidade é mais frequentemente relacionada com a multiplicidade dos actores, seus interesses e seus conflitos.

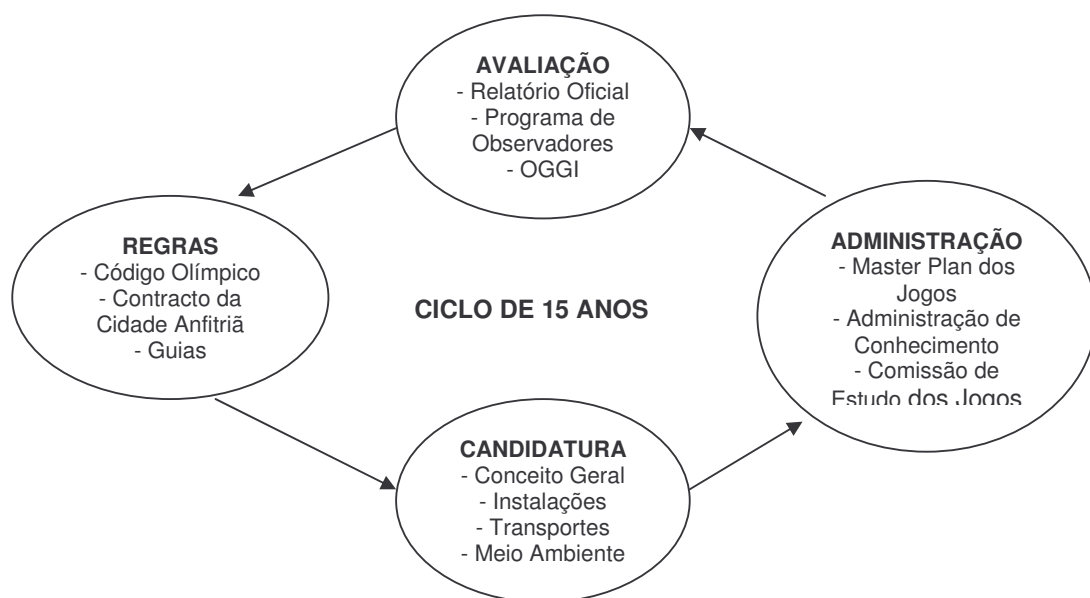
Nos itens anteriores deste capítulo, demonstrou-se que estas duas esferas de complexidades estão interligadas fortemente, segundo influência mútua, já que a ênfase na minimização das complexidades localizadas em uma das esferas implica no aumento da complexidade na outra. Tendo a participação social no processo como um elemento auxiliador no diagnóstico e na lide com múltiplas variáveis, quanto maior ela for, menores as lacunas de diagnóstico, melhor a formulação das problemáticas e das respostas para as mesmas. Por outro lado, aumentar a participação também aumenta o elenco de actores, e consequentemente, mais possível a existência de oposição de interesses.

Esta dinâmica pode ser observada comumente no processo de planeamento participativo, e o equilíbrio entre estes elementos deve ser algo a buscar em cada processo. No entanto, no caso específico do planeamento voltado para o evento olímpico, alguns limitadores precisam ser parte indissociável desta actividade, e influenciam este equilíbrio: tanto o prazo fixo – determinado segundo o calendário do Comité Olímpico Internacional – quanto a verba limitada, deslocam este equilíbrio para o lado de uma participação mais limitada, que gera um processo mais ágil, que consome menos recursos, mas que aumenta o risco de um programa que considere prioridades erradas, problemáticas influenciadas pelos interesses dos poucos actores participantes e soluções que não respondem às demandas públicas, e resulta em negligência com a rara oportunidade disponível de se associar grandes programas de intervenções com um grande evento.

Segundo o panorama estabelecido, a solução que se coloca é centrar atenção sobre a maior ou menor presença dos limitadores tempo/verba, no intuito de encontrar, dentre as fases do processo de elaboração e execução do projecto olímpico, alguma situação mais favorável para uma implantação maior da participação.

Segundo o Comité Olímpico Internacional, baseado nas actividades elaboradas por si mesmo, o período de vigência de uma versão dos Jogos Olímpicos é de cerca de 15 anos, e está dividido de acordo com a

figura abaixo. Segundo ela, o processo olímpico é dividido em quatro fases. Na fase de Regras define-se a estrutura de actividades, através da legislação imposta pelo Comité Olímpico Internacional às cidades candidatas e anfitriãs. A segunda etapa é a de candidatura, quando os fundamentos do programa olímpico são definidos, e influencia determinantemente todas as definições tomadas a posteriori. Depois, entra-se na fase de administração. “O processo actual de administração começa com a candidatura, onde todas as escolhas estratégicas são elaboradas. Este é o período quando o comité de candidatura, o Comité Olímpico Nacional, o governo e a indústria trabalham juntos para desenvolver um projecto, estudo de aplicabilidade, e pensam sobre a responsabilidade para com a comunidade. Sendo um projecto abrangente, estes agentes têm que pensar não apenas nos Jogos mas também no que vai acontecer” (Dubi, C. et al, 2002). O período de avaliação é o período após o encerramento dos Jogos e alarga-se até a dissolução do Comité Organizador, quando as obrigações ainda pendentes deste para com o Comité Olímpico Internacional centralizam-se em gerar a memória documental da edição das Olimpíadas, que alimentará a base de dados e informações disponível para facilitar o aprendizado para as próximas cidades interessadas acerca das necessidades, práticas eficientes ou não, métodos de solução elaborados por cada uma das edições posteriores.



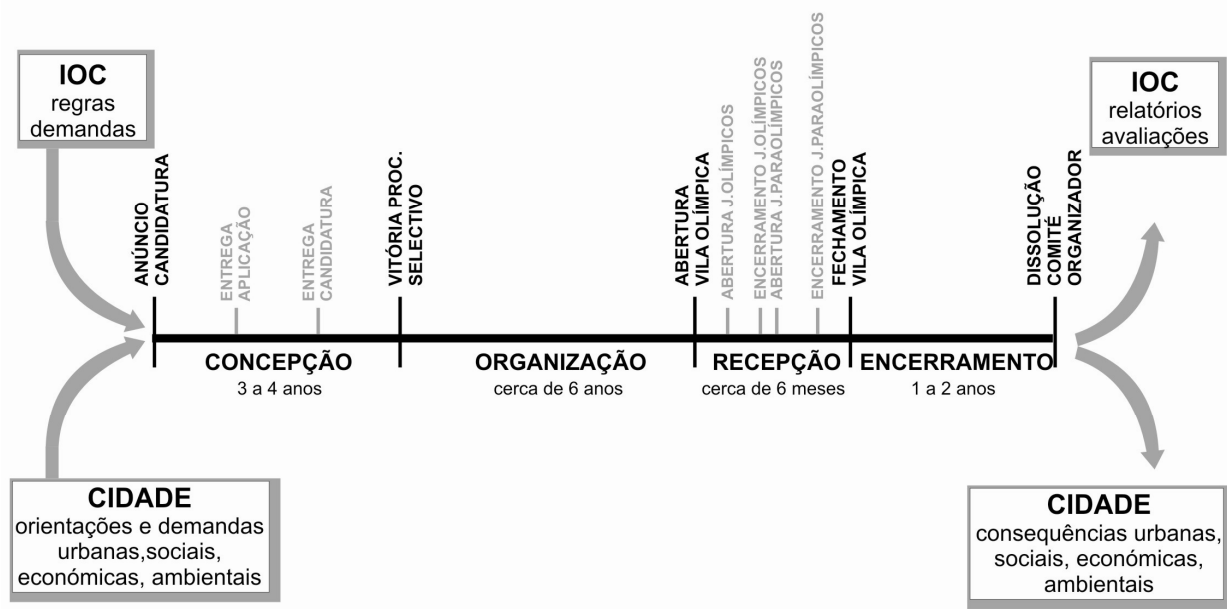
Quadro 3.4 – Ciclo de Actividades para o Comité Olímpico Internacional
 FONTE: Dubi, C. et al, 2002

Para a cidade, o ciclo de actividades é organizado segundo as fases seguintes, de acordo com o quadro 3.5 (baseado na divisão presente em Dubi, C. et al, 2002):

- **Concepção:** do anúncio da candidatura até o anúncio da vitória no processo selectivo. É importante destacar a existência, durante esta etapa, dos processos selectivos de aplicação – que pré-selecciona as candidatas à anfitriã dos Jogos – e candidatura – quando, dentre as pré-seleccionadas, é escolhida a sede da edição dos Jogos Olímpicos. Portanto, esta etapa conta com duas datas limites importantes: a

entrega dos documentos para aplicação e, apurada para a próxima etapa, a entrega dos documentos de candidatura. Os limitadores de prazo colocados nesta etapa ainda não influenciam tanto o processo, pois a opção de sair do processo selectivo ainda não resulta tão negativamente para a imagem da cidade, e a produção conseguida até então pode ser útil posteriormente. Nesta etapa deve ser elaborado e desenvolvido o programa olímpico, que virará projecto olímpico a apresentar para o Comité Olímpico Internacional em seus processos de selecção. Deve-se ressaltar a enorme importância desta etapa, por ser nela que as definições mais importantes do projecto olímpico são tomadas e elaboradas – como por exemplo a ênfase a dar a cada orientação possível para os recursos que estarão disponíveis a partir da próxima etapa – que balizarão todo o futuro do processo;

- **Organização:** da vitória no processo selectivo até a abertura dos Jogos. Nesta fase já entra no processo os limitadores do prazo para acontecer o evento e o importante controlo da verba disponível, já que as despesas começam a sofrer uma ascendente vertiginosa, assim como a responsabilidade da cidade para com o compromisso firmado com o Comité Olímpico Internacional, com a media internacional e com o público ligado ao evento. Nesta etapa o projecto olímpico é desenvolvido e afinado, para garantir sua execução;
- **Recepção dos Jogos:** da abertura da Vila Olímpica até o fechamento da Vila Para-olímpica. É o período legítimo do evento em si, onde grande parte dos esforços é consumida em actividades organizativas;
- **Encerramento:** período posterior aos Jogos, termina com a dissolução do Comité Organizador, quando as actividades mais importantes são a negociação das antigas instalações olímpicas que passarão para a iniciativa privada, e a elaboração dos relatórios dos Jogos, que servirão de memória documental do evento, para o Comité Olímpico Internacional, para a posteridade e para as próximas candidatas e anfitriãs.



Quadro 3.5 – Etapas do planeamento olímpico para a organização

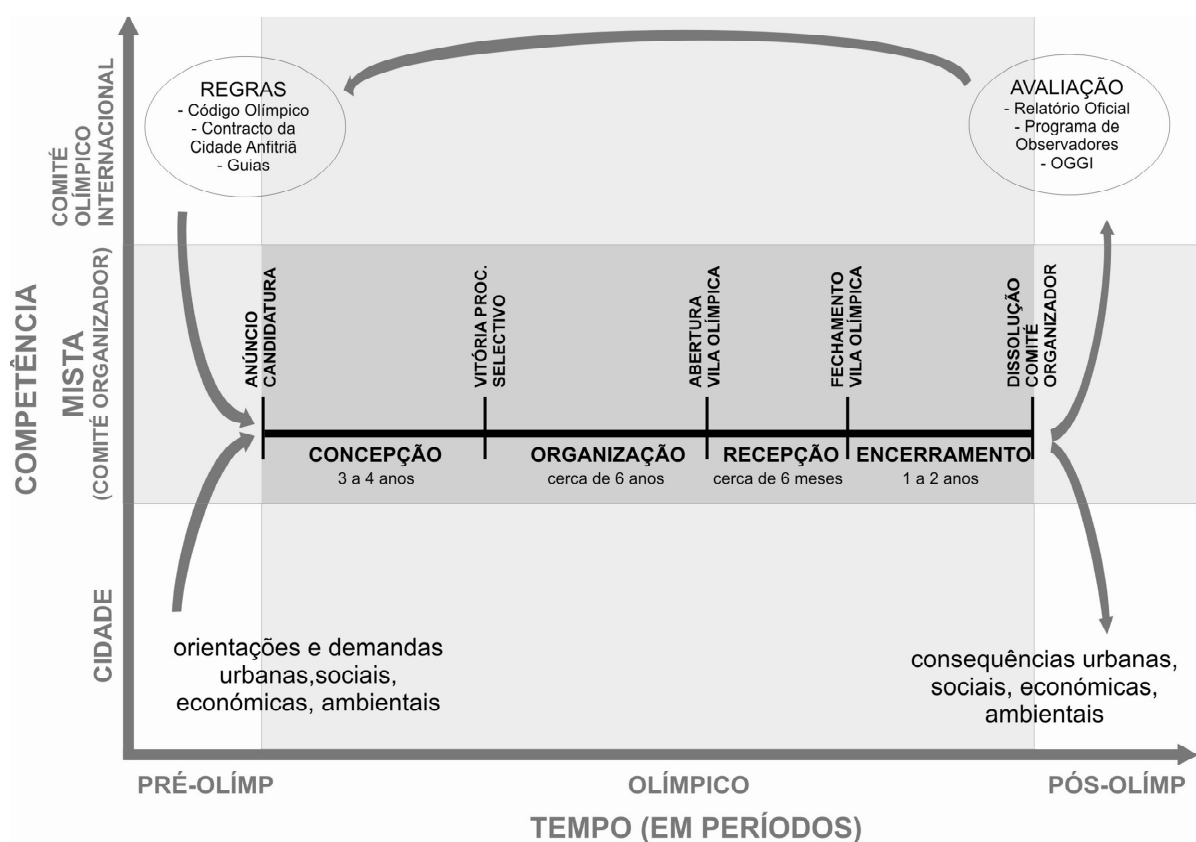
No objectivo de implantar maior implantação no processo de planeamento olímpico, de acordo com o objectivo de determinar o melhor momento sua inserção, pode-se afirmar que, segundo dois critérios mais importantes – melhor aproveitamento das mais-valias trazidas pela participação, e menor influência dos limitadores prazo/verba – a etapa mais propícia para a implantação mais valorizada da participação social é a etapa de concepção, quando os prazos ainda não são completamente fixos – pode-se definir que o momento mais apropriado para apresentar a candidatura é posterior – e portanto, pode-se dispor de mais tempo para a elaboração de métodos de interacção entre actores. A concentração de actores nesta fase do processo de elaboração e execução do projecto olímpico deve ser incentivada, para obter produtos mais eficientes e que satisfaçam a um contingente maior de pessoas.

Nas demais etapas, a presença de limitadores de prazo/verba influenciam para a limitação da participação, para manter a eficiência do processo, tendo em vista as graves consequências que qualquer atraso provocam para a imagem da cidade, principalmente no meio internacional. No entanto, ainda é possível estabelecer um equilíbrio entre meios de participação indirecta, através de meios de representatividade, sem comprometer o cronograma definido. Representantes de grupos de governância local poderiam estar presentes em etapas mais tardias para garantir uma execução fiel aos itens definidos nas etapas anteriores, mais abertas a métodos mais abrangentes de participação.



Quadro 3.6 – Participação dentro do processo de planeamento olímpico

Ao executar uma fusão dos processos, de acordo com a competência sobre cada actividade, e baseando-se na composição do Comité Organizador como uma entidade mista entre cidade e Comité Olímpico Internacional, chega-se à figura abaixo (quadro 3.7):



Quadro 3.7 – Etapas e competências no planeamento olímpico

Portanto, pode-se facilmente observar que, apesar do que é mais frequente, a participação popular no processo de planeamento olímpico é plenamente compatível, desde que se tenha a preocupação, em

estágios precoces, para elaborar métodos que possibilitem uma participação programada, dimensionada e fomentada, de acordo com o espaço disponível para ela, sem comprometer a agilidade do processo.

3.3 O EFEITO CATALISADOR DA INTERVENÇÃO OLÍMPICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO

Como demonstrado até agora, o uso de Jogos Olímpicos como instrumento para o planeamento urbano sobrecarrega o processo de decisão em todos os seus condicionantes: elementos limitadores, pressões, incertezas e conflitos. Os Comitês Organizadores e os técnicos de planeamento inseridos no processo têm o desafio de conseguir definir estruturas de trabalho que tenham a capacidade de adequação e a flexibilidade para contornar as dificuldades, trabalhar com as dificuldades encontradas, para chegar a produtos que consigam garantir a execução do melhor evento possível, de forma a dotar a cidade de elementos que direcionem o desenvolvimento urbano.

Se a inclusão da variável olímpica no processo de planeamento traz tantos condicionantes, se agrava as pressões e incertezas no processo, se exige, como visto no capítulo anterior, gastos volumosos, qual a vantagem trazida, para a cidade e seu desenvolvimento urbano, pelos Jogos Olímpicos? Várias edições anteriores demonstram que a intervenção olímpica tem a capacidade de acelerar processos variados que levam a múltiplas transformações urbanas. Esta capacidade é denominada por alguns estudiosos de efeito catalizador (Essex, S. e Chalkley, B. 1998, Guala, C. 2001, Essex, S. e Chalkley, B. 2002). A conotação atribuída para o termo catalisador é relativo à capacidade que a intervenção olímpica tem de acelerar as transformações urbanas em curso em um determinado contexto.

Concomitantemente aos processos de candidatura e possíveis processos de consulta popular acerca do apoio à execução do evento olímpico em suas cidades, é muito frequente os meios de comunicação social ficarem saturados de análises optimistas acerca de previsões dos desdobramentos da intervenção olímpica na cidade, como meio de angariar a aprovação popular e conseguir avançar com o processo de candidatura. O profundo interesse particularmente proveniente de investidores privados dos sectores imobiliário, hoteleiro, turístico, de restauração e entretenimento vêem nos Jogos Olímpicos uma oportunidade única para dinamizar suas actividades económicas e seus negócios, e para gerar um aumento considerável no capital de giro presente na economia local, com o grande aumento de público consumidor atraído pelos Jogos Olímpicos.

Em relação às intervenções urbanas, os Jogos Olímpicos conseguem gerar um ambiente favorável à transformação radical da cidade. A conjugação de interacção activa entre actores, atracção de investimentos externos, acumulação de financiamento interno, e, também, motivação para executar mudanças de referência na cidade, aliado ao desejo de provar a capacidade empreendedora local, capaz de executar um grupo de intervenções de vulto em um prazo reduzido, conformam condições que

possibilitam alargar a área de intervenção directa da intervenção olímpica, o alcance das medidas olímpicas e de suas consequências. “Os responsáveis municipais da cidade de Munique avaliaram que a concentração de investimentos realizados em sua cidade no período de seis anos posteriores aos Jogos Olímpicos de 1972 equivaleria ao que em condições normais se realizaria em um período de 18 anos” (Truñò, E. 2002).

A divulgação das consequências positivas geradas pelos Jogos Olímpicos é muito mais frequente e eficiente que a exposição de seus impactos negativos, o que condiciona a formação imparcial de opinião a respeito da avaliação acerca da validade dos Jogos Olímpicos como instrumento de planeamento urbano. Paralelo ao crescimento do evento, deu-se também, de maneira intensa, a frequência de debates públicos sobre a real validade dos Jogos Olímpicos como meio para a preparar a cidade para seu melhor desenvolvimento.

Muitos os críticos argumentam que, em realidade, a maioria dos cidadãos da cidade anfitriã não testemunhará mudanças na cidade que lhes possibilite receber mais que reduzidos benefícios em consequência do evento. Alguns ainda afirmam que os números divulgados publicamente de retornos financeiros volumosos para os investimentos no evento são falsificados, e que não consideram efeitos económicos paralelos que denigrem a economia em cidades próximas ou que deslocam turistas de outros centros turísticos do mesmo país para a cidade anfitriã, representando ganhos totais insignificantes. Ainda mais, é muito frequente a criação de tributos adicionais para ajudar a custear e financiar o evento e as intervenções por ele exigidas (Hiller, H.H. 1990). “Custos extras podem emergir através do aumento de taxas geradas para financiar as infra-estruturas desportivas, a destruição ou distúrbio de comunidades existentes através da edificação de projectos, e pelo aumento dos custos gerados pela gentrificação” (Essex, S. e Chalkley, B. 1998).

Apesar de toda a filosofia de Coubertin, e as tentativas do Comité Olímpico Internacional para manter tal vocação, os Jogos Olímpicos, como manifestação de unificação, pode ser ilusório e utópico, uma realidade difícil e custosa de manter, e também pode gerar problemas e alienações (Harvey, D. 1989).

“Ele (os Jogos Olímpicos) pode aumentar as tensões derivadas da desigualdade social ou expandir preocupações sobre a quantidade de impostos ou a despesa governamental. Como resultado, os Jogos podem ser descritos como um circo comercial auto-evolutivo para os proprietários imobiliários, companhias de construção, fornecedores de equipamentos e patrocinadores comerciais cujos benefícios não necessariamente estendem-se às comunidades locais” (Essex, S. e Chalkley, B. 1998, baseados em Keating, M. 1991).

Após contrapor afirmações positivas e negativas sobre a utilização de Jogos Olímpicos como instrumento para transformar a cidade, pode-se chegar na constatação que eles são, em realidade, uma ferramenta que,

como qualquer outra, pode ser mal utilizada. O grande problema é que as consequências trazidas quando há uma utilização arbitrária, mal direccionada ou mal planeada, denigrem a cidade e diminuem a qualidade de vida urbana por um longo período, além de representar, na realidade, atrasos consideráveis na evolução urbana, e gastos adicionais, posteriores ao fim do evento, para contornar estas consequências negativas e para “metabolizar” os impactos indesejados com o tecido urbano (Dansero, E. et al, 2002).

Isto faz-se retornar para o alegado efeito catalisador que os Jogos Olímpicos têm sobre o desenvolvimento urbano local. Segundo definição do dicionário Priberam de língua portuguesa:

“Catalisador: substância que tem a propriedade de acelerar ou retardar a velocidade de uma reacção química sem se alterar no decorrer deste processo”.

Ao aplicar esta propriedade para a “reacção” de evolução urbana, pode-se chegar à conclusão de que a propriedade catalisadora é, de maneira simplificada, uma característica real da utilização de Jogos Olímpicos. O histórico de casos à disposição para análise prova que a utilização de Jogos Olímpicos, ou mesmo de grandes eventos em geral, tanto pode ser positivo para o desenvolvimento da cidade, como negativo; tanto pode representar o avanço de décadas no ritmo construtivo, no desenvolvimento económico, na requalificação ambiental, como pode gerar consequências que deterioram a cidade, de resolução complexa e custosa.

Se considerarmos que a cidade tem um caminho determinado para atingir um desenvolvimento urbano mais indicado, colocar a cidade novamente nesta orientação após uma intervenção olímpica mal planeada é extremamente mais custoso, pois além da soma já gasta com os Jogos Olímpicos e suas intervenções, precisa-se ainda aplicar mais investimentos em medidas de adequação da cidade aos novos equipamentos, ou vice-versa, antes de voltar a investir em medidas consonantes à orientação mais favorável. Colocar a cidade novamente no caminho do desenvolvimento custa, de maneira simplificada, três grandes volumes de investimentos, além do tempo dispendido. Isto, considerando-se apenas a parte construída, pois as consequências sociológicas são muito mais intensas e de resolução muito mais complexa, demorada e custosa.

Os Jogos Olímpicos realmente impõem efeitos catalizadores sobre o desenvolvimento de uma determinada cidade e região, porém como seus efeitos podem ser tanto positivos como negativos, eles compreendem uma ferramenta de risco para o desenvolvimento urbano. Como toda ferramenta, eles prestam-se para o que lhes seja solicitado, ou seja, culpar a ferramenta pelos erros de quem a utiliza é transferir as responsabilidades de um programa mal elaborado do autor para a ferramenta. Colocar de maneira radical os Jogos Olímpicos como meio de exploração de uma população, de concentração de divisas e de geração de recursos à revelia de possíveis consequências negativas para a população em geral

ou para a cidade em si é tão arbitrário quanto determinar culpado um veículo por um atropelamento, e não o seu motorista.

É verdade que os Jogos Olímpicos colocam uma série de exigências somente voltadas para o evento, que demandam custos gigantescos com instalações e eventos desportivos, que exigem que as cidades tenham redes de serviços muito amplas. No entanto estas exigências são, actualmente, plenamente conhecidas em escala mundial, com antecedência em relação à qualquer decisão acerca da aplicação ou candidatura para ser anfitriã de uma edição das Olimpíadas. Ser sede de Jogos Olímpicos implica sim ter que deslocar uma quantidade importante de fundos para financiar todas estas exigências. Conseguir extrair a capacidade catalisadora dos Jogos Olímpicos como benesse envolve necessariamente ter tais exigências já predeterminadas como parte das metas para o processo de desenvolvimento.

Outro elemento importante para poder direccionar os efeitos catalisadores das Olimpíadas relaciona-se com a participação ampla na elaboração do programa olímpico. Se as contas de receber os Jogos são divididas por todos os cidadãos, os benefícios devem ser, portanto, amplos o suficiente para alcançar também todos os cidadãos, fazendo válida a sobrecarga fiscal que geralmente faz parte do financiamento olímpico.

É essencial que o pensamento acerca do desenvolvimento urbano seja muito mais amplo que o prazo até o fim das actividades olímpicas. Uma pergunta que deve ser feita quando se tenta prever o grau de validade que os Jogos terão para o desenvolvimento de uma cidade é acerca do papel dos Jogos Olímpicos no processo: são os Jogos Olímpicos meta ou instrumento? Para responder esta pergunta, deve-se analisar o pensamento estratégico da cidade na tentativa de detectar elementos que o aproximem destas duas configurações:

- Todas as medidas foram planeadas para preparar a cidade para os Jogos Olímpicos e as previsões feitas acerca das consequências das intervenções consideram predominantemente o período até o evento ou alguns anos após ele. As intervenções são preferencialmente em trechos urbanos onde já se notam movimentos de valorização imobiliária ou considerados como potenciais áreas de expansão imobiliária.
- O planeamento urbano foi elaborado considerando um horizonte temporal mais amplo que apenas o período até a data dos Jogos Olímpicos. Eles representam uma fase intermediária rumo a metas mais sólidas e amplas que somente aquelas relacionadas com o evento. O processo de elaboração das metas e estratégias foi mais abrangente e participativo, e considera também elementos de inclusão social e melhoria da qualidade de vida. São privilegiadas as intervenções em sistemas de transportes, praças e espaços públicos, e a construção de novos equipamentos desportivos respeita estudos de demanda

posterior ao evento. A escolha das localizações das intervenções consideram aspectos estratégicos e presença de potencial para melhoria ambiental e/ou capacidade de gerar efeitos regenerativos para o parque edificado e geradores de renovação económica de populações mais carentes.

Caso o planeamento executado se aproxime mais da primeira opção, pode-se dizer que os Jogos Olímpicos, conjuntamente com suas consequências mais imediatas, são a maior meta do processo. Neste caso, é mais provável que a intervenção olímpica favoreça efeitos de concentração de renda. É provável, neste caso, que o efeito catalisador seja negativo para a cidade, e o retorno positivo seja estritamente localizado nos sectores económicos voltados com o turismo e entretenimento, concentrado para poucos. O cidadão comum provavelmente será onerado com taxas extras e novamente não sentirá melhorias significantes na cidade.

No entanto, se o planeamento relacionado com os Jogos Olímpicos for mais próximo do segundo modelo, o efeito catalisador pode representar benefícios para o desenvolvimento da cidade. As Olimpíadas terão mais possibilidade de ser apenas um momento, importante e memorável, na construção de uma cidade melhor, que ofereça melhor qualidade de vida para seus moradores e seja mais atraente para o público externo. Neste caso, o planeamento de etapas posteriores é muito importante, para desenvolver os produtos deixados pelo evento e pelo processo de planeamento e organização, complementá-los ou desenvolver outras acções apoiadas na infra-estrutura que a cidade conseguiu em consequência dos Jogos Olímpicos. A continuação da intervenção olímpica abre possibilidade para atacar questões urbanas negligenciadas durante a intervenção olímpica, devido a urgências, pressões e cobranças externas ao processo, para desenvolver estes aspectos mais carentes de forma a conseguir um desenvolvimento urbano mais coeso.

Portanto, conseguir sagrar-se campeã no processo de selecção de sedes olímpicas não representa propriamente garantia de consequências benéficas para a cidade. Significa, isto sim, ter a oportunidade de fazer uso de uma série de ferramentas que têm capacidades de potenciar o desenvolvimento da cidade. No entanto, estas ferramentas consomem quantidades muito grandes de dinheiro, tempo e, principalmente, trabalho. Devido ao alto risco de originar consequências indesejadas, exige controlo de todas as fases de planeamento, organização, execução e, principalmente, acompanhamento e avaliação constantes, de forma a minimizar desvios em fases mais precoces do processo. Lidar com os impactos negativos o mais cedo possível, se possível ainda em fase de projecto, quando solucioná-los é mais barato e menos complexo.

Afinal, conseguir a ferramenta só traz benefícios se houver utilização com propriedade, de forma a conseguir aproveitar todo o seu potencial em seu favor. E, no caso dos Jogos Olímpicos, o preço desta ferramenta só é realmente válido se os ganhos que ela gera puderem ser partilhados por todos os cidadãos.

CAPÍTULO IV

ESTUDOS DE CASO

Na tentativa de encontrar métodos e estratégias que colaborem para conseguir direccionar os impactos dos Jogos Olímpicos de modo a produzir efeitos positivos sobre o desenvolvimento urbano das cidades, o estudo mais aprofundado de algumas edições dos Jogos Olímpicos, suas administrações, seus actores, seus eventos relacionados e suas intervenções, pode ser muito elucidativa e educacional. As experiências vividas pelos envolvidos na elaboração, organização e execução de cada programa olímpico podem mostrar caminhos possíveis, desvios perigosos e erros que podem ser evitados.

No intuito de provar a teoria de que a relação estreita entre programa olímpico e planos estratégicos deve ser primordial para que os Jogos Olímpicos possam ser utilizados como elemento acelerador da “reação” de desenvolvimento da cidade que o recebe, os casos escolhidos demonstram relações intensas entre os programas olímpicos aplicados e os planos estratégicos ou as políticas urbanísticas vigentes na época da entrada no processo de selecção.

O primeiro caso é emblemático. É um dos maiores exemplos de exploração positiva dos impactos dos Jogos Olímpicos, que marcaram a história da cidade como um momento de transformações intensas que modificaram a cidade em sua estrutura mais sensível, e que originou uma cidade muito mais adaptada aos anseios da população: as Olimpíadas de 1992 em Barcelona. Esta edição dos Jogos Olímpicos conseguiu agregar qualidades em vários aspectos diferentes da administração e execução do evento olímpico, foi considerado um grande sucesso comercial, transformou a imagem da cidade internacionalmente, tanto na economia quanto no turismo, conseguiu atingir níveis de apoio e satisfação popular muito elevados, conseguiu implantar intervenções que modificaram violentamente a estrutura da cidade, que foram premiadas pelos profissionais especializados e ofereceram à população uma grande rede de espaços públicos qualificados, novas redes viárias, novos transportes públicos, etc. A repercussão das Olimpíadas catalãs de 1992 foi tão importante que até hoje aparece como um dos melhores exemplos de como executar uma intervenção olímpica de modo a conseguir o maior retorno para a cidade e sua população. Passou a ser exemplo a ser estudado pelas cidades que se demonstram interessadas em receber uma edição dos Jogos Olímpicos:

“Não se pode acabar sem recordar o impacto de Barcelona no contexto urbanístico das novas cidades candidatas a organizar os Jogos Olímpicos. Assim, dentre as cidades que em Atlanta, na ocasião dos jogos de 1996, apresentavam seu projecto de candidatura para a edição de 2004, dez no total, todas menos uma (San Juan de Porto Rico) argumentavam o modelo de desenvolvimento

urbano e de situação de instalações e equipamentos olímpicos de Barcelona, adequado para a sua cidade, como sinal de qualidade e credibilidade de sua candidatura” (Truñò, E. 2002).

Por ser considerado um exemplo por várias cidades candidatas ainda hoje, os Jogos Olímpicos de Barcelona precisam constar como objecto de estudo neste trabalho, de forma a tentar levantar quais os principais elementos responsáveis por este sucesso, e tentar relacionar este sucesso com possíveis concordâncias entre as medidas olímpicas e as metas previstas pela agenda municipal e pelos planos elaborados anteriormente ao projecto olímpico, além de buscar elementos posteriores ao fim do evento que buscavam continuar os princípios colocados na intervenção olímpica independentemente da existência do evento.

O segundo estudo de caso escolhido é a edição das Olimpíadas de Inverno de Turim, em 2006. Por se tratar de um evento actual, o levantamento de impacto será mais baseado em expectativas, através do método de levantamento das medidas olímpicas que se colocam em congruência com os planos directores anteriores à elaboração do projecto olímpico e também daqueles que datam do período de desenvolvimento e execução do projecto, no intuito de detectar elementos presentes nos planos directores que tiveram nos Jogos Olímpicos um elemento importante de aceleração de sua implantação e outros elementos dispostos nos planos estratégicos que poderiam explorar mais do que fizeram a existência do evento dentro do seu contexto de aplicação.

Como o Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de Inverno de Turim também considerava a intervenção olímpica de Barcelona como um exemplo importantíssimo de sucesso, as Olimpíadas de 1992 foram uma fonte de inspiração e estudo para os Jogos Olímpicos de 2006. É então interessante comparar os precedentes destas duas edições dos Jogos Olímpicos para tentar levantar as consequências e as diferenças, e tentar estabelecer como estas modificações de contexto podem ter exercido distorções nos resultados apresentados ou esperados por Turim.

Por se tratar de uma edição do evento olímpico que teve o final de suas actividades no mês de Março do ano corrente, determinar com clareza os impactos gerados pelos Jogos Olímpicos é muito complexo, e o trabalho trabalhará basicamente com as expectativas expressas pelos elementos relacionados com a organização dos Jogos Olímpicos e com as atitudes já em curso que visam continuar a trabalhar certos aspectos que foram incluídos no programa olímpico, e prolongar seus efeitos benéficos sobre a economia, a população e a cidade em si.

Ao fim da quarta parte deste trabalho, pretende-se ter elementos suficientes para poder elaborar uma série de recomendações que visam aperfeiçoar o processo de receber uma edição dos Jogos Olímpicos, prioritariamente sobre o enfoque da cidade, mas também em relação ao evento e ao Comité Olímpico Internacional.

4.1 CASO 1 – JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO DE BARCELONA 1992

Os Jogos Olímpicos de Barcelona, ocorridos em 1992, são tidos como exemplo tanto no que diz respeito à organização do evento, como também em transformação urbana. Os relatórios de impacto são sempre ufanistas, mas os resultados obtidos com a intervenção são realmente passíveis de orgulho demasiado. O conjunto de intervenções planeado para os Jogos Olímpicos modificou a estrutura urbana e a maneira pelo qual os moradores convivem e interagem com a cidade, além da projecção internacional da cidade tanto como pólo económico e congregador de empresas, como também como centro turístico.

Os Jogos de Barcelona 1992 passaram, devido aos resultados obtidos, a exemplo para outras cidades-sede. Atlanta, Atenas, Sydney, Turim e agora também Pequim, compartilharam das experiências vividas na organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona 1992 através de consultorias, pesquisas bibliográficas e análises de impactos, e têm os jogos de Barcelona como exemplo. O aprendizado com as experiências passadas é realmente uma necessidade para aqueles que encaram o desafio de organizar um evento de escala tão ampla como uma olimpíada. No entanto precisa-se atentar para as especificidades urbanas, ambientais, económicas, sociais e culturais específicas de cada contexto diferente.

Com Barcelona isto também é verdade. A cidade conseguia, naquele momento, agregar uma série de vantagens que construíam um contexto extremamente favorável, e faziam daquele momento uma oportunidade propícia para a candidatura. A cidade agregava muita experiência em urbanização relacionada com grandes eventos, um momento nas políticas urbanas de começar a atacar grandes áreas problemáticas, o apoio popular, a existência de uma área para actuação directa propiciamente localizada em frente do mar, até mesmo o apoio de um presidente catalão do Comité Olímpico Internacional.

Com isto a mais-valia para a cidade foi realmente muito grande, em todas as especialidades cobertas pelo planeamento anterior aos jogos, tanto que muitos dos programas iniciados ou continuados pelas intervenção olímpica de 1992 acabaram por continuar por muitos anos, atrelados com outros programas ou outros eventos. A consequência para a cidade foi – e devido à continuidade das políticas e intervenções, ainda o é – o grande legado deixado pela intervenção olímpica.

4.1.1 O HISTÓRICO E A EXPERIÊNCIA BARCELONESA COM GRANDES EVENTOS

A experiência do barcelonês com transformações urbanas vinculadas com grandes eventos é antiga. O desenvolvimento urbano da cidade está intrinsecamente relacionado com datas e eventos já há mais de um século, portanto a experiência na execução de intervenções urbanas de impacto, conjuntas com a organização de grandes eventos já constava na lista de capacidades das administrações municipais de Barcelona, apesar da grande diferença entre as administrações totalitárias e impostas que organizaram as exposições universais e o ainda recente governo democrático que organizou os Jogos Olímpicos.

Dentre os grandes parques e equipamentos oferecidos pela cidade de Barcelona hoje, há exemplos de grande importância para a cidade, que são heranças de intervenções para grandes eventos (foto 1).

O conjunto formado pelo Parque da Cidadela, pelo Passeio de Luís Company e o Arco do Triunfo (foto 2), e todos os edifícios existentes no parque e nas laterais do Passeio são fruto da Exposição Universal de 1888. Alguns edifícios foram adaptados, como o Zoológico de Barcelona, outros acabaram por ser demolidos, mas grande parte do conjunto mantém-se de acordo com o apresentado na inauguração da Exposição de 1888, que localiza-se exactamente no local onde foi construída a fortaleza militar por ordem de Felipe V para controlar possíveis mobilizações separatistas da população após a derrota de 11 de Setembro de 1714, e posteriormente destruída, no fim do século XIX. O objectivo da Exposição Universal de 1888 era aludir à qualidade do parque industrial catalão em desenvolver a economia espanhola. Alguns historiadores consideram que a Grande Exposição Universal de 1888 significou, para a época, a mudança de uma cidade provinciana para uma urbe moderna e cosmopolita.

A Exposição Internacional de 1929 foi originalmente planeada para ocorrer no ano de 1917, porém a Primeira Guerra Mundial acabou por alterar a programação. A princípio foi planeada para o trecho entre a Praça das Glórias e o rio Besós, trecho até então não urbanizado, onde, segundo o plano de Ildegard Cerda (foto 4), estava programada a construção de um parque. Porém posteriormente escolheu-se localizá-la em Montjuïc (foto 3), pois todo o terreno do morro já era propriedade da administração municipal, além de ser mais próximo do que, na época, era considerado a “cidade consolidada”. Após o fim da Primeira Guerra, devido ao facto de que a maioria dos países que seriam participantes da feira passavam por problemas financeiros, e das sucessivas mudanças políticas na Espanha, em 1925 decidiu-se pela realização da Feira Internacional em 1929.

A exposição gerou um conjunto urbano e arquitectónico extremamente carregado de significados alusivos à glória da nação espanhola, num dos locais de mais destaque da malha urbana barcelonesa. Dos edifícios que fizeram parte da Exposição Internacional, os de maior impacto foram mantidos. O eixo entre a Praça de Espanha e o Palácio Nacional de Montjuïc, chamado de Passeio da Rainha Maria Cristina, é uma ode ao nacionalismo espanhol, encravado no coração da cidade mais importante da Catalunha, região que sempre lutou pela sua própria identidade.

Os pavilhões dos países foram demolidos, à excepção do famoso Pavilhão da Alemanha, obra do arquitecto alemão Mies Van der Rohe, edifício de grande importância para a história da arquitectura, foi posteriormente reconstruído em outro sítio, dentro do parque do Montjuïc.

Finalmente, em 1992, a cidade de Barcelona tentaria novamente impulsionar seu desenvolvimento através de um grande evento. “Na verdade, os Jogos Olímpicos são o catalizador que permitirá políticas urbanísticas mais ambiciosas, seguindo assim um esquema tradicional em Barcelona, mediante o qual grandes operações de transformação urbanística são movidas por eventos que, a princípio, não tem uma razão de ser primordialmente urbanística” (Acebillo Marín – 1994).

A princípio os Jogos Olímpicos de 1992 eram parte das comemorações dos 500 anos da saída de Colombo da Espanha, comemorações que se estenderam por toda a Espanha, principalmente na capital Madrid, na cidade de Sevilha, onde foi organizada uma Feira Mundial, e em Barcelona, com os Jogos Olímpicos.

1888	Exposição Universal – Parque da Cidadela e Arco do Triunfo
1929	Exposição Internacional – Montjuic: Pavilhão Barcelona Mies, Palácio Nacional da Catalunha, Poble Español, etc.
1952	Congresso Eucarístico – Plano de Hotéis
1982	Copa do Mundo de Futebol
1992	Jogos Olímpicos – Camp Nou, Vila Olímpica, Porto Olímpico, Frente de mar do Poble Nou,
1993	Ano Miró
2002	Ano Gaudí
2004	Fórum Cultural Mundial

Quadro 4.1 - Lista dos Grandes Eventos que tiveram lugar em Barcelona, antes e depois das Olimpíadas
Fonte: Duran, P 2005

Após duas Exposições Internacionais e mais alguns grandes eventos de menor escala, a experiência em receber e organizar grandes eventos já era partilhada entre as administrações públicas e alguns sectores da sociedade barcelonesa.

4.1.2 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA URBANÍSTICA EM BARCELONA

“Ao início dos anos oitenta, logo após da conquista da democracia municipal, Barcelona estava imersa em mil batalhas que tinham por objectivo o combate dos danos originados durante a ditadura e remediar as feridas e malformações acumuladas durante tantos anos. Era necessário repensar a cidade e inventar novas formas de actuação, novas escalas de intervenção, novos mecanismos de participação” (MILLET – 2005). “Espanha havia sido governada através de um regime político autoritário, que não estava particularmente preocupado em implementar regulações urbanísticas e investir em cidades para o bem-estar irrestrito da população” (Nello, O. 1996).

Barcelona passou por uma evolução na sua política referente às intervenções urbanas. Após um período de adaptação à então nova democracia municipal, atrelado com uma crise económica que afectava o sector têxtil e o de serviços, e uma fase de poucas intervenções públicas sem equipamentos e infra-

estruturas, e uma paralisação do investimento privado em novas edificações, a nova administração municipal baseava-se no "novo Plano Geral Metropolitano, que se centrava na recuperação da normalidade urbanística (...) através da implementação de uma política urbanística que buscava deter e/ou corrigir os processos especulativos residuais do período anterior" (Acebillo Marín, J. 1994).

“É lógico que o centro das preocupações dos cidadãos no momento em que se vão eleger as primeiras administrações municipais democráticas era o mais próximo: os bairros, as escolas, os equipamentos, a qualidade da habitação, os parques e jardins, a recuperação dos espaços públicos” (Millet, L. 2005). A resposta das administrações era lógica, e respondia a estas reivindicações de escala mais local. “Inicialmente, se vai começar pelo mais sensível e mais próximo do cidadão: a praça, a rua; vai-se começar pelos sistemas locais, pois os projectos requeridos eram mais fáceis e rápidos, e com um custo mais possível de ser assumido naquele momento” (Millet, L. 2005).

Logo, o primeiro momento, correspondente ao período entre 1980 e 1987, de intervenções mais pontuais e localizadas, respondeu ao período de transição política e administrativa na escala municipal. A geração de uma acção urbanizadora, mediante a construção de novos espaços públicos que, ainda que de pequenas dimensões, sejam capazes, devido a sua qualidade, profusão e localização estratégica, de actuar como vertebradores e de configurar uma paisagem urbana diferenciada (Acebillo Marín, J. 1994) era a política aplicada pela administração municipal barcelonesa neste primeiro período. A dimensão e o impacto dos projectos eram determinantemente limitados pelos recursos municipais e pela capacidade de gestão exclusivamente municipal, e confiava-se na capacidade dinamizadora de pequenas intervenções sobre as áreas do envolvente. Intervenções que estruturassem a paisagem, não devido às suas dimensões, mas sim à qualidade demonstrada em cada uma delas, demonstrando nos projectos uma escala de controlo em projecto tão reduzida como em arquitectura de edificações.

Como instrumento para exercer esta política urbanística forte, a administração municipal buscava conseguir a posse de uma quantidade suficiente de moradias e instalações industriais obsoletas, para satisfazer a demanda de novos espaços públicos e equipamentos. Este instrumento respondera bem ao momento de transição administrativa e política vigente, mas posteriormente passou a ser necessária a passagem para uma política mais pró-activa de urbanismo, que passasse da prática de remediar o existente para uma actividade mais estruturadora e propositiva do espaço urbano.

O instrumento utilizado pela administração municipal de adquirir no mercado terrenos ociosos devido ao relevo acidentado, ou provenientes de instalações industriais ociosas, possibilitaram remediar a demanda de espaços públicos, notadamente jardins, que a cidade apresentava naquele momento, além de poder suavizar a pressão existente nos poucos equipamentos então existentes. Tal esforço ofereceu à cidade

equipamentos como o Parque da Espanha Industrial, o Parque da Creueta del Coll, ou o Fossar da Pedreira de Montjuic.

Gradualmente a administração municipal começa a intervir no outro elemento estruturador do espaço urbano: a rede viária, afinal a concretização das funções e da paisagem previstos e desejados nos projectos só é factível com uma análise do fenómeno da mobilidade e de suas transformações na cidade. O método escolhido foi basear seu conjunto de intervenções viárias em “três pontos básicos:

1. A adopção de medidas que melhorem a gestão das vias existentes;
2. Concluir operações viárias já iniciadas, porém com um enfoque mais urbano, procurando evitar discontinuidades;
3. A execução de uma forte política em prol de sítios para estacionamento público, considerado um factor essencial caracterizador do sistema de mobilidade” (Acebillo Marín, J. 1994).

São obras características deste período: as vias-parque que, além de cumprirem função conectiva entre o Primeiro e o Segundo Cinturões, ainda apresentam estrutura que permite satisfazer múltiplas necessidades da população, com a oferta de espaços desportivos, cívicos e estacionamentos.

A transição que demonstra a capacidade já apresentada para projectos mais complexos pôde ser demonstrada na intervenção da remodelação do Mole da Fusta (foto 1), já em 1987, ano de início da gestão para os Jogos Olímpicos de 1992. Foi o primeiro exemplo de projecto que envolvia uma gestão mista, entre o Município, que realizou a obra, e o dono dos terrenos utilizados e financiador da obra: o Porto Autónomo de Barcelona. Foi, ademais, a primeira reflexão sobre a reordenação da fachada marítima, localizada dentro da cidade antiga, que acabava funcionando como condicionante para o projecto. Era ponto inicial para a construção do Cinturão do Litoral, e a suscitou discussões sobre as inovações para a frente marítima que acabaram por alimentar e fortalecer a intervenção na frente de mar do Poble Nou (foto 5), parte integrante, e mais importante, da intervenção urbana para os Jogos Olímpicos de 1992.

“A intensidade do trabalho e a qualidade das intervenções vão ser evidentes em poucos anos e a cidade mudaria de fisionomia: a qualidade urbana vai melhorar de forma notável, porém, sobretudo, de forma homogénea. Não havia zonas privilegiadas: se actuava tanto na periferia como em Eixample, nos bairros históricos e nos de construção recente. Aquele esforço para urbanizar, para fazer cidade, vai ser particularmente intenso entre 1979 e 1986” (Millet, L. 2005). A cidade, após este período de intensa transformação, mostrava a necessidade de intervenções que solucionassem problemas de relevância em mais ampla escala, e que atingissem impactos que transbordavam a actuação municipal, e que respondessem às deficiências de acessibilidade, conectividade e reequilíbrio urbano:

- A travessia da cidade de este a oeste, que exigia mais de uma hora de trajeto;
- O porto e o aeroporto mostravam graves disfunções e dificuldades de acesso;
- O nível de envelhecimento e abandono dos museus da cidade;
- O déficit de equipamentos da cidade.

Também era o momento para actuar em troços do tecido urbano que exigiam soluções mais complexas e amplas: a frente de mar e a área de montanha.

“Cabia repensar a cidade, traçar uma estratégia geral que permitisse redefinir a função de cada uma de suas partes: a rede viária, as centralidades, o tecido residencial, os equipamentos de nível metropolitano, a reconversão das áreas industriais, a redefinição do tecido produtivo. (...) Toda aquela ambição e vontade de actuar vão tomar um pretexto: os Jogos Olímpicos” (Millet, L. 2005).

4.1.3 PRECEDENTES À INTERVENÇÃO OLÍMPICA

"A crise económica geral afectava gravemente o sector têxtil e de serviços, dando lugar a um alto índice de desocupação na sua área metropolitana e um enfraquecimento de sua economia" (Acebillo Marín, J. 1994).

Barcelona foi fundada em terras entre a montanha e o mar. Viveu principalmente das relações com o mar e do seu porto até o começo da industrialização. Contrariando-se a existência tradicional desta relação do barcelonês com o mar, a área alvo de escolha para a grande expansão urbana – posterior à expansão do núcleo histórico que representou a área de l'Eixample – foi concentrada em terras mais altas, já na subida para o monte de Tibidabo. Posteriormente, com o plano de urbanização do engenheiro Ildefonso Cerdà, a urbanização desceu das terras mais próximas das montanhas para a planície que estava em frente a elas. O plano de Cerdà imprimiu um desenho urbano que acabou por se tornar a tipologia urbana mais típica da cidade, através de um traçado engenhoso que trabalhava de forma magistral com os vazios, através do recurso suave de imprimir, nas esquinas, chanfro de 45 graus. O resultado é um ritmo sucessivo de cheios e vazios que valoriza cada cruzamento, eleva-os ao status de ponto de referência na cidade, e oferece ao cidadão uma grande quantidade de respiradouros dentro da urbanização compacta desta área.

O plano Cerdà transformou a escala urbana da cidade e deu para Barcelona mais um elemento peculiar e característico: o traçado ortogonal, com os recortes em 45 graus em cada esquina, tornou-se um elemento de representação da cidade. Mesmo assim, trechos do tecido urbano mantinham-se com características destoantes da área mais densa da cidade. Alguns vazios urbanos ou áreas de urbanização deficiente, ou mais rarefeita, eram ainda encontradas. Basicamente, o desenvolvimento urbano da cidade se deu predominantemente a nordeste e a sudoeste da cidade histórica. O Plano Cerdà conseguiu adensar um

trecho a sudeste, porém mais próximo do centro histórico. Com a distância, notava-se a menor densidade e maior irregularidade do tecido urbano. Áreas do distrito de Sant Martí, como o Poble Nou e a área da avenida Icària, desenvolveram padrões de urbanização independentes do plano Cerdà, com tipologias mais livres, e com alto índice de degradação urbana.

“A cidade e a área metropolitana de Barcelona alcançou o tamanho actual durante um período de grande crescimento populacional durante os anos 1960 e os primeiros anos 1970, nos quais a cidade praticamente dobrou de tamanho. (...) Em Barcelona, ele (o crescimento urbano) tomou uma forma especialmente caótica.” (Nello, O. 1996).

Barcelona havia dobrado sua população entre as décadas de 1950 e 1970, e apresentava desequilíbrios graves tanto na relação entre centro e periferia como também entre nascente e poente, tinha fortes deficiências em infra-estruturas viárias e de comunicação, e havia perdido, de forma fraudulenta, muitos hectares de área verde (...) enquanto o centro histórico e a área de Eixample envelheciam, o crescimento da cidade estava limitado aos subúrbios, enquanto perdia actividade industrial e acumulava défices em todos os tipos de equipamentos” (Millet, L 2005).

Tantos anos de governo autoritário deixaram marcas graves no tecido urbano da cidade. “Um urbanismo depredador e especulativo gerou uma pesada carga que a democracia teria que enfrentar” (Truñò, E. 2002). Em meio ao tecido urbano, muitos trechos ainda estavam alheios a um urbanismo planeado, de qualidade, que conseguisse evitar os efeitos de degradação urbana que se espalhavam por vários pontos da cidade.

A política dos primeiros anos de democracia era dirigida para intervenções pontuais, de muita qualidade, que conseguisse provocar efeitos remediadores não apenas para o sítio de implantação em si, mas também para seu envolvente.

Posteriormente, com a evolução dos problemas a encarar, após ter conseguido com sucesso aplicar transformações pontuais em praticamente toda a cidade, ainda sobravam algumas questões mais amplas a resolver, questões estas que suscitavam articulação com entidades metropolitanas, lidavam principalmente com elementos estruturais da cidade, como o sistema viário e sua conexão metropolitana, infra-estrutura de recolha, escoamento e tratamento de água, rede de transportes urbanos e dimensionamento do terminal aeroportuário, etc. Grandes blocos urbanos ainda apresentavam problemas preocupantes de ociosidade, degradação urbana, falta de qualidade ambiental, etc. resultado sobretudo do enfraquecimento da economia industrial da cidade. A confluência de problemas urbanos nestas áreas exigia um esforço adicional para que fossem resolvidos os seus graves problemas.

Neste contexto nasceu a iniciativa, dentro do Ajuntamento da cidade, de candidatar a cidade à sede dos Jogos Olímpicos de 1992, com a esperança de conseguir mobilizar plenamente um grupo máximo de actores para conseguir executar um grupo de intervenções, em um total de metros quadrados nunca antes feitos na história das Olimpíadas, em concordância com o Plano Geral Metropolitano de 1976. A intervenção olímpica era a o próximo passo de um sistema de intervenções que já havia começado muito antes, mas que também objectivava solucionar os problemas mais amplos da cidade.

Durante o processo de eleição da sede dos Jogos de 1992, a candidatura de Barcelona tinha como condicionante a própria situação da cidade. O estado de desarticulação espacial entre os vários trechos da rede viária urbana e de degradação ambiental das áreas que receberiam as maiores intervenções no projecto olímpico eram de tal maneira negativos para a cidade que mesmo o momento de mostrá-lo para os delegados do Comité Olímpico Internacional era momento de tensão dentro da organização da candidatura.

“Ainda recordo os maus momentos que passávamos quando se mostrava a área – desolada e deprimente – onde se construiria a Vila Olímpica, ou os terrenos onde seriam as competições de ténis no Vale do Hebron. Também, quando os convidados colocavam os cronómetros em marcha para comprovar o tempo de deslocamento entre a área da Diagonal e a do Vale do Hebron” (Millet, L. 2005).

As deficiências existentes até então na cidade eram tão graves que até poderiam prejudicar o processo de candidatura, pois nas visitas dos representantes do Comité Olímpico os problemas com tráfego eram frequentes, e a área da futura vila olímpica não trazia elementos sedutores, além da presença do mar, o que era insuficiente frente à realidade insalubre existente até então, num trecho do tecido urbano onde o mais frequente eram os edifícios industriais obsoletos e depósitos em desuso.

A candidatura de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992 era, acima de tudo, uma proposta ousada, que expunha uma transformação urbana de uma metragem nunca antes executada em um prazo tão curto, e em trechos centrais da cidade. Na organização, um grupo de pessoas que, no início do processo de candidatura, não dispunha de conhecimentos específicos no assunto, mas que, gradualmente, através de um esforço de aprendizagem contínuo aliado com o fortalecimento pela inclusão de especialistas altamente qualificados em aspectos parciais: informática, desportos, segurança, relações internacionais, equipamentos desportivos, imagem, cerimónias, vilas olímpicas, marketing, etc. Equipa que, durante o processo, conseguiu vender a candidatura e conquistar a confiança do COI.

O projecto somava não só as inovações técnicas desenvolvidas pela equipa de organização, mas também o peso dramático da transformação profunda que a cidade estaria sugerindo. Além disto, o projecto soube

colocar um romantismo à proposta, com uma Vila Olímpica de localização privilegiada, em frente ao mar, um cenário central desportivo no Montjuic – que remetia às acrópoles – e um evento que transformaria o centro da cidade no eixo da festa olímpica, com imaginação, modernidade, presença da cultura e coerência histórica em todos os projectos (Millet, L. 2005).

4.1.4 O PROJECTO OLÍMPICO PARA BARCELONA 1992

Segundo Lluís Millet (Millet, L. 2005) “foi entre 1981 e 1982 que vão ser tomadas as decisões que se teriam que fundamentar durante o projecto olímpico. Um grupo reduzido de técnicos, sob a direcção de Oriol Bohigas, então delegado de Urbanismo do Ajuntamento, vão traçar a famosa proposta das quatro áreas ou parques olímpicos, esquema que vai estruturar todas as acções e projectos olímpicos e que vai ser mantida sem modificações significativas durante os dez anos seguintes”.

4.1.4.1 Estratégia

Como já citado anteriormente, a intervenção olímpica de Barcelona 1992 era parte de um processo de desenvolvimento que teve início antes mesmo da ideia de se candidatar para ser sede dos Jogos Olímpicos, através de intervenções urbanas de menor escala executadas em toda a cidade. Portanto, na intervenção olímpica sempre esteve muito presente, como parte inseparável, o carácter estratégico.

Sempre se tratou “não apenas de se organizar uns jogos, mas sim de aproveitar a imensa energia gerada em benefício da cidade, utilizando o desenvolvimento com o intuito de corrigir défices, requalificar e renovar o tecido urbano” (Millet, L. 2005).

Optou-se por tratar áreas deficientes dentro do tecido urbano, através de projectos que atingissem prioritariamente áreas centrais em desuso através da renovação urbana e da recuperação do edificado histórico, para estagnar o efeito de fragmentação da cidade e evitar a colonização de novas áreas de extensão urbana.

4.1.4.2 Directrizes:

- Mobilidade e Acessibilidade:
 1. Estruturar a cidade, através de uma rede viária que possibilitasse e reforçasse a relação de Barcelona com as demais cidades da região metropolitana, que solucionasse a problemática permeabilidade este-oeste, e que relacionasse a rede viária da totalidade do tecido urbano com os sistemas regionais;
 2. Definir um novo sistema de ligação ferroviária, inclusive um metro regional, cuja abrangência tocasse as principais cidades do sistema de relações metropolitanas.

- Equipamentos:
 1. Elaborar uma política de equipamentos, de dimensão considerável, que dote a cidade de mais qualidade de vida e consiga reverter o quadro de carência em equipamentos públicos, desportivos, culturais, espaços verdes, etc. inclusive abrindo-a ao mar.
- Centralidade:
 1. Definir um sistema que possibilite a articulação do eixo Eixample / Centro Antigo com as novas centralidades e as outras cidades metropolitanas e regionais.
- Equilíbrio Urbano:
 1. Evitar o crescimento quantitativo, e enfatizar o crescimento de áreas mais centrais, como o Parque do Montjuïc e os distritos das Cortes e Sarrià – Sant Gervasi.

A proposta era, através das quatro áreas principais de actuação, poder colocar em prática um plano que resolvesse as deficiências mais localizadas da cidade e, conjuntamente com as acções de escala mais metropolitana, solucionar os problemas existentes no tecido urbano através de um sistema conjunto que não só dinamizasse pontualmente áreas que suscitavam interesse, mas também tratassem problemas de integração entre as cidades da região metropolitana.

4.1.4.3 Quatro Grandes Áreas de Actuação Directa (foto 13):

- Área de Montjuïc (fotos 14 a 23)

Montjuïc foi pensado como o principal sítio de competições dos Jogos Olímpicos de 1992. Os desportos lá sediados foram atletismo, boxe, ginástica, pentathlon moderno, natação, ténis de mesa, pólo aquático, levantamento de peso e luta livre, e os finais do basquetebol, do andebol e do voleibol.

Como o parque de Montjuïc já contava com um grande número de instalações desportivas, algumas construídos para a Exposição Internacional de 1929, muitas destas instalações foram restauradas e adaptadas para os Jogos Olímpicos de 1992: o Estádio Olímpico (1929), as piscinas do Montjuïc (1929) e de Bernat Picornell (1969). No Montjuïc, no sítio posteriormente denominado de Anel Olímpico, localizaram-se as mais importantes instalações desportivas dos Jogos: o Estádio Olímpico, o Palau Sant Jordi, as Piscinas de natação de Bernat Picornell. Alguns dos pavilhões da Feira de Comércio de Barcelona, também localizados na área, foram adaptados como Centro de Media, devido à sua proximidade das competições.

A área do Montjuïc estava conectada com a cidade e com as outras áreas olímpicas através de um acesso directo aoanel viário do litoral, duas linhas de metro e por seis rotas de autocarros.

- Área da Diagonal (fotos 24 a 26)

A área da Diagonal já era uma das mais importantes saídas da cidade de Barcelona, e também congregava, anteriormente aos Jogos, uma série de instalações desportivas, tanto particulares (clubes e associações) como públicas (Universidade e parques). Contava também com uma grande área pública livre para desenvolvimento. Além disto, ainda era ligada com um pólo desportivo particular na cidade vizinha de Hospitalet de Llobregat. O objectivo colocado no Master Plan era conseguir instaurar um padrão para a zona, construir estradas, desenvolver um parque e alguns espaços vazios entre as faculdades.

Esta área foi a casa dos desportos equestres, futebol e judo, além do sítio para treinos, zona residencial para membros do Comité Olímpico Internacional e do Comités Olímpico Nacional, as Federações Internacionais e dos Delegados Técnicos das Federações Internacionais, comités de árbitros e a outros elementos de comissões técnicas. Estava também apto para os possíveis congressos ou sessões contemporâneas aos Jogos.

- Área do Vale do Hebron (fotos 27 a 29)

Na área do Vale do Hebron, localiza-se o velódromo, terminado antes mesmo da candidatura, em 1984. A área ocupa 160 hectares, entre parques e complexos residenciais com uma variedade dos espaços projectados para a prática desportiva. Os eventos ali planeados eram arco e flecha, ciclismo, o ténis, o voleibol e a pelota basca.

- Área do Parque do Mar (fotos 30 a 38)

O Parque do Mar foi o local da Vila Olímpica, das competições de badmington e iatismo, além de instalações para treino. A ideia principal da área era a extensão da faixa de passeio por mais de cinco quilómetros, já incluindo a área da Barceloneta, que ligariam as praias novas e os espaços recuperados entre os seis quebra-mares.

4.1.4.4 Metropolização

Por outro lado, a presença de potencialidades na área metropolitana de Barcelona a serem exploradas em sistema articulado era uma mais-valia para o projecto, e pedia consequentemente soluções em uma escala que transbordasse os limites municipais.

Começa-se com a eleição de sedes de competição em localidades constituintes da região metropolitana de Barcelona, como por exemplo: Castelldefels, Viladecans, l'Hospitalet, Terrassa, Sabadell, Badalona, Granollers e Mataró. Esta decisão, tomada no início do processo, em 1982/86, colocou-se na oposição da discutida tendência vigente na época, dentro da Generalidade da Catalunha, à extinção da Corporação Metropolitana de Barcelona (Millet, L. 2005).

Consequentemente, ao ampliar a mancha de actuação da intervenção olímpica, precisou-se garantir a acessibilidade entre todos estes núcleos e a própria cidade, foi planeada e executada uma série de intervenções de carácter metropolitano na rede viária, transportes públicos, espaços livres e equipamentos (foto 39).

“Segundo a metodologia e os mecanismos projectuais utilizados em Barcelona, o projecto olímpico vai estender-se à maioria das cidades que, como sub sedes, vão acolher algum desporto. Se tratava, sempre, de utilizar os projectos com o objectivo de qualificar e reequipar zonas urbanas estratégicas que, por indução, propiciaram transformações urbanísticas na escala de todo o município” (Millet, L. 2005).

OBRAS DE ESCALA METROPOLITANA

- Eixo do Llobregat (do Hospitalet até Terrassa)
- Eixo do Besós (de Santa Coloma e Badalona até Cerdanyola e Sabadell)
- Interligação com Mataró e Granollers

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS EXECUTADOS NA ÁREA METROPOLITANA

- Complexo Desportivo de l'Abat Marcet – Terrassa
- Vila de Montigalá – Badalona
- Palácio Olímpico d'Esports – Badalona
- Canal Olímpico de Piragüisme – Castelldefels
- Projecto de Protecção de l'Estany e consolidação do parque que o circunda – Banyoles
- Parque do Segre – Seu d'Urgell

Outro aspecto da estratégia colocada no projecto olímpico era a aposta na capacidade catalizadora e dinamizadora das instalações olímpicas, não obstante suas já comentadas dimensões reduzidas. “O projecto olímpico vai definir as fronteiras do espaço central da cidade dentro dos quais, por indução, vão produzir uma série de mudanças que não tinham relação directa com o projecto olímpico, gerados em grande parte pela iniciativa privada e, em alguns casos, complementados com a intervenção pública, que confirmam a enorme vitalidade da cidade central. Em referência, os numerosos projectos de hotéis, centros comerciais, escritórios, equipamentos desportivos, museus e galerias de arte, centros universitários, que se desenvolveram em um período muito curto de tempo” (MILLET – 2005).

4.1.4.5 O Parque do Mar, a Vila Olímpica e o Porto Olímpico

Mesmo após a consolidação do Plano Cerdà, o trecho da frente marítima seguia uma estrutura diferenciada, principalmente por dois aspectos principais:

- Estar sujeito a usos diferenciados: era uma área predominantemente destinada à actividade industrial e de depósito de mercadorias, ou produzidas pelo parque industrial barcelonês, ou provenientes do porto e do caminho-de-ferro (fotos 6 e 7).
- Guardar isolamento do tecido urbano do resto da cidade, pois estava isolada lateralmente pela presença do Porto de Barcelona, e verticalmente, pela presença de duas linhas-férreas.

“A área experimentou a expansão da industrialização catalã no último século, o que levou a grandes problemas de isolamento social, apesar da localização em um eixo central da cidade. (...) A falta de acessibilidade trouxe progressiva degradação para a área e sua qualidade ambiental” (Abad, J.M. 1996). Com a crise do sector industrial, consequência da reestruturação da economia rumo ao mercado da globalização, o trecho marítimo passou a ser obsoleto e sub aproveitado. Soma-se a isto a mudança dos padrões imobiliários, que gerou grande valorização para a proximidade com o mar. Os edifícios industriais, o antigo mercado de peixe, os armazéns, a prisão feminina, os barracões de depósito de armas, o lixo doméstico e industrial que antes ali se localizavam (Nello, O. 1996), teriam que dar lugar à expansão do sector terciário e de serviços e do parque habitacional, para responder às novas demandas da economia actual. O foco do mercado imobiliário deslocou-se para além das linhas do comboio, e precisava-se aproveitar o potencial daquele local para os usos residencial e comercial.

Para aumentar a importância que este troço da cidade, alia-se ainda a já citada carência existente na época referente a espaços públicos e sítios de lazer. Mais ainda, a relação do cidadão barcelonês com o mediterrâneo era extremamente carente. Anteriormente à intervenção olímpica, os meios de contacto da população com o mar que banha sua cidade era praticamente apenas visual, e à distância. Os únicos pontos que possibilitavam o contacto do cidadão com o mar eram a praia da Barceloneta – única praia originada por vias naturais no território urbano barcelonês – e, mais posteriormente, já em 1987, a reformulação do Mole do Fusta, já anteriormente citada, que foi o início da intervenção na frente marítima. O resto da frente de mar, fora do trecho em questão, era destinado às actividades portuárias.

A frente de mar era um ponto estratégico do desenvolvimento urbano da cidade, pois sua localização, entre a cidade consolidada e o mar, era um ponto de cruzamento de áreas importantes para vários sistemas e redes de infra-estruturas urbanas:

- Viário: fazia parte dos Plano Geral Metropolitano de 1976 melhorar o sistema viário com a construção de um cinturão viário para facilitar o acesso a qualquer parte da cidade como também para possibilitar a circulação sem a necessidade de se entrar na área centro histórico / l'Eixample.
- Recolha de águas pluviais e esgoto: os canais de recolha de águas pluviais e esgoto eram encaminhados para a área em questão, e o sistema de evacuação das águas incidente naquela área já tinha sido enfoque de vários planos de saneamento municipal e metropolitano.
- Equipamentos públicos: a possibilidade para suprir a carência municipal de espaços livres, principalmente espaços verdes, e de estabelecer o local da interacção do cidadão com o mar trazia enorme potencial para o trecho da frente marítima.
- Transportes públicos: a remoção dos trilhos das linhas-férreas existentes suscitava a revisão e a reflexão acerca do sistema de transportes públicos que infra estruturava a área.

A opção de modificar o uso deste trecho do tecido urbano já havia sido discutida em concurso público em 1975, e já previa a conversão para o uso misto residencial e comercial, porém segundo parâmetros de morfologia urbana dissonantes com o resto da cidade. O resultado do concurso foi polémico: previa a demolição dos trechos residenciais da área de Poble Nou, e a interrupção da grelha viária sugerida por Cerdà. Para um público determinantemente de classe alta, a tipologia prevista foi a de torres de uso misto, onde os primeiros andares eram destinados às actividades económicas do sector terciário e os demais andares para o uso residencial. A resposta foi elaborada através da organização de moradores da área do Poble Nou, que elaboraram opção diferenciada para a mesma área e mobilizaram-se em protestos e declarações contrárias à transformação (Sola-Morales, M. 1974).

Independente da existência de visões divergentes para a área, a área continuava, durante o período de candidatura, com as mesmas carências encontradas na década de 70, ainda mais agravadas pela decadência da actividade económica industrial vigente na área.

A principal intenção dos planeadores que elaboraram o plano da Vila Olímpica foi que, após o término do evento, passasse a ser uma área completamente integrada à cidade. “Projectada para ser uma continuação natural da cidade” (Abad, J.M. 1996). A passagem entre a área de intervenção olímpica e as partes da cidade existentes anteriormente deveria ser subtil, sem fragmentação, para evitar um efeito de cenário especial, de gueto ou de anomalia urbana dentro da cidade, através do princípio de partir da reflexão da tipologia tradicional da cidade.

O projecto da Vila Olímpica seguia três princípios estruturadores (Nello, O. 1996):

Infra-estrutura: criação de uma base para uma área aberta ao mar, através de:

- Remoção da linha-férrea costeira (4km) que originava uma barreira física entre a cidade e as praias;
- Colocar via subsolo as outras linhas-férreas que pudessem ser uma barreira entre o resto da cidade e a área do Poble Nou;
- Reabilitação e protecção das praias;
- Construção de via expressa subterrânea.

Morfologia: continuidade do padrão urbano, ruas, quarteirões, praças, de acordo com o plano Cerdà.

Usos: buscar diversificação para atender as necessidades não só dos moradores da área, mas também dos demais cidadãos, com centros comerciais, escritórios, recreação, etc.

Para a concretização destes princípios estruturadores, seis acções foram definidas (Nello, O. 1996, Martohell, Bohigas, Mackay & Puigdomènech, 1991):

- Construção do Porto Olímpico, com capacidade para 700 barcos na água e 300 em terra firme, e larga oferta de espaços públicos para actividades comerciais e de restauração;
- Reabilitação de 1 km de praia imediatamente em frente da Vila Olímpica, incluindo a construção de uma série de quebra-mares para proteger as areias da forte erosão no sentido este-oeste que ataca a costa local;
- Construção de um passeio marítimo de 30 metros de largura, suprido por cafés, restaurantes, etc;
- Infra-estrutura para o acréscimo de actividades económicas, com a construção de duas grandes torres para escritórios, um hotel, um casino e centro comercial;
- Construção do cinturão do litoral, via expressa que complementava o sistema municipal de vias circundantes à cidade, em via subterrânea, para minimizar os impactos físicos e visuais;
- Construções que conjugassem referências morfológicas aos blocos definidos no plano Cerdà e inovações arquitectónicas, com múltiplas tipologias;
- Elaboração e execução de um sistema de parques e espaços públicos disponíveis para os moradores da área e para os cidadãos da cidade em geral.

O projecto, consequentemente, ganhou a magnitude de uma batalha épica, pois sua execução deveria satisfazer uma larga lista pontos pertinentes em uma área de actuação de centenas de hectares e em um prazo tão restrito, facto que alimentava uma certa dúvida a nível internacional quanto à capacidade de concretização do Comité Organizador (Millet, L. 2005). Realmente foi necessário um corpo trabalhador extremamente extenso, que contava com dezanove equipas de arquitectos e nove empreiteiros, dentre

outros, que geraram tipologias extremamente diversas, que chegaram ao número de 530 tipologias diferentes (Abad, J.M. 1996).

4.1.4.5.1 A Vila Olímpica (fotos 37 e 38)

Após ser a Vila Olímpica por um período de cerca de um mês, quando alojou mais de 15000 pessoas da comunidade olímpica, entre atletas, organizadores, comités organizadores, etc, a Vila Olímpica tornou-se um outro bairro da cidade em Janeiro de 1993. Mas antes disso, já havia se tornado referência em meio aos atletas (Carbonell, J. 2005). O Comité Organizador de Barcelona '92 conseguiu a inédita proeza de oferecer uma Vila Olímpica com habitações de muita qualidade, num sítio central da cidade, com larga integração na malha urbana existente, e com grande disponibilidade de espaços públicos mesmo afrente do mar.

A Vila Olímpica em números (Abad, J.M. 1996):

Detalhes Gerais:

- 10000 habitantes;
- 530027 m² de superfície;
- 214181 m² de área construída;
- 315846 m² de espaços livres, sistema viário e instalações;
- 4042 m² em vagas de estacionamento;
- 29740 m² em espaços comerciais;
- 4 km de praias;
- 3 escolas na proximidade;
- 2 estacionamentos subterrâneos distantes no máximo 200m entre si.

Área Residencial:

- 12 complexos residenciais com 1814 unidades habitacionais;
- 54000 m² de área ajardinada privada;
- Sistema pneumático de recolha de resíduos;
- Recepção e distribuição de televisão (alta definição, satélite) e rádio (FM digital);
- Tecnologia de segurança e controle.

Porto Olímpico

- 910 m de extensão de linha costeira;
- 60000 m² de área de quebra-mar;

- 7 hectares de área de protecção hídrica;
- 24000 m2 de área coberta;
- 12500 m2 de área comercial;
- 66800 m2 em terraços públicos e caminhos para peões.

Em Janeiro de 1993, passou a ser mais um bairro da cidade, com um sector residencial de qualidade, concentração de actividades e serviços, generosos espaços públicos, facilidade de acesso e mobilidade, que dotaram a região de centralidade e capacidade de atracção de investimentos, usuários e público consumidor. Apesar da dificuldade de comercializar unidades habitacionais sem permitir visitas aos imóveis (Abad, J.M. 1996), no momento da entrega da Vila Olímpica para os primeiros compradores, 60% das unidades já estavam vendidas:

Vendas das Unidades da Vila Olímpica, por ano (%)								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
Habitações	21.9	19.9	20.2	12.4	18.7	6.5	0.4	100
Estacionamento	20.0	24.8	23.7	4.8	15.0	9.6	2.1	100
Pontos Comerciais	0.6	8.5	88.8	1.2	0.1	0.8	0.0	100
Total	15.7	17.0	40.0	8.6	13.2	5.1	0.4	100

Quadro 4.2 – Vendas das Unidades da Vila Olímpica de Barcelona, por ano (%)

Fonte: Nova Icaria, SA., em Carbonell, J. 2005

Da análise dos proprietários das unidades habitacionais, chama a atenção uma percentagem maior que a média de famílias com no mínimo um membro com dificuldades motoras, provavelmente atraídos pelo facto da Vila Olímpica ter recebido os participantes das Para-olimpíadas, e ser, portanto, completamente acessível para portadores de capacidades motoras diminuídas. Isto condiz com as aspirações do Comité Olímpico Internacional de desenvolver a inserção das minorias, neste caso, dos portadores de necessidades especiais.

Se em Janeiro de 1993 Barcelona ganhou mais um bairro, meio ano atrás, no dia da cerimónia de abertura dos Jogos de 1992, o grande prémio já havia sido entregue: o sistema de espaços públicos, parques, jardins, praias, que, mais do que satisfazer a necessidade do cidadão barcelonês, devolvia-lhe o Mediterrâneo, parte da sua cultura, que há muito havia sido roubado. Foi o início da reconquista da faixa do litoral para o usufruto do cidadão barcelonês, porém era necessário avançar com este processo, pois a intervenção olímpica não teve força suficiente para tocar toda a extensão da orla marítima de Barcelona. Este processo será continuado por outros processos, também baseados em eventos especiais, como o Fórum 2004 e o 22@BCN, que conseguirão atingir todo o trecho da Vila Olímpica até a foz do rio Besòs.

4.1.5 MODELO ORGANIZACIONAL, DE PARTICIPAÇÃO E DE TOMADA DE DECISÕES

4.1.5.1 Os Actores e a Carga Política dos Jogos de 1992

Jogos Olímpicos e política sempre tiveram mãos dadas. Os jogos eram, na era clássica, um período de trégua, quando as guerras eram esquecidas momentaneamente, mas as disputas deslocavam-se para outros campos, nos quais os eventos desportivos aconteciam.

Para os Jogos Olímpicos da era moderna, a política continua atrelada ao evento. Desde o início as Olimpíadas constam como um período de paz e integração entre povos. Mais do que isto, com o crescimento da importância do evento na mídia internacional, os jogos tornaram-se a grande arena da convivência entre as nações. Não só da paz e da tolerância, como o Comité Olímpico Internacional gosta de divulgar, mas às vezes de disputas políticas e ideológicas que acabam por ser trazidas para o meio do evento. Algumas vezes, estas disputas acabaram por ser mais fortes que o evento em si – como por exemplo os Jogos de Berlim em 1936, da Cidade do México em 1968, de Munique em 1972, de Moscovo em 1980 ou Los Angeles em 1984, todos marcados por grandes acontecimentos políticos, que expuseram para o mundo conflitos políticos de cerne internacional.

Menos aparentes, mas muito mais frequentes, são as disputas políticas internas aos comités organizadores. A disputa pelo prestígio da organização de uma Olimpíada, pela possibilidade de gerir os possíveis investimentos futuros que fazem sempre parte de todas as previsões. “(os Jogos Olímpicos) podem também ter impactos em termos de política interior no país organizador, Os Jogos implicam renovação, obras públicas, transformações urbanas, em definitivo” (Botella, J. 2005). As disputas locais existentes entre grupos políticos dissidentes se expandem ao nível organizacional em uma olimpíada e, como visto, afectam decisivamente todos os aspectos e actividades do processo de organização dos Jogos Olímpicos.

“Para conseguir que aquelas primeiras ideias acabassem transformando-se em uma grande realidade cabia desencadear toda uma série de pactos políticos, estimular o compromisso com o projecto por parte dos actores mais reticentes e, finalmente, encontrar-se um contexto político favorável, dentro do país, mas também dentro da organização olímpica” (Botella, J. e Moragas, M. 2005).

No caso de Barcelona, o grande objecto de discussões e atritos políticos era o peso da afirmação da identidade catalã no evento. Esta questão permeia o evento desde a elaboração da candidatura até o seu último momento. Na verdade, enquanto se fazia os acordos para a formação do comité organizador, muitos acordos e concessões precisaram ser feitas, pois formavam o núcleo do comité organizador representantes de todos os órgãos políticos relevantes incidentes na cidade de Barcelona: representantes das organizações políticas de escala municipal, regional e nacional. O próprio alcaide de Barcelona também acumulava o cargo de presidente do comité organizador dos Jogos de 1992.

Saber estabelecer o consenso – até onde foi possível – para a dimensão que a identidade catalã teria no evento, em relação à identidade espanhola, foi um desafio muito grande para o comité organizador. As opiniões de cada uma das esferas administrativas acerca da importância da afirmação da identidade catalã.

Para certos autores, como García Ferrando (Garcia Ferrando, M. 2001) a dualidade colocada pelas posturas do governo central espanhol e do nacionalismo catalão acerca do uso e da exposição, de forma oficial nos Jogos Olímpicos, das especificidades referentes à cultura catalã – idioma, bandeira, até mesmo a apresentação junto a um comité olímpico próprio.

A divulgação em massa de Barcelona pela media mundial, devido ao evento dos Jogos Olímpicos, era considerada uma grande oportunidade para colocar explicitamente o problema de grupos numerosos que não se sentem representado politicamente pelo governo nacional. A Olimpíada era uma oportunidade valiosa para levantar a bandeira, muitas vezes separatista, da afirmação da identidade catalã.

Os três grupos mais relevantes na organização dos Jogos Olímpicos colocavam-se de maneira diferente em referência a esta questão.

O Governo Central Espanhol encarava as Olimpíadas de 1992 como mais um evento do “Projecto 1992”, em comemoração ao Aniversário do Descobrimento da América. “A vontade explícita do governo central era mostrar ao mundo como a sociedade espanhola havia se modernizado, se transformado e tinha a aspiração de ter um papel de primeira ordem na Comunidade Européia” (Botella, J. 2005). A grande aspiração era valorizar, dentro do mercado económico internacional, a imagem da Espanha e de sua sociedade desenvolvida e competitiva.

A inclusão das Olimpíadas como mais um evento de um projecto maior passava para os catalães como uma tentativa do governo central de diminuir a importância do evento catalão. O objectivo seria aumentar a importância do governo espanhol na organização do evento, para assegurar o controlo global do processo, através de uma atitude de vigilância e presença que assegurasse tanto a adequação financeira daquele conjunto de projectos de altíssimo custo, e garantisse a divulgação da imagem que se julgava interessante para tanto (Botella, J. 2005).

A administração governamental da região da Catalunha – o Governo da Generalidade – aglutinava e representava um grande grupo de organizações nacionalistas da Catalunha. A Generalidade, que partilhava logicamente a opinião com os grupos nacionalistas catalães, via nos Jogos a grande oportunidade de divulgação da problemática politico-simbólica presente na relação da identidade catalã com o governo central espanhol. A exposição internacional seria um grande instrumento, tanto para o

marketing urbano de Barcelona dentro do mercado económico internacional, como para valorizar as especificidades culturais da Catalunha e seu povo.

Consequentemente, o “Projecto 1992” representava uma ameaça para as aspirações da Generalidade, que via nele a potencialidade de diminuir a relevância da identidade catalã frente à maior divulgação das características na nação espanhola. Precisava-se, segundo a Generalidade, estabelecer um diferencial, que destacasse os Jogos Olímpicos de Barcelona dos outros eventos constituintes do “Projecto 1992” e dotá-lo de uma presença própria.

O Contrato da Cidade Anfitriã exige a participação da administração municipal, e a autorização e concordância da administração nacional. Portanto, estes dois actores exerciam desde o início papéis preponderantes dentro do COOB’92. Preocupada com um possível enfraquecimento da identidade catalã frente ao Projecto 1992 do Governo Espanhol, e legitimada pela representação de vários grupos nacionalistas catalães, o Governo da Generalidade da Catalunha escolheu participar do financiamento dos Jogos, como método de ingresso no planeamento e organização dos Jogos.

A administração municipal, no caso representada pelo Ajuntamento de Barcelona, e de seu alcaide, colocava outras variantes dentro dos objectivos a conseguir através dos Jogos Olímpicos. Afrente das fortes questões políticas defendidas pelos dois grupos anteriores, a administração local tinha dois objectivos principais: melhorar a imagem da cidade e sua atracção de novas empresas, resolver os défices apresentados pela cidade com a construção ou modernização do conjunto de infra-estruturas de forma a completar a urbanização, com respeito pela a identidade urbana da cidade e de seus bairros.

Para que estas aspirações fossem realmente cumpridas, fazia-se necessário garantir um lugar na linha de frente de todo o processo de planeamento, preparação, organização e execução dos Jogos Olímpicos. “O objectivo processual do Ajuntamento era assegurar, se não em um papel de liderança, pelo menos uma forte autonomia em todo o processo, devido ao risco de aparecer como um actor subalterno e tutelar (diferentemente do papel do Ajuntamento de Sevilha na preparação da Exposição Universal)” (BOTELLA – 2005).

Quadro Síntese: Actores e Objectivos		
Actores	Objectivos	
	Substantivos	Processuais
Governo Central	Projecto 1992	Controle
Governo da Generalidade	“Catalanização” dos Jogos	Participação
Ajuntamento de Barcelona	Transformações Urbanas	Autonomia

Quadro 4.3 – Actores e objectivos nos Jogos Olímpicos de Barcelona

Fonte: Botella, J. 2005

A organização dos Jogos de Barcelona envolvia ainda, além de tudo um problema de dissonância entre a orientação política de cada um dos actores anteriormente citados. A administração municipal era de representantes do Partido dos Socialistas da Catalunha (PSC), de orientação voltada para a esquerda, e competia directamente com os representantes do governo autónomo, oriundos de uma coligação de centro-direita, a Convergência e União (CiU), que viu seu predomínio político crescer durante o processo de candidatura e organização dos Jogos Olímpicos de 1992. Já o governo central era gerido por representantes do Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE). Faziam também parte da organização representantes da Juventude Nacionalista da Catalunha, a Crida, ou representantes do movimento de reivindicação de um Comité Olímpico Catalão.

A interacção entre actores de interesses às vezes diametralmente opostos era a chave para o êxito ou o fracasso dos Jogos Olímpicos, e as ferramentas de participação utilizadas na tomada de decisão não foram efectivamente bem sucedidas no intuito de encontrar um consenso. A divergência de opiniões entre os actores foi constante, e gerou inúmeras polémicas. “Desde o mesmo momento da designação dos Jogos a sua preparação já vai estar envolta em uma multiplicidade de conflitos e de polémicas, durante a qual as posições de cada uma das partes experimentava mudanças, que nem sempre eram coerentes” (Botella, J. 2005). Ter seus objectivos atingidos era questão directa do quanto eles eram condicionantes, ou opostos, aos objectivos das demais partes.

Tendo-se como quadro de análise o Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de Barcelona (COOB'92), de acordo com os objectivos já colocados acima, a possibilidade de obtenção das metas de cada grupo foi directamente proporcional à obtenção do apoio de outros grupos. Ela foi determinante para a conformação das forças políticas resultante no processo.

Para o Governo Central, devia-se manter a relação com o Projecto 1992. Mas a escolha foi a de não se contrapor aos objectivos dos demais actores. “O governo vai adoptar de maneira bastante sistemática uma posição de redução de conflitos, desvalorizando-se em suas próprias posições, mesmo que fosse visível ocasionalmente certo incómodo” (Botella, J. 2005) como em várias ocasiões que envolviam a questão do uso de elementos da identidade catalã de maneira oficial nos Jogos, como a escolha do Mascote, o uso do Catalão como língua oficial e da Bandeira da Catalunha.

O objectivo principal, para o Governo da Generalidade da Catalunha, ou seja, a afirmação das características político-culturais catalãs, tomava corpo através de uma postura abertamente contrária ao “Projecto 1992” que traria risco da dissolução da importância da Catalunha.

Com posição privilegiada no contexto, o Ajuntamento não só não tinha opositores aos seus objectivos principais, como também seria consequentemente beneficiado pela concretização das metas dos outros

dois grupos. Mantinha a opinião de que o sucesso do “Projecto 1992” potenciaria o sucesso dos Jogos Olímpicos principalmente pela confiança de que, dentre os três eventos, eles teriam os melhores resultados. Realmente, dos eventos programados para o Projecto 1992, os Jogos Olímpicos gozavam da confiança de um evento conhecido, sob a tutela de um organismo respeitado e conhecido, como o Comité Olímpico Internacional, e ainda contavam, conseqüentemente, com uma divulgação internacional massiva e garantida. Por outro lado, a “catalanização” dos Jogos envolviam o apoio das elites catalãs para o Ajuntamento. A utilização do planeamento catalão nas reformas trouxe o apoio da Generalidade para as metas urbanas defendidas pelo Ajuntamento.

As reformas urbanas defendidas pelo Ajuntamento apareciam, dentro do ambiente do Comité Organizador, em uma posição que não se colocava contra os objectivos defendidos pelos outros dois grupos. Mais ainda, contava com elementos que fortaleciam tanto o Projecto 1992 quanto a afirmação da identidade catalã. A transformação profunda programada para a cidade interessava como marco do Projecto 1992, e era defendida pelos grupos nacionalistas catalães pois mostraria ao mundo a qualidade e a competência dos profissionais catalães.

Atitude dos Actores Institucionais Frente aos Diversos Objectivos dos Jogos de Barcelona’ 92			
	Projecto 1992	“Catalanização”	Transformações Urbanas
Governo Central	+	=	=
Gov. Generalidade	-	+	=
Ajuntamento	+	+	+

Símbolos utilizados:

+ significa uma percepção positiva do objectivo em questão, tanto se se trata de um objectivo fortemente buscado pelos actores correspondente como da sua adesão a aquilo que é desejado por outro actor.

= denota uma actitude de seguimento passivo, de simples tolerância com algum objectivo buscado por um outro actor

- denota uma actitude de oposição a algum objectivo buscado por outro dos actores implicados

Quadro 4.4 – Interacção entre actores em função de seus interesses.

Fonte: Botella, J. 2005

Portanto, o Ajuntamento acabou como o maior favorecido dentro do processo de planeamento e execução dos Jogos Olímpicos de 1992. Com a ausência de forças de oposição às suas metas, e com o apoio dos demais grupos relevantes na organização dos jogos, a transformação da estrutura urbana da cidade e a solução dos défices barceloneses de equipamentos e espaços públicos foram a grande herança dos Jogos Olímpicos de Barcelona. Mais ainda, roubaram do próprio evento desportivo o protagonismo no evento,

na medida que são a grande lembrança que se tem das Olimpíadas de 1992 é da festa no centro histórico, da Vila Olímpica, do Parque do Montjuic, ou seja, de Barcelona.

Em uma primeira etapa do processo de organização dos Jogos Olímpicos, que corresponde principalmente ao período entre 1986 e 1989, foi “marcada essencialmente por debates e pelo confronto entre diversos actores, na qual é visível o esforço das diversas partes para dedicar-se ao processo e para adquirir uma posição de maior relevância possível” (Botella, J. 2005). Gerou decisões directivas, sobre o organograma, e sobre estratégias e densidade de incorporação do sector privado no processo de organização dos Jogos. Esta etapa inicial, frequentemente marcada por conflitos, às vezes muito graves, entre os diversos actores, conhece seu ponto crítico em Setembro de 1989, quando da inauguração do Estádio Olímpico do Montjuic, na ocasião do campeonato mundial de atletismo, evento marcado por protestos contra a figura da monarquia espanhola e seus símbolos, exposto ao mundo através da media internacional que divulgava o evento. Foi a mais clara amostra do fracasso que os Jogos poderiam ser sem a busca do entendimento entre os vários grupos ideologicamente divergentes. “Vai exigir um esforço simultâneo de renúncia a estratégias de contraposição e de maximalismo por parte dos três ‘mundos’ que participavam da Barcelona’92, optando por desactivar o conflito, não entrar em atritos recíprocos e, em resumo, procurar trabalhar de maneira activa para assegurar o êxito dos Jogos” (Botella, J. 2005).

A ameaça de fracasso que representou o campeonato mundial de atletismo trouxe com ela a consciência de que a luta sem flexibilidade de cada actor pelos seus próprios objectivos levaria o processo a um resultado deficiente e negativo para todos, portanto a busca por opções secundárias que implicassem a aceitação dos objectivos dos outros actores era, imperativamente, um compromisso que todos deviam ter. Inclusive a Generalidade, que tomou uma postura mais condescendente com a questão da identidade catalã, e retirou-se de maiores polémicas, como a campanha por uma participação da Catalunha em comité independente, ou o protesto contra a prisão de elementos violentos de movimentos nacionalistas radicais.

No fim do processo, o sucesso dos Jogos de Barcelona rendeu frutos para todos os grupos de actores. Para Hargraves “não houve um ganhador claro entre os diferentes protagonistas do conflito sobre os Jogos, e o facto que todos ganharam alguma coisa vai ser um dos factores principais da solução satisfatória do conflito” (Hargraves, J. 2000).

4.1.5.2 Estratégias de Atracção de Investimentos: participação da iniciativa privada

Com metas de muita ambição, objectivos com claro gigantismo, extensa lista de acções, prazo que suscitava dúvidas acerca da fiabilidade da candidatura de Barcelona, mas muita coragem para provar que era possível, e fazê-lo, o Comité Organizador escolheu uma estrutura organizativa que pudesse trazer mais dinamismo ao processo.

A escolha foi agregar ao Comité Organizador atribuições que agir como uma empresa privada, mesmo com participantes oriundos de administrações públicas. Sob o formato de empresa privada, mesmo antes do resultado oficial que declarava Barcelona como a sede dos Jogos de 1992 (Martohell, Bohigas, Mackay & Puigdomènech, 1991), mais exactamente em Dezembro de 1986, já havia sido fundada uma firma pública para começar as operações e facilitar o processo de atracção de investimento. A Barcelona Holding Olympic, S.A. (HOLSA), que foi responsável pela maioria das instalações olímpicas, 78km de infra-estruturas viárias novas e a Vila Olímpica, sendo que, para uma acção directa sobre esta última, foi fundada a Vila Olímpica Sociedade Anónima (VOSA), de capital e administração de origem na gestão pública, dotou a organização dos Jogos da liberdade e do dinamismo de uma empresa privada, desatrelando-se da administração municipal. Tornou possível, em um período de dois anos (Nello, O. 1996):

- Adquirir os terrenos por expropriação;
- Demolir algumas das 200 firmas e 157 unidades habitacionais existentes na área;
- Executar o sistema de drenagem;
- Executar o sistema de protecção costeira.

Com o objectivo de atrair o capital privado, por sua vez, foi fundada, em 1989, pela própria VOSA, a Nova Icária Sociedade Anónima (NISA), firma de desenvolvimento que faz a gestão da área da Vila Olímpica, de formação accionista mista (Nello, O. 1996):

- 40% pública, a partir da VOSA;
- 40% de investidores imobiliários;
- 20% de bancos.

Apesar do investimento ser de maioria privado, a elaboração, execução e organização da intervenção continuava público, e a parceria público/privado era meramente instrumental, com o objectivo de angariar fundos adicionais. Mesmo assim, foram detectados, referentes à NISA, alguns obstáculos organizacionais em processos de tomada de decisão, (Moreno, E. e Vazquez Montalbán, M. 1992) que influenciaram decisivamente a destinação da Vila Olímpica e custaram o desdobramento mais social do projecto. Os preços das unidades habitacionais foram estabelecidos muito acima do custo médio por m² do resto da cidade, quando era intenção da administração municipal vender alguns abaixo do preço de mercado. Outro problema se deu na definição da tipologia das habitações, que sofreu a influência do sector privado da NISA, e acabou por direccionar a manutenção de padrões mais clássicos e comuns e, portanto, mais comerciais, nas unidades habitacionais.

4.1.5.3 Estratégias de Inclusão: Programas de Participação Popular

O êxito da organização dos Jogos de 1992 deve-se, principalmente, à escolha de privilegiar a transparência e o diálogo entre os grupos responsáveis pela organização e as partes interessadas, por mais que conflitos inevitáveis aparecessem no processo. “A partir de 1982, quando se formalizam os esquemas de implantação e os detalhes dos projectos a realizar, até 1989, quando se consegue a nomeação, foram feitas centenas de reuniões com associações de vizinhos, escolas, diários, partidos políticos, câmaras municipais, instituições, sindicatos, etc.” (Millet, L. 2005). Independente da relevância dos envolvidos, eram questionados ou informados acerca dos assuntos a eles pertinentes. A busca por consenso ocasionou mudanças em vários projectos, principalmente daqueles que intervinham na rede viária ou em espaços públicos, mas produziu um projecto de ampla autoria, pois nele tomaram parte uma gama variada e numerosa de interessados.

Este princípio da transparência acresceu ao evento um efeito de participação social mesmo em momentos anteriores ao evento, suscitou o orgulho do cidadão comum, que se assumiu realmente como um dos autores do projecto olímpico. “A partir da nomeação, qualquer taxista sabia conduzir o turista ou o curioso por uma Barcelona Olímpica ainda não construída, mas que já era conhecida ou imaginada com detalhes” (Millet, L. 2005).

Para dotar a proposta olímpica de coerência multidisciplinar, organizou-se em 1988 o primeiro Plano Estratégico Económico e Social, que, através de um processo de cooperação e interacção entre diversos actores de relevância económica e social, tanto públicos quanto privados, buscava estabelecer uma visão consensual que serviria de instrumento para a realização e desenvolvimento de uma dinâmica gerada pela intervenção olímpica. As principais metas eram desenvolver a coesão social e o desenvolvimento económico. O processo de participação social gerado pelas discussões que elaborariam o Plano Estratégico Económico e Social foram, por si só, motivo para a divulgação da cidade internacionalmente, aos níveis político, cultural e económico (Truñò, E. 2005).

A interacção activa entre actores foi motivo para galardoar a cidade de Barcelona, em 2001, pela Comunidade Europeia, pelo Plano Estratégico Barcelona 2000. A justificação para a atribuição do prémio foi: “devido ao alto grau de cooperação público-privado e de consenso, o objectivo de internacionalização da cidade e por ser a primeira cidade europeia que havia desenvolvido um processo com aquela metodologia que poderia servir de modelo para futuras acções em outras cidades”.

Devido a este sentimento de participação, o apoio popular à iniciativa dos Jogos Olímpicos de Barcelona foram muito altos, confirmados pelo jornal *El Periódico*, em pesquisa feita às vésperas da abertura dos Jogos Olímpicos, que apontou uma aceitação popular de 94,5%. Consequentemente, inspirado ainda pela transformação visível que a cidade estava a sofrer, o povo tomou a celebração, e fez dos Jogos Olímpicos de 1992 uma grande festa popular generalizada por todo o espaço urbano da cidade.

4.1.5.4 Eleição de Prioridades e Adequação com Verba Limitada

A iniciativa de se executar a candidatura à sede dos Jogos Olímpicos de 1992, como já foi citado anteriormente, originou-se dentro da administração municipal, por iniciativa do então delegado de Urbanismo Oriol Bohigas e sua equipa de técnicos (Millet, L. 2005). Porém desde o início a escolha acerca das prioridades da intervenção olímpica estava claramente colocado: a cidade. Ela teria de ser o centro das atenções, e o principal objectivo das intervenções que teriam que ser executadas deveriam ser primeiramente o suprimento das necessidades apresentadas pela cidade, o solucionamento das incongruências infraestruturais ainda existentes, e a execução de estratégias que viabilizassem o alcance de novos patamares no cenário económico internacional. O protagonismo do evento havia sido dado à cidade, e não próprios Jogos, de forma que os produtos gerados tenham maior e mais duradouro impacto. Após a vitória de Barcelona, a grande importância atribuída à melhoria de qualidade de vida urbana passou a ser factor valorizador no processo de eleição de uma sede para Jogos Olímpicos. Consequentemente, os Jogos de Barcelona foram fonte de pesquisa e reflexão por parte de todos os Comitês Organizadores posteriores.

Realmente, se for feita uma rápida reflexão sobre a imagem dos Jogos Olímpicos, não só para a população local, mas também em meio internacional, as imagens que primeiro são lembradas não são as dos eventos desportivos em si, mas sim as da cidade, seja dos monumentos ou dos cenários olímpicos.

Mesmo tendo a cidade o protagonismo declarado nos Jogos Olímpicos de 1992, continuam imprescindíveis para o sucesso do evento preparar Barcelona para suprir um grande número de exigências que não só um evento do vulto de uma Olimpíada exige, mas também as que cada modalidade faz para garantir a segurança dos atletas, a fiabilidade dos resultados e a inexistência, até o limite possível, de elementos que possam favorecer um competidor em detrimento de outro, ou seja, a imparcialidade dos ambientes de competição.

As numerosas necessidades feitas pelo evento e as necessidades de transformação urbana que a cidade de Barcelona apresentava precisaram ser colocadas numa balança para poder adequar à receita disponível. Porém, com a escolha de se privilegiar a cidade, mas também com o inexorável compromisso de realizar com êxito as melhores Olimpíadas de sempre, foi essencial a análise da demanda da cidade para instalações desportivas, com base em uma análise a longo prazo, numa perspectiva de aumento do público adepto da actividade física que viria a ser trazido não só pelo evento em si, mas também pelo novo sistema de equipamentos para este fim. “Barcelona não vai construir qualquer instalação pensando exclusivamente nos Jogos Olímpicos, mas sim basicamente no seu uso posterior. Quando não se podia assegurar uma utilização, como é o caso dos desportos minoritários e com pouca aceitação, se vai optar

por celebrar as competições destes desportos em recintos contidos, utilizados normalmente para outras funções” (Millet, L. 2005).

Conhecida a real necessidade da cidade em relação a equipamentos desportivos, devia-se então a busca por meios de se maximizar a verba, tentando-se um aproveitamento maior possível da receita disponível, que possibilitasse o financiamento não só das intervenções necessárias para suprir as necessidades infraestruturais do evento mas que também a execução das inúmeras intervenções planeadas na cidade para a melhoria dos sistemas viário, sanitário, de transportes públicos, de parques, etc.

Por outro lado, após o término dos jogos, a transposição do uso das instalações desportivas, do contingente excepcional necessário para o evento às exigências da rotina normal da cidade, é feita com maior tranquilidade, pois com o dimensionamento das instalações feito visando o longo prazo, o acréscimo de custos de administração e manutenção é passível de ser absorvido pela administração pública e o espaço gerado é adequado para a demanda apresentada.

A maximização da receita estava prioritariamente presente em dois pontos distintos:

1. Programa: procurava suprir as exigências das competições através de um sistema de instalações desportivas que iam ser conseguidas não só através da construção de novos equipamentos, mas também através da reconstrução e adequação de alguns existentes, e também pela montagem de cenários temporários; tudo isto, tendo em vista um cenário futuro que contemplasse a real demanda da população barcelonesa por equipamentos desportivos a longo prazo;
2. Projecto: buscava limitar os custos das construções, colocando a questão do custo como variável imprescindível desde o início do processo de projecto. Consequentemente, limitou-se a capacidade da Vila Olímpica e deu-se privilégio à utilização e adequação da infra-estrutura já disponível, mas também buscou-se diminuir a área construída, através de soluções arquitectónicas criativas e engenhosas

Esta escolha pela austeridade e adequação à receita disponível, sem perder o compromisso com a qualidade do evento e das instalações conformou um conjunto no qual os cenários de competição eram os menores num período de 20 anos – e cerca de 10% do total de intervenções efectuadas – mas que possibilitou, não obstante, uma transformação na estrutura urbana da cidade que é, ela sim, a principal memória dos Jogos Olímpicos de 1992.

4.1.6 PERTINÊNCIA ENTRE PROJECTO OLÍMPICO E PLANOS ESTRATÉGICOS

O grande objectivo do programa olímpico era conseguir aproveitar-se da atmosfera favorável trazida pelos Jogos Olímpicos para conseguir colocar em prática uma série de medidas já planeadas. “Era esperado que o projecto gerasse um volume de energia que teria força suficiente para sobrepujar os problemas de ordem técnica, administrativa e financeira que eram previamente insuperáveis” (Abad, J.M. 1996). Este volume de energia possibilitou executar uma série de medidas previstas em múltiplos planos, uns sectoriais, outros mais gerais.

4.1.6.1 Plano Geral Metropolitano de 1976

A principal base estruturadora do programa olímpico foi o Plano Geral Metropolitano de 1976, o qual foi gerado sobre a base do plano elaborado em 1974, cuja elaboração trouxe tanta polémica em relação a grupos opositores.

Na classificação morfológica da cidade residia a maioria das questões de conflito. Primeiramente, a divisão da cidade por zonas obedeceu uma meta muito mais centrada na identificação de padrões e definição de processos de intervenção do que, como era comum anteriormente, uma simples classificação da cidade (Ferrer, A. 1997). Segundo, as mudanças implantadas representaram mudanças relevantes para o sistema de uso do solo urbano. As prioridades eram parar o processo de densificação nas áreas do centro antigo, l'Eixample e sítios contíguos, desenvolver áreas carentes em qualidade e revitalizar sectores obsoletos.

Isto desagradou a iniciativa privada ligada ao sector imobiliário, pois regulamentou e proibiu o acréscimo de andares, alteração de plantas e aumento da área edificável, no centro antigo, suas extensões e nos subúrbios gerados no século XIX. Com isto o Plano Geral Metropolitano foi chamado de “socialista” pela iniciativa privada (Ferrer, A. 1997, Esteban, J. 1997).

Já as associações de moradores de alguns troços do tecido urbano opunham-se aos projectos de reforma na malha viária urbana, principalmente por ser muito alusiva ao uso do automóvel particular, em detrimento do transporte público, e a sua interferência sobre bairros tradicionais já consolidados, como o de Gràcia e de Sans (Huertas, J.M. 1997, Ferrer, A. 1997). Os protestos geraram mais de 32000 alegações, actos de protesto e culminaram pela anulação e elaboração do novo plano, que já considerava os itens levantados pelos grupos opositores na nova redacção do plano.

Após a reestruturação, o Plano Geral Metropolitano foi aprovado, e conseguiu ser decisivo para a política urbanística aplicada posteriormente, pois lançou os elementos estruturadores da política urbanística que foi executada desde então. Seus objectivos principais eram: a normatização do mercado do solo, o descongestionamento das áreas centrais, a contribuição do sistema urbano ao desenvolvimento das actividades económicas e melhoria do habitat. A delimitação de Sectores de Reforma Interna (SRI), que

geraram posteriormente os Planos Especiais de Reforma Internas (PERI), vai afectar sobretudo indústrias obsoletas, mas também em alguns casos, algumas ainda em actividade, sujeitas a fortes pressões urbanas decorrentes de sua localização (Ferrer, A. 1997).

Um grande alvo das políticas estabelecidas eram os terrenos destinados às actividades industriais, para os quais foi estabelecido o objectivo de mudança para sítios mais afastados, para fora do centro da cidade em si. O Plano acabou com as áreas urbanas mistas tolerantes ao uso industrial. Para este sector económico, a orientação era a mudança para municípios mais externos da área metropolitana.

Um grande foco da atenção do Plano Geral Metropolitano de 1976 foi a malha viária, que recebeu atenção mais pormenorizada, baseada Plano de Rede Arterial dos anos 1970, de onde foram determinados os seus túneis, vias rápidas e cinturas viárias como pontos de interesse e desenvolvimento.

No processual, este plano oficializa a ferramenta grandemente utilizada do desde sua promulgação: a compra de terrenos ociosos para poder conformar uma reserva para as intervenções a serem executadas na cidade. Conjugado com a política de deslocamento da actividade industrial para a periferia da região metropolitana, processo já naturalmente iniciado pelo sector, a formação de um património imobiliário que pode ser a base da reformulação urbanística que atingiria toda a cidade, primeiramente através de espaços mais reduzidos, posteriormente para intervenções mais amplas.

O Plano Geral Metropolitano especifica uma série de cinco sítios denominados de “Centros Direccionais” foram determinados, devido a representarem alternativas metropolitanas de localização para actividades mais relevantes, como o sector terciário, cultural e de serviços. Três deles eram extremamente relevantes dentro da rede metropolitana instituída pela intervenção olímpica: Sant Cugat – Cerdanyola fazem divisa com Barcelona a Norte, e também dividem com a cidade o Parque de Collserola, que é limítrofe com a sub-sede olímpica do Vale do Hebron, além de estarem no caminho para a sub-sede olímpica metropolitana de Terrassa; Prat de Llobregat já dispunha de um centro de comunicações e é vizinha das subsedes olímpicas metropolitanas de l’Hospitalet de Llobregat e Viladecans, além de ser continuação ao Sul da faixa marítima da cidade; Provençana – Litoral, que incluía a sub-sede de l’Hospitalet de Llobregat e a faixa de litoral na qual está situada o Porto Olímpico e a Vila Olímpica.

O Plano também coloca uma série de doze áreas prioritárias para o desenvolvimento urbano, que buscavam solucionar o desequilíbrio urbano entre os sectores Sudeste e Noroeste da cidade, em relação aos demais, a partir do Centro Histórico. Destas doze, quatro são escolhidas como áreas de actuação directa na proposta olímpica: duas mais próximas, ao sul (Montjuic e Parque do Mar) uma no extremo noroeste (Diagonal), e uma no extremo Nordeste (Vale do Hebron).

Alguns sistemas territoriais foram determinados como reservas territoriais de carácter estratégico pelo Plano Geral Metropolitano de 1976: os parques florestais (Collserola, Garraf e Sant Mateu), as praias, os parques fluviais dos rios Besòs e Llobregat, os cemitérios e os solos agrícolas da região metropolitana. Na cidade, duas estruturas espaciais foram determinadas como prioritárias para um desenvolvimento assistido (foto 1). A frente de montanha é considerada vital para a qualidade de vida da cidade, e o Parque da Collserola, que lá se localiza, precisava ser resguardado de alguns casos de construção irregular. Contínuo ao parque e localizados na área de frente de montanha, estão as áreas da Diagonal e do Vale do Hebron.

A faixa costeira era alvo de atenção prioritária (foto1), tanto que foi objecto de protecção directa e indirecta mediante diversos projectos urbanísticos qualificadores. Como o Plano Geral Metropolitano acabou por postergar o desenvolvimento da intervenção mais detalhada na faixa costeira, através da previsão da posterior elaboração do Plano de Costas, o que deu maior liberdade para o projecto olímpico de desenvolver-se nesta área (Ferrer, A.1997), e resultou em um projecto às vezes dissonantes do Plano e Costas, que estava a ser elaborado em paralelo ao projecto olímpico (Esteban, J. 1997). Neste espaço localizavam as outras duas áreas olímpicas, do Montjuic e do Parque do Mar.

A análise do Plano Geral Metropolitano de 1976 pode demonstrar o quanto ele foi fundamental para a conformação do programa olímpico. A definição dos sítios olímpicos tanto urbanamente como em escala metropolitana seguia as directrizes básicas colocadas no plano, seus centros direccionais potenciais e seus sítios prioritários para o desenvolvimento urbano. A localização das áreas olímpicas da cidade tinha objectivos valorizados no plano de organização e definição dos padrões de uso e ocupação do solo dentro de sistemas de carácter estratégicos e de maior atenção no desenvolvimento da cidade.

Quando da designação de Barcelona como cidade-sede, o Plano já havia-se consolidado e as ferramentas para a intervenção urbana que ele gerou já eram usadas, o que possibilitou construção da experiência para obter os terrenos necessários e da reserva territorial intra-urbana necessária para desenvolver as políticas urbanas e os projectos necessários.

O desenvolvimento dos itens elaborados dentro do Plano Geral Metropolitano de 1976 teria sua execução começada em 1983, através da política de intervenção pontual do Ajuntamento Barcelonês, e terá nos Jogos Olímpicos de 1992 um instrumento eficiente de aceleração. Suas directrizes e orientações ainda seriam desenvolvidas por mais tempo, por outra grande intervenção urbana, a do Fórum Internacional das Culturas de 2004, através do qual continuaram-se os trabalhos de requalificação da frente de mar da cidade e de intervenção do vale do rio Besòs.

4.1.6.2 | Plano Estratégico Económico e Social (1988 – 1992) ou Plano Estratégico Barcelona 2000

O Primeiro Plano Estratégico, cujos trabalhos iniciaram-se em 1988, teve seu processo de elaboração paralelo à execução do projecto olímpico, e parte de um momento quando as definições acerca das intervenções já haviam sido tomadas. Portanto, a perspectiva determinada para o I Plano Estratégico já partia da consolidação das intervenções olímpicas e das transformações que os Jogos Olímpicos haviam impresso na cidade.

O I Plano Estratégico partia dos diferentes elementos territoriais existentes em decorrência dos Jogos Olímpicos – abertura da cidade para o mar e para a montanha, nova rede viária, novas centralidades, maior acessibilidade aérea ou ferroviária – para converter estas melhoras físicas em qualidade de vida, melhor competitividade e adequação dos recursos humanos à mudança dos instrumentos de produção. Seu objectivo central era “consolidar Barcelona como uma metrópole europeia empreendedora, com influência na macro região, na qual a cidade está geograficamente localizada, com equilíbrio social, qualidade de vida moderna e profundamente enraizada na cultura mediterrânea” (Pascual i Esteve, J.M. 1999).

São participantes do processo de elaboração do plano: diferentes níveis da Administração Pública, os Sindicatos, a Patronal, A Câmara de Comércio e Indústria, as Universidades, Fomento de Trabalho, Porto Autónomo, Consórcio da Zona Franca, Feira de Barcelona e Círculo Economia.

Os objectivos do Plano foram desdobrados em seis linhas estratégicas – equilíbrio social, formação de recursos humanos, desenvolvimento industrial, serviços avançados, capacidade de atracção da cidade (cultura, comércio, turismo), infra-estruturas, durante o processo de elaboração. No fim, o Plano estruturou-se em três grandes estratégias, nove objectivos e cinquenta e seis acções:

1. Vertebração interna, conectividade e acessibilidade:

- Infra-estruturas;
- Urbanismo;
- Transportes.

2. Qualidade de vida:

- Meio ambiente;
- Formação profissional;
- Habitação;
- Acções sociais prioritárias que busquem a coesão e o equilíbrio.

3. Suporte à actividade económica:

- Infra-estruturas de suporte: centrais de mercadorias, Palácio de Congressos, ampliação da Feira;
- Modernização e inovação do tecido industrial existente;
- Suporte a sectores económicos emergentes;
- Serviços avançados às empresas e à população.

O enfoque principal do I Plano Estratégico é desenvolver novas estratégias para a utilização das novas condições que Barcelona passou a ter, de maneira a procurar explora-las para o conseguir maximizar os impactos económicos e sociais que tais acréscimos em infra-estruturas podem conseguir, além de já começar a programar a continuação das intervenções, em busca de alguns tipos de equipamentos que a força empreendedora dos Jogos Olímpicos não foi capaz de executar, como o Palácio de Congressos e o Centro Metropolitano de Logística, ou outras que ainda careciam de complementação, como a rede de transportes públicos urbanos.

Após as Olimpíadas, a cidade já não era a mesma, nem em suas características espaciais, nem em relação à dinâmica produtiva e infraestrutural, ou ainda à repercussão da cidade em relação à mudança de escala em relação às actividades anteriores e à grande operação de marketing urbano que foram os Jogos Olímpicos (Pascual i Esteve, J.M. 1999).

Os principais resultados do I Plano Estratégico foram as grandes intervenções do Porto Velho, de 1993, em área que se coloca entre o Porto Olímpico e o Parque de Montjuic, ou seja, interliga as duas mais importantes áreas olímpicas, e completa-se a construção do complexo Ilha Diagonal, em área próxima da área olímpica da Diagonal, começam as obras de ampliação da Feira de Barcelona e de extensão da Avenida Diagonal até o mar.

No entanto, mais pertinente para as intervenções que viriam a ser executadas no futuro, o I Plano Estratégico deixa uma forte ligação entre iniciativas públicas e a cooperação dos sectores privados, em relação ao desenvolvimento dos potenciais barceloneses mais evidentes para o marketing urbano, com os programas: Barcelona New Projects, em relação à promoção imobiliária, Barcelona Centro Médico, Barcelona Turismo, Barcelona Financeira, Barcelona Promoção, para atrair novos investidores. Todos estes programas serão importantíssimos para a sedimentação do potencial económico da cidade após as transformações olímpicas, e para evoluir ainda mais com seu status dentro do marketing urbano.

A colaboração mais forte entre iniciativa privada e administrações públicas, conseguida pelos Jogos Olímpicos e pelo processo de elaboração e execução do I Plano Estratégico foi essencial, ainda, para a organização e execução da continuidade da intervenção olímpica na faixa costeira da cidade, através da grande operação urbana executada para o Fórum Universal das Culturas de 2004 e do programa

22@BCN, que completaram a revitalização da faixa do litoral da freguesia do Poblenou. Ambos serão comentados mais adiante neste mesmo capítulo.

De uma forma muito eficiente, o I Plano Estratégico foi elaborado para determinar, após as transformações geradas pelas Olimpíadas, os métodos a utilizar para melhor aproveitar tais conquistas de forma a gerar mais, melhores e mais consistentes frutos para a cidade, sua economia e sua população. Foi sua associação com as intervenções dos Jogos Olímpicos de 1992 que conseguiu fazer com que as Olimpíadas tenham realmente operado a mudança multidisciplinar e perene que operou na cidade de Barcelona, e se esta iniciativa não houvesse sido desenvolvida, provavelmente as consequências económicas e de marketing urbano não teriam resultado de maneira tão eficaz.

4.1.6.3 Lista de Planos Relacionados com o Projecto Olímpico

Devido à grande relevância das áreas escolhidas como sítio para as intervenções olímpicas, vários planos foram considerados e incorporados como medidas acrescentadas ao projecto olímpico, e muitos outros foram elaborados depois das transformações que a cidade sofreu como consequência das intervenções olímpicas, e com base nas novas estrutura urbana, instalações e equipamentos urbanos disponíveis na cidade.

- Plano Geral Metropolitano (1976)
- 1º Plano Estratégico Económico e Social (1988)
- 2º Plano Estratégico Económico e Social (2003)
- Plano de Saneamento Metropolitano (1983)
- Plano de Saneamento de Barcelona (1988)
- Plano de Galerias (1989)
- Plano Turismo e Marketing Barcelona (1989-91)
- Plano Estratégico e de Acções Barcelona Turística (1992-2003)
- Plano de Equipamentos Culturais

4.1.7 RESULTADOS E IMPACTOS CONHECIDOS

4.1.7.1 Efeitos sobre a economia e a ascensão da cidade ao status de cidade global

Após os Jogos Olímpicos de 1992, Barcelona encontrou seu lugar dentre as cidades participantes do panorama económico mundial. Porém, o desafio foi grande. Anteriormente aos Jogos Olímpicos, Barcelona era uma cidade capital de uma conhecida região turística europeia, com certo prestígio cultural e desportivo.

Com grandes aspirações de integração metropolitana e inserção internacional, o alcaide de Barcelona, Pasqual Maragall, conjuntamente com o grupo de especialistas reunidos na causa olímpica, vão lutar contra a suposta incapacidade organizativa espanhola frente a eventos da magnitude dos Jogos Olímpicos, e contra a suposta incapacidade de uma coalizão de esquerda de ser um bom gestor e criar ambiente favorável ao desenvolvimento económico (Truñó, E. 2005).

A divulgação do enorme desafio urbanístico que era o programa olímpico, por si só, já era produto para divulgação a uma escala que transbordava os limites regionais e nacionais. A vitória em um desafio deste, através de métodos novos que envolviam a participação social, inovações técnicas e muita coragem, já eram causa de uma promoção activa da cidade ao nível político, cultural e económico internacional.

Paralelamente, acções de marketing urbano de âmbito internacional, promovidas por uma coalizão de actores sociais, económicos e políticos, dentre eles a administração municipal, a Câmara de Comércio, Indústria e Navegação, a Feira de Mostras e o Consórcio da Zona Franca, desenvolvidas no âmbito do Plano de Turismo e Marketing de Barcelona, vão trabalhar a melhoria da imagem internacional de Barcelona como um centro de qualidade de vida, de modernidade, de trabalho e lazer.

No campo político, durante o período da gestão olímpica, Barcelona ainda tomará postura activa no diálogo com outras cidades, em escalas nacionais ou continentais, com o objectivo de aumentar sua importância internacional, estreitar relações com possíveis parceiros económicos e fortalecer-se frente a questões económicas, políticas, sociais e culturais de pertinência regional, nacional ou internacional.

- Participa activamente, juntamente com mais 5 cidades, da fundação do Eurocidades, organização fundada em 1989, que inicialmente englobava 34 cidades europeias comunitárias com o objectivo de promover um diálogo permanente entre cidades, regiões e institutos de âmbito europeu, para melhor enfrentar os desafios sociais, económicos, ambientais e políticos num contexto da Europa do século 21.
- Organiza, em 1990, a rede de cidades espanholas C-6, conjuntamente com as cidades de Valência, Saragossa, Palma de Mallorca, Montpellier e Tolosa, no intuito de articular uma macro região europeia.

Os primeiros frutos da mudança de imagem de Barcelona frente a imprensa. A divulgação da opinião favorável à Organização dos Jogos Olímpicos de 1992 feita em diversos diários, como El País, The Times, Herald Tribune, Corriere della Sera, The Economist, dentre muitos outros, que destacavam o grau de ambição do programa e a enorme melhoria de infra-estrutura apresentada pela cidade, que começava a surgir como uma das novas capitais europeias da modernidade. Consequentemente, a atracção de

investimentos privados estrangeiros, desde 1986, quando da entrada da Espanha na Comunidade Europeia até o ano da celebração dos Jogos iriam sofrer um aumento de 300% (Truñò, E. 2005).

Os Jogos são, portanto, a grande mostra para a capacidade organizacional catalã. O orgulho de se ter executado um evento com pouquíssimas falhas, resolvidas em pouco tempo, que contou com uma aprovação popular que alcançou os 94,5% (El Periódico), aprovação esta que estaria presente durante cada dia da celebração, nas ruas, entre os cidadãos, e que seria testemunhada e relatada pelos meios de comunicação, que declarariam o cidadão barcelonês e a cidade os grandes ganhadores dos Jogos Olímpicos de 1992.

O êxito nos Jogos Olímpicos e a consequente atracção de investimentos externos salvaguardaram Barcelona dos efeitos da crise económica que atingiu a Europa no começo da década de 1990, porém estes efeitos acabariam por atingir a economia catalã após o término da celebração. Portanto, o período de 1993 a 1995 conjugou a retracção económica e o período de adaptação e assimilação das mudanças originadas pelo processo olímpico.

A adaptação económica foi um pouco mais dramática para o sector hoteleiro que, após assistir a um período de grandes investimentos, com grande aumento da infra-estrutura e do número de vagas, passou por um período inicial com taxas baixas de pernoite e ocupação (54% em 1993 e 1994), mas que já assiste melhora no segundo semestre de 1994 (Duran, P. 2005, Brunet, F. 2005, Truñò, E. 2005).

Internacionalmente, no entanto, o êxito dos Jogos Olímpicos de Barcelona é tão grande que acaba por ajudar a superar a crise económica dos primeiros anos. O status de cidade dotada de grande qualidade de vida foi uma grande conquista ao nível internacional, pois jornais importantes no meio económico declaravam Barcelona como um exemplo para outras cidades (Financial Times – 12/06/1995, The Economist – 29/07/1995). Graças ao êxito olímpico, a região metropolitana de Barcelona recebeu, no mesmo período de 1993 a 1995, injeção de investimentos externos que chegaram à ordem de 93000 milhões de pesetas (Truñò, E. 2005).

O Plano Estratégico e de Acções para o Turismo em Barcelona, elaborado pelo consórcio “Turismo de Barcelona”, fundado em 1993 pelo Ajuntamento de Barcelona, Câmara de Comércio, Indústria e Navegação, gerou campanhas de divulgação das potencialidades económicas e turísticas da cidade:

- Programa “Barcelona more than ever” realiza a promoção económica a nível internacional e busca a atracção de pessoas, empresas e instituições para visitar, instalar-se ou investir na cidade
- Programa “Barcelona New Projects” promover internacionalmente a oferta imobiliária e urbanística para projectos residenciais, comerciais, de escritórios, culturais e de lazer, como por exemplo os

projectos: Centre Logístico de Barcelona, Centro Universitário de Barcelona e Centro Médico de Barcelona.

Naturalmente, o programa incidente na política de atracção turística era uma preocupação importante do órgão. Era de vital importância estender a relevância de Barcelona como centro turístico. Para tanto, a política aplicada foi modificada, direccionada para atingir grupos específicos. O primeiro grupo-alvo da nova política do Turismo de Barcelona foi o campo desportivo, movido pela divulgação conseguida, pelo prestígio da cidade como anfitriã de grandes eventos desportivos e pelo sistema de infra-estrutura desportiva ostentado pela cidade após os Jogos Olímpicos. Organizaram-se quinze eventos desportivos, como parte do programa “Barcelona Sports”, no espaço de um ano.

Os programas elaborados pelo Turismo em Barcelona foram os grandes responsáveis pela inversão da crise do sector turístico e hoteleiro, daqueles primeiros anos pós Olimpíadas com o mérito de conciliar capacidade de previsão e visão para aproveitar a infra-estrutura que já dotava a cidade.

Em 1990, Barcelona contava com 118 hotéis, que ofereciam 10265 quartos, num total de 18569 vagas. Após 2 anos, a infra-estrutura hoteleira evoluiu para 148 estabelecimentos, 13352 quartos e 25055 camas. Tal crescimento de oferta tão intenso, em um período de crise económica que sucedia os Jogos Olímpicos, causou a já comentada crise no sector hoteleiro, com taxas de ocupação de apenas 54% em 1993 e 1994.

Com a implantação do Plano Estratégico e de Acções para o Turismo em Barcelona, a crise foi contornada e os índices de ocupação passaram a ser superiores a 80%, mesmo com o crescimento de 37% na oferta hoteleira, no período de 1992 a 2002.

Acomodações Hoteleiras							
	1990	1992	2000	2001	2002	2003	2004
Hotéis	118	148	187	203	223	247	253
Quartos	10265	13352	16561	18141	19628	22570	24676
Camas	18569	25055	31338	34303	36901	42432	16391

Ocupação	1990	1992	1998	1999	2000	2001
(% quartos)	71	64	81.2	80.6	84	79

Quadro 4.5 – Acomodações hoteleiras em Barcelona

fonte: Duran, P 2005

No período de 1990 até 2004, o crescimento no número de hotéis em Barcelona, impulsionado pelos Jogos Olímpicos, pelos vários eventos desportivos organizados pelo Turismo em Barcelona, e pelo Fórum das Culturas 2004 será de 150%. Este crescimento vem acompanhado pelo mesmo efeito na taxa de visitantes e pernoites.

Número de Visitantes e Pernoites				
	1990	1992	2000	2001
Turistas	1732902	1874734	3141162	3378635
Pernoites	3795522	4333419	7777580	7969496

Quadro 4.6 – número de visitantes e pernoites em Barcelona

fonte: Duran, P 2005

Parte do aumento na taxa de ocupação, factor decisivo para a inversão no panorama de crise no sector hoteleiro nos primeiros anos após as Olimpíadas, e para a sedimentação da posição de Barcelona como destino turístico, foi a mudança de motivo que atraíam turista à cidade. Os Jogos Olímpicos e as grandes campanhas de turismo posteriores transformaram o público primordial que visitava Barcelona. O propósito das visitas, que em 1990 era de 23% para turismo de férias e de 70% de turismo de negócios passou, em 2000, para 60% de turistas em férias e 39% de turismo de negócio. “Barcelona é o maior centro turístico urbano da Europa e oferece não somente uma grande cidade mas também um turismo de praia de alta qualidade – outra atracção para os turistas em férias. Barcelona era uma cidade cinzenta e entediante; hoje é cidade de cores e vida” (DURAN – 2005).

Propósito para o Pernoite (%)						
	1990	1994	1997	1998	1999	2000
Férias	23	39	50	63	59	60
Negócios	70	51	43	36	40	39
Outros	7	10	7	1	1	1

Quadro 4.7 – Propósito para o pernoite

fonte: Duran, P 2005

Apesar de ter perdido a hegemonia no propósito da atracção de turistas para Barcelona, o sector de turismo de negócios apresentou crescimento no mesmo período. Mesmo ainda afectado pela falta ainda apresentada de um Centro de Convenções na cidade, o crescimento do número de convenções que escolheram Barcelona como sede, tomando-se como parâmetros os anos de 1990 a 2000, apresentou crescimento de 370%, de acordo com o quadro abaixo.

Número de Convenções e Delegações				
	1990	1992	2000	2001
Convenções	373	310	1380	1345
Delegações	105424	108464	269508	255433

Quadro 4.8 – Número de Convenções e delegações

fonte: Duran, P 2005

No sector empresarial, a política de sedução internacional possibilitou chegar a 2000 com o total de 2350 empresas internacionais com sede na região metropolitana de Barcelona. E a infra-estrutura de transportes é continuamente ampliada, de maneira a estar apto a receber mais e mais empresas, e confirmar a ambição de se tornar um dos HUBS mais importantes do sul da Europa, um espaço privilegiado para a logística euro mediterrânea, e pode-se converter no melhor centro de tráfego de mercadorias da euro região. Conciliando-se o parque logístico da Zona Franca, Porto e Aeroporto ampliados e ligados à rede ferroviária com a infra-estrutura de tecnologia e informação e os centros de produção de pesquisas

universitárias configuram, em Barcelona, uma potente área para o comércio exterior e internacional (Truñò, E. 2005).

4.1.7.2 A Continuação da Intervenção Urbanística (foto 40):

4.1.7.2.1 Fórum Universal das Culturas Barcelona 2004

O programa pensado para os Jogos Olímpicos de 1992 conseguiu um êxito tão concreto que pode-se pensar na cidade de Barcelona antes e depois das Olimpíadas de 1992. A estrutura e a dinâmica da cidade foram modificadas segundo parâmetros tão fortes que estão vigentes até a actualidade. No meio internacional, Barcelona é, definitivamente, a cidade após os Jogos, que equilibra património, modernidade, personalidade, cosmopolitismo, qualidade de vida, uma cidade de negócios, mas também de lazer, de litoral. E esta imagem é um produto da bem executada intervenção olímpica.

Porém naquele instante a intervenção olímpica não teve a força suficiente para responder a todas as deficiências apresentadas pela cidade anteriormente aos Jogos. Apesar da transformação trazida pelas Olimpíadas de 1992 ter sido extremamente abrangente e bem sucedida no objectivo de satisfazer a cidade da sua demanda de equipamentos variados, e dotá-la de infra-estrutura suficiente para colocar a cidade no mapa das cidades para o turismo de negócio, Barcelona ainda se ressentia da falta de um centro de convenções.

Além disto, as limitações de prazo e orçamento determinaram a impossibilidade de se espalhar, em um mesmo momento, a revitalização de toda a faixa costeira. Ficaria, então, para um momento posterior a complementação da proposta. A estrutura da cidade já estava determinada e sólida após as Olimpíadas de 1992, mas precisava-se avançar com o processo de urbanização, nestas áreas contínuas à área do Parque do Mar, Vila Olímpica e Porto Olímpico. Restava continuar as reformas iniciadas: continuar a urbanização e revitalização da faixa costeira até o rio Bèsos, terminar a construção da Avenida Diagonal no trecho extremo leste, até a junção com a área da foz do rio Bèsos, e ampliar a revitalização urbana para o trecho urbano do Poble Nou.

A semente da transformação urbana desejada para a cidade de Barcelona havia sido lançada. A metodologia havia surtido os frutos desejados, e o processo foi satisfatório. Era desejado ampliar a escala da intervenção para que toda a frente de mar de Barcelona pudesse seguir parâmetros semelhantes de qualidade espacial, e para que o cidadão pudesse ter, a sua disposição, toda o potencial que a orla marítima pode lhe oferecer.

“O Fórum dará, portanto, um novo impulso ao processo de fazer cidade, de acabar alguns dos processos urbanísticos de conurbação, especialmente o de recuperação da frente marítima, e de dotar de um contexto cultural a imagem internacional de Barcelona” (Truñó, E. 2005).

É importante lembrar a tradição barcelonesa de se utilizar grandes eventos como agente transformador da paisagem urbana. Mais uma vez o desenvolvimento urbano barcelonês tomaria grandes eventos como catalizadores de grandes intervenções. Mais do que isto, qualidades disponíveis em grandes eventos, grande capacidade de atracção de investimentos, enorme exposição em vários tipos de media, eram desejadas como potencializadores, aceleradores e fortalecedores das intervenções urbanas, possibilitando um alcance maior com prazo definido e maior eficiência.

A intenção era aproveitar-se do prestígio conseguido pelos formadores do Comité Organizador Barcelona '92, principalmente em termos internacionais, para acabar de espalhar, segundo moldes semelhantes, a intervenção urbana por áreas ainda não tocadas, na frente costeira da cidade.

“Em 18 de Maio de 1999 constituiu-se o Consórcio Organizador do Fórum Universal das Culturas Barcelona 2004. Vão assinar o convénio fundador: o Ajuntamento de Barcelona, a Generalidade da Catalunha e a Administração Geral do Estado Espanhol” (Botella, M. 2005). Os actores de mais pertinente participação no Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de Barcelona '92 estabeleciam novamente uma relação oficial para executar um grande evento.

Entre os dois eventos, guardava-se uma grande diferença, que se localizava entre a criação e existência do evento e seu fim mais objectivo. Os Jogos Olímpicos têm uma história mais que centenária, apenas nas chamadas edições da era moderna, enquanto que a criação do Fórum das Culturas foi uma iniciativa da Gestão Municipal de Barcelona, que passou pela aprovação da Organização das Nações Unidas. Em outras palavras, o alvo principal deste evento, desde a criação do evento, é de ser o centralizador de investimentos, o alvo da exposição massiva de media, que possibilitaria aumentar a força da sua actuação, ampliar sua área de actuação e agilizar a operação de execução. Se os Jogos Olímpicos serviram a este propósito, por que não criar um evento para impulsionar a ampliação e continuação desta intervenção?

“Razões, portanto, não faltavam, especialmente depois do êxito olímpico, para buscar um novo projecto capaz de seguir impulsionando o crescimento e a projecção internacional da cidade” (Botella, M. 2005).

O aprendizado ganho nos Jogos de 1992 serviu de ferramenta para a organização deste evento. Eram os parâmetros urbanos muito semelhantes, uma área de intervenção contínua, a problemática a resolver era similar.

Traçar paralelos entre a estrutura na qual os Jogos Olímpicos se organizam e aquela produzida para o Fórum Internacional das Culturas é inevitável. Primeiramente, a chancela de uma organização de prestígio internacional, sem fins lucrativos, que agrega e representa a maioria das nações existentes, e pregam a paz e a tolerância entre os povos. Se no primeiro foi o Comité Olímpico Nacional, para o segundo o órgão mais indicado era realmente a Organização das Nações Unidas. A importância da ONU seria factor importante como ampliador da extensão de divulgação do evento e para agregar fiabilidade ao evento.

Outro paralelo facilmente detectável é a justificação do evento, através do qual se deseja difundir a interacção entre os povos: o primeiro é a grande festa do desporto, enquanto o segundo utilizou-se da cultura como grande motivo de celebração entre os povos e para levantar discussões sobre a paz, a sustentabilidade do meio ambiente e a diversidade cultural, em um momento coincidentemente marcado pelos efeitos dos atentados em Nova Iorque, no dia 11 de Setembro de 2001, e, principalmente, o atentado da estação de Atocha, em Madri, no dia 11 de Março de 2004, mesmo às vésperas da inauguração do Fórum, no dia 08 de Maio de 2004.

O facto de ser um evento criado com uma destinação inicial – desde o momento de sua criação – de ser o fomentador da continuação da intervenção urbana na faixa litorânea de Barcelona, possibilitou um controlo maior da verba, que foi fixada pelos fundadores do Consórcio Organizador do Fórum Universal das Culturas em no máximo 309 milhões de dólares (Botella, M. 2005).

O local de intervenção seria a desembocadura do rio Besòs, área de grande importância para a área oriental do litoral barcelonês, ponto de cruzamento das avenidas Diagonal, da Ronda do Litoral e da Rambla de Prim, marca o extremo oriental da frente de mar da cidade, mesmo ao lado da fronteira com a cidade de Sant Adrià de Besòs.

Portanto, a área de actuação tinha, em suas características, elementos comparáveis com a área da Vila Olímpica / Nova Icària: grande potencial para melhorias de acessibilidade – não só para o trecho urbano em questão, mas também para o conjunto do município – e o carácter metropolitano, pois relacionava com a interligação com as cidades participantes da região metropolitana de Barcelona localizadas do lado nascente: Sant Adrià de Besòs, Badalona, Montgat e Tiana, e o sistema de estradas que interligam a cidade com a região da Costa Brava.

“Aquele é uma operação de grande impacto urbanístico e ambiental, que significa o acabamento da tarefa iniciada há quinze anos com o desenho e construção da Vila Olímpica (...) O Fórum é

uma herança dos Jogos Olímpicos, porque sem a experiência do 1992 não passaria na cabeça de ninguém embarcar em uma aventura como esta” (Botella, M. 2005).

Outros paralelos entre Jogos Olímpicos e o Fórum 2004 poderiam vir a ser perigosos. O modelo desportivo guarda especificidades que não se enquadram em um evento de conotação cultural. A linguagem desportiva é directa, simples, bipolar, de vencedores e vencidos, e regulamentada por normas federativas de aplicação em âmbito internacional, o que facilita a ligação com a media, aumenta o potencial de divulgação, facilita a venda do próprio evento e, consequentemente, a angariação de fundos privados. Um evento como o Fórum, centrado no diálogo, necessita da presença física. Tem no seu potencial atractivo um factor determinante para seu sucesso e tem nas novas modalidades electrónicas de divulgação a grande ajuda para aumentar a amplitude internacional do evento. Outro problema é que a competição desportiva possibilita o papel de espectadores de maneira mais fácil, enquanto os debates do Fórum dependem da atracção da elite intelectual de cada matéria, o que pode ser determinante dotar o evento de um factor elitizante que contrariaria os seus próprios preceitos. Medidas que garantissem a atracção de público entre os próprios cidadãos da cidade, e moradores de regiões vizinhas, podem trazer ao evento um carácter de parque temático e diluir a importância do evento.

Independente das polémicas acerca da organização deficiente do evento, principalmente devido às sucessivas mudanças do cronograma de apresentação, à divulgação deficiente do programa, à falta de conteúdo, que levariam a media, por um período, a clamar pela redução das dimensões do evento e a levantar a hipótese da falta de propósito para o evento, a não ser o estritamente relacionado com a transformação espacial da faixa marítima, o evento consegue cumprir seus prazos e suas metas. Foram 140 dias, a partir do dia 08 de Maio de 2004, de intenso diálogo e integração entre os povos.

A herança para a cidade, após terminado o Fórum Universal das Culturas 2004, ficam o término da intervenção do litoral barcelonês, um grande parque às margens do rio Besòs e do Mediterrâneo, com vários espaços e ambientes diversos, praia, uma nova marina, o Centro Internacional de Convenções de Barcelona, o edifício do Fórum, e uma nova centralidade, interligada ao centro tradicional através da Ronda do Litoral, das avenidas Diagonal e das Cortes Catalãs, de duas linhas de metro, uma de comboio metropolitano, uma de metro de superfície, e várias linhas de autocarro (fotos 43 e 44). A nova centralidade do Fórum 2004 é o epicentro do mercado imobiliário de novas unidades em Barcelona, tanto para unidades habitacionais, como também para instalações comerciais e para serviços (fotos 45 e 46).

“Seria prova de ingenuidade baixar a guarda e pensar que todos os temas de coerência ambiental e de sustentabilidade da plataforma do Besòs estão resolvidos. No máximo, estão bem focados, porém é certo que ainda aparecerão pontos de conflito ambiental na planificação e na execução

das obras de infra-estrutura básica e de adequação para a celebração do Fórum” (Botella, M. 2005).

Igualmente ao acontecido na construção da Vila Olímpica, a renovação urbana acabou por ser elitista, principalmente por ser uma área menos adensada, o que possibilitou a compra de vários terrenos disponíveis nas imediações pela iniciativa privada, que ainda hoje transforma o parque edificado da área para unidades novas e de alto valor de venda. Factor agravado também pela própria estrutura do evento, que não exigia a construção organizada, planeada ou direccionada, de unidades habitacionais com grande interligação com o local do evento – como é o caso das Olimpíadas e a Vila Olímpica. A falta de orientação mais específica para a expansão urbana na área envolvente à área de intervenção, talvez mediante instrumentos reguladores urbanísticos ou simplesmente uma intervenção mais activa dos órgãos institucionais envolvidos na organização do evento, dotou a iniciativa privada e o mercado imobiliário da liberdade para transformar a nova centralidade do Fórum 2004 num centro de valorização imobiliária.

Um aspecto que se mostrou diferente dos Jogos Olímpicos foi em relação à aprovação popular. A intervenção do Fórum 2004 gerou muita polémica e muita oposição. Seu objectivo principal ser o de alimentar a transformação da faixa de mar para uma utilização prioritariamente imobiliária altamente valorizada tem sido o motivo para resistência das freguesias afectadas pelas operações urbanas – Poblenou, Besòs e La Mina – além de muitos protestos de grupos organizados: Assembleia de Resistência ao Fórum, FOTUT 2004, Colectivo de Arquitectos Americanos, Federação de Associações de Vizinhos de Barcelona, União Temporal de Escritores, Colectivo do Instituto Catalão de Antropologia, além das consequências na opinião pública (Barros, D. e Pincinatto, L. 2005).

4.1.7.2.2 22@BCN

Entre a área ocupada pela Vila Olímpica e o Fórum Universal de Cultura 2004, situa-se o bairro de Poblenou. A decadência industrial que atingiu Barcelona na segunda metade do século XX, acabou por enfraquecer sua actividade económica mais relevante, trazendo consequentemente degradação ambiental, ociosidade do parque edificado e queda na qualidade de vida.

O Poblenou era, do trecho de litoral do tecido urbano barcelonês, a área de maior índice de edifícios habitacionais, com uma população moradora que, até a decadência da actividade secundária e a mudança ou falência das fábricas localizadas no envolvente, era composta maioritariamente por mão-de-obra industrial.

Localizado entre a área da Vila Olímpica e a foz do rio Besòs, era imperativo englobar o bairro do Poblenou na política de reabilitação do litoral barcelonês, porém desta vez a opção feita pela administração municipal do método para acelerar as transformações necessárias e implantar padrões

definidos na intervenção olímpica para a frente marítima foi diferente. Paralelamente ao evento do Fórum 2004, de organização e investimentos públicos, desta vez a escolha foi elaborar uma campanha para a atracção de investimentos privados nitidamente temáticos, do sector das novas tecnologias e novos meios de informação e comunicação (fotos 41 e 42).

O projecto 22@BCN conta com fundos privados, e tem como principal objectivo promover uma zona de carácter científico e tecnológico, que acolha e impulse actividades e empresas relacionadas com novas tecnologias, com pesquisa e cultura, através da remodelação urbanística do antigo bairro industrial do Poblenou (Truñó, E. 2005) e, conseqüentemente, dotar a cidade de maior referência no campo tecnológico e de novos meios de informação.

A divulgação do projecto 22@BCN em termos mundiais, e sua avaliação positiva pela imprensa internacional, aliou à imagem de Barcelona, em palavras do periódico inglês Newsweek, a promessa de ser “uma das futuras novas tecnocidades do mundo”, e demonstrou sua eficiência em capacidade de atracção de novas empresas do ramo tecnológico, que escolheram a área metropolitana de Barcelona como local ideal para implantar suas novas sedes, dentre elas: IBM, T-Systems, Samsung, Nokia, Sony e Lycos.

Por outro lado, junto à população residente no local, os efeitos do projecto 22@BNC não seguem propriamente as suas aspirações para o futuro do bairro. O aumento do valor do solo e da unidade habitacional, conjuntamente com o crescente interesse do mercado imobiliário na área modificam sua realidade de vida e levam à sua expulsão para áreas menos custosas. Afinal, uma área vizinha à Vila Olímpica / Nova Icária e da área polarizada pelo Fórum 2004, que dispõe de meios viários abundantes, transportes públicos, oferta abundante de serviços e ainda o contacto privilegiado com o Mediterrâneo, tem elementos suficientes para ser um foco de atracção do mercado imobiliário e de ampliação natural para as duas áreas de alto custo habitacional que, com o Poblenou, partilham fronteiras.

Organizações de iniciativa popular, como a Coordenação Contra 22@, tornam público o problema que incide sobre os moradores do Poblenou. Porém seria natural pensar que um projecto pensado para ser essencialmente custeado por investimentos privados, localizado, como já citado, entre duas áreas de interesse imobiliário, e ainda mais após a polémica questão que envolveu a determinação de preços das unidades habitacionais da Vila Olímpica, tivesse como causa mais previsível a gentrificação do trecho do tecido urbano em questão.

Para tanto, a ausência de participação de comunidades de moradores na elaboração do programa do projecto 22@BCN acaba por ser decisiva para uma execução de mais efectivo sucesso para os investidores imobiliários. E em um processo de planeamento posterior à experiência dos Jogos Olímpicos,

onde a participação popular foi um dos elementos que trouxe êxito à intervenção. Resta saber se a mobilização popular conseguirá atingir a sensibilidade dos administradores governamentais locais no intuito de modificar os parâmetros do projecto para atingir uma visão consensual entre os investidores imobiliários e as associações de moradores do local. Mas será realmente possível conciliar aspirações internacionais com a manutenção da realidade de vida de uma população anteriormente existente, em um momento adiantado do processo de elaboração do projecto? Independentemente, muito tempo terá que ser gasto e talvez muito trabalho desperdiçado neste processo de definição do consenso.

4. 2 CASO 2 – JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO DE TURIM 2006

Turim é, de uma maneira extremamente sintética, uma cidade entre os Alpes e a FIAT (foto49). Claro que esta afirmação tem, na sua excessiva simplificação, uma grande injustiça com os demais aspectos formadores da cultura, da economia, da sociedade, até mesmo do espaço físico e urbano turinês. Porém, ao mesmo tempo, residem na presença das montanhas e na relação com a empresa de importância económica internacional as duas características mais pertinentes da cidade de Turim, pelo menos no meio internacional.

E é com a aposta de ser um marco para a difusão da identidade não só de Turim, mas concomitantemente de toda a região do Piemonte, que Turim foi sede os Jogos Olímpicos de Inverno de 2006. Espera-se que os Jogos Olímpicos ofereçam como herança para a cidade e o cidadão turinês, as mais relevantes e conhecidas consequências de um grande evento, fruto da divulgação massiva em instrumentos variados de media: aumento na importância no cenário económico actual, evolução da arrecadação de capital proveniente da actividade turística, maior capacidade de sedução internacional de grandes empresas e maior potencial de atracção de investimentos oriundos de outras partes da Itália e também de outros países.

No entanto a oportunidade conseguida com a vitória no processo de candidatura aos Jogos Olímpicos de Inverno de 2006 foi aproveitada para acelerar transformações urbanas estudadas com antecedência, de maneira a melhor actualizar a estrutura urbana da cidade para a fase pós-industrial vigente no panorama económico mundial, e que impõe com tanta força suas consequências no tecido urbano turinês.

“O evento olímpico e a fase preparatória que o antecede, colocam-se em uma fase muito avançada do processo de transição da área metropolitana turinesa contra um arranjo grandemente desgastado da herança fordista” (Mela, A. 2002).

Este processo, de busca pela adaptação a todas as necessidades, expressas não somente pelo mercado, mas também pela população moradora, é difícil e demorado, provavelmente eterno. Dificilmente conseguirá acompanhar a agilidade das transformações culturais, sociais e económicas que lhe configuram. Portanto o processo de reflexão sobre as metas a alcançar para atingir a cidade desejada em um panorama temporal largo é complexo e até certo ponto especulativo, porém é extremamente necessário. A meta pode estar até a uma distância intangível, mas só será alcançada se os passos dados ainda hoje forem na sua direcção.

Em Turim, a reflexão sobre o futuro da cidade e sobre o direcção a tomar já estava adiantado quando o resultado do processo de candidatura foi oficializado. Os Jogos Olímpicos eram sim uma oportunidade

para o desenvolvimento económico e turístico, mas, desde antes do início do processo de elaboração da candidatura, era principalmente um instrumento para atingir as metas estabelecidas, não apenas no contexto económico, mas também nos contextos social, político e cultural, e que visava não só remediar os problemas apresentados por um grande período de inadequação entre a estrutura urbana e os anseios dos cidadãos, mas também preparar a cidade para as demandas futuras que se conseguiu prever.

Assim, o projecto olímpico acompanha as directrizes definidas no Plano Regulador de Turim, de 1995, e, consequentemente, é utilizado como parte do instrumental para execução do plano. Parte do princípio de desenvolver a Espinha Dorsal da cidade, denominação dada pelos autores do Plano – os arquitectos Cagnardi e Gregotti – para o eixo em direcção a Sul da cidade, em direcção ao distrito de Lingotto, que deveria ser foco prioritário das intervenções viárias, de transportes, equipamentos, espaços livres, revitalização urbana, etc.

Qualquer edição dos Jogos Olímpicos exige mobilidade, acessibilidade, instalações desportivas e parque edificado e rede de serviços. A mobilidade e a acessibilidade são claramente de interesse comum não só ao evento – pois melhora a chegada à cidade e a circulação entre as instalações e pontos mais importantes para o evento – mas também à cidade – pois serão uma herança muito importante no aumento da qualidade de vida local – portanto marcam intersecções entre o Programa Olímpico e o Plano Regulador. Mas as exigências do evento no que diz respeito às instalações partem de uma demanda esporádica – de uma capacidade de público provavelmente só alcançado durante o próprio evento – e obrigam investimentos volumosos.

Quanto às instalações, os Jogos Olímpicos de Inverno trazem uma peculiaridade muito forte e característica: exigem intervenções em áreas fora do centro urbano. Para os desportos de neve é imprescindível uma conformação espacial muito específica, para a utilização como pista de descida e/ou salto. Como é quase impossível que haja em meio urbano configurações espaciais tão específicas, os Jogos de Inverno trazem consigo a obrigação de se intervir em áreas afastadas dos centros urbanos, assim como medidas de melhoria dos meios de articulação entre centro urbano e sítios de competição, que quase sempre são localizados em meio a parques naturais ou terrenos de reserva ecológica, facto que traz para o contexto múltiplas complexidades, não só de cariz organizativo, mas também ecológico, que obrigam a inclusão de especialistas para efectuar estudos de impacto, correcção de possíveis pontos críticos e monitorização das consequências.

Os impactos causados pelas instalações de competição de neve, principalmente a pista de salto com esqui e a pista de bobsleigh, são enormes, pois exigem serviços de terraplenagem e retirada da vegetação existente. E, após a vigência da Agenda 21 do Movimento Olímpico e os Jogos de Verão de Sydney 2000 as questões ambientais entraram na primeira linha de importância para o Comité Olímpico Internacional.

Esta questão da obrigação intrínseca aos jogos Olímpicos de Inverno de localizar pelo menos parte da intervenção em áreas fora do centro urbano traz ao processo de projecto e organização dos Jogos a constante complexidade de onde e com que força deve-se intervir. Pode-se escolher valorizar a cidade em detrimento da montanha, ou seja, concentrar forças e investimentos para solucionar os problemas existentes nos centros urbanos e arriscar-se a não responder às demandas do evento, o que causaria um efeito negativo sobre a imagem da capacidade empreendedora e organizativa do povo turinês. Ou pode-se optar por centralizar esforços e investimentos nas instalações desportivas, e perder a oportunidade de se utilizar os efeitos catalizadores dos Jogos Olímpicos em prol da melhoria da realidade urbana e qualidade de vida em Turim.

Esta equilíbrio entre montanha e cidade – que carrega em si o mimetismo da relação, sempre existente, entre a cidade de Turim e as montanhas que a cercam – é parte presente no projecto olímpico, mas que coloca-se de maneira diferente a cada questão apresentada, e a cada espaço geográfico diferente, sem sair de uma orientação única. O projecto olímpico tem, realmente, um carácter parcial e localizado em certas intervenções porém algumas são altamente integradas e articuladas, e fazem uso das potencialidades de ambas as localizações. As estratégias contidas no projecto consideram as potencialidades não só de cada parte – a cidade e a montanha – mas também a utilização congregada e articulada entre cada uma delas, para alcançar um desenvolvimento cooperado e integral, mais capaz de atingir os objectivos definidos rumo a uma situação urbana mais apta a satisfazer a todos.

4.2.1 PRECEDENTES

Turim foi a primeira capital de Itália, entre 1861 e 1865, quando fundou-se a nação italiana, pelo então rei Vítor Emanuel II, que antes regia a área do Piemonte. Porém após deixar de ser o centro político da nação italiana, Turim conseguia manter sua importância devido ao grande parque industrial, que acaba por se confundir com a própria cidade.

A imagem e a identidade de Turim sempre estiveram extremamente atreladas ao sector industrial automobilístico, com imenso destaque à ligação quase indissociável com a Fabbrica Italiana Automobili Torino (FIAT). Com relação histórica que já tem mais de cento e quinze anos – a data de fundação da FIAT é 11 de Julho de 1899 – a presença da empresa foi, e ainda é, determinante para alimentar o ritmo e a configurar a evolução urbana da cidade de Turim.

A acumulação de capital conseguida pela FIAT alimentou a economia torinese, e por conseguinte deu à FIAT o poder para moldar a cidade em função de suas necessidades, processo muito comum no período de economia fordista, quando a actividade industrial exigia uma rede ampla de infra-estruturas e o domínio de todas as fases de produção. Neste período o parque industrial da FIAT em Turim reunia várias

fábricas, incluindo-se a que já foi a maior fábrica de carros do mundo, o edifício Lingotto, na área a Sul da cidade.

Porém, como resultado da saída da economia do modelo fordista, a cidade demandava uma reestruturação às novas necessidades, para poder contornar e remediar os efeitos da degradação urbana, da ociosidade do edificado e de terrenos urbanos antes destinados ao sector industrial.

A importância internacional da empresa transmitiu-se para a cidade, porém de maneira muito sectorial e limitada, que originou uma inversão na hierarquia entre cidade e empresa. Da fábrica italiana sediada na cidade de Turim, a perspectiva inverteu-se para a cidade onde está a sede da FIAT. Consequência natural do forte ritmo de expansão empregado pela empresa, que hoje faz-se presente com fábricas na Rússia, Turquia, China, Polónia, Argentina, África do Sul, Índia e Brasil. Assim, com sua expansão pelo mundo, a FIAT conseguiu suplantear em muito a notoriedade da cidade.

A presença do parque industrial construiu a grande vocação internacional da cidade, não só devido à presença da FIAT e suas fábricas. Fazem parte do parque industrial de Turim, também, indústrias como a Invicta, Lavazza, Martini, Kappa, a fábrica de chocolate Caffarel, e também a Alenia, empresa conhecida internacionalmente no ramo aeroespacial, que entre outros produziu partes da Estação Espacial Internacional.

Turim também foi sítio de fundação de algumas grandes empresas de telecomunicações italianas, como a RAI e a Telecom Itália, porém a maioria das indústrias de cinema e televisão optaram por mudar de sede, e moveram-se para outras partes da Itália, mas Turim continua sendo sede do Museu Nacional do Cinema.

A mudança nos parâmetros da economia mundial exigiu uma reformulação da cidade em vários campos – espacial, social, económico – que possibilitassem a adequação às novas necessidades do mercado internacional, e a correcção das deficiências apresentadas pela cidade.

A globalização retirou necessidades à produção industrial, e consequentemente onerou muito menos a actividade fabril, principalmente em termos espaciais. Não mais era necessário controlar todas as fases do processo industrial, desde a obtenção da mão-de-obra até a entrega para venda do produto final. Portanto, as grandes instalações fabris caíram num processo gradual de ociosidade, culminando com o abandono de algumas.

O reflexo desta transformação no tecido urbano de Turim foi violento. Como é natural, a cidade não apresentou capacidade de adaptação tão rápida quanto a ágil mutação do mercado económico. Os

desdobramentos da alteração no ramo económico não tardaram a produzir frutos em outros. E, se por um lado a cidade começava a apresentar défices em elementos formadores do conceito de qualidade de vida – como por exemplo espaços livres e equipamentos públicos, infra-estruturas de transporte público, mobilidade e acessibilidade – concomitantemente, os efeitos do desinteresse do mercado imobiliário aos grandes espaços antes ocupados pelo sector secundário, espalhavam a degradação ambiental ao parque edificado e ao espaço comum, principalmente na antiga área industrial a Sul da cidade.

Já na década de 1970, a cidade de Turim começava a sofrer os efeitos do enfraquecimento do parque industrial que espalhava ociosidade sobre vastos terrenos intra-urbanos. Com a consciência que a dinâmica que o sector industrial começava a apresentar na época iria futuramente trazer problemas graves para a qualidade de vida da cidade, as primeiras tentativas de desvincular a imagem da cidade da sua imagem exclusivamente relacionada com o sector industrial e com a FIAT começaram no fim da década de 1970, após momentos de crise e conflitos sociais. Resultado em Turim de tendências típicas do sistema económico contemporâneo, com todas as suas repercussões sobre o mercado de trabalho e a estrutura socioeconómica da área (Revelli, M. 1997, Veltz, P. 2001).

O período iniciado na década de 1980 até o começo do século XXI foi uma época, para o desenvolvimento urbano de Turim, de incoerência económica, espacial e social. De um lado, a economia começava a apresentar suas novas exigências, o estilo Fordista de organização e produção industrial demonstrava sintomas de enfraquecimento. A produção de itens industrializados em países em desenvolvimento mostrava-se mais interessante para as grandes empresas, o que leva à deslocação das mesmas de Turim para outros sítios. Mesmo a FIAT caminhava para concentrar na cidade apenas os sectores administrativos da empresa.

Em termos urbanísticos, a escolha era a de valorizar a expansão habitacional, através do desenvolvimento urbano preferencialmente periférico. Um modelo de habitação espalhada, estruturado através da grande capacidade de mobilidade, principalmente com o transporte individual. O transporte público ressentia-se de uma localização mais estratégica e integrada, que possibilitasse a concorrência ao transporte individual, além de não conseguir efeitos mais estruturantes para a reorganização espacial dos subúrbios.

Por outro lado, em termos sociais, o período das décadas de 1980 e 1990 apresentaram índices de decréscimo demográfico de 1,5% e 0,5%, respectivamente. Soma-se a isto a valorização imobiliária e social dos terrenos periféricos, principalmente aqueles localizados em sítios mais elevados, na colina em frente à cidade, e o efeito de ociosidade que atingia as instalações industriais, para resultar em efeitos graves de abandono, desvalorização e degradação ambiental nas áreas centrais.

A combinação de descentralização económica, enfraquecimento da produção industrial, retracção da procura por instalações, orientação periférica para o crescimento urbano e para a valorização do parque habitacional, e o decréscimo populacional resultaram em fragmentação urbana, com reflexos muito frequentes sob o tecido urbano torinese.

A evolução urbana de Turim exigia a adequação ao novo modelo económico e, consequentemente, o desenvolvimento de novas vocações na cidade, de uma maneira que seja compatível com aquelas que a cidade já possuía, pois a forte ligação com o sector industrial e principalmente automobilístico denota uma grande possibilidade de desenvolvimento económico e atracção de novos capitais. Economicamente, precisava-se superar o fordismo. Passar ao novo estágio económico, mas sem depreciar a tradicional ligação com a FIAT nem a vocação industrial.

“Para a FIAT a cidade poderá continuar a representar um nó fundamental na sua rede organizativa, na medida que Turim será capaz de oferecer oportunidade e ocasião de investimento, de desenvolver programas de interesse para ambas as partes” (Mela, A. 2002).

Mas principalmente, precisava-se diversificar as actividades económicas, explorar o potencial turístico trazido pela presença dos vales alpinos nas proximidades da cidade. O passo mais lógico desta diversificação é o desenvolvimento do potencial turístico relacionado com a presença espacial marcante dos Alpes e sua relação com a cidade, com a utilização como mais-valia para o desenvolvimento turístico de todo o potencial não só da cidade em si, mas de toda a área metropolitana e alargando-se ainda mais a actuação, de toda a região do Piemonte.

Apesar da actividade turística de Inverno relacionada aos desportos de neve ser parte tradicional da economia, ela estava ainda muito restrita regionalmente. A possibilidade de expansão e o potencial para maior divulgação estavam presentes, mas exigiam a avaliação do sistema de infra-estruturas turísticas, através de:

- Análise da capacidade de aumento da atracção de turistas para a área, através de campanhas de divulgação que atingissem públicos de diversas escalas: regional, nacional e europeia;
- Melhoria das condições de acessibilidade à região, em todas as modalidades de transportes: melhoria do sistema de auto-estradas, modernização e ampliação da capacidade do aeroporto e do sistema ferroviário, e aumento e facilidade nos pontos de articulação com as redes de mobilidade e transportes públicos locais;

- Aumento da capacidade de mobilidade entre locais de prática desportiva de neve, estações de esqui, centros hoteleiros e o centro urbano, e mesmo internamente ao mesmo, através de estradas, reorganização dos transportes ferroviários, sistemas telemáticos, com grande ênfase na melhoria da rede de transportes públicos que possibilitasse seu maior uso por parte de todos;
- Estudo de análise da capacidade do parque hoteleiro existente, cálculo do seu défice, melhoria e modernização do parque hoteleiro;
- Finalmente, desenvolvimento de uma identidade comum que transcenda os limites da cidade, mesmo da região metropolitana, uma identidade que simbolize de uma maneira articulada e integrada as diferentes escalas envolvidas e que consiga ser aceite pelos cidadãos como um elemento que o representa. Este item tem uma relevância mais ampla, que espalha seus efeitos em diferentes aspectos sociais da vida da região, e favorece a indústria turística na medida que consegue apresentar melhor as peculiaridades locais para o público para o qual as capacidades turísticas da região estão a ser vendidas, que também pode apreendê-las melhor.

4.2.2 O PROJECTO OLÍMPICO (foto 52)

A intervenção olímpica para jogos de Inverno geralmente envolve o desenvolvimento de infra-estruturas, serviços e identidade turística. Para que os efeitos sejam mais abrangentes, incidentes em um território influenciado pelo desenvolvimento turístico nos vales, ou que com eles guardem relações ou ligações viárias, precisa-se ter sempre considerar o contexto geográfico amplo, em suas múltiplas escalas – das áreas da cidade até a região política, passando pela totalidade da cidade, pela região metropolitana e pela região alpina – de forma a ter cada escala em suas características e necessidades comuns e específicas em relação às demais. Para Turim e sua região metropolitana, as duas directrizes balizadoras são:

- **Potenciar e qualificar a oferta desportiva, recreativa e geradora de receita** tanto em Turim quanto nos Vales. Em Turim, 3 grupos de intervenção: área Lingotto – Mercati Generali; Vila dos Media (distribuído em vários locais de recuperação centrais); sítio a cerimónia oficial (Palazzina di Caccia di Stupinigi, Stadio delle Alpi). No Vale: vários sítios de intervenção, e duas vilas olímpicas (Sestriere e Bardonecchia).
- **Melhorar os meios de acessibilidade e mobilidade:** completar o passeio ferroviário, a conexão entre Lingotto e o contexto metropolitano, o caminho-de-ferro de Caselle. No Vale: adequação funcional e criação de novas estradas (circunvalação entre Cesana, Pragelato, prolongamento da SS23 até Pinerolo e Perosa), medidas de segurança nas SS23 e 24, e centros de intercâmbio, principalmente entre meios particulares de transporte para os colectivos (caminho-de-ferro). Investir em transporte público para os Vales.

Devido às suas exigências em relação às especificidades das instalações desportivas, os Jogos Olímpicos de Inverno geralmente colocam a necessidade de se enfatizar os sistemas de transporte e de articulação entre os múltiplos sítios de competições e o centro urbano onde há a maioria da oferta de serviços. São já pretensos Jogos de região, que exigem o estudo atencioso da relação entre a cidade e os vários sítios montanhosos. Como Turim é ainda mais afastado das montanhas que algumas outras sedes olímpicas anteriores, enfatizar maneiras melhores para a deslocação entre a cidade e as sub sedes das competições de neve precisa ser parte do projecto, e pode ficar, após os Jogos, como construção de meios de articulação ágil entre estas duas regiões, separadas por cerca de uma hora de comboio, e ampliação das possibilidades de emprego tanto para os residentes em Turim como nas cidades localizadas na encosta montanhosa.

No que se corresponde às intervenções pretendidas no meio urbano, na cidade e na sua região metropolitana, o projecto olímpico aparece como desdobramento do Plano Regulador de 1995, e retira dele parte dos objectivos incorporados ao seu programa:

- Um conjunto de intervenções relacionadas com a cidade, que busca redefinir o papel da centralidade no contexto local actual, em uma transição de um modelo central para uma centralidade bipolar, organizada em torno do eixo da Espinha Dorsal do Plano de 1995 (foto 47);
- Uma série de intervenções localizadas em diferentes sítios da cidade, mas preferencialmente situadas a sul do centro antigo, no distrito de Lingotto, considerado área de potencial desenvolvimento (foto 51);
- Sistemas de interligação entre todos os sítios olímpicos, com uma rede de acessibilidade e mobilidade que interliga a cidade e as montanhas, com destaque para o sistema de transporte público.

A dualidade entre montanha e cidade é indissociável no projecto olímpico (foto 49). Um reflexo natural da relação quotidiana entre estes dois elementos na vida do cidadão turinês. Esta dualidade traz ao projecto a possibilidade de aproveitamento dos diferentes potenciais de cada sistema espacial, com múltiplas oportunidades ou padrões de desenvolvimento para alcançar os objectivos de crescimento da identidade local, de melhoria de qualidade de vida e de posicionamento internacional – que é aspiração de todos, motivados pelo exemplo catalão, que foi fonte de pesquisa para a organização dos jogos de Turim. Mas também, a melhoria em sistemas de transporte, através de estratégias de longa duração, pensadas para um panorama temporal que perdura até 2011, com a adição de linhas de metro, sistema viário expresso e mudança do trecho ferroviário para vias subterrâneas. As intervenções urbanas buscariam

inverter o processo de degradação urbano e valorizar o património histórico, notadamente fabril e ferroviário, com a adequação para novos usos.

O projecto olímpico previa intervenções de carácter diverso, que, a principio, tinham o custo estimado de 1550 milhares de euros (Gambino, R. 2002). O programa era formado por:

- Intervenções estritamente necessárias para a organização e o desenvolvimento do evento, que visam preparar os locais para as competições, mas sempre com a constante preocupação com os impactos produzidos;
- Intervenções integradas, não estritamente necessárias mas úteis para reforçar os resultados positivos que o programa poderá gerar sobre o desenvolvimento local;
- Intervenções induzidas, úteis ou necessárias para melhorar as condições nas quais desenvolveram-se os Jogos e, em geral, a qualidade ambiental do território interessado.

4.2.2.1 Directrizes Fundamentais:

As intervenções localizadas na cidade seguem as directrizes determinadas no âmbito do Plano Regulador de 1995, ou seja, buscam através da sua localização o fortalecimento da nova centralidade do distrito de Lingotto e, principalmente, o desenvolvimento da Espinha Central, eixo que interliga o centro histórico tradicional ao Lingotto. Os equipamentos desportivos e alguns de infra-estrutura de alojamento e media foram concentrados entre o antigo Mercado Generale (fotos 75 e 76) e actual Vila Olímpica (fotos 73 e 74), no corso Tazolli (em frente do Palaghiacchio), o Estádio Comunal (actual Estádio Olímpico) (fotos 60 e 61), a estação de Lingotto, o parque Itália 61 – incluindo-se o Palavela (foto 58) e BIT, e a Praça d'Armi (fotos 60 a 63). A intenção é de vitalizar o património histórico industrial localizado naquela área, processo começado na década de 80, quando houve a primeira intervenção de revitalização do edifício Lingotto (foto 51) – que foi, durante um época, o maior edifício industrial do mundo – para a instalação de um centro comercial. Estão previstas medidas de requalificação do centro comercial, a construção de um cinema multi-salas, e o reforço do sistema hoteleiro e universitário da área, além da ampliação das instalações da Feira Torino. A transferência de actividades produtivas estabelecidas nas instalações da FIAT-AVIO ofereceu o espaço para as ampliações planeadas. As infra-estruturas de mobilidade seguem o plano da Espinha Central e o Plano de Tráfego 2001, no objectivo de reforçar a centralidade em forma de eixo que interliga o antigo e o tradicional centro histórico e a nova centralidade de Lingotto.

O projecto busca também desencadear de processos de melhoria urbana em alguns trechos da cidade através das novas instalações olímpicas. Esta é a principal aposta das intervenções localizadas na área denominada de Bairro Meridional: a construção da Vila Media, para alojar os profissionais mediáticos

durante o evento, e que, após seu fim, serão destinados a ampliações nas instalações do Instituto Politécnico, reorganização e melhoria da Faculdade de Humanística. Ainda na cidade vizinha de Grugliasco está prevista a construção da futura sede para a faculdade de Ciências. O planeamento da implantação de unidades universitárias como factor agregador de desenvolvimento urbano e aumento nos padrões de qualidade de vida, e diminuidor de índices de degradação ambiental, baseia-se principalmente do facto que o novo uso educacional universitário para estas áreas traz consigo todo um público com alto potencial consumidor que pode dinamizar a economia local, notadamente para o sector de serviços, e trazer mais vida para estes sítios.

O desenvolvimento das regiões alpinas relaciona as diferentes potencialidades de cada local, direccionando-as para a obtenção de objectivos comuns, como a elaboração e desenvolvimento de uma identidade local, sua divulgação nacional e internacional, desenvolvimento do sector turístico – com toda ênfase para a modernização e adaptação das infra-estruturas hoteleiras, de serviços, e de transportes, exigidas para um desenvolvimento mais proveitoso nestas áreas, baseado na sua vocação turística.

A complexidade espacial da área de intervenção abrange sítios de características distintas, mas envoltos nos mesmos objectivos. São sistemas nevados, como os locais mais elevados do vale de Susa (Bardonecchia, Cesana, San Sicario, Claviere, Suze d'Oix, Sestriere) e de Chisone (Pragelato), sujeitos a diferenciação de acordo com a chance de desenvolvimento turístico em diferentes escalas, onde pode-se destacar pela pretensa maior vocação internacional: Sestriere, San Sicario, Cesana, Bardonecchia.

Para os demais, procura-se fixar na divulgação nos mercados regionais e nacionais. São diferentes estratégias de desenvolvimento turístico, que em alguns casos busca a extensão da estação de esqui (Sestriere, San Sicario), em outros busca fixar-se na estratificação através de estratégias direccionadas, para nichos diferentes, e outros casos aproveitam-se da posição limítrofe no sistema nevado (Claviere).

Dentro da área de actuação do projecto olímpico, estão incluídas as áreas de vales médios e baixos, como: Susa, Chisone, Pellice, que compartilham características ligadas a industrialização, alguma actividade agrícola de alta qualidade técnica e sistema ambiental de grande qualidade, turismo direccionado para o sistema de casas de feriado, de maneira mais subtil e controlado, baseado na interacção com o rico património ambiental e cultural local.

A actuação do plano exercitar sua capacidade de produzir transformações multidisciplinares para obter resultados ora físicos ora imateriais, já que boa parte dos objectivos são de cariz mediático, como por exemplo: o fortalecimento das identidades locais e valores específicos, como marca registrada do evento, e objecto de venda quando do fim do mesmo; trabalhar a projecção e fama locais, tanto dos ditos locais olímpicos, mas também dos terrenos mais baixos, estudo estratégico para escolha das identidades locais

mais passíveis de trabalho, comunicação de boa imagem e venda do produto local, de maneira a poder atirar para as diferentes especificidades de cada trecho do sistema, buscando-se definir uma identidade que possa englobar todas e cada uma destas partes.

4.2.2.2 Intervenções Físicas

As intervenções físicas, localizadas nos sistemas nevados e altos dos vales de Susa e Chisone, são responsáveis principalmente pela construção das infra-estruturas necessárias para as competições em si: rampas variadas para as diferentes provas de neve, centros de alojamento para atletas, centros de media. Buscou-se preferencialmente a reutilização e adaptação de edifícios abandonados, como a utilização da antiga estação de esqui de Sestriere, construída pelo fundador da FIAT. Conscientes do impacto principalmente ecológico que tais intervenções podem gerar no meio ambiente local, o projecto destina grande força para trabalhos de previsão e monitorização dos possíveis desdobramentos. Aumento da atracção turística, competitividade e acessibilidade, com melhoramento no sistema de transportes são resultados esperados, mas concomitantemente existe a consciência de que estes resultados podem ocasionar consequências negativas para o meio ambiente local, o que exige um acompanhamento próximo e intensivo, durante um largo período de tempo. São intervenções materiais:

- Instalações desportivas para o evento e para fortalecer e aumentar a duração da estação de esqui;
- Rampas, inclusive para salto e bobsleigh, elevadores, sistemas de neve artificial;
- Sistemas de mobilidade e acessibilidade: estradas, ligações com o caminho-de-ferro e com o aeroporto.

As intervenções referentes aos sistemas de mobilidade e acessibilidade soa de suma importância para o sucesso do evento e, principalmente, para um legado duradouro e persistente, que possa fazer de Turim uma cidade apta a atrair e receber eventos de grande vulto, e que dispõe de agilidade e facilidade de locomoção não apenas para os moradores locais mas também para o visitante comum. São medidas de referência nas modalidades de acessibilidade e mobilidade:

- Completar o Passeio Ferroviário (foto 52) para conectar Lingotto com o centro tradicional e ao contexto metropolitano, inclusive com a ampliação do caminho-de-ferro até Caselle. Esta obra envolve a criação de um corredor viário que facilite a interligação entre centro tradicional e o distrito de Lingotto, e construção de um amplo passeio ajardinado em toda a sua extensão, do corso Vittorio Emanuele II (avenida ao sul do centro tradicional, onde localiza-se a tradicional Estação ferroviária de Puorta Nuova) até a área olímpica a sul (Piazza d'Armi, Estádio Olímpico, Vila Olímpica, Oval), com vocação para ser um novo grande espaço público para a cidade;

- Adequação funcional e criação de novas estradas, circulação entre Cesana, Pragelato, prolongamento da SS23 ate Pinerolo e Perosa, medidas para aumentar a segurança na SS23 e SS24, melhoria do sistema de transportes públicos que serve aos vales, centros de intercambio modal, com o objectivo maior de incentivar a troca do veiculo particular para os meios públicos ou para veículos não motorizados;
- Modernização e ampliação do aeroporto, com previsão de aumento de capacidade, e melhoria dos meios de acesso a ele, assim como melhoria da ligação entre Milão e Turim, o que possibilita a utilização do aeroporto de Malpensa como opção de chegada à cidade de Turim;
- Nova linha de comboio de alta capacidade entre Turim e Lyon, passando pelo vale Susa;
- Implantação de sistema de cabos entre as cidades e os sítios de competição, na região montanhosa, que aumente e facilite a articulação entre ambos, e possibilite, por exemplo, maiores oportunidades de emprego dentro do território alpino.

A complementaridade dos sistemas de acessibilidade e mobilidade, como duas ferramentas essenciais, e, em muitos aspectos, altamente articuladas, deve executar a amarração da cidade com sua região metropolitana, aumentar sua mancha de influência, executar e fortalecer a interligação física entre cidade e montanha. Assim, mais provável se torna o desenvolvimento de potencialidades articuladas ou correlacionadas, que colaborem para a elaboração de estratégias e acções de desenvolvimento comum para as partes da região metropolitana, núcleo urbano e áreas montanhosas.

Uma preocupação constante no projecto olímpico e a de não limitar os seus efeitos apenas àqueles necessários apenas para o evento, e que apenas garantam seu sucesso, sem posterior impacto sobre o quotidiano do cidadão turinês. As instalações desportivas foram preferencialmente adaptações de edifícios já existentes (das cinco instalações utilizadas para as competições dentro da cidade, apenas duas foram construções novas: o Palaghiachio (foto 77 e 78) e o Palasport (fotos 60 e 70), todas as demais foram reconstruções ou adaptações de instalações já existentes), e terão seu espaço destinado, preferencialmente, após o termino do evento, para utilizações muito mais amplas que somente para as actividades desportivas. Tal preocupação está baseada nas experiências negativas que a cidade já teve com outros equipamentos, desportivos ou não, que tiveram sua utilização planeada apenas para os eventos aos quais se destinaram e que posteriormente não foram inseridos no quotidiano da cidade, como é o caso do parque e dos edifícios construídos para a Feira Universal de 61, que ficaram sem uso para a cidade e que foram parte das instalações adaptadas para os Jogos Olímpicos, para prepara-los para novas utilizações mais interessantes para a sociedade. É o caso, por exemplo, da Palavela (foto 58) e do parque

Itália 61, que antes dos jogos sofriam com a ociosidade e sobrecarregavam os cofres públicos sem contrapartida de interesse para a população.

A maximização da utilização do capital atraído para o evento (de maneira a possibilitar o custeio prioritário de intervenções de impacto urbano mais amplo) passou por itens de levantamento da real demanda da cidade de equipamentos desportivos – e o projecto de modo a satisfazer esta demanda – e o desenvolvimento de estratégias de reutilização e adaptação das instalações desportivas para usos diversos que não apenas o limitado a actividade desportiva:

O edifício da Torino Exposições (64 e 65), que foi sede do hóquei sobre o gelo, continua com sua utilização para o fim anterior.

O edifício que sediou as competições de velocidade sobre o gelo, chamado de Oval (fotos 66 e 67), localizado entre a Estação de Lingotto e o parque Itália 61, será destinado a ampliação da Feira Turim, como um novo grande espaço para feiras e congressos.

Após o evento, as instalações construídas nos vales olímpicos voltar-se-ão para a excelência médica, para desenvolver a aspiração da cidade de se tornar um centro de excelência em medicina desportiva. Fará parte do complexo: centro de análises anti-dopagem, reorganização da unidade de urgência local e plena infra-estrutura para lidar com situações de crise e emergência médicas.

O levantamento de impactos produzidos em consequência dos jogos olímpicos está incluso através de métodos e estratégias de monitorização – oficializadas no contexto da lei olímpica tanto em legislação nacional como também regional – que pretende prever os possíveis impactos, tentar mensurá-los, avaliá-los e, de acordo com a qualificação deles tentar evitar seus efeitos ou potenciar suas consequências.

E, apesar do que se possa pensar, o levantamento e monitorização de impactos não estão limitados ao cariz ecológico. Esta é realmente uma das mais pertinentes preocupações da organização olímpica, mas o texto da Lei 285/2000 “Interventi per i Giochi Olimpici Invernale Torino 2006” extrapola a preocupação ecológica e oficializa a previsão de todos os efeitos, negativos ou positivos, que possam ser gerados pelos jogos olímpicos em variadas matérias: físico, ambiental, socio-económico e cultural (Gambino, R. 2002).

4.2.3 PERTINÊNCIA ENTRE PROGRAMA OLÍMPICO E PLANOS ESTRATÉGICOS

4.2.3.1. Plano Regulador de Turim 1995

O Plano Regulador de Turim é um documento que tem uma força legal de orientação da morfologia urbana. Seu poder de moldar a volumetria da cidade é fundamentado sobre determinações de uso do solo, de altura do edificado e de índices de capacidade de edificação.

Talvez por ser tão exacto, o resultado de suas determinações são muito definidos, o que faz com que uma parte sua seja de desenhos desenvolvidos em escala base de 1:5000 com alguns pormenores, e com estudos volumétricos bem definidos acerca dos resultados a impor na paisagem urbana.

Um dos projectos mais importantes do Plano Regulador de 1995 é a grande intervenção denominada de Espinha Central. Trata-se de uma intervenção de muito impacto na estrutura da cidade, que prevê a construção de um importante corredor viário que, quando completo em suas quatro partes, atravessará a cidade de Norte a Sul, paralelo à área de maior valor histórico (foto 47).

O terreno urbano sobre o qual este projecto seria executado é baseado principalmente em duas mudanças: a passagem do caminho-de-ferro da Estação Dora até a interligação com a linha que chega na Estação de Porta Nova, o que geraria um terreno linear com capacidade de articular diferentes áreas da cidade; e a utilização de antigas indústrias ou terrenos de propriedade da Companhia Estatal Ferroviária, que localizam-se neste mesmo corredor, para neles situar uma série de equipamentos públicos e edifícios universitários, morfologicamente expressivos, que tragam referência urbana para o conjunto, além de múltiplos edifícios de uso misto residencial, comercial e de serviços, com alinhamentos, espaçamentos e volumetrias estritamente controlados no intuito de construir um cenário representativo para a cidade.

Assim, criar-se-ia um grande eixo que atravessaria a cidade, paralelo ao rio Pó, que congregaria vocações viárias importantes, uma vez que teria em si largas vias nos dois sentidos, manteria a utilização para o caminho de ferro, criaria uma grande espaço para uso público e ainda conformaria um cenário com muita vocação iconográfica para a cidade.

O Plano Regulador reitera, no âmbito do trecho 2 da Espinha Central a destinação dos terrenos da Companhia Estatal de Caminhos-de-ferro, contínuos ao Instituto Politécnico, como espaço destinado para a ampliação do Instituto.

Das quatro fases de desenvolvimento do projecto da Espinha Central, os Jogos Olímpicos foram responsáveis apenas pela implantação do trecho da Espinha 2, e por parte da implantação do trecho 1. Ao todo, o Passeio Ferroviário, como é chamado, estende-se hoje do curso Vittorio Emanuele até o encontro dos cursos Lione e Mediterrâneo, e somente teve forças para executar as obras de parte da duplicação do Politécnico, que é parte integrante do conjunto, em um edifício que se estende de um lado para o outro da avenida, por cima das pistas de rodagem e dos passeios.

Mesmo o trecho da Espinha 2, que foi o mais pertinente ao programa olímpico, ainda está em alteração. A intervenção olímpica foi responsável pela cobertura do caminho-de-ferro e pela construção da avenida, do

largo passeio público, da colocação de mobiliário urbano diferenciado. A revitalização dos terrenos fabris ou ferroviários ainda está em desenvolvimento, assim como a construção de equipamentos públicos diferenciados, como o Centro Cultural, que já se encontra em fase de execução.

Outro grande projecto também colocado no plano mas não relacionado directamente com o projecto olímpico é um grande parque que se estenderia da Estação de Porta Nova até a Estação de Lingotto, sendo que todo o caminho-de-ferro existente seria também colocado em via subterrânea.

Algo da ideia original deste projecto está presente no projecto olímpico, na articulação construída entre os dois lados da Estação de Lingotto. De um lado, o Mercado Geral (fotos 75 e 76), revitalizado e modernizado, e a Vila Olímpica (fotos 73 e 74), do outro, o grande complexo de comércio, serviços e equipamentos públicos que a antiga fábrica de Lingotto tem-se tornado, o edifício do Oval (fotos 66 e 67) e da Feira Torino. Entre estes dois elementos, elevada por cima do caminho-de-ferro e da Estação de Lingotto, o passeio que se tornou um dos grandes ícones urbanos dos Jogos Olímpicos, com seu grande suporte em arco metálico vermelho e sua estrutura em cabos metálicos (fotos 71 e 72).

A construção do grande parque entre a Estação de Porta Nova e a Estação de Lingotto pode não ter sido ainda executado, porém experimentar a ideia implícita no projecto de fluidez e articulação entre os dois lados do caminho-de-ferro já é possível. De maneira geral, uma das ideias impressas no Plano Regulador, de diminuir a fragmentação urbana imposta pelas linhas de caminhos-de-ferro que cruzam a cidade, já foi posta em prática, de maneira efectiva nos trechos 1 e 2 da Espinha Dorsal, e de forma simplificada, pela passagem pedonal sobre a Estação de Lingotto.

Outra ideia contemplada no Plano Regulador e mantida no programa olímpico diz respeito ao trecho do antigo Estádio Comunal, que hoje é denominado de Estádio Olímpico. Está no plano que o “é objecto de plano específico orientado à recuperação física e funcional do complexo (...) para os fins admitidos” (TORINO – 1995) com uma série de utilizações que transbordam a simples destinação desportiva, e abrangem inclusive usos comerciais e educacionais.

4.2.3.2 II Plano Estratégico da Cidade de Turim (2000)

O II Plano Estratégico da Cidade 2000 foi elaborado pela agência Turim Internacional, um agrupamento de cento e vinte sócios, entre públicos e privados, cujo objectivo é promover o diálogo entre seus formadores para elaborar, monitorar, e promover a oportunidade dos planos estratégicos, como forma de representar, dentro da sua diversidade de formadores, a opinião da metrópole de Turim. O II Plano Estratégico da Cidade é um compromisso firmado por todos os participantes com um panorama máximo no ano de 2010.

A relação entre o Plano Estratégico e os Jogos Olímpicos é assumidamente próxima, desde suas argumentações iniciais, o que é natural, já que os trabalhos de elaboração deste documento começaram em 1998, já posteriores ao resultado do processo selectivo.

A presença da intervenção olímpica aparece mesmo dentro da redacção do Plano como: “uma formidável ocasião para expandir e acelerar transformações em sintonia com as perspectivas definidas no Plano” e como “um instrumento para apresentar ao mundo o território piemontese e a área metropolitana como sítio acolhedor para receber iniciativas económicas, culturais e desportivas de qualidade” (Torino Internazionale, 2000).

Apesar do papel de grande importância atribuído à intervenção olímpica, o Plano Estratégico demonstra a consciência presente durante o seu processo de elaboração de que os Jogos Olímpicos são apenas um momento de passagem. Já em seus capítulos iniciais, o Plano, primeiramente, explicita-se a importância de um dimensionamento da infra-estrutura desportiva da cidade baseado sobre a sua demanda real, em segundo lugar, coloca a necessidade de se executar uma política de sustento da actividade turística, de forma a tentar manter elevados os níveis de visitantes também depois do fim dos Jogos, e, por fim, esclarece o facto de que algumas das instalações utilizadas e construídas para o evento terão sua destinação modificadas para utilizações que atendam melhor aos anseios da cidade, no caso, de ampliação das instalações universitárias.

Das seis linhas estratégicas expostas no Plano, todas podem ter relação com os Jogos Olímpicos, e ser desenvolvidas em função de consequências geradas pelo evento. No entanto, algumas são claramente vinculadas aos Jogos, enquanto outras já não têm de forma tão clara a ligação com as intervenções olímpicas (VER ANEXO 1). São elas:

- Integrar a área metropolitana no sistema internacional;
- Construir o governo metropolitano;
- Desenvolver a formação e pesquisa como recursos estratégicos;
- Promover o empreendedorismo e a ocupação;
- Promover Turim como cidade de cultura, turismo, comércio e desporto;
- Melhorar a qualidade urbana.

A primeira linha estratégica tem ligação muito próxima com a intervenção olímpica. Ela é exigência directa do evento. A melhoria dos meios de acessibilidade entre a cidade e o resto do mundo é elemento primordial para poder receber o evento. Na verdade, tanto a intervenção olímpica como esta linha estratégica vêm reforçar a pretensão internacional da cidade, de crescimento de sua relevância em diversos sectores da economia globalizada. Dos seus dois objectivos principais, o primeiro, de

desenvolver uma rede de cooperação internacional, tem nos Jogos Olímpicos e na sua divulgação uma grande ferramenta para construção de ligações internacionais em vários temas. O segundo e o terceiro são exigências para qualquer cidade olímpica: favorecer o acesso a Turim, que se sobrepõe às exigências sobre as infra-estruturas de transporte ferroviário e aéreo; e melhorar a mobilidade interna, que também é uma grande exigência do evento, principalmente no caso de uma edição de Inverno dos Jogos Olímpicos, que geralmente obriga grandes deslocações entre o centro urbano e os sítios de competições. Nesta linha estratégica, quase todas as acções são importantes tanto para a aplicação do Plano e o desenvolvimento da cidade, como para a preparação da infra-estrutura para receber o evento e os visitantes que ele atrai, o que colabora para que as consequências dos Jogos Olímpicos sejam consideradas um legado positivo para a evolução da cidade.

A segunda linha estratégica é a que menos apresenta interligação com os Jogos Olímpicos, o que demonstra que as sinergias geradas no processo foram ignoradas na sua possível aplicação como elemento construtor de relações entre as diversas administrações municipais envolvidas no processo de organização e execução do evento.

A linha estratégica “Desenvolver formação e pesquisa como recurso estratégico” pode fazer uso de duas consequências do evento olímpico: deslocar as instalações construídas para os Jogos para a utilização por Universidades, Faculdades, Institutos e outros órgãos educacionais, ou para ampliação das suas infra-estruturas. Esta operação é explícita no primeiro objectivo “potenciar um pólo universitário de nível e atracção internacional”, que trata da ampliação do sector universitário. Já os outros dois objectivos: “favorecer o desenvolvimento da pesquisa ligada com a iniciativa económica” e “promover a formação profissional e a integração formação-emprego”, podem ser influenciados por consequências imateriais trazidas pelo evento, como a melhoria do status da cidade no mercado económico, a construção de diálogo com outras cidades, ou mesmo a geração de empregos ocasionada pela injeção de capital adicional atraído pelos Jogos.

A linha estratégica “Promover o empreendedorismo e a ocupação” pode ser positivamente influenciada através da melhoria da imagem da cidade no mercado e da atracção de investimentos externos. No entanto, ao se analisar as acções, a única que expõe alguma relação mais próxima com os Jogos Olímpicos é a acção 4.2.3, dentro do objectivo 4.2 “criar condições favoráveis ao desenvolvimento de novo empreendedorismo”, que cita a possibilidade de “investimentos provenientes do externo à região do Piemonte” como elemento inicial para o crescimento do parque empreendedor local.

Já a linha estratégica 5 é a que maior nível de dependência apresenta dos Jogos Olímpicos e das suas consequências, por motivos óbvios: esta é a linha estratégica que trata do desenvolvimento das actividades culturais, da indústria turística, de promover o desporto. Chega mesmo a citar literalmente os

Jogos Olímpicos, ao colocar como o objectivo 5.7 “utilizar as Olimpíadas de Inverno como motor de desenvolvimento e promoção internacional”. Todos estes elementos acumulam definições de exigências para um bom evento e também de consequência da intervenção olímpica. Os dois primeiros objectivos, direccionados para o sector cultural e sua infra-estrutura, são impulsionados pelo desenvolvimento do sector de eventos culturais dos Jogos Olímpicos, e também ligados com a actividade turística. Os dois próximos objectivos tratam do desenvolvimento do turismo e de sedimentar uma posição de atracção turística para a cidade e explicitam a necessidade de elaborar pacotes turísticos inovadores e de continuar com campanhas para “vender Turim” no mercado turístico internacional. O próximo objectivo relaciona-se com a qualidade da oferta comercial local, que tem na chegada dos novos visitantes um grande incentivo de crescimento e de elaboração de inovações. O próximo objectivo, “5.6 - promover o desporto” receberá com o evento olímpico uma maximização de suas aplicações na cidade. A presença desta linha estratégica demonstra que a intervenção olímpica se coloca para a cidade como um desejo e um meio de desenvolvimento em múltiplos sectores.

A última linha estratégica “melhorar a qualidade urbana” pode, no seu objectivo “7.1 as novas centralidades, a renovação urbana e a integração social como estratégia para difundir prosperidade, coesão e regeneração urbana”, fazer uso das intervenções físicas executadas para receber os Jogos Olímpicos, assim como as diversas dinâmicas que elas podem gerar no tecido urbano envolvente, para desenvolver novos pólos de desenvolvimento. Já no objectivo “7.2 a agenda 21 local, o desenvolvimento sustentável e a inovação ambiental como orientação e fundamento para a estratégia cidadã” as medidas de fundo ecológico que são reflectivas em todas as instalações e actividades olímpicas podem ser um exemplo de atitudes correctas para a população e ajudar na difusão da educação ambiental. Apesar deste item estar colocado em média de forma aproveitar algumas das consequências que o evento olímpico produz, uma consequência importante não foi citada no texto: o potencial de se utilizar da implantação das instalações e intervenções olímpicas como instrumento efectivo de reversão de efeitos de degradação ambiental e de construção de ambientes mais qualificados dentro do ambiente urbano.

De uma forma geral, o II Plano Estratégico da Cidade de Turim demonstra uma articulação substancial com o programa olímpico e suas intervenções. Tem o potencial de conseguir trabalhar com as novas dimensões da cidade e das suas infra-estruturas da mesma forma que o Plano Estratégico de 1988 em Barcelona conseguiu trabalhar com as novas características da cidade de forma a conseguir índices de retorno substanciais e definidores da evolução que a cidade conseguiu imprimir após a intervenção olímpica.

Se a comparação que se coloca realmente firmar-se fundamentada, o desenvolvimento das novas potencialidades que a cidade de Turim detém após os Jogos Olímpicos tem um enorme potencial para

sedimentar a cidade em posições mais importantes no mercado internacional, em desenvolvimento de vários sectores económicos, e em qualidade de vida para a população.

O trabalho que se pode destacar do texto do Plano de Turim 2000, em escolher trabalhar com potencialidades do contexto que as Olimpíadas não tiveram força para trabalhar, como a relevância internacional da cidade nos sectores educacionais, de pesquisa e de novas tecnologias, ou em ramos que exigem um trabalho contínuo de venda da cidade, como o ramo turístico, ou em sectores que exigem maior trabalho de apoio, como a geração de novas empresas, demonstra, além de um potencial para extrair até o último fio de energia gerado pelo evento olímpico, uma profunda vontade de assim o fazer.

4.2.3.2 Planos sobrepostos nas áreas de intervenção olímpica

A área escolhida para a maior parte das intervenções dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2006, dentro do tecido urbano de Turim, é uma área que demonstra, por um lado, grande potencial de desenvolvimento e de complementação das funções já supridas pela centralidade tradicional; por outro apresenta uma grande população, consequência da existência abundante de fábricas, consequentemente emprego, na área assim como moradias mais baratas, por se tratar de uma área em expansão.

É uma área que ainda hoje apresenta alguns problemas frequentes de degradação do parque edificado, de falta de qualidade ambiental e de concentração de populações carentes, de classes económicas mais baixas. Portanto, o troço Sul da cidade de Turim, representado pelas áreas de Lingotto, Mirafiori, Stupigini, tem sido alvo de vários programas de carácter urbanístico e social, e alguns localizam-se em terrenos limítrofes às intervenções olímpicas.

São programas que partem do princípio da construção de uma identidade local, do exercício da cidadania e da participação activa nos assuntos pertinentes à área onde se reside, de forma a conseguir desenvolver em meio à população local a capacitação para decidir os rumos da sua área de residência.

4.2.3.2.1 Projecto Especial Periferia via Arquata (fotos 110 a 116)

Este projecto actuou sobre um grupo de quadras localizadas na via Arquata com curso Bramante, de edificado extremamente degradado, destinados desde sua construção à moradia popular subsidiada. O primeiro grupo de edifícios foi construído na década de 1920, pelo Instituto Autónomo de Casas Populares, e continuou a ser acrescido em 1930, 1931 e em 1946 (Avventura Urbana, 1998).

Os princípios estruturadores da iniciativa são a construção da capacidade de decisão entre a população local e a sua inclusão no processo decisório que procura definir modos para intervir tanto nos edifícios habitacionais como também no espaço público entre eles. “A Administração Comunal (...) pretende

assim colher a oportunidade de desenvolver e potenciar um programa integrado e participado de recuperação urbana (...) com o envolvimento dos habitantes, dos operadores territoriais e do terceiro sector, dos administradores” (Avventura Urbana, 1998).

O processo deu-se de forma a manter a população em suas casas durante todo o processo, mesmo durante a execução das intervenções, integrar as intervenções sobre o edificado com outras em âmbito socio-assistencial e ocupacional, eleger a participação e o envolvimento dos habitantes e decisores públicos como método inclusivo para a elaboração do projecto executivo, a programação e a actuação dos interventores.

As estratégias de participação foram fundamentadas em primeiro momento, em pesquisas públicas, para definição de programa; e posteriormente, em apresentação pública dos resultados, elaboração de compromissos e definição da proposta de intervenção. Foi também criada uma agência de desenvolvimento local, com os objectivos principais de coordenação e interface com os habitantes locais.

Participaram do Projecto Especial Periferia Contracto para a via Arquata: a Comune de Turim, o Instituto Autónomo da Casas, Ministério do Trabalho Público, Região do Piemonte, União Europeia, comissões espontâneas das quadras Crocetta, voluntários, grupos organizados de cidadãos.

O resultado não foi apenas a revitalização do ambiente das quadras populares da via Arquata, nem o novo espaço público recreativo que os moradores ganharam, entre seus edifícios e a linha-férrea. Foi também a construção da habilidade de participar na governação do seu próprio território.

Infelizmente, a integração entre o Plano Especial Periferia e a intervenção olímpica foi praticamente apenas geográfica. As intervenções urbanas executadas na parte Sul de Turim aumentarão a qualidade de vida no troço urbano que engloba o Projecto Especial Periferia da via Arquata, no entanto, a integração entre ambos é restrita ao facto de a população da via Arquata poderá fazer uso dos espaços públicos criados ou melhorados pelos Jogos, notavelmente com as melhorias nas instalações da Piazza d’Armi, localizada na sua vizinhança.

4.2.3.2.2 Programa Urban Mirafiori Nord (fotos 105 a 109)

A fábrica da FIAT de Mirafiori é o ponto de referência desta área da cidade que foi sujeita ao Programa Urban, da União Europeia. É uma área que também conta com um edificado basicamente de origem pública, em alto estado de degrado, espaços públicos deficientes e muitos problemas sociais.

Como toda a parte ao Sul de Turim, Mirafiori Nord desenvolveu-se em função da indústria. O enfraquecimento do sector industrial ocasionou consequências graves para a população, como o desemprego e a estagnação da economia local.

Uma iniciativa conjunta do Departamento Periferia da administração municipal e dos moradores da região de candidatar a área de Mirafiori ao programa Urban 2 foi aceite pela Comunidade Europeia. Desde 2002, o programa Urban tem executado na área uma série de acções que se enquadram nas três metas básicas: a recuperação física e a sustentabilidade ambiental, de modo a requalificar o ambiente físico, valorizar as áreas verdes e desportivas existentes para criar espaços públicos e percursos urbanos; promover desenvolvimento sustentável como elemento de distinção do bairro; a criação de infra-estruturas e de conhecimento para o desenvolvimento económico, apoiar as empresas existentes e ajudar novas empresas a crescer e gerar ocupação, transformar a periferia num verdadeiro centro produtivo e económico, de serviços adequados com as inovações tecnológicas; e a integração social, a batalha à exclusão e o desenvolvimento cultural, de forma a reforçar as relações sociais e as redes de contacto entre os habitantes, e reduzir o isolamento e a exclusão social.

Apesar dos princípios colocados no programa Urban Mirafiori serem muito condizentes com os ideais de sustentabilidade do Comité Olímpico Internacional, o projecto olímpico colocou-se nesta área de forma a complementar a infra-estrutura desportiva local, através da construção do Palaghiaccio, utilizado durante os Jogos como sítio para treinos dos atletas, e de uma praça que é contígua a ele, no corso Tazzoli, entre a fábrica de Mirafiori e a área de Mirafiori Nord. No entanto, esta praça não oferece elementos que possam ter um maior poder de atracção para os moradores do local.

4.2.4 QUESTÃO AMBIENTAL

“Uma das grandes prioridades da era pós olímpica é a preservação, ou mesmo melhoria, da qualidade do meio ambiente no qual os jogos acontecem. Nossa visão ambiental visa a monitorização e evolução da performance de nossa organização, para poder atingir a sustentabilidade no Jogos. Particularmente, Turim 2006 serão provavelmente as primeiras olimpíadas certificadas por esquema de auditoria, o EMAS (Ecomanagement e Audit Scheme)” (Castellani, V. 2002).

O projecto olímpico, especialmente a versão de inverno, exige intervenções de muito impacto ambiental, principalmente para executar as infra-estruturas das competições de neve, por ser quase imprescindível a localização em áreas mais íngremes, que geralmente têm a presença determinante de vegetação mais fechada:

- Pistas de esqui a construir ou reformar, com necessidade de movimentação de terra;

- Locações para instalações e alojamento;
- Administração do suprimento de água para a produção de neve artificial;
- Sistemas de transportes e meios de acessibilidade aos locais olímpicos, que atravessam áreas com ecossistemas sensíveis.

Para tanto, parte da candidatura vencedora de Turim está assentada sobre parâmetros de defesa dos ecossistemas locais. Para resguardar a manutenção da qualidade ambiental da região afectada pelas intervenções olímpicas, tanto material como também imaterialmente, deve-se procurar medidas que sejam pertinentes com os itens abaixo (Segre, A. 2002):

- Criar ou desenvolver uma consciência ambiental;
- Preservar as características regionais da sociedade;
- Encorajar o desenvolvimento e melhoria económica sustentável;
- Construção de instalações que tenham em consideração a melhor manutenção do meio ambiente;
- Exigência de uma qualidade ecológica a todos os níveis durante as manifestações dos Jogos Olímpicos: arquitectura e paisagismo, consumo e economia de energia, meios de produção e compra de bens que respeitem a natureza, gestão do ambiente integrada ao órgão dirigente da Comissão Ambiental de Organização dos Jogos Olímpicos.

Ciente dos perigos que podem ser causados pela construção das instalações e infra-estruturas para as competições de neve, directamente localizadas em meio ecológico muito delicado, com exigência de intervenções extremamente radicais em áreas de vegetação, a organização dos Jogos de Turim buscou, através de uma série de instrumentos e legislações, para garantir a protecção do meio ambiente local, que acabou por formar uma rede intrincada, com alto grau de articulação e até um pouco burocrática. Assegura-se, por legislação, a elaboração de avaliação em todas as etapas do processo de elaboração e execução olímpicas, através a previsão de possíveis impactos de cada acção e avaliação dos mesmos, para, com antecedência, poder minimiza-los ou reforça-los de acordo com o julgamento feito de cada impacto.

Para oficializar, e mesmo garantir a execução, do sistema de protecção ambiental descrito acima – baseado na reflexão exaustiva e detalhada sobre cada acção, com previsão de impactos e avaliação dos mesmos – parte da Lei Olímpica, ou Lei 285/2000 – Interventi per i Giochi Olimpici Invernali Torino 2006 (Intervenção para os Jogos Olímpicos de Inverno Turim 2006) trata da criação de uma intrincada rede de órgãos e instrumentos que devem concentrar seus esforços para a manutenção, ou mesmo, se possível, melhoria, dos parâmetros ambientais existentes, em algumas vezes com a inclusão, dentro das competências estabelecidas, de modalidades de estudo mais diversas: além das físicas e ambientais, também as socio-económicas e culturais.

4.2.7.1 Departamento de Meio Ambiente

A lei 285/2000 explicita, para além da criação do próprio Comité Organizador de Turim 2006, ou TOROC, a exigência de criação de um departamento interno especializado na questão ambiental: o Departamento de Meio Ambiente. Sua função é, de acordo com a lei 285/2000, a elaboração de planos de prevenção de danos ambientais, monitorização da qualidade dos componentes naturais já alterados, mesmo após o término do evento e das actividades do TOROC. Passa pelas competências do Departamento Ambiental do TOROC a elaboração dos:

- Plano geral de resíduos inertes;
- Plano geral para a mobilidade sustentável;
- Plano para a segurança de empregados e comunidade;
- Plano de prevenção de riscos naturais;
- Plano geral para administração de recursos hídricos;
- Planos de paisagem ambiental (para cada área geográfica diferente pertinente ao programa olímpico);
- Directrizes para sustentabilidade do projecto, desde a construção e operação da Vila Olímpica e Vilas de Media.

4.2.7.2 Avaliação Ambiental Estratégica (VAS)

Toda a candidatura, e a organização dos Jogos, estavam assentadas no controle próximo das transformações efectuadas no conjunto das intervenções olímpicas. E o grande instrumento para a avaliação e controlo de todos os desdobramentos do evento olímpico é a chamada Valutazione Ambientale Strategica (Avaliação Ambiental Estratégica). Prevista e oficializada na legislação de diversas escalas governamentais – Lei Nacional 285/2000, Directiva Nacional EC 42/2001, Lei 40/1988 da Região do Piemonte, Directiva Européia em 1998 – pode ser definida como um processo sistémico cuja função é avaliar as consequências, positivas ou negativas, que as acções, planos, políticas ou iniciativas propostas no programa podem gerar nos meios físico, ambiental, socio-económico e cultural dos territórios tocados pelo projecto olímpico, de maneira a poder evitar ou minimizar os desdobramentos negativos e reforçar os positivos (Dansero, E. et al, 2002; Gambino, R. 2002). Explicita-se a importância das consequências que possam ser produzidas pela intervenção olímpica desde etapas precoces no processo de decisão. É nesta fase que a VAS pretende actuar mais preferencialmente, quando tais considerações têm maior possibilidade de sucesso na resolução dos problemas, afinal, para muitos problemas ambientais, socio-económicos ou culturais, a prevenção pode ser não só a solução mais viável, mas em alguns casos a única disponível.

Sobre a VAS, Segre comentou: “tal procedimento deriva da necessidade dos impactos ambientais serem considerados conjuntamente com aspectos sociais e económicos na promoção de políticas, planos e programas. Foi portanto sobreposto o procedimento de avaliação de impacto ambiental limitado a projectos singulares, e naqueles realizados conjuntamente, na fase de plano ou de programa, por ter em conta prematuramente todas as alternativas possíveis (Ministerio Dell’Ambiente, 1999, como citado em Segre, A. 2002). O primeiro momento da avaliação preliminar deve seguir uma atenta monitorização da fase seguinte de realização, e assim sucessivamente, da fase de gestão de impacto, da operação, da infra-estruturação, de serviços, de análise de impacto” (Segre, A. 2002).

“Ela deve avaliar o programa em sua totalidade, tendo em consideração as intervenções individuais como parte integrante de um programa: a avaliação se aplica ao sistema em si, e não uma única operação (ao contrário da VIA). Isso, considerando-se que ela intervém em uma fase muito precoce no processo de actuação, quando as intervenções singulares estão definidas em primeira aproximação, porque os projectos em si são dispostos em fase posterior à primeira fase da Avaliação Estratégica” (Gambino, R. 2002). (A análise dos projectos de maior impacto será feita através do instrumento VIA, que será analisado logo a seguir).

A VAS, de acordo com o texto da directiva europeia e a directriz do Ministério do Ambiente, desdobra-se para atingir o processo de desenvolvimento e implantação do programa olímpico em sua totalidade, desde a fase de projecto até a de implantação, também a de gestão da operação, administração das instalações construídas, permeando todos os momentos do processo olímpico. Para tanto, está programada a elaboração de três desdobramentos da VAS: a VAS ex-ante, VAS intermédia, e VAS ex-post, com análise de pontos críticos e factores de risco durante todo o processo, e elaboração de estratégias de compensação para aqueles impactos considerados realmente inevitáveis.

4.2.7.3 Avaliação de Impacto Ambiental (VIA)

O VIA é um instrumento de monitorização e avaliação, de aplicação específica para cada operação, principalmente para aquelas conhecidamente sensíveis para o equilíbrio ambiental local. Esta prevista a elaboração de VIA para as intervenções de maior impacto ambiental: para as intervenções de execução das infra-estruturas para as competições de Salto com Esqui, em Pragelato, e de Bobsleigh, em Cesana e San Sicario.

“Um aspecto fundamental para nossa visão de planeamento é definir e administrar com antecedência a situação crítica. No caso do Bobsleigh e do Salto de Esqui, nós iremos usar os lucros conseguidos para criar uma fundação que lide com estas estruturas críticas” (Castellani, V. 2002).

4.2.7.4 Plano para a Monitorização Ambiental

Trata-se de um instrumento de avaliação a posteriori dos efeitos dos Jogos Olímpicos, incidente principalmente na qualidade ambiental das instalações e locais olímpicos desde o momento da sua abertura em diante, com geração prevista de relatórios de avaliação ambiental com frequência anual.

4.2.7.5 Plano para a Educação Ambiental

Promovido pelo TOROC, é um programa com a função de divulgação e explicação das mudanças em curso. É pensado para instruir os professores, que serão os agentes de divulgação dos conhecimentos para os seus alunos.

Além de todos os planos e avaliações previstas, ainda há a CONSULTA AMBIENTAL, que incide sobre planos gerados com o objectivo de elaborar pareceres (nem sempre obrigatórios) segundo o enfoque da sustentabilidade ambiental, após estudos, discussões e avaliações, além de ser um meio de contacto com as populações afectadas por questões conflituosas.

Os Jogos Olímpicos de Inverno de Turim 2006 foram grandemente fundamentados em plataforma que valorizava muito a questão ambiental. Foi definitivamente um dos critérios vencedores no processo de candidatura. A necessidade de honrar a promessa de valorização da questão ambiental, e também a pretensão de buscar a perfeição no mesmo tema – pretensão essa que envolvia inclusive a conquista do título de excelência ISO 14000, para actividades eco-sustentáveis, para o evento olímpico como um todo – levou à elaboração de uma complexa rede de planos, avaliações e órgãos, com o válido objectivo de prevenção de impactos ambientais e solução dos danos em etapas precoces – ou seja, antes de serem produzidos – e monitorização daqueles danos realmente impossíveis de serem evitados, mesmo após o fim das actividades do TOROC.

Em realidade, originou uma demanda de trabalho excessiva para o TOROC. Quando se imagina que, além de programar um evento tão grande, ainda precisa-se elaborar todo um elenco de planos e avaliações, fazer previsões para cada acção, para cada decisão, para cada política, tudo isto traz, inexoravelmente, a preocupação com a exequibilidade de uma proposta tão extensa e tão complexa.

O aumento da demanda de trabalho, instituído por lei, para os Jogos Olímpicos de Turim 2006, que foi um dos grandes elementos da vitória da candidatura da cidade, pode ter trazido para a organização um fardo mais pesado do que seria possível comportar, tendo em vista a pressão gerada pelos prazos rígidos. Por mais que seja paralelamente programada a existência de um departamento especializado para as questões ambientais, o aumento da demanda de trabalho pode vir a consumir força, estudo e verbas que, em algum momento do processo, podem ser necessários em outros campos.

Porém a iniciativa de protecção do meio ambiente, desenvolvida através da série de instrumentos, planos, avaliações e monitorizações programados pela organização dos Jogos Olímpicos, é válida e precisa ser garantida, devido ao risco talvez incorrigível de danos seríssimos para o ecossistema alpino, com consequências graves para a cidade.

A situação que se coloca suscita cogitar, na hipótese de falta de recursos financeiros ou de tempo, qual a real prioridade da organização dos jogos: o sucesso do evento ou a garantia da qualidade ambiental do ecossistema alpino. E, igualmente, de que modo será feita esta escolha, ou seja, qual a depreciação ou adaptação que a parte perdedora sofrerá no processo de execução. Considerando-se os riscos de elaboração de um evento deficiente e os impactos negativos que isto teria para a imagem da cidade em âmbito internacional – o que afastaria a possibilidade de sucesso em outros aspectos considerados como consequências desejadas do processo de execução dos Jogos Olímpicos – pode-se supor que há maior possibilidade de fragilização no esquema de protecção ambiental contra os impactos das intervenções necessárias aos jogos.

Mesmo após o momento da sua oficialização, a VAS sofre oposição política de alguns que defendem, talvez com alguma consciência, alternativas de simplificação. Realmente, após a análise da bibliografia, esta opção coloca-se como alternativa viável, pois transparece alguma sobreposição de competências entre os instrumentos colocados acima, o que indica, no mínimo, a repetição de trabalhos já realizados, e pode consumir recursos importantes, tanto financeiros como laborais ou temporais de maneira desnecessária, em algumas fases de trabalho.

Tendo-se uma previsão de algum atrito futuro em razão das prioridades estabelecidas entre as escolhas já feitas e aquelas impostas no decorrer do processo de planeamento e execução do evento, resta a esperança de que o Comité Organizador consiga um caminho alternativo, conciliador entre os elementos projectados, as demandas colocadas e os condicionantes ao processo de trabalho.

4.2.8 ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS MAIS PRECOSES DA INTERVENÇÃO OLÍMPICA

Os Jogos Olímpicos foram uma grande celebração para a cidade e seus moradores. A festa organizada, com apresentações musicais interrompidas para o anúncio dos medalhistas, conseguiu ampliar a repercussão das vitórias desportivas para toda a multidão que se apertava nas principais praças da cidade para acompanhar os eventos programados. Segundo relatos de moradores, todo o centro tradicional estava em festa, com eventos em suas diversas praças e espaços, que atraiu não apenas a população moradora mas também um contingente de visitantes de várias regiões próximas, não apenas da própria Itália, mas também de outros países vizinhos.

O clima da celebração olímpica expandia-se por toda a cidade, através dos elementos de divulgação que foram colocados em inúmeros sítios da cidade, além dos principais eixos de circulação metropolitana. Totens, vasos, esculturas, bandeiras, cartazes, faixas, adesivos, em suma, uma grande variedade de veículos foram utilizados para divulgar os Jogos Olímpicos pela cidade e também para implantar o espírito de participação na celebração olímpica em toda a população presente durante o evento, e mesmo depois dele.

Quem visita Turim actualmente ainda tem uma boa mostra do quanto foi grande, variada e elaborada a celebração dos Jogos Olímpicos de Inverno. As bandeiras e faixas ainda tremulam nos postes da cidade, os totens, os vasos e as esculturas instalados por inúmeros sítios do tecido urbano ainda mantém sua beleza, e sofreram pequenas adaptações para manter a utilidade como instrumentos de divulgação dos eventos da cidade, após o fim dos Jogos. O antigo espaço do Atrium Torino – dois edifícios construídos na Praça Solferino que serviam para a recepção dos visitantes e para espaço de divulgação dos patrocinadores, já tiveram seu uso modificado, no entanto, ainda guardam relação muito estreita com a intervenção olímpica. Um dos edifícios recebe a Capital Internacional do Livro, conjuntamente com Roma, um dos eventos atraídos para a cidade em função da divulgação da cidade em consequência dos Jogos Olímpicos, e da actuação activa dos actores locais. O outro edifício recebe uma exposição que oferece para todos os visitantes um bombardeamento de experiências geradas pela celebração olímpica (foto 122). De fotos variadas, de atletas e público comum, vídeos das cerimónias de abertura e encerramento, de alguns eventos desportivos, e das apresentações musicais, da entrega de medalhas, além da presença física de réplicas da tocha olímpica, dos elementos de divulgação urbana das olimpíadas, inclusive consolas de videojogos que disponibilizam os Jogos Olímpicos de Inverno de Turim nesta forma de media. Visitar esta exposição é ser testemunha da celebração olímpica, mesmo com um atraso de meses desde a cerimónia de encerramento. O espaço entre estes dois edifícios é hoje uma área para eventos, onde por exemplo foram transmitidos os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2006.

Para as intervenções planeadas para a cidade de Turim, é muito clara a opção presente nas intervenções físicas relacionadas com o projecto olímpico de construir um eixo de valorização imobiliária segundo um eixo Sul, em direcção da área de Lingotto, que desde da década de 1990, é objectivo de tentativas de valorização imobiliária. Mesmo após a execução da grande intervenção no antigo edifício fabril da FIAT – planeada pelo arquitecto Renzo Piano, que implantou através de um programa muito complexo uma grande multiplicidade de funções para o complexo, de centro comercial, de convenções, feira de exposições, centro cultural, salas de espectáculos, hotel, etc – passando pela organização da reunião do G7, várias são as tentativas de desenvolver o potencial imobiliário desta área, afinal reverter a dinâmica de desvalorização das grandes propriedades industriais obsoletas presentes na área é de extremo interesse para as suas proprietárias. Apesar da grande infra-estrutura concentrada em torno de Lingotto, o objectivo

de valorização não foi conseguido, principalmente por ser muito pontual e ter carência de articulação com o centro histórico e com as áreas mais valorizadas da cidade, localizadas do outro lado do rio Pó.

Após tantas tentativas de fortalecer o papel de nova centralidade de Lingotto, a grande concentração de equipamentos públicos, a falta de articulação entre esta área e a centralidade tradicional passou a ser um grande problema para a cidade. Trazer utilização para a infra-estrutura concentrada em Lingotto passa novamente pelo fortalecimento do interesse imobiliário desta área, que satisfazia grupos de grande poder económico e político. Esta necessidade de conexão entre estas centralidades alimentou a elaboração da Espinha Central, planeada no Plano Regulador de 1995, um grande eixo que cruzaria a cidade de norte a sul.

Os Jogos Olímpicos aparecem como meio para concentrar os recursos atraídos pelo evento na execução de intervenções que conseguissem forjar esta articulação entre as centralidades do centro histórico e de Lingotto através de um corredor de grande qualidade espacial, que direcione, além do público, da circulação rodoviária e ferroviária, também o interesse público e imobiliário. Não é por acaso que a grande parte das intervenções construídas na cidade de Turim passam ou pelo fortalecimento da centralidade de Lingotto (Vila Olímpica e Mercado Comunal, Estádio Olímpico, Palasport, Palaghiacchio, Palavela, Oval) ou pela construção dos troços da Espinha Central que ligam Lingotto até o centro tradicional (foto 47).

A criação do cenário do Passeio Ferroviário que corresponde ao trecho 2 e parte do trecho 1 da Espinha Central resultou em um eixo urbano de muita qualidade ambiental, de espaços públicos agradáveis, de mobiliário urbano que gera impacto, e com um conjunto de grandes esculturas que colaboram para aumentar o seu potencial iconográfico dentro da cidade (fotos 80 a 94). No entanto, o novo corredor viário ainda não foi totalmente absorvido pela população, e os espaços contemplativos existentes em seus largos passeios ainda não recebem um público quotidiano muito vasto. Provavelmente, com o tempo, o novo eixo participará mais da vida comum da cidade, e os índices de tráfego e também de pessoas em seus passeios tem tendência a aumentar, principalmente quando os novos edifícios habitacionais em execução no trecho mais ao sul do Passeio estejam terminados e recebam seus novos moradores. No entanto, se considerarmos que este eixo era anteriormente uma grande fenda no desenvolvimento da cidade, representada pelo caminho-de-ferro e de todos os seus impactos na evolução de um contexto urbano, pode-se quantificar o quanto a cidade ganhou em trocar uma barreira física e urbanística por um espaço público qualificado, de qualidade ambiental e que ainda aumenta as opções de mobilidade urbana, através de mais uma via de circulação para a cidade, e da manutenção das qualidades do caminho-de-ferro, afinal ele continua em actividade, no nível subterrâneo. Para o mercado imobiliário, a intervenção já resultou, como é notável através dos vários novos edifícios a construir em antigos terrenos obsoletos (fotos 87, 88 e 94).

O espaço da Piazza d'Armi, em frente ao Estádio Olímpico, já recebe um bom número de usuários, principalmente por se tratar de um equipamento já existente, que passou por algumas obras de melhoria (fotos 60 a 63 e 70). O hábito de utilizar a Piazza d'Armi já estava presente na vida quotidiana da cidade.

Já a Vila Olímpica e o Mercado Geral ainda têm seu acesso restrito. Ambos ainda não foram abertos para a utilização pública, pois ainda servem para alojamento de público atraído pelos eventos que a cidade está a receber. Sua utilização como infra-estrutura de acolhimento ainda estará activa até, no mínimo, o início de 2007, quando a cidade receberá as Olimpíadas Universitárias de Inverno.

Das intervenções divulgadas para o período dos Jogos Olímpicos, nem todos conseguiram ser terminadas. Todas as instalações directas foram finalizadas, todas as intervenções essenciais para os Jogos foram executadas (fotos 53 a 56). No entanto, a divulgação das várias transformações previstas para a cidade em período paralelo aos Jogos revela algumas que ainda não conseguiram ser terminadas. A duplicação do Instituto Politécnico ainda não foi concluída, apesar de estar bem avançada em seu edifício mais importante: o que transpõe-se por cima do Passeio Ferroviário. Outras estão em plena execução, mas a data de entrega ainda está distante: a nova estação de Porta-Susa (foto 57) e a construção do Centro Cultural e Biblioteca na área da Espinha 2, limítrofe à área de ampliação do Politécnico.

Quanto às instalações desportivas, os Jogos Olímpicos de 2006 conseguiram desenvolver em Turim uma infra-estrutura variada, com a adição de um pavilhão especializado em desportos sobre o gelo, a modernização do antigo Estádio Comunal, o desenvolvimento de uma série de instalações que podem abrigar múltiplas utilizações, inclusive as desportivas. Com o Estádio dos Alpes, o Estádio Olímpico, três pavilhões polidesportivos com nível para competições internacionais, mais uma série de outras instalações passíveis de adaptação para este mesmo fim, Turim reúne um conjunto de instalações desportivas de alto grau de qualidade, que a coloca em posição de receber grandes eventos desportivos, mesmo a versão de Verão dos Jogos Olímpicos.

Para alimentar a utilização proveitosa desta ampla rede de instalações desportivas, e também da recém aumentada indústria turística da cidade, uma série de programas de fomento da actividade turística estão em desenvolvimento. Ser sede olímpica representou a Turim entrar no mercado de cidades aptas a receber competições desportivas internacionais, e várias já foram recebidas, ou estão em planeamento, dentre as quais um campeonato de atletismo de pista curta, olimpíada de xadrez, campeonato mundial de esgrima, tanto para atletas normais como para portadores de necessidades especiais (fotos 117 a 122). O planeamento destes eventos tomou uma escala diferenciada após os Jogos Olímpicos, com a intenção de envolver a população da cidade através de iniciativas de divulgação do evento em praças públicas, no centro histórico. A olimpíada de xadrez, por exemplo, levou para a Praça São Carlos, um dos corredores

mais importantes do centro tradicional, uma grande exposição sobre a história do xadrez, com a presença de quatro grandes tabuleiros e peças em escala exagerada, que possibilitavam não só jogar mas também entrar literalmente no jogo, o que atraiu muito a população, principalmente as crianças da cidade (fotos 117 e 118).

Com o objectivo de aumentar a capacidade de atracção turística de Turim, uma série de pacotes turísticos foram organizados, relacionados com outros aspectos da cidade diversos da oferta desportiva. Estes pacotes, que baseavam-se na gastronomia, com ênfase no chocolate, na relação com o design, com o automóvel, no vasto parque arquitectónico de características barrocas, foram elaborados para aumentar as opções turísticas na cidade e, em paralelo, desenvolver outros tipos de actividades económicas da cidade, além de expandir o público passível de interesse na cidade, pela ampliação da variedade de opções turísticas oferecidas.

Portanto, como demonstrado, Turim após os Jogos Olímpicos é uma cidade que trabalha para manter as conquistas trazidas pelo evento, e para desenvolver as potencialidades conquistadas para preparar a cidade, seu mercado e sua população para os visitantes que foram atraídos pelas Olimpíadas de Inverno. Percebe-se o grande esforço para manter uma política coerente para o desenvolvimento urbano, que mantenha seus princípios, independente da presença do evento, apropriando-se das novas potencialidades ganhas pela cidade no processo de preparação para os Jogos Olímpicos para conseguir novas conquistas.

Esta coerência impressa ao desenvolvimento da cidade, mesmo após o fim do evento, é em grande parte devida a produtos do processo organizacional, que conseguiram permanecer independentemente do fim dos Jogos: a Agência Turim 2006, e a Associação Turim Internacional.

A AGÊNCIA TURIM 2006 (Agência para o Desenvolvimento dos XX Jogos Olímpicos de Inverno “Turim 2006”) nasce em 2006 de uma lei do estado (nº 285/2000 e nº 48/2003), com duas funções: concentrar e organizar os trabalhos necessários ao desenvolvimento das XX Olimpíadas de Inverno; e ser o órgão responsável pela execução do plano de intervenções relacionado com o evento e aprovado do governo italiano. De formação mista, com participação de todas as esferas administrativas públicas relacionadas (Câmara Municipal de Turim, Província de Turim, Região do Piemonte, Presidência do Conselho, Governo Italiano através da Comissão de Ministros), com relação próxima com o TOROC, o Comité Olímpico Italiano, e o Comité Olímpico Internacional, a Agência Turim 2006 foi a responsável legal directa pelas grandes intervenções executadas por ocasião dos Jogos. Após o fim do evento, concentra as actividades ainda activas relacionadas com as intervenções participantes do programa olímpico. Após a dissolução do TOROC (Comité Organizador dos Jogos de Turim 2006), toda a documentação, as actividades e a responsabilização dos Jogos passaram para este órgão.

A ASSOCIAÇÃO TURIM INTERNACIONAL é composta actualmente de 120 associados que compreendem agências públicas, instituições confidenciais, organizações, centros cultural, companhias, câmaras municipais, associações da categoria. A tarefa da associação, fundada em Maio de 2000, é dar suporte para a promoção e comunicação das oportunidades oferecidas no plano estratégico, promovendo a interacção entre os actores que representam os diversos interesses complementares na área metropolitana de Turim. Da mobilização e organização de actores reunidos para a elaboração e implantação do projecto olímpico, e das ricas interacções entre eles, foi fundada esta organização, responsável desde então pelo fomento de reflexões constantes sobre o futuro da região de Turim, que passam para a elaboração dos planos estratégicos desde então. A Turim Internacional ficou como o grande agente congregante de actores, formador de consensos e construtor e organizador do desenvolvimento urbano para a cidade e sua região. De maneira bastante activa, a fundação da Turim Internacional é o principal responsável pela elaboração das políticas interligadas para o desenvolvimento, através da manutenção de orientação implantada através do Plano Estratégico de 2000 – analisado no ANEXO X e comentado anteriormente – e desenvolvida através dos 1º e 2º Planos Estratégicos Metropolitanos. Todas as medidas de desenvolvimento da actividade turística, de reforço do sistema de instituições de ensino, de fomento do novo empreendedorismo, dentre outras, são derivadas das determinações presentes nos planos que são produtos desta organização.

A Associação Turim Internacional aparece como a grande herança deixada pelos Jogos Olímpicos para o futuro de Turim, gerada não das intervenções físicas, nem da divulgação massiva nos meios mediáticos, mas sim do processo organizacional e das interacções criadas entre os actores presentes no processo de planeamento. Ela consegue concentrar o maior potencial pró-activo e transformador da realidade da cidade, sem enfraquecer sua força com o passar do tempo.

As iniciativas de desenvolvimento de novas potencialidades geradas após o fim do evento olímpico podem representar, segundo exemplo de Barcelona, anteriormente analisado, a conquista de um nível superior dentro do mercado turístico nacional e internacional, de forma a construir uma imagem que transborda a de sede olímpica, e que consegue manter-se positiva e relevante por mais tempo dentro da cultura mundial. Isto é determinante para poder retirar do grande esforço que é receber e organizar uma edição dos Jogos Olímpicos uma quantidade mais ampla possível de consequências positivas.

Segundo o que se pode observar em Turim, pode-se prever que o conjunto da melhoria de infra-estruturas desportivas e hoteleiras, do factor gerador de dinâmicas de melhoria da qualidade de vida que as instalações olímpicas costumam trazer, e das iniciativas paralelas de desenvolvimento da capacidade de atracção turística da cidade, e a continuação das intervenções físicas na cidade, tudo isto conforma um ambiente muito favorável para que as consequências dos Jogos Olímpicos para a cidade consigam determinar melhorias urbanas mais amplas como resultado posterior.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os Jogos Olímpicos já demonstraram, durante estes 110 anos de edições periódicas, sua capacidade transformadora sobre o contexto que o recebe. Seu potencial de interferência consegue romper fronteiras e espalhar seus impactos de forma generalizada, através das redes de fluxo viário, relacionais, comunicativos, de interação entre pessoas e mercados.

Seu carácter multidisciplinar abre, aos agentes planeadores do desenvolvimento urbano, dentre as possibilidades de aplicação de seus impactos, uma larga gama de orientações possíveis, de acordo com o descrito no item 4.3 da parte II deste trabalho. Os Jogos Olímpicos podem ser instrumento para modificações que vão da ampliação do espaço urbano qualificado da cidade até a construção de redes de articulação de transportes mais eficientes entre a cidade e o resto do mundo, passando ainda pela construção e valorização de uma identidade comum para uma determinada região. O potencial presente nos Jogos Olímpicos para transforma-los de apenas um evento em grande escala para uma importantíssima ferramenta para o reforço, ou a modificação, do caminho evolutivo urbano, com a capacidade de marcar um ponto de viragem para a cidade, sua estrutura e sua relação com os seus cidadãos e também com o mercado global.

Alguns elementos indissociáveis ao evento olímpico podem representar meios poderosos para conseguir induzir a evolução urbana: a associação, durante um período único, da exposição massiva em meios mediáticos variados, do volume de capital externo que é inserido no sistema económico local, do aumento da actividade construtiva, e do aumento das relações sociais entre os moradores da região, são os elementos fundamentais para a multidisciplinaridade da capacidade transformadora que o evento olímpico pode ter. A variação dos métodos de aplicação e da ênfase dada a cada elemento destes no programa olímpico é a causa da múltipla valia que os Jogos Olímpicos, e os impactos por ele produzidos, podem vir a operar sob o contexto onde foi aplicado.

A crescente vertiginosa do número de cidades que demonstram interesse em ser anfitriã do evento olímpico mostra o crédito atribuído a ele em âmbito mundial como agente de efeitos transformadores para o ambiente urbano. São, a cada processo selectivo, mais cidades que depositam suas esperanças nos Jogos Olímpicos e nos elementos indissociáveis a eles como possibilidade concreta de solução para listas vastas de problemáticas apresentadas por elas, resultado, às vezes, de anos acumulados de processos urbanos depreciativos e inadequação de trechos do tecido urbano às necessidades dos moradores ou da economia local.

No entanto, o processo de reflexão sobre as consequências para a cidade muitas vezes é abreviado, a discussão urbana sobre a participação no processo selectivo é restringida aos agentes mais relevantes da sociedade local, e a consideração das consequências de se assumir o compromisso de receber as Olimpíadas pode ser limitado e falho, a ponto de se construir uma imagem errada do evento e suas consequências.

Ser escolhida sede para os Jogos Olímpicos implica na garantia, por parte da cidade e da sua sociedade, de que uma série de infra-estruturas urbanas são aptas a receber o evento e podem manter um alto nível de qualidade dos serviços. Implica no compromisso de que, na data estipulada para o evento, a cidade dará condições para que o evento decorra com alto nível de qualidade, de maneira a construir um ambiente favorável ao melhor desempenho possível dos atletas em suas modalidades, devidamente protegidos de possíveis interferências externas que possam vir a ser depreciativas, tanto fisicamente como psicologicamente, à sua capacidade de actuação em suas competições.

Ser uma cidade apta a receber um evento desportivo e cultural com a magnitude dos Jogos Olímpicos implica ter capacidade de absorver, em todos os aspectos da vida urbana, uma demanda de pico muito diferente daquela apresentada normalmente pela cidade, de maneira a garantir serviços de qualidade elevada a todos, não apenas aos participantes dos Jogos, mas também aos visitantes atraídos à cidade durante aquele mesmo período, e, principalmente, aos cidadãos. Nenhuma cidade pode dar-se ao luxo de abster-se de suas actividades quotidianas, de sua produção económica, de seus serviços básicos, para dedicar-se apenas às actividades relacionadas com os Jogos Olímpicos, durante um período de mais de um mês, entre Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Para tanto, é essencial que as infra-estruturas essenciais – fornecimento de água, energia eléctrica, gás canalizado, telecomunicações – assim como os serviços essenciais – transportes públicos, segurança pública, sistema de saúde – estejam preparados para atender à demanda adicional, sem riscos de ruptura ou falência. Igualmente, os ramos de serviços relacionados com os sectores de recepção, entretenimento, lazer, precisam estar preparados para servir, mantendo-se um nível elevado de qualidade, o público atraído pelo evento e também a população local.

Igualmente, na data estipulada para o evento, a cidade precisa ter à disposição um conjunto de instalações desportivas que estejam preparadas para receber eventos desportivos internacionais de elite. Além disso, a cidade precisa ter grande possibilidade de articulação. É essencial que seja fácil e eficiente chegar e sair da cidade, assim como movimentar-se dentro dela, de modo a evitar sobrecargas nos sistemas, instalações e vias de transporte.

Quando a cidade já conta com infra-estruturas aptas a receber grandes fluxos de visitantes, ou já conta com uma rede de instalações desportivas aptas a receber eventos de elite, os investimentos para preparar a

cidade para o evento são relativamente reduzidos, e limitam-se a adaptar o que é existente para as demandas de pico ocasionadas pelo evento. No entanto, para uma cidade ainda em desenvolvimento, carente em alguns, ou muitos, dos aspectos listados anteriormente, a quantidade de adaptações necessárias para trazer a cidade da situação actual à situação ideal é muito grande, e exige investimentos largos, muitas intervenções de grande nível de impacto e muito tempo para planeamento e execução das mesmas.

Por maiores que as fontes de investimentos mais comuns e importantes para o evento – negociações de direitos de transmissão e patrocínios – possam gerar divisas de valor altíssimo para o financiamento do evento e das intervenções com ele relacionadas, os seus gastos representam uma lista muito extensa e totalizam valores igualmente altos. Encontrar o equilíbrio entre rendimentos e gastos é complicadíssimo, proporcionalmente mais complexo em função da quantidade de intervenções inseridas no programa olímpico. Enquanto as exigências do evento têm prioridade garantida no orçamento, pois o compromisso assumido com o Comité Olímpico Internacional garante a qualidade do evento e das actividades relacionadas com seu funcionamento interno, as intervenções aplicadas na cidade acabam por perder a importância, em vista ao seu preço geralmente elevado em relação ao orçamento restrito disponível.

Porém, se as transformações no espaço urbano da cidade estão em posição prioritária tão inferior, tão a segundo plano em relação a outros gastos, como o potencial modificador dos Jogos Olímpicos pode ser uma das suas características mais conhecidas, e que ainda consegue atrair gradualmente mais cidades para a competição por recebê-los? Devido ao esforço interno a cada organização, em agregar forças oriundas de todos os grupos da sociedade, para poder fazer dos Jogos Olímpicos um momento ímpar na história da cidade, que marca um salto no desenvolvimento da cidade.

Ao contrário do que pode parecer, ganhar o processo selectivo para receber uma edição dos Jogos Olímpicos não é certeza de desenvolvimento para a cidade. Não é garantia de que os efeitos produzidos pelos Jogos poderão ocasionar melhorias para a cidade, nos ramos económico, social, ambiental, político ou cultural. Os Jogos Olímpicos são, acima de tudo, uma ferramenta, muitíssimo delicada, para o desenvolvimento urbano. É essencial saber utilizá-los de forma a garantir que seu potencial seja utilizado de modo a fomentar movimentos de melhoria sólidos e perenes, e acelerar processos urbanísticos, económicos ou sociais já antes programados. O uso inadequado desta ferramenta, ou seja, utilizar os efeitos dos Jogos Olímpicos segundo orientações incompatíveis com as reais necessidades da cidade, pode agravar problemas já existentes e atrasar muito mais o desenvolvimento mais correcto da cidade, pois envolve solucionar não apenas os problemas já existentes como também aqueles originados por um programa olímpico possivelmente incompatível, consumindo recursos, trabalho e tempo que podiam ser direccionados para um desenvolvimento mais correcto.

Garantir que os efeitos catalizadores dos Jogos Olímpicos sejam utilizados para a aceleração de processos benéficos para a evolução urbana envolve questões colocadas durante todo o processo de planeamento, execução e administração do evento olímpico e suas intervenções relacionadas. Porém, grande parte das escolhas relevantes para este fim é feita nas etapas mais precoces do processo, mesmo antes da ideia de relacionar uma série de transformações concatenadas com o acontecimento do evento olímpico.

5.1 RECOMENDAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DO PROGRAMA OLÍMPICO

Muitas vezes o desejo por poder ser sede de uma edição dos Jogos Olímpicos faz com que as cidades acelerem um processo muito importante para certificar-se da aplicabilidade positiva dos Jogos Olímpicos e pulem etapas essenciais no processo de concepção do programa olímpico. Partem directamente para a elaboração do programa olímpico de acordo com os interesses dos poucos agentes reunidos no processo.

Apesar dos Jogos Olímpicos terem um potencial positivo para a cidade, algumas das suas consequências mais imediatas são de extremo interesse para alguns sectores económicos, como o hoteleiro, o da construção, imobiliário ou de lazer. A pressão destes sectores dentro de um grupo restrito de agentes pode comprometer o exercício, extremamente importante tanto para o futuro da cidade quanto para a execução do evento, da elaboração do programa olímpico. Acelerar o processo nesta etapa inicial implica em aumentar consideravelmente a possibilidade de distanciamento entre o programa olímpico e uma orientação realmente mais indicada para a evolução urbana, e ocasionar perdas consideráveis para a cidade.

No contexto da concepção do programa olímpico, a relação com os estudos executados anteriormente é essencial para garantir uma orientação mais interessante para a cidade, mais condizente com suas reais necessidades, potencialidades e fraquezas. Em realidade, a prioridade e a hierarquia frequentemente colocada é geralmente invertida: o primordial para um crescimento positivo da cidade é a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento urbano, para, daí então, em meio à elaboração do plano estratégico, surgir a possibilidade de enquadrar parte das acções planeadas como parte do programa olímpico.

A iniciativa de ser candidata deve aparecer de forma natural, com o conformar de um ambiente favorável para a utilização da ferramenta “Jogos Olímpicos” na evolução da cidade, e subordinada necessariamente a processos de elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento urbano. Ter o evento em si como meta é, no mínimo, negligenciar sua grande capacidade de detonar efeitos variados na cidade, sua economia, sua população, se direccionado de forma correcta, e associado com outras medidas anteriores e posteriores ao período olímpico.

Isto que foi denominado de “ambiente favorável para a utilização da ferramenta Jogos Olímpicos” envolve a constatação de algumas características comuns entre planos estratégicos e programa olímpico, que são essenciais para que as Olimpíadas tenham possam deixar mais impactos positivos, pois definem uma orientação básica comum para que os dois possam ser complementares ou coerentes entre si.

Segundo a experiência exposta nos estudos de caso e em outras edições dos Jogos que produziram resultados positivos nas suas cidades, o procedimento que se mostra com mais garantias de gerar efeitos benéficos para a cidade e, ao mesmo tempo, de que o evento olímpico será executado com qualidade, não se inicia com um enfoque directo nos Jogos Olímpicos. Começa com a determinação de uma política orientadora das intervenções para um período mais amplo. A escolha de se utilizar do evento olímpico só aparece posteriormente no processo. Em Barcelona, as intervenções planeadas para as Olimpíadas de 1992 enquadram-se em uma política do Ajuntamento para a correcção de sucessivos “erros urbanísticos” cometidos pelas administrações anteriores à democratização, em um momento no qual corrigi-los através de intervenções pontuais já não demonstrava eficiência para inverter as características de degradação urbana ainda presentes por vários sítios do tecido urbano. Em Turim, os Jogos Olímpicos de Inverno de 2006 enquadram suas intervenções como instrumento para a aceleração da execução de algumas medidas apresentadas em meio ao Plano Regulador de 1995.

É importante que o processo de determinação das estratégias e elaboração dos planos estratégicos para a cidade não tenha como condicionante inicial a pressão para tentar forçar um enquadramento delas dentro de um possível programa olímpico. Neste estágio inicial, independente ainda das demandas e orientações do Comité Olímpico Internacional em relação ao evento, os actores relevantes participantes do processo precisam centrar suas prioridades sobre o desenvolvimento da cidade, de uma forma que seja passível de aplicação autonomamente à existência do evento olímpico. É importante lembrar que, por mais que o interesse das cidades no processo selectivo esteja em uma crescente, as exigências para com a cidade anfitriã aumentam gradualmente, e o número de cidades campeãs no processo nunca aumenta. Deste processo, cada vez mais complexo e competitivo, somente uma candidata sai com a vitória. Vitória esta que, é interessante voltar a destacar, não significa receber os prémios pretendidos.

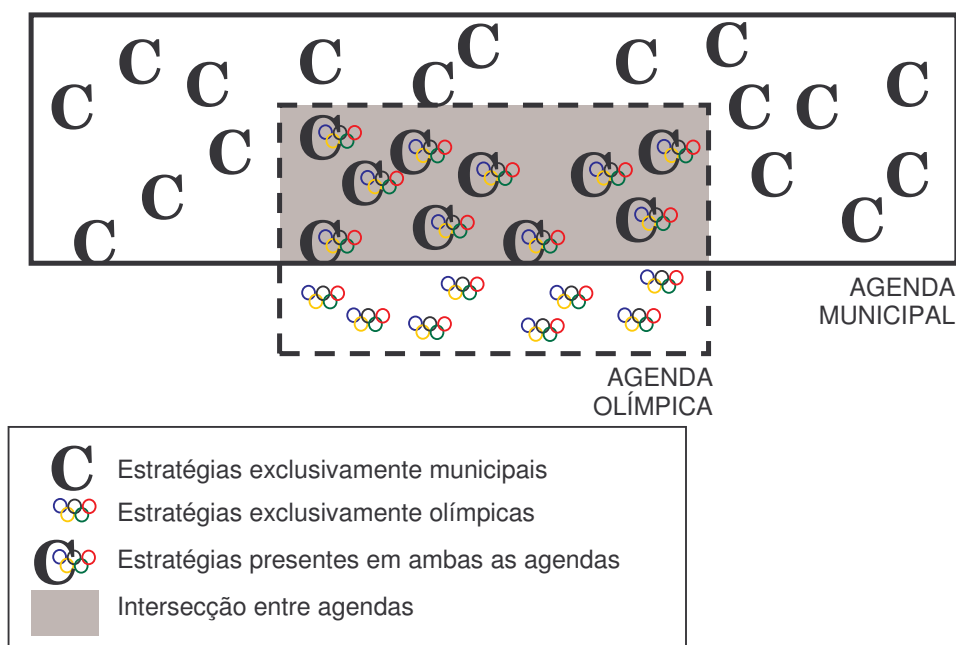
O processo de elaboração dos planos estratégicos deve correr de forma independente, regido pelos seus próprios prazos, segundo os procedimentos mais adequados ao seu caso específico, de preferência com uma participação ampla de actores que defendem interesses variados e representam grupos diferentes da população da cidade. Somente após a elaboração das considerações mais importantes, de definidas as estratégias mais importantes e algumas acções mais amplas pode-se analisar a viabilidade de aplicação dos Jogos Olímpicos como instrumento para a execução do plano estratégico.

5.1.1 SOBREPOSIÇÃO ENTRE AGENDAS DO PLANO ESTRATÉGICO E EVENTO OLÍMPICO

A Agenda do evento olímpico é cheia de pontos essenciais para garantir uma recepção de qualidade do público relacionado e dos visitantes atraídos por ele, assim como a possibilidade de que o evento seja bem executado, que ele possa dar aos atletas, grandes estrelas do evento, plenas condições para ter o seu melhor rendimento em suas provas. São exigências muito específicas e fixas, relacionadas com os sectores de receptividade e entretenimento, com a facilidade de acesso à cidade e ênfase sobre a infraestrutura desportiva, como demonstrado na parte II deste trabalho.

Já a Agenda da cidade é muito mais variada, condicionada pelas suas necessidades, suas problemáticas prioritárias, sua expectativa de desenvolvimento e suas oportunidades mais latentes. É esta agenda que é considerada na elaboração do plano estratégico, e que dita o ritmo e o cronograma de execução dele, e que precisa ser a prioridade no processo.

Um ambiente favorável à utilização dos Jogos Olímpicos como instrumento do planeamento começa com a constatação de uma larga intersecção entre a Agenda Olímpica e a Agenda da Cidade, de forma que os elementos que estão inseridos dentro desta intersecção configurem, dentro do cronograma do plano estratégico, prioridades para o desenvolvimento da cidade. Com isto, elas tornam-se prioritárias segundo o enfoque olímpico e também local, e pode-se utilizar-se das forças realizadoras envolvidas na organização do evento olímpico, capazes de mobilizar amplos sectores da sociedade, administrações públicas e iniciativa privada, para atacar um número maior de acções em um período único, mais curto, definido em função da data de abertura dos Jogos Olímpicos.



Quadro 5.1 – Modelo de intersecção entre agenda municipal e agenda olímpica

É importante destacar que escolher trilhar o caminho do evento olímpico implica assumir o compromisso irrevogável, para com o Comité Olímpico Internacional e a opinião pública mundial, de fornecer condições para que o evento tenha possibilidade de ser executado dentro de altos padrões de qualidade, o que implica em acatar a Agenda dos Jogos Olímpicos como prioridade durante o período entre o resultado do processo selectivo e o fim do evento, e, se necessário, modificar o cronograma original das acções presentes no plano estratégico em função das acções necessárias para dar suporte ao evento.

5.2 ESTRATÉGIAS COMUNS ESSENCIAIS

O próximo passo é identificar a presença, dentro das linhas estratégias definidas para o plano, de algumas que são essenciais para que a possibilidade da aplicação de Jogos Olímpicos como instrumento seja viável, que são os elementos colocados nesta área de intersecção entre as agendas municipal e olímpica:

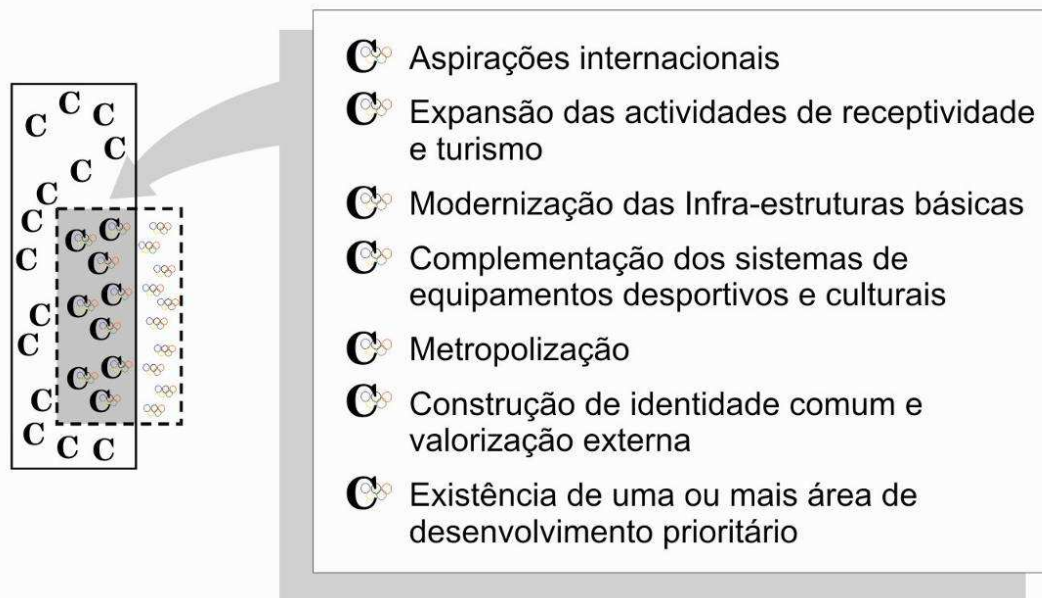
- **Aspirações internacionais:** este é um elemento essencial. As exigências dos Jogos Olímpicos relacionadas com a capacidade de articulação da cidade com o mundo, tanto em transportes, como em meios de comunicação, coloca ao uso dos Jogos como instrumento a necessidade indissociável de desenvolvimento destes dois sectores. Modernização das redes de comunicação, transmissão de dados e imagens é essencial, assim como a ampliação do acesso à cidade, seja aeroportuário, rodoviário, portuário, ferroviário, etc. Aumentar a capacidade dos terminais aeroportuários e portuários, melhorar as condições das estradas, aumentar a frequência dos comboios, tudo isto precisa estar incluído entre as estratégias prioritárias da cidade. Qualquer cidade que deseja associar-se com o evento olímpico precisa ter, entre suas prioridades, tornar-se mais relacionada com os mercados internacionais, aumentar sua relevância na economia globalizada, através de relações mais eficientes e acesso mais fácil com o resto do mundo.
- **Expansão das actividades económicas de receptividade e turismo:** este item acompanha a preparação da cidade para o público que é atraído pelo evento. Como parte das exigências referem-se à capacidade de recepção do público atraído pelo evento, o desenvolvimento dos sectores de lazer, turismo, hotelaria e entretenimento deve estar entre as estratégias já presentes de antemão no plano estratégico. A necessidade sempre presente de aumento da capacidade de receptividade da cidade precisa ser acompanhada com políticas de valorização da imagem turística da cidade, como forma de cristalizar o aumento das taxas de visitação, de maneira autónoma ao evento olímpico, após o seu fim.
- **Modernização das infra-estruturas básicas: água, esgoto, energias limpas e resíduos sólidos e recicláveis:** garantir que a cidade tem capacidade de receber o público adicional atraído pelos Jogos Olímpicos também significa defender que a cidade tem infra-estruturas de serviços básicos suficientemente dimensionada para absorver sem danos, e sem risco de ruptura ou escassez, o

aumento temporário do consumo na cidade. Muitas cidades vêm nos Jogos Olímpicos uma oportunidade para modernizar suas redes de infra-estrutura básica. Barcelona, por exemplo, executou uma avaliação e reestruturação de quilómetros de galerias subterrâneas e implantou uma rede mais eficiente de recolha e tratamento de água. Não se pode ignorar o enfoque prioritariamente ecológico que o Comité Olímpico Internacional exige para seus eventos, portanto a cidade também precisa revisar seus sistemas de tratamento de resíduos sólidos, poluição atmosférica e tratamento de água, de forma a maximizar a reciclagem e minimizar os impactos sobre o meio ambiente. Ao mesmo tempo, é exigido que a cidade assuma uma postura mais crítica em relação ao gasto energético, com a ênfase para métodos de geração e consumo de energias limpas alternativas.

- **Complementação dos sistemas de equipamentos desportivos e culturais:** é inegável a pressão que um evento tão vasto como os Jogos Olímpicos coloca sobre a infra-estrutura desportiva da cidade. Exige sítios para que mais de 30 eventos aconteçam quase que simultaneamente, enquadrados segundo as regras de cada modalidade para eventos internacionais. Há a possibilidade de adaptar sítios existentes para a utilização nos Jogos Olímpicos, porém geralmente cada edição é simbolizada, além da Vila Olímpica – que tomou o papel de ícone maior do evento – por alguma instalação desportiva nova. Portanto, uma das estratégias constantes do plano estratégico deve ser promover a cidade através do desporto. Da mesma forma, o sistema de equipamentos culturais precisa ser objecto de revisão. Todos os eventos relacionados com os Jogos, não apenas os desportivos, fazem das Olimpíadas um grande evento cultural. O desenvolvimento de eventos que ajudem a ressaltar a importância da convivência entre os atletas e público adicional, de vários países, em meio à riqueza cultural local. Além disso, a oferta da cidade para o público de opções culturais valoriza a imagem da cidade e ajuda a desenvolver o potencial turístico local. A cultura também é um elemento com potencial para promover a imagem da cidade. Turim, por exemplo escolheu estes dois elementos, juntamente com o turismo e o comércio, para promover a imagem da cidade e desenvolver seu potencial turístico, segundo o plano estratégico Turim Internacional de 2000.
- **Metropolização:** o projecto olímpico obriga, para uma melhor organização e implantação das intervenções olímpicas, a construção de um diálogo activo entre cidades vizinhas participantes da região metropolitana. A construção de redes de interacção, tanto relacionais como físicas, dentro do processo de planeamento olímpico e através da articulação entre as intervenções tem potencial para desenvolver níveis intermediários de governância, acima do municipal, que consiga desenvolver potencialidades e minimizar as fraquezas comuns em busca de um desenvolvimento mais integrado. A intervenção olímpica de Barcelona trabalhava com um programa integrado para a região metropolitana por meio de vias e instalações desportivas, enquanto Turim tinha como uma das linhas estratégicas para o segundo plano Turim Internacional 2000 a construção de um Governo Metropolitano. Não considerar este produto tão importante do planeamento olímpico é negligenciar o

potencial organizativo que as relações entre administrações podem desenvolver durante a organização dos Jogos.

- **Construção de uma identidade comum e sua valorização externa:** desenvolver identidades através das características da população, sua cultura, suas especificidades, sua história, etc. que possa suscitar o sentimento de identificação e una a população. Receber os Jogos Olímpicos envolve divulgar as características únicas da cidade e da região anfitriã para públicos amplos, pessoas de todo o mundo. Parte dos eventos relacionados com as Olimpíadas baseiam-se na inserção dos visitantes na cultura local, em forma de celebração da integração de diferentes culturas. Deve-se desenvolver programas de exposição da identidade local para mercados mais amplos, notadamente o nacional e o internacional, para desenvolver a atracção turística nestes mercados, de forma a trabalhar em coordenação com a política de desenvolvimento dos sectores de recepção e entretenimento, e aumentar o afluxo de turistas à cidade.
- **Existência de uma ou mais áreas de desenvolvimento prioritário:** a associação dos Jogos Olímpicos com a construção de instalações desportivas e de alojamento tem sido, pelo menos desde os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1932, indissociável. A construção das Vilas Olímpicas ou de instalações desportivas são a herança mais perene que os Jogos deixam na cidade, são o maior ícone de cada edição do evento olímpico. Portanto, a associação do desenvolvimento urbano com o evento olímpico implica necessariamente em destinar uma área determinada para ser alvo directo das intervenções olímpicas. É altamente indicado que o plano estratégico já tenha, de antemão, contemplado áreas do tecido urbano como sítios de atenção prioritária, de indução de movimentos de desenvolvimento variado, de políticas de ataque à degradação urbana, de reformulação do sistema de espaços livres públicos, que detenha capacidade de receber prioritariamente as intervenções olímpicas. Preferencialmente, devem constar entre as acções planeadas em função da melhoria das condições urbanas, do fortalecimento da articulação entre esta área e as centralidades tradicionais, e, principalmente, da despoluição, instalação de fontes alternativas de energia e de métodos ecológicos de administração dos resíduos produzidos, em convergência com o enfoque ecológico que é hoje prioridade para o Comité Olímpico Internacional.

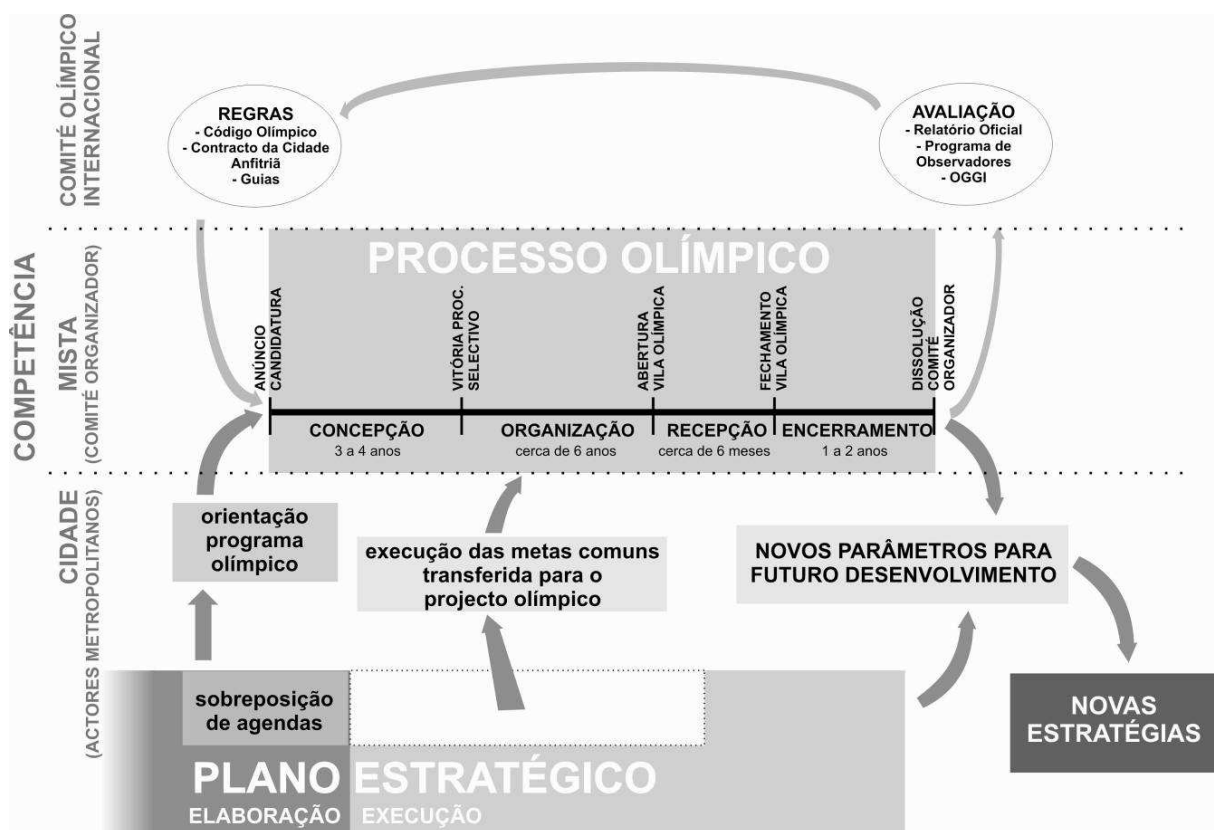


Quadro 5.2 – Presença de linhas estratégicas comuns na intersecção de agendas

A existência destas linhas estratégicas dentro do plano estratégico (quadro 5.2) conformam um ambiente favorável para a articulação de sua aplicação com a utilização das Olimpíadas como instrumento de aceleração do desenvolvimento urbano. Durante o processo de pormenorização de cada linha estratégica e elaboração de acções condizentes com cada uma delas, muito provavelmente serão encontrados mais elementos de intersecção entre as Agendas Olímpica e Municipal.

A presença destas linhas estratégicas no plano estratégico é essencial, por serem elas alvo inevitável de gastos para que a cidade esteja apta a funcionar integrada ao evento olímpico, e de poder receber os visitantes adicionais. A ausência destas linhas estratégicas só pode ser justificada se a cidade já se considerar plenamente preparada para suprir estas necessidades na data dos Jogos Olímpicos, através da infra-estrutura já existente ou através de medidas de adaptação dela para a demanda de pico ocasionada pelo evento. Privilegiar medidas de adaptação minimiza os gastos de construção durante o período de execução do programa olímpico, e também economiza custos de manutenção de instalações e estruturas que, em realidade, são desnecessárias segundo as demandas da cidade e de seus moradores.

Sobre a cidade não incide a exigência de construir instalações novas, mas sim de tê-las à disposição para a utilização durante o evento, ou seja, a avaliação da infra-estrutura de instalações desportivas da cidade, e sua possível modernização, devem ser parte integrante das estratégias do plano estratégico.



Quadro 5.3 – Ciclos de actividades no desenvolvimento urbano associado com Jogos Olímpicos.

Ter estas linhas estratégicas presentes no plano reforça que a maioria das necessidades impostas pelo evento são também interessantes para a cidade, e programadas, dentro do plano estratégico, como prioridade para um período determinado e próximo. Assim, a ênfase que precisa ser dada ao programa olímpico durante o período entre o resultado da eleição da sede e o fim das actividades do evento não conforma um atraso muito representativo no cronograma de prioridades da cidade, e o estabelecimento de um prazo fixo e irrevogável para o fim das actividades de execução colocam também sobre estas acções comuns uma data máxima para aplicação, colaborando assim para acelerar o tempo de execução do plano estratégico como um todo.

Quanto mais a cidade e o evento conjugarem prioridades e estratégias, mais é provável que os Jogos Olímpicos consigam ter impactos positivos sobre o desenvolvimento da cidade. No entanto, ao contrário de como esta afirmação possa ser interpretada, isto não significa que a cidade deve colocar o evento e suas necessidades como sua prioridade absoluta. Isto seria contrariar tudo o que foi dito no decorrer deste trabalho. A cidade tem seus problemas, suas prioridades, suas capacidades e potencialidades, suas deficiências. Todos estes elementos conformam a orientação do desenvolvimento urbano mais indicado para ela, que deve ser sempre o enfoque central de todo o processo.

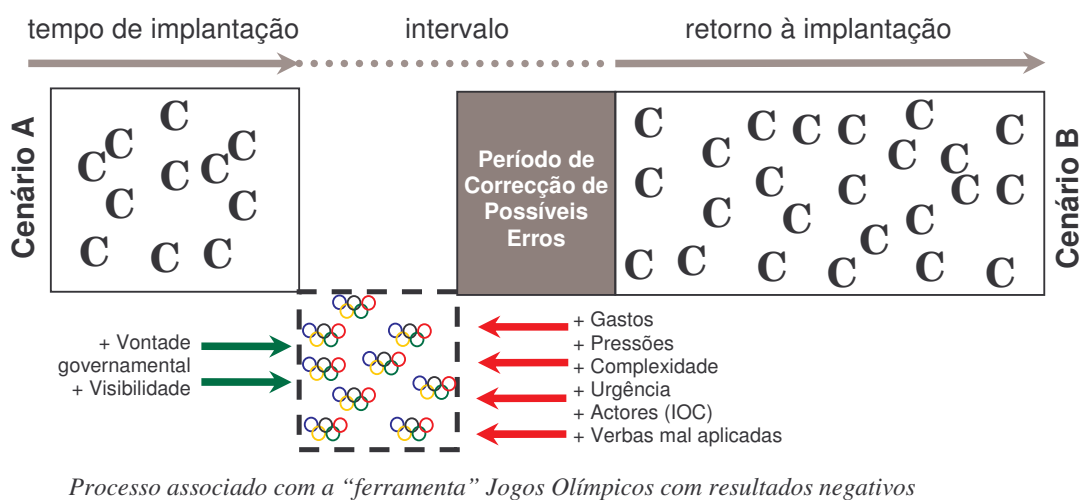
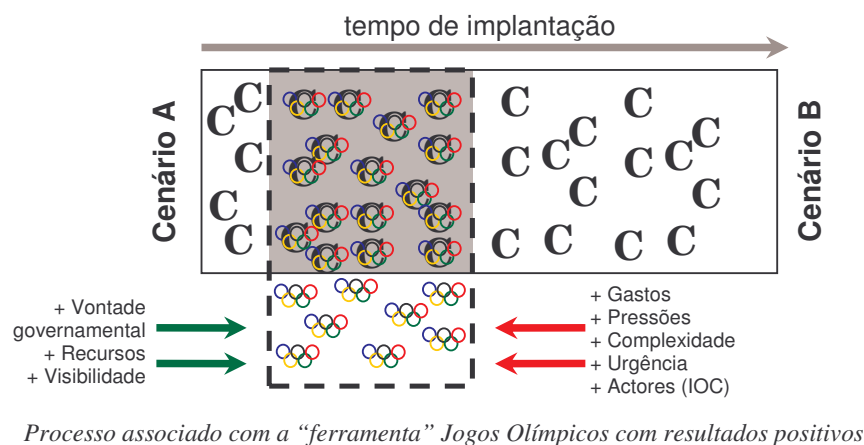
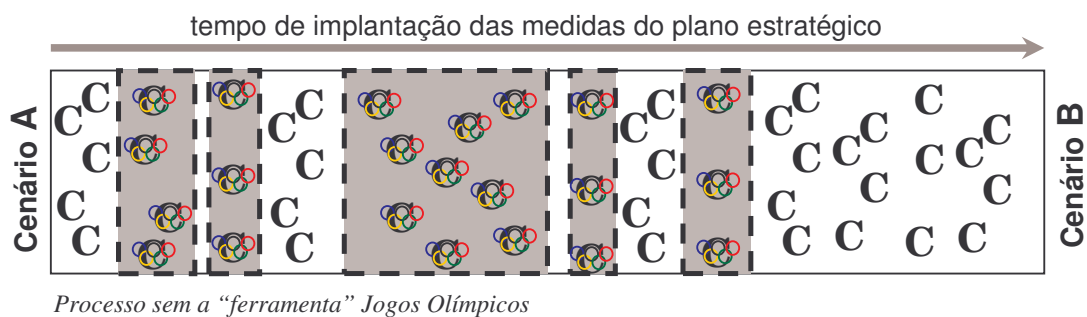
O objectivo, por parte da cidade, deve ser partir da sua própria agenda, e, mediante um grande índice de sobreposição entre ela e a agenda dos Jogos Olímpicos, conseguir formular medidas que consigam explorar ao máximo o potencial dos Jogos de exercer forte influência positiva em variados aspectos da

vida urbana, e outras acções que consigam, após o fim das actividades olímpicas, complementar ou redireccionar as medidas executadas para os Jogos, de acordo com as reais necessidades locais. Assim, pode-se realmente considerar que a aplicação dos Jogos Olímpicos como instrumento de planeamento teve resultados positivos, e muito importantes para a cidade.

Deste modo, ganha a cidade, que consegue atingir níveis superiores de qualidade de vida e de adaptação às actuais exigências da população e da economia, e ganha também o Comité Olímpico Internacional, que consegue mais uma vez fortalecer o vínculo positivo entre os Jogos Olímpicos e as transformações da cidade, e cristalizar as Olimpíadas como agente de melhoria em vastos aspectos para as cidades que a recebem.

Porém, se as estratégias da cidade discordarem com as estratégias do evento olímpico, é altamente recomendado que se evite entrar no processo selectivo, pois representará apenas gastos desnecessários, pois o objectivo maior do processo, o evento olímpico, não será válido para a cidade, mediante todos os sacrifícios exigidos por ele (quadro 5.4).

Da mesma forma, insistir na ideia de executar os Jogos Olímpicos, mesmo com um programa olímpico que esteja em dissonância com as estratégias municipais, pode acarretar consequências degradantes para a cidade, representar um atraso considerável no seu desenvolvimento e exigir não somente um demorado período de recolha de verbas para a execução das medidas que estavam previstas no plano estratégico, mas também, possivelmente, programas vastos de correcção dos impactos negativos que podem vir a ser gerados, como aconteceu com os Jogos de 1976 em Montreal, que onerou a população através de taxas extras até o ano corrente (Kidd, citado em Preuss, H. 1999).



Quadro 5.4 – Utilização do efeito catalítico dos Jogos Olímpicos

5.2 RECOMENDAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PLANEAMENTO

A participação no processo de planeamento deve ser sempre incentivada. Já foi demonstrado que um processo decisório mais abrangente, que inclui actores variados, com interesses variados, é uma mais-valia importante para o processo, que ajuda na análise do contexto e dos precedentes, na elaboração de hipóteses e na avaliação de acções, além de ser no próprio processo de trabalho um dos mais importantes produtos do processo (Friend, J.K. e Hickling, A. 1989, Hickling, A. 1989, Bana e Costa, C. 1993, Bana e Costa, C. 1993a, Bana e Costa, C. et al, 1997). A participação social é, acima de tudo, uma maneira importante e eficiente de complementar o material humano disponível no processo de decisão, através de uma complementação mútua articulada com as qualidades e deficiências de cada elemento participante do processo, seus conhecimentos e seus subjectivismos. É a melhor resposta colocada até então para contornar a conhecida deficiência humana em lidar com problemas muito complexos e com grande número de variáveis.

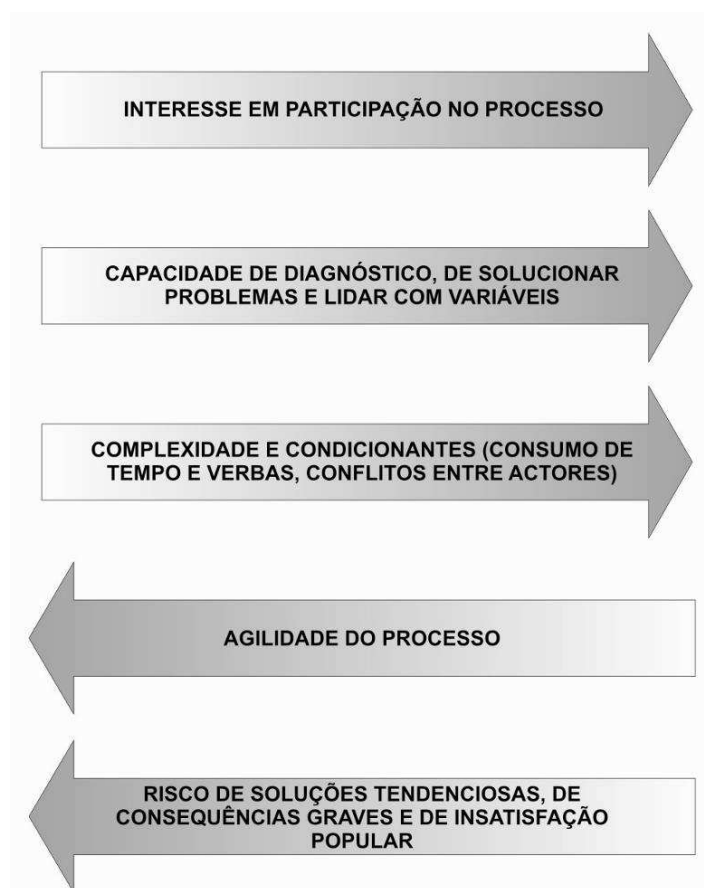
Por mais que estes factos sejam de conhecimento amplo dentro do público interessado pelo processo de planeamento, o processo de definição do programa olímpico, suas medidas e acções e a execução delas, continua geralmente limitado às administrações públicas, o Comité Olímpico Nacional e alguns elementos representativos de sectores económicos mais relevantes. Como demonstrado na parte III, aos grupos representativos da governância local e de opinião popular em escalas mais localizadas tem-se destinado o papel de agidos no processo de planeamento olímpico. Geralmente sofrem aumento de encargos fiscais em função do financiamento de intervenções definidas em processos dos quais foram excluídos, independentemente de seu interesse em participar deles.

Quanto maior a quantidade de participantes directos no processo de planeamento, proporcionalmente maior a complexidade presente nele. O processo de planeamento participativo envolve uma atenção prioritária sobre as actividades organizativas, para o processo de articulação entre os actores, em métodos de levantamento de opiniões comuns e de avaliação que sejam aceitáveis por todos. Portanto, mais é consumido em tempo, trabalho e verba para solucionar os problemas, negociar divergências ideológicas e encontrar consensos.

Uma das características iniciais e mais importantes do planeamento voltado para o evento olímpico é a presença de condicionantes fortíssimos para a execução das actividades: o prazo inadiável e a verba limitada. Conciliar estes elementos com o aumento da complexidade e do volume de actividades organizacionais, ocasionado por um potencial aumento da participação no processo de planeamento, é sempre difícil e conflituante, e quase sempre limita o acesso ao processo por parte dos actores e interessados. Por mais que esteja em questão o uso de uma mais-valia importante para a melhor aplicabilidade do programa olímpico, a ameaça de não cumprir o prazo colocado pelo Comité Olímpico

Internacional, ou o risco de consumo excessivo de verbas praticamente retiram a participação mais ampla durante as fases de elaboração e execução do projecto olímpico.

Por mais que seja volumosa, a verba disponível também é limitada, e grande sempre é a lista de intervenções a serem executadas. Deslocar recursos importantes para actividades organizacionais – que são as que, a princípio, não produzem heranças perenes para a cidade – em detrimento de intervenções físicas, que ficarão como herança dos Jogos para a cidade, geralmente é impensado pela administração da intervenção olímpica. A prioridade colocada sobre as intervenções físicas, apesar de facilmente compreensível, negligencia a importância dos produtos abstractos que o processo de planeamento olímpico gera, como as múltiplas sinergias nascidas e desenvolvidas em meio às arenas de negociação e decisão, que podem ser o início para a construção de estruturas de governância mais activas e próximas da população.



Quadro 5.4 – Participação popular e seus desdobramentos em vectores

Mas será então incompatível implantar um processo participativo na elaboração do programa e do projecto olímpicos? Na verdade não. Dentre todas as etapas do processo de elaboração e implantação do projecto olímpico, pode-se destacar a fase de elaboração do programa como a melhor fase para a implantação de métodos de participação directa. Esta fase, localizada ainda antes da entrega da

candidatura ao Comité Olímpico Internacional, não está limitada por prazos fixos, afinal, devido à periodicidade do evento, sempre haverá novas oportunidades para participar do processo selectivo.

Ao mesmo tempo, esta é a fase que mais exige capacidade de diagnóstico, entendimento das áreas de actuação e melhor definição das problemáticas, ao mesmo tempo em que dispõe de tempo maior para contornar os conflitos e atritos gerados entre os actores participantes. É o momento mais adequado para adicionar ao processo as mais-valias trazidas por um processo mais participativo, sem comprometer a viabilidade do processo em relação ao prazo fixo. A definição do programa olímpico prescinde da capacidade mais apurada para o diagnóstico da área, levantamento das problemáticas mais importantes, elaboração das metas a atingir e das acções mais indicadas para este fim. Este momento é importantíssimo para todo o processo, pois é nele em que nascem as definições que o balizarão até o fim do evento.

Em etapas posteriores, já sujeitas aos limitadores impostos pelo Comité Olímpico Internacional e ao risco de não cumprimento do prazo, o método de participação mais indicado é o representativo, pois estas etapas geralmente respondem pela execução e implantação das directrizes definidas na etapa de elaboração.



Quadro 5.5 – O lugar da participação no processo de planeamento associado com Jogos Olímpicos

Esta organização da participação no processo de planeamento olímpico reforça a afirmação colocada no item anterior, que aconselha que a iniciativa de associar o desenvolvimento urbano aos Jogos Olímpicos seja gerada em meio à elaboração do plano estratégico da cidade, pois desta forma os processos de sinergia gerados para a elaboração do plano estratégico podem ser “aproveitados” para organizar o programa olímpico, e pode-se gerar dois produtos – um plano estratégico e um programa olímpico – que

mantenham grande coerência, o primeiro como fonte das estratégias e de medidas cuja execução será acelerada através do segundo. Esta inter relação hierárquica é importante para a continuação das políticas positivas para a cidade que demandam um prazo mais amplo do que aquele disponível até o evento, já que ambos são faces complementares das mesmas políticas urbanas. Desta forma, evita-se cometer erros urbanísticos graves que levem à construção de uma cidade fragmentada, e façam da área olímpica um gueto dentro da cidade, sem articulações ou relações morfológicas com o restante do tecido urbano.

5.3 RECOMENDAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS DO PROCESSO

5.3.1 PROGRAMA OLÍMPICO

Como qualquer produto do processo de planeamento, o programa de intervenções inseridas nos Jogos Olímpicos também está sujeito aos mesmos paradigmas que atingem o processo de decisão estratégica. A velocidade das transformações às quais a cidade, a sociedade, a economia, a cultura, etc. estão sujeitas faz com que alguns planos já estejam sujeitos a serem obsoleto mesmo antes do momento de sua aplicação. Este efeito também pode colocar-se sobre o programa olímpico. Como manter a validade das resoluções nele apresentadas apesar das possíveis mudanças no contexto que podem ter ocorrido durante o período de formulação do plano?

No caso dos planos estratégicos municipais ou de escala mais ampla, o método mais plausível está em aceitar as deficiências do processo. Durante o processo, tentar eliminar as incertezas que condicionam o acto de decisão, e conciliar o plano com aquelas que não deixam a opção de serem minimizadas. Ao produto – planos – é mais aconselhado uma estrutura menos normativa, menos baseada em medidas de desempenho traduzidas em índices exactos. Um plano de linguagem exacta não tem flexibilidade suficiente para aceitar adaptações porventura necessárias para condizer com as mudanças do contexto, e corre mais risco de tornar-se obsoleto.

Outros planos localizam seu foco principal sobre elementos estruturadores da morfologia urbana: aprofundam suas influências sobre espaços e equipamentos públicos, sistemas viários, espaços verdes, para através deles estabelecer influência controladora sobre os espaços de propriedade privada, como quem utiliza o negativo para desenhar o positivo da imagem. Estes planos contam com uma capacidade maior de adaptação às mudanças do contexto, por imporem um controlo mais subtil sobre a construção privada.

O programa olímpico, como já dito, envolve uma multiplicidade de questões, algumas que exigem tratamento mais local, outras que só podem ser analisadas sobre uma óptica mais ampla. Consequentemente, o programa olímpico precisa ser conformado segundo várias escalas de enfoque. Em alguns casos, não é possível pensar em não actuar até escalas mais localizadas, como é o caso de todas as

intervenções construídas para os Jogos. Qualquer intervenção construtiva a executar exige um estudo profundo que alcança os pormenores. Alguns Comitês Organizadores, por exemplo, optam para por executar outros planos, condizentes com programa olímpico e complementares a ele, para intervenções mais pormenorizadas. O Comité Organizador dos Jogos de Barcelona elaborava o que eles denominaram de “plan-proyecto”, que tinham a função de planeamento e gestão das intervenções construídas, notadamente do trecho Porto Olímpico – Vila Olímpica – Nova Icária, segundo enfoques mais próximos, para viabilizar e facilitar uma execução mais precisa (Mantohell, et al, 1991).

Por outro lado, outros tipos de questões também presentes no programa olímpico exigem um enfoque mais amplo, em escalas mais abrangentes. Para estes, a escolha é por um plano mais fundamentado sobre os elementos estruturadores do desenho urbano. Em realidade, a maioria das intervenções olímpicas incide sobre elementos de muito poder indutor da morfologia urbana: espaços verdes, equipamentos públicos, sistema de vias. Ter sempre a consciência dos efeitos destas intervenções sobre a cidade e as transformações que elas induzirão sobre a morfologia urbana e poder planejar estes efeitos é necessário para poder quantificar com maior exactidão os impactos que os Jogos Olímpicos terão sobre a cidade. Aliado ao potencial iconográfico de suas intervenções construídas e sua vocação para ser causador de dinâmicas evolutivas em trechos mais amplos do tecido urbano, o programa olímpico deve ser valorizado como um poderoso balizador para o desenvolvimento urbano, e sua elaboração deve ter sempre a consciência do poder transformador nele inserido e procurar utilizar as intervenções, principalmente os equipamentos públicos e espaços verdes, de maneira a maximizar os impactos positivos sobre a cidade, localizando os 500 Ha necessários em média para o evento olímpico (Preuss, H. 1998) de modo a poder gerar um desenvolvimento em unísono entre os diferentes trechos da cidade escolhidos, de forma a consolidar um sistema urbano interligado, de partes coerentes e complementares.

É importante ressaltar a importância dos documentos gerados pela cidade anteriormente à concepção do programa olímpico. Antes de tudo, os planos anteriores são guias relevantes para a concepção do programa olímpico, garantido pelos compromissos nele firmados entre os participantes de apoio e execução dos mesmos. A relação entre o programa olímpico e eles precisa ser indissolúvel, de forma a fazer da intervenção olímpica a execução das afirmações desenvolvidas por processos de decisão anteriores, desde que mediante a devida avaliação da aplicabilidade destes planos em questão aos contextos actuais.

5.3.2 APROVEITAMENTO DAS SINERGIAS GERADAS

Além do produto – o programa olímpico – o processo de elaboração do programa olímpico pode gerar sinergias importantes para o desenvolvimento de actividades futuras mais integradas entre os agentes envolvidos. As relações construídas durante o processo de planeamento olímpico podem, e devem, ficar como uma das heranças deixadas pelos Jogos Olímpicos, para que a gestão dos problemas públicos

consiga ser um assunto de decisões mais integradas, mais articulada com a participação de múltiplos actores.

É importante e muito válido para o futuro da cidade que as relações entre as administrações públicas das várias cidades da região metropolitana tenham a força para construir sistemas mais integrados de governância na escala metropolitana, que possam fomentar e elaborar um desenvolvimento mais coordenado, unísono e conjunto entre elas, que combine as potencialidades e minimize as deficiências delas dentro da região metropolitana através de relações político-administrativas que favoreçam um trabalho mais integrado no futuro.

Outro produto possível das sinergias geradas pelo planeamento olímpico refere-se à aplicação das sinergias entre os actores locais para a construção e desenvolvimento da participação de grupos de governância local como agentes relevantes para as decisões pertinentes a eles. Poder construir métodos regulamentados, ou simplesmente oficiais, que possibilitem a consulta mais frequente dos grupos representativos locais pode trazer a gestão do espaço urbano para mais próximo da população e minimizar efeitos negativos de degradação urbana, pois suscitam na população sentimentos de pertencimento para com o espaço urbano mais próximo de si e de orgulho para com a cidade em que se vive. Infelizmente, o crescimento da importância da governância local é directamente proporcional à sua participação no processo, que, como já visto, está sujeita a condicionantes poderosos, como prazo ou verba, que acabam por minimizar a participação popular no processo ao mínimo possível.

5.4 CONTINUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Os Jogos Olímpicos podem gerar impactos relevantes, actantes em múltiplas direcções do desenvolvimento da cidade. A grande maioria destes impactos só começam a exercer influência sobre o contexto quando os Jogos estão a terminar, e os efeitos de alguns deles só serão delineados após vários anos do fim do evento. Alguns destes aspectos, principalmente aqueles formadores do conceito olímpico de sustentabilidade – esferas ambiental, socio-cultural e económica – são mais susceptíveis à variações do contexto e transformações sociais, portanto os impactos localizados dentro destas especialidades podem não demonstrar a real dimensão das transformações por eles induzidas na cidade.

Os Comitês Organizadores geralmente demoram cerca de um ano após o fim das actividades olímpicas para serem dissolvidos. Este desaparecimento precoce do principal agente responsável pela intervenção olímpica gera problemas importantes tanto para a referência do gerador dos impactos como também para o acompanhamento e monitorização dos impactos produzidos.

Primeiramente, o tempo de existência do Comité Organizador posterior ao fim das actividades olímpicas é muito curto, frente ao desenvolvimento dos impactos gerados. Os efeitos dos Jogos Olímpicos sobre a

cidade são muito complexos e multidisciplinares, e podem expandir-se por uma ampla área, que transborda as fronteiras municipais, e que não necessariamente expressa-se da mesma maneira em diferentes trechos do tecido urbano. A tarefa de identifica-los e dimensioná-los é condicionada pela dificuldade de determinar limites de estudo, tanto temporais como geográficos, além da complexidade conceitual de determinar quais as características dos impactos que devem ser considerados como frutos da intervenção olímpica (Dubi, C. et al, – 2002).

A dissolução do Comité Organizador é determinada pelo fim das suas actividades. Os últimos produtos que o Comité Organizador é obrigado a gerar, após o fim do evento, para o Comité Olímpico Internacional, são os relatórios completos da dada edição dos Jogos Olímpicos. A política de fomento do aprendizado, tão valorizada pelo Comité Olímpico Internacional, fundamenta-se na transmissão dos conhecimentos gerados e das experiências vividas em meio ao processo olímpico em uma cidade-sede, e podem ser importantes para acelerar o período de aprendizado por parte de uma nova cidade anfitriã, assim como evitar que erros do passado sejam cometidos novamente. Através da transmissão do conhecimento gerado a cada edição dos Jogos, o próprio processo de conceber, redigir e implantar o programa olímpico, e de administrar e organizar o evento, é actualizado e aperfeiçoado.

A elaboração dos relatórios em um estágio tão precoce do desenvolvimento da cidade após as Olimpíadas levanta dúvidas acerca da fundamentação dos impactos relatados, já que o dimensionamento precoce dos impactos pode gerar discordâncias no decorrer do amadurecimento da intervenção olímpica e no processo de adaptação entre ela e a cidade. Outro elemento que é possivelmente omitido dos relatórios do Comité Organizador são as dinâmicas geradas pelos impactos olímpicos, pois o período destinado ao levantamento dos impactos pode ser curto demais para ter dimensão da amplitude dos efeitos destas dinâmicas sobre a cidade. É certo que mais tempo deveria ser destinado para a elaboração dos relatórios de impactos.

No caso de alguns tipos de efeitos, notadamente aqueles ligados à manutenção do meio ambiente, a iniciativa do Comité Olímpico Internacional de valorizar a sustentabilidade em todas as suas actividades, sua legislação e sua produção já provoca, por parte dos Comités Organizadores, iniciativas para o acompanhamento mais aprofundado e monitorização mais activa dos impactos ecológicos sobre o contexto. Um exemplo, como visto, é o acompanhamento feito em Turim dos impactos no meio ambiente causados pelas intervenções mais violentas sobre este aspecto: as pistas de bobsleigh e salto de esqui. A política de controlo dos efeitos ambientais gerados por estas intervenções conta com a iniciativa de formar um fundo destinado exclusivamente para minimizar os impactos e, se possível, melhorar as condições ambientais do sítio em questão.

Enquanto as questões ambientais são tratadas com tanto afinco, as questões sociais ainda carecem de mais atenção. As iniciativas de melhoria da população mais necessitada entram prioritariamente em conjunto com a expansão do número de vagas de emprego disponíveis, sendo que a continuidade dessas vagas não é algo sólido, pois está directamente ligada com programas de desenvolvimento económico e políticas de fomento ao turismo posteriores ao evento.

Em segundo lugar, a dissolução precoce do Comité Organizador gera também um efeito de ausência de responsabilização pelos impactos e efeitos da intervenção olímpica ainda em desenvolvimento no contexto. Acaba o vínculo entre o “autor” e sua produção, dentro do contexto da intervenção olímpica, e esta é herdada pela administração pública, que passa a ser a responsável pela adequação, controlo e desenvolvimento das políticas olímpicas e dos impactos gerados pela intervenção. O ente que personifica a responsabilização pelas transformações, boas ou más, produzidas pelos Jogos Olímpicos, é a administração pública. Como a administração municipal exerce quase sempre um papel central na organização, formulação e execução das intervenções olímpicas, esta transferência de responsabilidade tem algo de natural. No entanto, se a escolha do Comité Organizador é por uma organização prioritariamente privada, como no caso dos Jogos Olímpicos de Los Angeles e Atlanta, esta transferência de responsabilidade torna-se mais complicada.

Pensar em perpetuar o Comité Organizador como mais um elemento administrativo é inviável. O fim da verba para financiamento impossibilita um período mais extenso de actividades, e a passagem da gestão dos elementos formadores da intervenção olímpica – instalações, espaços públicos, equipamentos, parques e jardins, assim como a continuação das políticas planeadas dentro do programa olímpico – para a administração pública local é um momento que representa a devolução da soberania administrativa para os órgãos públicos. Uma opção viável e mais natural é a transformação de estruturas formadoras do antigo Comité Organizador em uma agência vinculada com a administração pública, destinada preferencialmente a actividades pertinentes às intervenções olímpicas ou relacionadas com seus impactos mais reconhecidos.

A criação de uma agência permanente em relação à intervenção olímpica pode ser fundamental para conseguir estabelecer uma independência das políticas estabelecidas em meio ao programa olímpico, de forma a facilitar o trabalho para a continuação das políticas implantadas em meio às intervenções olímpicas por um prazo ou uma área além das limitações olímpicas. A continuação de certas políticas presentes no programa olímpico pode ser muito interessantes para a cidade, independente do fim das actividades dos Jogos Olímpicos. Um exemplo desta atitude de continuação das iniciativas mais válidas presentes na intervenção olímpica foi a urbanização da costa mediterrânea de Barcelona apenas foi iniciada nos Jogos Olímpicos. Os trabalhos continuaram em meio às intervenções do Fórum Mundial das Culturas de 2004 e do programa 22@BCN, que conseguiram transformar a orla marítima da cidade em

um grande parque linear com espaços públicos e praias qualificadas, além de uma via expressa que ajuda na distribuição fluida do trânsito da cidade.

A continuação de certos programas é até essencial, principalmente para a manutenção das condições favoráveis da economia local. As taxas de emprego, ocupação de leitos e número de visitantes, que sofreram aumentos relevantes com a chegada de visitantes atraídos pelo evento olímpico, só podem ser mantidas através de campanhas pró-ativas de divulgação da cidade em mercados nacionais e internacionais que aumente o potencial de atracção da cidade. É muito favorável à cidade a formação ou desenvolvimento de grupos de incentivo da actividade turística que sejam activos o suficiente para aproveitar a projecção internacional temporária e a renovação dos sistemas de equipamentos públicos trazidos pelos Jogos Olímpicos, de forma a criar eventos variados e pacotes turísticos baseados nas especificidades naturais, urbanas, económicas e culturais da cidade, que consigam manter a participação do capital turístico no financiamento da economia local.

Uma iniciativa importantíssima para complementar a análise dos impactos dos Jogos Olímpicos na cidade e é a criação de fundações relacionadas com a edição dos Jogos Olímpicos e centros de Estudo especializados nas temáticas olímpicas, que têm a principal função de desenvolver ainda mais o conhecimento acerca do evento, suas vocações, seus impactos e seus métodos, além de pesquisar e acompanhar através de uma lente mais técnica os impactos produzidos.

Se a cidade conseguir desenvolver uma atitude crítica em relação ao programa olímpico, a ponto de conseguir avaliar a validade e o sucesso de certos desdobramentos que os Jogos Olímpicos geraram na cidade, e conseguir discernir quais deles devem ser melhor desenvolvidos após o fim do evento, ela consegue aproveitar os movimentos já iniciados e trabalhados e as relações já estabelecidas dentro do evento olímpico para obter maiores ganhos com o processo olímpico e postergar seu período de influência sobre a qualidade de vida e economia da cidade por tempo indefinido. É mãos fácil organizar a continuação das intervenções se o programa olímpico estiver inserido em planos estratégicos mais amplos, pois a continuação das actividades já estarão estudadas e planeadas, à espera do momento mais apropriado para o seu desenvolvimento.

Por isso os Jogos Olímpicos não podem ser a meta a conquistar, e sim um ponto de passagem, muito importante, no desenvolvimento da cidade, um momento que exige muito trabalho, principalmente após seu fim, para que o evento acabe, o mês de duração dos Jogos passe, mas seus melhoramentos na vida da cidade continuem por um período muito mais amplo. Assim, os Jogos Olímpicos sagrar-se-iam na memória de todos como momento de renascimento da cidade, e o grande vencedor das Olimpíadas seria a cidade.

5.5 O PAPEL DO COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL COMO AGENTE CONSTRUTOR DA MELHORIA URBANA

Nas questões referentes aos Jogos Olímpicos, de acordo com o que foi levantado em meio à parte III deste trabalho, o Comité Olímpico Internacional desempenha funções de cliente dentro do conjunto de actores do processo de planeamento olímpico. O Comité Olímpico Internacional mantém posição absoluta de redactor às definições estruturais relacionadas com os Jogos, que são elementos iniciais para a definição do evento olímpico. Através de todo seu material regulador, suas regras e códigos, ele consegue estabelecer parâmetros para certas exigências aplicadas sobre a cidade que garantam que os Jogos Olímpicos ocorrerão segundo um padrão básico de qualidade.

Nas mãos do Comité Olímpico Internacional está a capacidade de estabelecer prioridades que devam estar presentes em todos os programas olímpicos. A grande concorrência dentro do processo selectivo faz com que as directrizes básicas colocadas pelo Comité Olímpico Internacional em relação às suas políticas prioritárias sejam automaticamente incorporadas dentro da agenda de cada um dos projectos de candidatura, e dentre eles, aquele que posteriormente será desenvolvido a fundo quando da sua execução.

Através da aceitação do Olimpismo e seus ideais de trabalho para a construção de um mundo melhor, mais pacífico e fraterno, e de manutenção e melhoria das condições de vida em função do tempo, o Comité Olímpico Internacional impõe a si próprio o compromisso de, através de todos os meios ao seu alcance, trabalhar activamente para a realização destes ideais.

A transmissão deste compromisso para todas as actividades organizadas pelo Comité Olímpico Internacional ou que o consideram como parte relevante é feita através da documentação olímpica: Código Olímpico, Agenda 21 do Movimento Olímpico, Manual da Cidade Candidata. São documentos de escala e aplicação variados, de modo a conseguir difundir por todas as actividades olímpicas os mesmos ideais de construção de um futuro melhor para a população mundial e suas futuras gerações.

De modo a manter a coerência nos objectivos e conseguir ser de ampla aplicação em todas as actividades, eventos e atitudes olímpicas, cada documento foi redigido com pesos de influência variados sobre cada tipo de actividade. Os dois primeiros são guias da atitude primordial do Comité Olímpico Internacional e de todos os seus órgãos relacionados em relação a assuntos mais relevantes para a vida actual, e espalham sua abrangência sobre todas as actividades olímpicas, desde o funcionamento e a administração dos seguidores do Movimento Olímpico como também as actividades organizadas por eles ou que conseguem receber a chancela olímpica. Por prescindirem de ser aplicáveis às actividades e produtos de naturezas variadas, a redacção precisa ser dissolvida para abranger tantas diferenças, o que faz com que eles sejam mais indicativos e orientadores, por mais que exponham de forma muito clara as características dos resultados a obter e as atitudes a privilegiar e a banir em relação às suas actividades.

Já o Manual da Cidade Candidata, por ser mais direccionado para o evento olímpico, consegue estabelecer um enfoque mais directo, próximo do objectivo final, através de directrizes mais específicas do evento olímpico e mais claramente estabelecidas. Com isto, consegue ter um poder mais determinante sobre os projectos olímpicos, mesmo de delineador de orientações preponderantes dentro do projecto. Sua aplicação é expressa por elementos claramente descritos e possibilita menores distorções. Este é o documento que, acrescido à enorme concorrência presente no processo selectivo, consegue ter mais força para modificar os projectos olímpicos.

O compromisso do Comité Olímpico Internacional com a garantia de que os efeitos dos Jogos Olímpicos serão benéficos para as cidades que o recebem começa na terminologia para denominar genericamente os impactos olímpicos, que costumam ser denominados como “legado”, palavra que carrega em si uma conotação de herança positiva para os que viverão depois. Certificar-se de que esta conotação seja condizente com a realidade em seus diversos desdobramentos é um desejo forte do Comité Olímpico Internacional.

No entanto, o compromisso central do Comité Olímpico Internacional é primordialmente com a qualidade do evento, e a preocupação com a cidade é também desdobramento disto, em relação à imagem dos Jogos Olímpicos e do seu legado para a cidade. Neste aspecto, suas exigências em relação ao evento, e à garantia de possibilidade de sua execução dentro de padrões de qualidade, são muito extensas, claras e objectivas, enquanto as questões relacionadas com a construção de uma cidade melhor, mais pacífica e aberta a todos, fica mais livre para a concepção dos representantes locais: o Comité Olímpico Nacional e as administrações públicas. O papel do Comité Olímpico Internacional no processo é, obviamente, centralizado em exigir da cidade condições para que o evento ocorra com altos níveis de satisfação, enquanto que, para as políticas e acções de melhoria urbana e social em sua concepção, desenvolvimento e aplicação, o Comité Olímpico Internacional coloca-se apenas em uma posição de orientação e apoio.

A definição das políticas, estratégias, metas e orientações presentes no programa olímpico, assim como suas consequências sobre a cidade são uma competência dos agentes organizadores dos Jogos Olímpicos. No entanto, a análise das regras impostas pelo Comité Olímpico Internacional para os Jogos demonstra que a posição do Comité Olímpico Internacional em relação a alguns assuntos é variada, ou seja, coloca-se de maneira muito mais controladora em relação a alguns quesitos e mais condescendente em relação a outros.

Um grande exemplo é a diferença de enfoque estabelecida em relação à questão ambiental em comparação com as demais questões. Os itens expressos na documentação que do Comité Olímpico Internacional de enfoque primordialmente ecológico são extensos, e fortemente aplicados em todos os as

atitudes e actividades olímpicas. Mesmo a Agenda 21, que demonstra um carácter mais indicativo, coloca a questão ecológica com dimensões quase normativas e mais explícitas, directamente colocada para cada aspecto, através de indicações muito mais claras acerca do método de actuação: coloca a exigência de uma série de atitudes de privilégio pelo consumo de energias limpas, do uso de elementos que não sejam produzidos por processos degradantes ao meio ambiente, de estudos acerca de métodos para a melhor administração e reciclagem da água e, acima de tudo, a exigência da aplicação de métodos que minimizem a produção de qualquer resíduo, e a reciclagem daqueles que são inevitáveis (IOC 1999).

Nota-se, no texto, que as metas impostas pelo Comité Olímpico Internacional em relação às questões ambientais são directamente descritas, com pouca margem para sua transformação. As exigências são pontualmente colocadas: estudos, primeiramente, para métodos de manutenção de recursos naturais e redução da emissão, e em segundo plano, de reciclagem e manufatura de todos os resíduos produzidos. O objectivo também é claro: a não alteração do contexto natural local, e, se possível, sua melhora para o futuro. Quanto à questão ambiental, a Agenda 21 tem um carácter impositivo sobre os projectos olímpicos, que ainda cresce consideravelmente quando combinado com a concorrência do processo selectivo, em relação à comparação com os outros projectos candidatos.

Esta postura pró-activa escolhida pelo Comité Olímpico Internacional em relação às questões ambientais foi responsável pela mudança considerável nas prioridades dos projectos olímpicos após a eleição de Sydney para os Jogos de 2000, o que fez de cada sede olímpica um laboratório prático para as medidas mais novas de construção e vivência em favor da conservação ambiental.

No entanto, um outro tipo de questão, relacionado com as problemáticas sociais, de exclusão económica, ou de falta de preparo educacional, o carácter das documentações e regras do Comité Olímpico Internacional toma uma postura mais indicativa, orientadora, com menos poder de modificação.

“Sua meta será reforçar projectos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, para ajudar a combater a exclusão social, encorajar novos hábitos consumidores, de exercer um papel mais activo em encorajar a protecção da saúde, promover infra-estrutura desportiva que seja ainda melhor adaptada às necessidades sociais, e posteriormente aumentar a integração do desenvolvimento e conceitos ambientais em políticas desportivas” (IOC 1999).

“Planos de acções devem ter em consideração a luta contra a pobreza e encorajar a integração de grupos socialmente desprezados” (IOC 1999).

Como pode-se notar, a redacção dos itens relacionados com a melhoria das condições sociais das populações mais desprovidas não é tão direccionada como nos itens relevantes para as questões

ambientais. Enquanto a postura em relação às questões ambientais é a de ditar procedimentos, fazer sugestões, exigir estudos e acompanhamento posterior ao evento, em relação às questões sociais os itens colocados na Agenda 21 e no Manual da Cidade Candidata são mais orientadores, têm menos objectividade e, portanto, abrem maiores possibilidades de variações e leituras por parte de cada organização de candidatura.

Quanto aos itens de relevância social presentes na documentação olímpica, percebe-se claramente a transferência de responsabilidades para a esfera local, o que favorece a distorção dos itens e a apresentação de estudos condicionados pela vontade de receber os Jogos Olímpicos e pela distorção em relação à escala observada.

No Manual da Cidade Candidata, na secção “Arquivo de Candidatura” – que compreende a descrição do projecto olímpico para fins de comparação em meio ao processo selectivo – enquanto as questões ambientais são valorizadas com um capítulo específico (IOC 2000, Tema 4), as questões sociais não recebem tal atenção, nem no capítulo destinado às questões financeiras (Comité Olímpico Internacional 2000, Tema 5) – que se preocupa profundamente com o financiamento do evento – nem no capítulo voltado para o Olimpismo e Cultura (IOC 2000, Tema 17), que demonstra preocupação apenas com os eventos culturais e educacionais relacionados com os Jogos Olímpicos.

O único item constante deste documento que trata, de maneira indirecta, do tema social, é a exigência de garantias dos representantes administrativos públicos de que o sítio escolhido para a construção da Vila Olímpica é condizente com o plano de desenvolvimento da cidade (IOC – 2000, Tema 10). Na Agenda 21, as exigências em relação à utilização estratégica das construções, instalações desportivas e vilas olímpicas, é colocado da seguinte maneira:

“Elas (as organizações desportivas) devem encorajar o desenvolvimento prioritário de infra-estruturas e equipamentos em regiões marginalizadas. (...) Nestes eventos, a criação de acomodações para atletas e outros membros do movimento desportivo deve ser projectada para promover um crescimento nas estratégias residenciais locais, sem esquecer os membros mais pobres da sociedade.” (IOC 1999).

Pode-se detectar que, em relação às questões sociais, combate à pobreza e inserção das camadas mais carentes da sociedade, o Comité Olímpico Internacional retira-se do papel de cliente, de elaborador das demandas, e restringe-se a avaliar informações geradas pelas administrações municipais (que geralmente acumulam, no processo de candidatura, as funções de elaborador das políticas e decisões inseridas no projecto olímpico e também de lastro de sua viabilidade e de sua eficiência no desenvolvimento da economia local e na reinserção da população carenciada no mercado de trabalho).

Esta distância do contacto directo com as questões sociais pode ser plenamente justificado pela grande complexidade que as mesmas carregam em si, e pela grande influência de características contextuais locais de dinâmicas económicas, localização geográfica, carência educacional e de formação profissional, dentre outros, elementos que são muito específicos de cada área, que são de mútua influência entre si, e que são de compreensão essencial para poder entender os fenómenos sócias que actuam em uma área específica. Ainda mais: multiplicar isto pelo número crescente de projectos de candidaturas que precisam ser analisados indica uma tarefa mesmo hercúlea para a organização de qualquer órgão.

No entanto, o que não se justifica em relação entre os enfoques para as questões sociais e ambientais é que em relação ao meio ambiente o Comité Olímpico Internacional tenha conseguido construir uma postura realmente pró-activa, que já gerou frutos muito importantes relacionados com as intervenções olímpicas das últimas duas décadas, sendo as questões ambientais igualmente complexas, também influenciadas por inúmeras variáveis específicas de cada local. A postura pró-activa do Comité Olímpico Internacional em relação ao meio ambiente foi construída através da vitória no desafio de encontrar medidas que pudessem ser aplicáveis em larga escala, e de encontrar métodos que possam modificar a maneira com que se encara a questão: de mero analista para agente com poderes para exigir mudanças positivas.

Para tanto, faz-se estritamente necessário estudar métodos para fortalecer a participação das questões sociais no processo olímpico, assim como já foi feito com as questões ecológicas. Assumir um papel pró-activo em relação às desigualdades sociais, exigindo estudos de melhoria social de inserção económica e de melhoria da formação das populações mais carentes, e de acompanhamento a prazo mais longo dos efeitos sociais dos Jogos Olímpicos, a exemplo do que já foi feito em relação às questões ambientais. Atacar a gentrificação, que aparenta ser um efeito até desejado nas áreas de intervenção directa, intrínseco actualmente às intervenções olímpicas (Preuss, H. 1998).

A cada dia aumenta o número de opositores aos Jogos Olímpicos nos meios técnicos e, movido pelos debates suscitados por estes, também em meio à população em geral. Muito é dito acerca principalmente da sobrecarga fiscal a que é submetida a população da cidade anfitriã no intuito de gerar novos meios de financiamento para o evento. Muito se critica o facto que uma quantidade de dinheiro tão grande poderia ser utilizada para a solução de problemas mais emergentes (Matheson, V.A. e Baade, R.A. 2002, Greene, S.J. 2003, Barros, D. e Pincinatto, L. 2005). Os movimentos de oposição ao uso de grandes eventos crescem como cresce a escala do evento e suas exigências. Por mais que a resposta elaborada por parte dos apoiantes dos Jogos Olímpicos para estes argumentos seja plausível (Preuss, H. 1998), parte de análises mais amplas dos impactos olímpicos sobre a economia, enquanto muitos dos problemas mais graves dos grandes centros localizam-se em escalas mais reduzidas. Os maiores problemas sociais

presentes nas cidades geralmente não são necessariamente gerados pela falta de recursos, mas sim, e principalmente, pela péssima distribuição destes recursos em relação à população. A ingestão de recursos adicionais na economia não implica necessariamente em melhoria económica generalizada, pois o fluxo de verba pode continuar segundo um padrão concentrador nas mãos das elites.

Independente de responder às críticas, o Comité Olímpico Internacional precisa reconhecer nelas um pedido de modificação do enfoque actual em relação às questões sociais, e ver nelas a maior lacuna existente entre os Jogos Olímpicos, seus impactos e os mandamentos do Olimpismo. Compactuar com a situação actual através da omissão em relação a estas questões é, acima de tudo, colaborar com o fortalecimento dos argumentos dos oponentes. Trabalhar para garantir que as questões sociais entrem na pauta prioritária dos projectos olímpicos é caminhar para a evolução do evento, para cristalizar a imagem de legado que se deseja aplicar aos produtos das Olimpíadas sobre as cidades que a recebem.

5.5.1 A QUESTÃO QUE CONTINUA LATENTE: GENTRIFICAÇÃO NA INTERVENÇÃO OLÍMPICA

Independente da orientação colocada ao programa olímpico e suas intervenções, o potencial para ser gerador de efeitos multidisciplinares mais amplos sobre a cidade e sua população é uma característica indissociável aos Jogos Olímpicos. Sua capacidade de modificar o contexto onde é aplicado pode criar um ambiente favorável para o surgimento e/ou o desenvolvimento de dinâmicas, às vezes não previstas no programa olímpico, fazem com que as consequências dos Jogos Olímpicos não parem naquelas directamente relacionadas com o evento ou com sua organização, e que se estendam por um período muito mais longo do que se pode mensurar. Os Jogos Olímpicos localizam-se em uma cidade e deixam marcas não apenas na memória dos seus moradores, mas também nos próximos anos de desenvolvimento urbano e económico da cidade.

Se o défice entre os anos de acompanhamento dos impactos olímpicos e os períodos de actuação de cada um deles já é grande, se considerarmos a capacidade dos Jogos Olímpicos de gerarem dinâmicas anexas, não previstas pelo programa olímpico ou começadas após o fim do evento, este défice torna-se enorme. Enquanto o evento tem uma duração restrita, e sua organização estenda-se geralmente por seis anos, seus efeitos podem continuar activos sobre a cidade a longo prazo, principalmente quando conseguem gerar outras dinâmicas. Os efeitos dos Jogos Olímpicos sempre ultrapassam em muito o período de vida útil do Comité Organizador.

Se considerarmos este potencial transformador tão amplo, que sempre acaba por manter-se fora da capacidade de previsão e controlo completo, podemos constatar que a consciência mais alargada acerca dos desdobramentos das medidas previstas nos Jogos Olímpicos é algo essencial para poder conseguir

fazer uma avaliação mais completa acerca dos desdobramentos das medidas planeadas em meio ao programa olímpico.

De todas as medidas presentes em todos os projectos olímpicos, aquelas com maior poder transformador dentro do contexto local são, sem dúvida nenhuma, as construídas: parques olímpicos, Vilas Olímpicas e de Media, Centros de Transmissão e Imprensa Internacional. Afinal, as intervenções executadas nelas transbordam limitações de escala, saem da análise da escala macro para culminar com a execução em todos os detalhes elaborados. Portanto, são as intervenções que têm o maior potencial iconográfico dos Jogos. São sempre estas intervenções os cartões postais das Olimpíadas daquele ano. São a mescla mais profunda entre a cultura e tradição olímpica com a cultura e tradição da cidade que recebe os Jogos.

Por congregarem um volume de trabalho extenso, tanto em elementos edificados como em intervenções no espaço público, sem contar com a infra-estrutura necessária para preparar cada sítio destes para as mais novas tecnologias de telecomunicações e economia de energia tradicional, as intervenções construídas olímpicas conseguem impor no entorno das áreas onde são localizadas movimentos de valorização imobiliária violentos. O potencial de venda de um apartamento que consegue oferecer o que há de mais moderno no momento, que está em uma área planeada até a raiz para ser articulada com as centralidades tradicionais da cidade, e ainda está rodeada de espaços públicos altamente qualificados é muito grande dentro do mercado imobiliário, e acaba por elevar o preço das unidades.

Ainda mais, após os Jogos Olímpicos de Seoul e Barcelona, quando a venda das unidades das Vilas Olímpicas foram fontes de renda importantíssimas para o financiamento das actividades do Comité Organizador, a valorização imobiliária causadas pelas intervenções olímpicas é não somente prevista, mas também é desejada e esperada.

A princípio, de acordo com documentação exigida no Manual da Cidade Candidata (IOC 2000), os sítios escolhidos para serem objecto das intervenções olímpicas directas devem ser áreas em consonância com o desenvolvimento urbano planeado. Na prática, os sítios escolhidos são sempre em áreas degradadas, de parque edificado ocioso e desqualificado, quase sempre relacionados com questões ambientais, para aumentar a tão valorizada imagem combativa em relação à degradação ambiental urbana. Em suma, áreas que realmente necessitam de intervenções aprofundadas para requalificar o parque edificado, o sistema de equipamentos públicos e a criação de espaços verdes que possam aumentar a qualidade de vida local.

No entanto, por mais degradada que a área seja, muito provavelmente a transformação radical na qualidade do espaço urbano afectará grupos de moradores da área em si, ou de arredores. Pessoas que se sujeitam a viverem em condições desagradáveis porque não podem arcar com os custos de habitar em áreas melhores, que estão à margem da sociedade e que não contam nas estatísticas de retorno económico

dos Jogos Olímpicos, pois tão logo começam os trabalhos de melhoria da área ou têm sua propriedade vendida para que no lugar nasça as novas instalações ou são expulsas pelo poder do mercado imobiliário. A princípio acham que vão ver sua situação melhorar mas logo que isto começa a acontecer, devido ao aumento de preços, de alugueres, propostas de venda por quantias desactualizadas, etc. são obrigadas a procurar outras áreas carentes pois é só o que cabe no orçamento limitado disponível.

Os opositores dos Jogos Olímpicos utilizam-se também destes argumentos para defender que os relatórios de retorno financeiro ignoram tais efeitos. (Matheson, V. A. e Baade, R.A. 2002, Greene, S.J. 2003). Realmente, a escala utilizada nestes estudos é demasiadamente ampla para considerar dinâmicas de concentração de renda que possam acontecer sobre as verbas adicionais atraídas pelo evento. Os dados oficiais não retratam, mas tais efeitos de expulsão da população existente nas áreas de actuação do projecto olímpico podem realmente aumentar o isolamento socio-espacial dentro da mesma cidade. As populações mais carentes, devido a sua pouquíssima participação económica – sofrem com o desemprego ou com o sub emprego que não os possibilita um papel mais participador da economia de consumo – acabam à margem das estatísticas de retorno económico da intervenção olímpica, mesmo aquelas de emprego gerado pelo evento, pois as exigências de formação e educação em meio a um evento internacional são muito superiores às que esta faixa da população dispõe.

Portanto, como pode-se constatar, devido ao seu grande apelo comercial, os impactos positivos dos Jogos Olímpicos tendem a se distanciar da população mais carenciada, que basicamente limita-se a participar do impulso económico trazido pelo evento através do mercado informal, de vendas ambulantes, ou de sub emprego em áreas sujeitas à retracção após o fim do período olímpico.

Todos estes factos são de conhecimento público, acontecem frequentemente em inúmeras cidades, principalmente no terceiro mundo. No entanto, a opinião do Comité Olímpico Internacional e de alguns apoiantes dos Jogos Olímpicos acerca dos efeitos de gentrificação é positiva. No texto com o qual Holger Preuss responde aos argumentos dos opositores às Olimpíadas (Preuss, H. 1998), pode-se destacar este trecho a respeito do efeito de gentrificação.

“Sua argumentação refere-se à distribuição social injusta dos fundos em detrimento das “estratificações mais baixas”. Os protagonistas olímpicos discutem que os jogos oferecem a possibilidade para o desenvolvimento urbano acelerado. Envolve uma – não indesejada – gentrificação assim como melhorias estruturais extensivas que eventualmente podem provocar um desenvolvimento económico”.

Se esta é a ideologia como representante do Comité Olímpico Internacional, pode-se reflectir a visão colocada no texto de que “gentrificação significa tornar-se mais nobre” (Preuss, H. 1998) sobre as

atitudes e actividades olímpicas, o que torna o efeito de expulsão da população das áreas de intervenção algo desejado para a requalificação da área, e que se escusa de reflectir sobre as consequências deste facto sobre problemas como moradias irregulares, e exclusão das camadas mais pobres da população nos espaços mais qualificados da cidade. Em grande parte, esta visão positiva da gentrificação é muito valorizada pelos sectores imobiliários, pois quanto mais relevância estes sectores detêm dentro da organização olímpica, mais tal efeito incide sobre as áreas de intervenção. Não é coincidência que a inserção da participação mais forte da iniciativa privada através das empresas de capital misto colaboraram para a cristalização da importância da negociação comercial das instalações olímpicas como fonte de renda desejada para os Jogos. É este o ramo económico que mais colabora para espalhar os efeitos da gentrificação para as áreas envolventes ao sítio de intervenção directa, e que mais colaboram para a troca da população moradora tradicional do local por compradores de maior poder aquisitivo e educacional.

O texto realmente coloca afirmações relevantes de que “as camadas mais baixas não se beneficiam directamente das instalações gigantescas. Indirectamente, as instalações garantem empregos e trazem rendimentos adicionais através de eventos posteriores e da construção de numerosas instalações desportivas menores” (Preuss, H. 1998). Realmente toda a população pode beneficiar-se da estrutura de equipamentos para lazer, disponíveis para todos, e das instalações desportivas menores, e os empregos criados na manutenção destes espaços também estão disponíveis para todos. No entanto, pode-se imaginar a utilização que farão dos equipamentos de lazer os antigos moradores das áreas de intervenção, que são obrigados a mudar-se para áreas mais baratas, provavelmente mais periféricas e distantes das áreas de intervenção directa. Isto sem citar a dissolução das relações de vizinhança e de pertencimento em relação à antiga morada que a população desenvolve durante todo o tempo em que reside no mesmo sítio. Portanto, mesmo os ganhos gerados pelos Jogos Olímpicos que são generalizados para a maioria da população podem não atingir as camadas mais necessitadas da população local.

A gentrificação não é um efeito positivo, não deveria constar como uma meta em nenhum programa de desenvolvimento urbano, muito menos dentro dos Jogos Olímpicos, pois ela contraria profundamente os princípios do Olimpismo, e sua filosofia de construção de um mundo mais pacífico e mais igualitário. Por mais que sejam parte integrante do conceito de sustentabilidade instaurado na Agenda 21 do Movimento Olímpico (IOC 1999) e que sejam de importância prioritária, de acordo do mesmo documento, em quaisquer actividades relacionadas com o Olimpismo, em realidade certos problemas sociais são negligenciados pelos projectos olímpicos, pelo Comité Olímpico Internacional, pelos Comités Organizadores e também pelas administrações públicas, que consideram a gentrificação, no mínimo, um mal necessário, senão, um efeito altamente desejado para as áreas de intervenção. É preciso modificar radicalmente este enfoque, e encarar efeitos como o deslocamento da população residente nos sítios de intervenção directa como um problema a ser resolvido, através, por exemplo, do estabelecimento de

quotas em meio às instalações construídas voltada ao fornecimento de moradia de qualidade para esta população, combinada com mecanismos que o impeçam de abrir mão desta propriedade após a primeira proposta de venda feita por algum investidor imobiliário. Uma opção é fornecer a moradia mediante um parcelamento por período determinado de uma taxa subsidiada, sendo que o direito de posse só seria atribuído após o fim do pagamento deste parcelamento.

Para que os Jogos Olímpicos sejam realmente positivos para a cidade, para que seus impactos e suas consequências mereçam realmente a designação de legados, uma postura mais activa em relação aos problemas sociais já se faz necessária há algum tempo. Para conseguir seguir os princípios do Olimpismo e conseguir, através do desporto, construir a igualdade dentro do espaço urbano das cidades exige entrar na batalha hercúlea, ir contra muitos elementos poderosos da política e da economia mundial, mas começar através das actividades e eventos olímpicos, como foi feito com a questão ecológica durante a década de 1990. Assim, os Jogos Olímpicos poderão reforçar a posição de demonstração da viabilidade de se viver de maneira melhor, mais igualitária e mais pacífica, e de ser exemplo para a construção de um mundo melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vencer ou perder os Jogos Olímpicos? Responder esta pergunta, elaborada como subtítulo do livro desenvolvido com os primeiros estudos acerca das Olimpíadas de Inverno de Turim 2006 (Bobbio, L. e Guala, C. 2002), foi o objectivo constante em cada parte deste trabalho. A estrutura pensada para este trabalho foi a de levantar todos os custos que este tipo de grande evento desportivo impõe, assim como as potencialidades de sua aplicação sobre um determinado contexto urbano, com o objectivo de conseguir estabelecer uma comparação clara entre estes dois elementos, que levasse a uma ideia sólida acerca da validade do uso de Jogos Olímpicos como instrumento para a transformação das cidades.

Como demonstrado na parte II deste trabalho, as imposições são inúmeras, tanto impostas pelo evento em si, como pelo Comité Olímpico Internacional, como também para preparar a cidade, suas infra-estruturas e economia ao grande fluxo adicional de visitantes, ocasionado pelo evento. Por outro lado, também são várias as possibilidades de orientação passíveis de serem implantadas ao projecto olímpico e certos elementos indissociáveis a ele: a exposição massiva na media mundial e a verbas adicionais oriundas das negociações de patrocínio e direitos de transmissão, ou trazida pelos turistas adicionais atraídos pelo evento.

A cada processo selectivo para definição de sedes para o evento olímpico, maior o número de cidades que se demonstram interessadas em implantar sua orientação para a utilização dos Jogos Olímpicos e dos elementos citados acima. No entanto, muitas partem do grande erro de considerar que a vitória no processo selectivo representa certeza de consequências positivas para a cidade. Muito deste desvio de visão é devido à imagem difundida pelo Comité Olímpico Internacional e pelas próprias cidades que já foram sede do evento, acerca de suas próprias edições.

Em paralelo, também está em franco crescimento o número de movimentos contrários ao evento olímpico. Geralmente baseados em pesquisas, e fundamentados por estudiosos e intelectuais que questionam a validade dos relatórios de resultados divulgados ao público pelas organizações de cada evento. Estes movimentos, actantes essencialmente em escala local, e geralmente restritos às suas próprias cidades de interesse, afirmam que o retorno económico positivo divulgado pelos relatórios oficiais é uma deformação gerada por dinâmicas de transferência e concentração de capital turístico, que retira visitantes de áreas próximas e os direcciona para a cidade anfitriã, e é financiado através de aumento do número de taxas e impostos, ou mobilização de verbas governamentais que, se aplicadas no combate de outras problemáticas mais graves para a cidade.

A resposta para estas questões, colocada por Holger Preuss (Preuss, H. 1998), defende acima de tudo que a verba atraída pelo evento é suficiente para seu completo financiamento, e ainda deixa uma margem – cerca de US\$ 500 milhões – que pode ser direccionada para as intervenções planeadas para a cidade, ou para a eventual construção de infra-estruturas urbanas ou equipamentos desportivos ou culturais, e que parte das verbas disponíveis estão vinculadas com a existência do evento. Em outras palavras, o que se coloca, segundo o referido texto, é que a responsabilidade sobre a existência ou não de retorno para o evento está colocada unicamente sobre a organização de cada edição dos Jogos Olímpicos.

É verdade que a lista de exigências colocadas pelo evento e pelo Comité Olímpico Internacional é muito ampla, como demonstrado na parte II deste trabalho, muito mais variada que apenas construção de equipamentos desportivos ou adaptações viárias. No entanto, é latente que muitas das cidades que participam do processo selectivo atribuem ao evento o papel de meta a alcançar, e ignoram, ou sub dimensionam a enorme lista de demandas envolvidas, e, portanto, o risco de impactos negativos gerados por uma orientação mal planeada para as intervenções olímpicas.

O que este trabalho defende é que a razão não se coloca totalmente nem com os partidários dos Jogos Olímpicos, tampouco com os seus oponentes. Os Jogos Olímpicos não são garantia de retorno económico e valorização urbana, porém também não são certeza de aplicação errada de verbas impulsionada por voluntarismo governamental. As aplicações do evento olímpico sobre a evolução de uma cidade são uma ferramenta, muito poderosa, que possibilita inúmeras orientações diferentes, mas que cobra um preço alto pela sua utilização. Como toda ferramenta, não é possível agregar uma característica qualitativa para os Jogos Olímpicos. A utilização feita deles é que deve ser avaliada como positiva ou negativa. Certo é que esta ferramenta demanda muita cautela com sua gerência de verbas e prazo disponíveis, e que traz para o processo de planeamento e transformação urbana uma série de complicações e conflitos, que devem ser compreendidos, incluídos e contornados.

Muito já foi escrito acerca do potencial catalítico da associação dos Jogos Olímpicos com a implantação de intervenções urbanas. Este argumento é muito presente nos artigos dos partidários do evento olímpico, colocado como qualidade associada ao evento que possibilita acelerar o processo de planeamento e implantação de intervenções. A pesquisa constante neste trabalho afirma que os Jogos Olímpicos realmente contam com uma propriedade catalítica sobre a evolução urbana, no entanto coloca-a segundo a definição completa de catalizador: substância que, adicionada à reacção química, pode tanto acelerá-la como atrasá-la. O prazo rígido e a verba adicional relacionados ao evento podem realmente acelerar a execução de uma série de intervenções planeadas para uma cidade. Por outro lado, as exigências existentes para a ocorrência do evento podem custar muitíssimo para a cidade-sede, tanto em capital como em trabalho e também em tempo, e podem distanciar muito a cidade do caminho considerado mais indicado para sua evolução.

Através dos casos de estudo escolhidos – dois exemplos satisfatórios de aplicação do evento olímpico como instrumento para a evolução urbana – pode-se retirar um padrão preferencial de actuação, baseado nos passos seguintes:

Relação entre projectos olímpicos e planos estratégicos: De início, ambos os exemplos estudados demonstram a importância da relação entre projecto olímpico e planos estratégicos. De acordo com os exemplos, a opção de utilização de Jogos Olímpicos como ferramenta deve nascer no decorrer do processo de elaboração do plano estratégico, mediante a constatação da existência de vários itens constantes da agenda do evento como prioridades para a cidade, e, da mesma forma, existência de algumas linhas estratégicas preferenciais no plano estratégico: aspirações internacionais, expansão das actividades turísticas e de receptividade, modernização das infra-estruturas básicas, complementação dos sistemas de equipamentos desportivos e culturais, metropolização, construção de identidade local e existência de uma ou mais áreas de desenvolvimento prioritário dentro do tecido urbano. Devido às imposições do evento, estes elementos precisam ser prioritários para a cidade. Em outro caso, representariam gastos volumosos para a cidade. É importante recordar que assumir o compromisso de ser sede olímpica implica colocar as exigências do evento e do Comité Olímpico Internacional como prioridade para a cidade, pelo menos durante o período compreendido entre o anúncio do resultado do processo selectivo e o evento em si. Igualmente, a deformação das determinações do processo de elaboração dos planos estratégicos para forçar a inclusão de medidas que conformem uma situação propícia para a inclusão de Jogos Olímpicos entre os instrumentos de execução do plano estratégico é atentar contra a legitimidade dele.

Hierarquia: A elaboração do projecto olímpico deve considerar, com a devida importância, os documentos e planos anteriormente elaborados. Eles são o resultado do compromisso dos agentes envolvidos para com a melhor evolução da cidade, e foram elaborados em um ambiente de maior participação dos agentes, com maior prazo para o desenvolvimento de um diagnóstico mais completo e fiável. A hierarquia entre estes documentos deve ter os planos estratégicos como origem, como elemento mais completo e mais importante, e o projecto olímpico como um instrumento de aceleração da execução de algumas das medidas elaboradas dentro do plano estratégico.

De acordo com a hierarquia colocada, o “plano estratégico permanece como único e necessário modelo para as acções” e “cada intervenção deve fazer parte de uma estratégia global coerente com o modelo geral” (Mazza, L. 1997) ou seja, sendo o projecto olímpico um instrumento de execução, sua fidelidade às definições constantes do plano estratégico é elemento primordial, caso contrário, o projecto olímpico acaba por contribuir para corromper as definições constantes do plano estratégico. “O sucesso do plano está ligado à fidelidade da sua execução” (Mazza, L. 1997).

Continuidade: A inserção do projecto olímpico em um conjunto de intervenções mais amplo é ainda reforçada pelo argumento da necessidade de ampliação do tempo de aplicação. Alguns aspectos ligados ao projecto olímpico precisam passar por políticas mais amplas para que seus resultados sejam mais sólidos, e possam constar como qualidades ganhas pela cidade com o evento:

- Intervenções: A regeneração urbana, uma das principais orientações colocadas para o projecto olímpico, é fundamentalmente uma estratégia a longo prazo, e o período de execução do projecto, geralmente de seis anos, é curto para converter mecânicas de degradação urbana de forma sólida. A inserção do projecto olímpico como parte de um plano estratégico facilita a continuação não somente das intervenções, mas principalmente das políticas, em um prazo mais amplo.
- Economia: A consolidação da cidade como centro atraente para o mercado nacional e internacional exige políticas mais amplas, que venham a se estender para além do prazo do evento, e apoiadas nas novas infra-estruturas ganhas pela cidade para o evento.
- Responsabilização: a dissolução do Comité Organizador dos jogos pode ocasionar um déficit de responsabilização acerca dos produtos do projecto olímpico. A inserção dele em políticas mais amplas são benéficas para que as intervenções olímpicas sejam encaradas como de autoria da cidade, e a responsabilização seja direccionada desde sempre sobre as administrações políticas.

A subordinação do projecto olímpico em relação ao plano estratégico é importante para evitar riscos graves relacionados à desarticulação de políticas para diferentes áreas do tecido urbano que podem ocasionar:

- Problemas de definição de áreas de actuação: gerar sobreposição de políticas discordantes em certas áreas, ou inexistência de políticas urbanas para outras;
- Fragmentação urbana, devido à falta de articulação entre áreas de intervenção e o envolvente, à criação de espaços urbanos vagos ou ao confinamento dos terrenos de intervenção (como pode-se observar no parque olímpico de Atenas, por exemplo), que podem dar origem a uma cidade formada por troços desconectados;
- Geração de fronteiras de segregação socio-espacial entre áreas que são alvos das intervenções olímpicas, mais bem servidas de equipamentos, com melhor conectividade com as centralidades tradicionais, e áreas carentes, que não oferecem equipamentos ou infra-estruturas satisfatórias, e seus respectivos moradores.

Mesmo com os riscos apresentados, e com as exigências que esta ferramenta coloca para a sua plena execução, o potencial transformador que a intervenção olímpica dispõe é muito forte, pois pode transcender escalas, estender sua actuação do detalhe, do desenho dos equipamentos, às medidas de actuação no mercado internacional.

O impacto urbano das intervenções olímpicas é muito profundo, principalmente por incidir preponderantemente sobre elementos de grande força estruturadora: espaços livres, equipamentos públicos, sistema viário e de transportes, elementos que influenciam activamente a morfologia urbana. Tal característica, associada com a frequente presença de arquitecturas de excepção e da carga iconográfica geralmente envolvida com as intervenções olímpicas, favorece a criação de novas centralidades de alto poder atractivo dentro da estrutura urbana, e, portanto, exige um tratamento total dentro da estrutura da cidade e seus lugares de interesse. Mais do que uma ferramenta de construção morfológica, a execução do programa olímpico pode alterar o sistema de valores do cidadão em relação às áreas da cidade. A concentração de intervenções físicas e arquitectura de qualidade, ampla modernização de infra-estruturas, construção de um sistema de equipamentos públicos elaborado, e da divulgação massiva em media – que também influencia o público interno – fazem dos Jogos Olímpicos um instrumento poderoso de modificação da noção territorial de valor do solo dentro do contexto da cidade.

Quase indissociável às intervenções olímpicas está o efeito de valorização comercial das áreas de actuação directa, e também do seu envolvente. No entanto, o aumento do interesse comercial pela área pode acarretar uma forte pressão dos especuladores imobiliários para a expulsão da população local, o que acarreta a destruição das relações de vizinhança e de pertencimento entre moradores e o espaço urbano. A gentrificação precisa constar como elemento a ser combatido e contornado, ao contrário de algumas visões que a colocam como qualidade a buscar nas intervenções olímpicas.

A participação social dentro do processo de elaboração e execução do projecto olímpico pode parecer incompatível com os elementos indissociáveis do processo, como o prazo restrito e a verba limitada. No entanto, os benefícios de um processo participativo trazem mais-valias importantes para o processo de elaboração e execução do programa olímpico, principalmente sobre a definição mais eficiente do diagnóstico e das problemáticas de solução prioritária para a cidade. Com demonstrado na parte III deste trabalho, aumentar a participação no processo aumenta também a sua complexidade, e isto pode representar riscos graves dentro da viabilidade do evento. Por outro lado, a falta de participação pode acarretar não apenas um diagnóstico falho e um programa olímpico que não responde às necessidades mais urgentes da cidade, mas também fomenta movimentos de oposição ao evento.

Por mais que estes elementos pareçam incompatíveis, uma análise do processo coloca facilmente a solução para esta questão, e ela mais uma vez direcciona para a articulação entre planos estratégicos e projectos olímpicos. A fase do processo olímpico mais carente da participação é a fase de elaboração do programa, que se localiza em uma momento anterior à entrada no processo de candidatura, ou seja, anterior aos limitadores de prazo e verba para o evento. Esta fase, ainda não vinculada com os Jogos Olímpicos, deve estar ainda dentro do processo de elaboração do plano estratégico. Em outras palavras, a participação dos actores no processo de elaboração do plano estratégico precisa ser garantida, de forma cooperativa ou representativa, para que os seus reflexos sejam ampliados até o projecto olímpico, e certas consequências indesejadas da intervenção olímpica sejam contornadas e discutidas ainda em fase precoce do processo.

Sobre o Comité Olímpico Internacional, para a construção de edições dos Jogos Olímpicos ainda melhores no futuro, que produzam legados que legitimem a nomenclatura que recebem, fica a necessidade de revisão da sua postura em relação aos problemas sociais. Uma atitude mais pró-activa na resolução dos problemas sociais mais graves das cidades acrescentaria ao movimento o mérito de conseguir difundir a iniciativa da construção de uma atmosfera de igualdade e paz, mesmo que somente durante o período de duração do evento, que poderia servir como exemplo para o resto da humanidade da possibilidade concreta de se viver em um mundo mais fraterno e pacífico, de acordo com os princípios mais fundamentais do Olimpismo.

Conseguir estabelecer uma estrutura tão eficiente para o enfoque das temáticas sociais quanto para a política de valorização da sustentabilidade ambiental seria um grande passo a dar para alinhar-se na batalha por maior igualdade social e menor exclusão das camadas. Elaborar documentos normativos mais directos e de aplicabilidade mais específica com a temática social é essencial, para que a prioridade desta problemática, que aflige tantos centros urbanos, possa ser encarada com a mesma atitude pró-activa como é abordada a questão ecológica nas actividades olímpicas e nos projectos olímpicos nestas últimas duas décadas.

Uma possibilidade a ser cogitada é a aplicação do projecto olímpico, de incidência preferencialmente sobre os elementos construídos e sobre os elementos físicos, associado e articulado com outros programas de enfoque mais dirigido para temáticas sociais, como por exemplo o programa Urban, da Comunidade Europeia. Turim perdeu esta oportunidade na sua intervenção olímpica, na qual as áreas de intervenção olímpica e dos programas de ênfase social eram contínuas ou sobrepostas, porém a aplicação deles foi desarticulada e isolada entre si, o que resultou em um conjunto de intervenções com diferentes linguagens.

Na busca de elementos que possam não apenas valorizar um projecto de candidatura mas também estabelecer um diferencial de destaque em relação aos demais, a opção de desenvolver de políticas de ataque directo aos problemas sociais da cidade, por meio de actividades relacionadas com o evento olímpico, suas instalações, seus espaços públicos, pode conseguir ser a grande bandeira de divulgação de um projecto, e pode trazer à candidatura de sua cidade não apenas a vitória tão desejada e a oportunidade de direccionar os elementos que acompanham o evento olímpico, mas também, e principalmente, a vitória sobre desafios tão profundos na realidade das cidades actuais, de valorização profissional e pessoal da população e da sua inserção plena em todos os aspectos da vida na cidade, de modo a poder, aí sim, usufruir plenamente dos legados deixados pelos Jogos Olímpicos.

Se uma previsão em relação ao processo de selecção de cidades-sede é possível, a inclusão directa das problemáticas sociais, em meio ao projecto olímpico, tem o potencial para tornar-se um elemento determinante para a determinação da cidade campeã. Da mesma forma como o projecto olímpico de Roma introduziu a utilização dos Jogos como elemento de intervenção urbana, como Barcelona fortaleceu os Jogos Olímpicos como festa popular, como elemento de fortalecimento da identidade local, e como momento de transformação profunda da cidade, que a vitória de Sydney sedimentou dentre as prioridades olímpicas o respeito e a atenção às questões ambientais, a cidade que introduzir uma bandeira eminentemente social, além de um projecto que seja formado por iniciativas de combate à exclusão social, económica e educacional, pode conseguir um diferencial muito importante dentre as demais concorrentes no processo de selecção, que aumente sua possibilidade de vir a ser a sede dos Jogos Olímpicos, mas também pode marcar mais uma mudança no processo de selecção das cidades-sede, e conseguir trazer estas questões para o centro das agendas de muitas cidades candidatas e também do Comité Olímpico Internacional e das actividades olímpicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Josep Miquel (1996), “Olympic Village, City and the Organization of the Olympic Games. The Experience of Barcelona ’92” em MORAGAS, Miguel, LLINÉS, Monserrat, e KIDD, Bruce (edit), “Olympic Villages – Hundred Years of Urban Planning and Shared Experiences” International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

ACEBILLO MARÍN, J. (1994), “De la Plaza Trilla a la Villa Olímpica: Notas sobre el progresivo cambio de escala en las intervenciones urbanas de Barcelona entre 1980 y 1992” em Barcelona, la ciudad y el 92 Barcelona: HOLSA. Olimpiada Cultural p27-57

AIEST (ed.) (1987): “The Role and Impact of Mega-Events and Attractions on Regional and National Tourism Development, AIEST (Association Internationale d’Experts Scientifiques du Tourisme), St. Gall – Suíça

AJUNTAMENT DE BARCELONA (1983): “Plans i Projectes per a Barcelona – 1981-1982” Ajuntament de Barcelona – Àrea d’Urbanisme

AJUNTAMENT DE BARCELONA (1987): “Urbanisme a Barcelona – Plans cap al 92” Àrea d’Urbanisme i Obres Publiques. Edit: Ajuntament BCN Regidoria d’Edicions i Publicacions (2ª ed)

ANDREFF, W. (1989): “Les effects d’entrainement des jeux olympiques d’Albertville”, rapport intermediaire, rascunho

ARNAULD, P (1991): “Olympisme et Sports d’Hiver. Les retombées des J.O. d’hiver de Chamonix 1924”, em “Revue de Géographie Alpine, 3

AVVENTURA URBANA (1998): “Progetto Speciale Periferie. Assessorato al Decentramento e all’Integrazione Urbana. Contratto di Quartiere di Via Arquata” Associazione Avventura Urbana.

BALDERSTONE, Simon (2001): “Agenda 21 and IOC Requirements”, em: “Olympic Games and Architecture – The Future for Host Cities” Joint Conference IOC / IUA

BANA E COSTA, C. (1993): “Processo de Apoio à Decisão: Problemáticas, Actores e Acções”. CESUR

BANA E COSTA, C. (1993a): “Três Convicções Fundamentais na Prática de Apoio à Decisão”, Pesquisa Operacional vol. 13, nº 1

BANA E COSTA, C., COSTA LOBO, M., RAMOS, I. (1997): “Contributo da Metodologia Multicritério na Elaboração do Plano Estratégico de Barcelos”, *Sociedade e Território*, 24.

BARROS, Danielle; e PINCINATTO, Leonardo (2005): “Grandes Projetos Urbanos e Fronteiras Sociais: Irrupções da Resistência” CNPq – PIBIC. Rio de Janeiro

BENNETT, P; CROPPER, S; HUXHAM, C.S. (1989): “Modelling interactive decisions: the hypergame focus”, em J. Rosenhead (ed): “Rational Analysis for a Problematic World”, John Wiley

BENTICK B. L. (1986), “The Role of the Grand Prix in Promoting South Australian Entrepreneurship, Exports and the Terms of Trade, em J.P.A.Burns, J.H.Hatch, T.J.Mules (eds.), “The Adelaide Grand Prix – The Impact of a Special Event”, the Centre for South Australian Economic Studies - Adelaide, Austrália

BEAUREGARD, Robert – 1995 – “Theorizing the Global – Local Connection” in KNOX, Paul L. e TAYLOR, Peter J. (ed.) - 1995: “World Cities in a World – System”. Cambridge University Press

BOBBIO, Luigi (2002): “Conclusione. Quattro Rischi che Possiamo Cercare di Evitare” em BOBBIO, Luigi & GUALA, Chito (edit): “Olimpiadi e Grandi Eventi. Verso Torino 2006. Come Può una Città Vincere o Perdere le Olimpiadi”. Roma: Carocci Editore.

BOBBIO, Luigi e GUALA, Chito (ed.) (2002): “Olimpiadi i Grandi Eventi. Come una città può vincere o perder le olimpiadi”. Carocci Editore, Roma.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel – 1966 – “Local y Global” – United Nations Center for Human Settlements – Habitat II – Ajuntamento de Barcelona

BOTELLA, Miquel. (2002a): “El Fòrum Universal de les Cultures, la darrera herència dels Jocs”, em MORAGAS, Miquel; BOTELLA, Miquel: “Barcelona: l’Herència dels Jocs (1992 – 2002)”. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona. Editorial Planeta

BOTELLA, Miquel (2002b): “Les Claus de l’Èxit dels Jocs”, em MORAGAS, Miquel; BOTELLA, Miquel: “Barcelona: l’Herència dels Jocs (1992 – 2002)”. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona. Editorial Planeta

BOTELLA, J. (2005): "Els jocs polítics: actors i estratègies entorn dels Vocs Olímpics de Barcelona 1992", em MORAGAS, Miquel & BOTELLA, Miquel: "Barcelona: l'Herència dels Jocs (1992 – 2002)". Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona. Editorial Planeta.

BRANDIZZI, G. (1988).- "Architecture and the Games", Spaziosport, special number dedicated to the Seoul Olympics Games, 1988

BRONNIMANN, M. (1982) "Die Touristische Bedeutung von Wintersport-Grossveranstaltungen", Max Bronimann (Eigenverlag) - Bern, Alemanha

BRUNET, Ferran (1994), Economy of the 1992 Barcelona Olympic Games, Centre d'Estudis Olímpics Universitat Autònoma de Barcelona / IOC Olympic Study and Research Centre - Barcelona / Lausanne

BRUNET, Ferran (1995): "An economy analysis of Barcelona'92 Olympic Games: resources, financing and impact". Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport
http://blues.uab.es/olympic.studies/pdf/OD006_eng.pdf

BRUNET, Ferran (2005): "The economic impact of the Barcelona Olympic Games, 1986-2004" em Miquel de Moragas i Miquel Botella (eds.): Barcelona: l'herència dels Jocs. 1992-2002. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB, Planeta, Ajuntament de Barcelona.

BUREAU INTERNACIONAL DES EXPOSITIONS

www.bie-paris.org/main/index.php?m=-1

BURNS J.P.A., MULES T.J. (1986), A framework for the analysis of a major special events, em J.P.A.Burns, J.H.Hatch, T.J.Mules (eds), The Adelaide Grand Prix – The Impact of a Special Event, The Centre for South Australian Economic Studies, Adelaide (Australia).

BURNS J.P.A, MULES T.J (1986): "A framework for the analysis of a major special events", em J.P.A. Burns, J.H.Hatch, T. J. Mules (eds.), "The Adelaide Grand Prix – The Impact of a Special Event", The Centre for South Australian Economic Studies – Adelaide, Austràlia

BUSQUETS, Joan (1992): "Barcelona. Evolución Urbanística de una Ciudad Compacta. Madrid: Mapfre – América.

CARBONELL, Jordi (2002): “La Vila Olímpica. Deu anys després”, em MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (eds.): “Barcelona: l’herència dels Jocs (1992-2002)” Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics (UAB), Ajuntament de Barcelona, Editorial Planeta

CASHMAN, R; HUGUES, A (1999): “Staging the Olympics, the Event and its Impact”, University of New South Wales Press, Sydney

CASTELLANI, Valentino (2002): “Torino 2006. Planning and Organizing Olympic Legacy”, em MORAGAS, Miquel, KENNETH, Christopher, PUIG, Nuria (edit), “The Legacy of the Olympic Games 1984 - 2000” International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

CASTELLS, Manuel – 1996 – “The Rise of the Network Society” – Blackwell Publishers

CASTELLS, M e HALL, P – 1993 – “Technopoles of the World: the Making of the 21st Century Industrial Complexes” – Routledge – London

CHAPPELET, J. L. (1997): “From Chamonix to Salt Lake City: Evolution of the Olympic Village Concept at Winter Games” em MORAGAS, M; LLINES, M; KIDD, B (eds): “Olympic Villages: a Hundred Years of Urban Planning and Shared Experiences” International Olympic Committee.

CHAPPELET, J. L. (2000): “Le rêve inachevé, ou la candidature de Sion aux Jeux olympiques d’hiver”, IDHEAP, Chavannes près, Renens

COOB’92 (1992): “Official Report of the Games of the XXV Olympiad Barcelona 1992” COOB’92, S.A.

DAILLY, D. al II (1992): “Albertville 1992”, L’empreinte olympiques, PUG, Grenoble

DANSERO, Egidio; SEGRE, Anna; MELA, Alfredo (2002): “Spatial and Environmental Transformations Toward Torino 2006. Planning the Legacy of the Future”, em MORAGAS, Miquel, KENNETH, Christopher, PUIG, Nuria (edit), “The Legacy of the Olympic Games 1984 - 2000” International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

DUBI, Christophe, HUG, Pierre-Alain e VAN GRIETHUYSEN, Pascal (2002): “Olympic Games Management: From the Candidature to the Final Evaluation, an Integrated Management Approach”, em MORAGAS, Miquel de; KENNETT, Christopher; e PUIG, Nuria (eds.): “The Legacy of the Olympic Games 1894 – 2000”. International Symposium on The Legacy of Olympic Games – Lausanne

DURAN, Pere (2005): "The Impact of the Games on Tourism", em MORAGAS, Miquel & BOTELLA, Miquel: "Barcelona: l'Herència dels Jocs (1992 – 2002)". Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona. Editorial Planeta.

ESSER, J; e HIRSCH, J. (1989): "The crisis of Fordism and the dimension of a 'Post-Fordist' regional and urban structure", *International Journal of Urban and Regional Research*, 13 (3), pp.417-437

ESSEX, Stephen e CHALKLEY, Brian (1998): "Olympic Games: catalyst of urban change", em "Leisure Studies" 17, pp.187-206

ESSEX, Stephen e CHALKLEY, Brian (2002): "Il ruolo dei Giochi Olimpici nella trasformazione urbana", em BOBBIO, Luigi; GUALA, Chito: "Olimpiade e Grandi Eventi. Como può una città vincere o perdere le Olimpiadi". Carocci Editore – Roma

ESTEBAN, Juli (1997): "Els 20 Anys del Pla General Metropolità: les distintes escales i formes de desplegament del Pla", em IERMB: "Els 20 anys del Pla General Metropolità de Barcelona" Revista Papers Núm.28 – nov. - Institut d'Estudis Regionals i Metropolitans de Barcelona
http://www.iermb.uab.es/htm/revistaPapers_numeros.asp?id=21

FALUDI, Andreas (1973): "Planning Theory". Pergamon Press – London.

FELLI, Gilberto (1996): "IOC Requirements for Olympic Villages", em MORAGAS, Miguel de; LLINÉS, Montserrat; e KIDD, Bruce (eds): "Olympic Villages. Hundred years of urban planning and shared experiences". International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

FERRER, Armand (1997): "El Pla General Barcelona 1976" em IERMB "Els 20 anys del Pla General Metropolità de Barcelona" Revista Papers Núm.28 - nov. 1997- Institut d'Estudis Regionals i Metropolitans de Barcelona
http://www.iermb.uab.es/htm/revistaPapers_numeros.asp?id=21

FORTUNA, Carlos (org.) (1997): "Cidade, Cultura e Globalização", Oeiras, Celta Editora

FRIEND, John K. e HICKLING, Allen (1989): "Planning Under Pressure". Pergamon Press. New York, USA

FRIEDMANN, John – 1995 – "Where we stand: a decade of world city research", in KNOX, Paul L e TAYLOR, Peter J (ed) - 1995: "World Cities in a World – System". Cambridge University Press

GALOPIN, Marcel (1997): “As Exposições Internacionais do Século XX e o BIE”, Lisboa, Parque Expo’98,SA.

GAMBINO, Roberto (2002): “La Valutazione Ambientale Strategica come Strumento di Progetto” em BOBBIO, Luigi & GUALA, Chito (edit): “Olimpiadi e Grandi Eventi. Verso Torino 2006. Come Può una Città Vincere o Perdere le Olimpiadi”. Roma: Carocci Editore.

GARCIA FERRANDO, M. (2001): “ Identidad Nacional y Desporte: la paradoja olímpica en los Juegos de Barcelona 1992”, em: Estructura y Cambio Social. Libro homenaje a Salustiano del Campo. Madrid: CIS.

GAY, Paul du (1997): “Production of Culture / Cultures of Production” Milton Keynes, The Open University

GETZ, D (1989): “Special events. Defining the product”, in “Tourism Management”, June, pp. 125-137

GNOCCHI RUSCONE, F (1982): "Los Angeles: impianti olimpici per il 1984" in Spaziosport, 2, p.86-89

GRAHAM, J. (1992): “Post-Fordism as politics: the political consequences of naratives on the left”, em “Environment and Society D: Society and Space”, 10, pp.393-410

GREENE, Solomon J. (2003): “Staged Cities: Mega-events, Slum Clearance, and Global Capital”. Yale Human Rights & Development Vol. 6.

GUALA, Chito (2001) “Introduzione - Olimpiadi e Mega Eventi”, em BOBBIO, Luigi e GUALA, Chito (ed): “Olimpiadi i Grandi Eventi. Come può una citta vincere o perder le olimpiadi”. Carocci Editora, Roma.

GUALA, Chito (2002): “Per una tipologia dei Mega Eventi”, em E. Dansero, A. Segre (ed): “Il Território dei Grandi Eventi. Riflessioni e ricerche guardando a Torino 2006”, número monográfico do “Bollettino della Società Geográfica Italiana”, série XII, VI, 4, 2002

GREENE, Solomon J. (2003): “Staged Cities: Mega-events, Slum Clearane, and Global Capital”, em “Yale Human Rights & Development” Vol.6 pp.161-188

HALL, C.M. (1992): “Hallmark Tourist Events: Impact, Management and Planning, Belhaven, London

HANNIGAN, John A. (1995): "The Postmodern City: A New Urbanization?", em "Current Soc" 43, pp.155-194

HARGRAVES, J. (2000): "Freedom for Catalonia? Catalan nationalism, Spanish identity and the Barcelona Olympic Games". Cambridge: Cambridge University Press, como citado em BOTELLA, J (2002)

HARVEY, D. (1989): "The Urban Experience", Blackwell, Oxford.

HICKLING, Allen (1989): "Gambling with Frozen Fire?", em ROSENHEAD, J (ed.): "Rational Analysis for a Problematic World". Chichester and New York: Wiley

HILLER, H.H. (1990): "The urban transformation of a landmark event: the 1998 Calgary Winter Olympics", Urban Affairs Quarterly 26 (1)

HILLER, H. (2000): "Mega-events, Urban Boosting and Growth Strategies: an Analysis of the Objectives and Legitimizations of the Cape Town 2004 Olympic Bid, in International Journal of Urban and Regional Research, 24.2, June

HUERTAS, Josep M. (1997): "Movimento Cidadà y el Pla General Metropolità", em IERMB: "Els 20 anys del Pla General Metropolità de Barcelona" Revista Papers Núm.28 – nov. - Institut d'Estudis Regionals i Metropolitans de Barcelona
http://www.iermb.uab.es/htm/revistaPapers_numeros.asp?id=21

IERMB (1997): "Els 20 anys del Pla General Metropolità de Barcelona" Revista Papers Núm.28 – nov. - Institut d'Estudis Regionals i Metropolitans de Barcelona
http://www.iermb.uab.es/htm/revistaPapers_numeros.asp?id=21

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (1996): "IOC Olympic Village Guidelines: IOC Guidelines concerning the Construction of the Olympic Village and the Minimum Requirements for Olympic Teams", em MORAGAS, Miguel de, LLINÉS, Montserrat e KIDD, Bruce (eds) (1996): "Olympic Villages. Hundred years of urban planning and shared experiences". International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (1998): "Olympic Marketing", 1998 Fact File, Lausanne

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (1999): “Olympic Movement’s Agenda 21. Sports for sustainable development”, International Olympic Committee’s Official Site: http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_296.pdf

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2000): “Manual for Candidate Cities for the 2008 Summer Olympic Games”, International Olympic Committee’s Official Site: http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_296.pdf

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2004): “Olympic Charter”, International Olympic Committee’s Official Site: http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_122.pdf

JACOBS, Jane (1961): “Vida e Morte de Grandes Cidades”

JOHN, Geraint (1996): “The Impact of the Olympic Games on the Urban Policy of the City”, em OLYMPIC LEGACY

KAGAYA, S. (1991): “Infrastructural Facilities provision for Sapporo’s Winter Olympic of 1972 and its Effects on Regional Developments”, em Revue de Géographie Alpine, 3

KARIEL, H. (1991): “La region de Calgary et les XV Jeux Olympiques d’Hiver: quell effets?”, em Revue de Géographie Alpine, 3

KEATING, M. (1991): “Bad Sports”, Geographical Magazine, 63 (12)

KIM, J.G., RHEE, S.W. et al (1989): “The Impact of Seoul Olympic Games on national development”, Korea Development Institute

KLAUSEN, A.M. (ed) (1998): “Olympic Games as Performance and Public Event”, Berghahn Books, New York

KRÄTZSCHMAR, S. (1995): “Theorie und Empirie der Regionalpolitik”, na série FRICKE, D.et al: “Bayreuther Beiträge zur Volkswirtschaftslehre”, 17, Fuchsstadt

KRESL, P. e GAPPERT, G – 1995 – “North american cities and the Global Economy” – pág. 45-68 – Thousand Oaks

KOO, B (1989): "Impact of the Seoul Olympic Games on National Development", Korea Development Institute, Seoul.

KUKAWKA, P. et al (1991): "Albertville 1992. Les enjeux olympiques", PUG, Grenoble

KUKAWKA, P. (1998): "Les Jeux Olympiques d'hiver et l'image des villes", CIES Workshop, Neuchatel, rascunho

KUKAWKA, P. (1996): "Les Jeux d'Albertville ou 'Les Jeux et l'Environnement'", em "Avenir de la Culture Alpine. Les Jeux Olympiques d'Hiver et l'Environnement de Grenoble 1968 à Nagano 1998", GINCO Journees d'etudes, "Environnement, Montagne et Villes Alpines", Grenoble.

KWAAK, Y (1988): "Urban Development and Olympic Facilities" em "Spaziosport", 3, p.130-143.

LASH, Scott, e URRY, John (1994): "Economies of Signs and Space", London, Sage University

LEE P.V.D, WILLIAMS J. (1986): "The Grand Prix and the Tourism", em J.P.A. Burns, J.H.Hatch, T. J. Mules (eds.), "The Adelaide Grand Prix – The Impact of a Special Event", The Centre for South Australian Economic Studies – Adelaide, Austrália

LIMA DOS SANTOS, Maria de Lourdes; COSTA, António Firmino da (1999): "Impactos Culturais da Expo'98 – Uma Análise através da Imagem Mediática", Observatório das Actividades Culturais – Lisboa, Portugal

LLANOS, Manuel (1995): "The participation of the Spanish Olympic Committee in the success of 1992", em MORAGAS, Miquel & BOTELLA, Miquel: "The Keys to Success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona '92": Servei de Publicacions de la UAB

LOPES, Rodrigo – 1998 – "A Cidade Intencional" – Editora Mauad. São Paulo - Brasil

MARTOHELL, BOHIGAS, MACKAY & PUIGDOMÈNECH (1991), "La Villa Olímpica Barcelona 92: arquitetura, parques, puerto deportivo" Thomson, Graham (trad) Barcelona: Gili.

MATHESON, Victor A. e BAADE, Robert A. (2002): "Mega-events in Development Nations: Playing the Way to Prosperity? (manuscrito não publicado disponível em <http://www.williams.edu/Economics/neudc/papers/matheson.pdf>)

MAZZA, Luigi (1997): “Trasformazioni del Piano”. FrancoAgneli Edizione, Milano, Italia

MELA, Alfredo (2002): “I Possibili effetti spaziali dell’Olimpiade Torinese” em BOBBIO, Luigi & GUALA, Chito (edit): “Olimpiadi e Grandi Eventi. Verso Torino 2006. Come Può una Città Vincere o Perdere le Olimpiadi”. Roma: Carocci Editore.

MILLET, Lluís. (2005): “Els jocs de la ciutat”, em MORAGAS, Miquel & BOTELLA, Miquel: “Barcelona: l’Herència dels Jocs (1992 – 2002)”. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona. Editorial Planeta.

MILLET SERRA (2000): “Planificación Urbana e Impacto sobre el territorio de los grandes acontecimientos deportivos”. III Jornada de Diseño y Programación de Actividades Deportivas, Almeria.

MINISTERO DELL’AMBIENTE (1999): “La Valutazione Ambientale Strategica”, em “Ambiente informa”.

MONACO, M.S. (1999): “Olympic Almanac”

(<http://www98.pair.com/msmonaco/Almanac>), consultado em 10 de Agosto de 1999

MORAGAS, Miguel de (1996): “Las Claves del Exito”, CEOD, Universidad Autònoma de Barcelona, Bellaterra, Barcelona

MORAGAS, Miguel de; LLINÉS, Montserrat e KIDD, Bruce (eds) (1996): “Olympic Villages. Hundred years of urban planning and shared experiences”. International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

MORAGAS, Miguel de; KENNETT, Christopher; e PUIG, Nuria (eds.) (2002): “The Legacy of the Olympic Games 1894 – 2000”. International Symposium on The Legacy of Olympic Games – Lausanne

MORAGAS SPÁ, Miquel de (2005): “I Giochi Olimpici: cultura, identità e comunicazione” em BOBBIO, Luigi & GUALA, Chito (edit): “Olimpiadi e Grandi Eventi. Verso Torino 2006. Come Può una Città Vincere o Perdere le Olimpiadi”. Roma: Carocci Editore.

MORAGAS, Miquel; e BOTELLA, Miquel (2005): “Barcelona’92 en perspectiva”, em MORAGAS, Miquel & BOTELLA, Miquel: “Barcelona: l’Herència dels Jocs (1992 – 2002)”. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona. Editorial Planeta

MORENO, E; e VÁZQUEZ MONTALBÁN, M (1992): “Barcelona: Cap a on vas?” Barcelona Llibres.

MUÑOZ, Francesc Manuel (1996): “Historic Evolution and Urban Typology of Olympic Villages”, em MORAGAS, Miguel de; LLINÉS, Montserrat e KIDD, Bruce (eds) (1996): “Olympic Villages. Hundred years of urban planning and shared experiences”. International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

NELLO, Oriel (1996): “The Olympic Village of Barcelona ’92”, em MORAGAS, Miguel, LLINÉS, Monserrat, e KIDD, Bruce (edit), “Olympic Villages – Hundred Years of Urban Planning and Shared Experiences” International Symposium on Olympic Villages – Lausanne

OFICINA OLÍMPICA BARCELONA'92 (1983) “Anteproyecto candidatura: Juegos Olímpicos Barcelona 1992” (5 vols.). Barcelona: Oficina Olímpica

ORGANIZATION COMMITTEE FOR THE XIV OLYMPIAD LONDON 1948 (1951): “Official Report of Organizing Committee of London Olympic Games, 1948”

ORGANIZATION COMMITTEE OF OSLO OLYMPIC GAMES, 1952 (1949): “Preparations for the Olympic Games, Oslo 1952”.

ORGANIZED COMMITTEE FOR THE XVII OLYMPIAD (ed) (1960): “The Games of the XVII Olympiad: Rome, 1960: the official report of the Organising Committee”. Rome: the Committee.

ORGANIZED COMMITTEE FOR THE GAMES OF THE XXII OLYMPIAD (ed) (1981): “Games of the XXII Olympiad Moscow 1980. Official Report of the Organising Committee of the Games of the XXII Olympiad”. Moscow : Fizcultura i Sport

PASCUAL i ESTEVE, Josep Maria (ed.) (1999): “La estrategia de las ciudades: Los Planes Estratégicos como instrumento:Métodos, técnicas y buenas practicas” Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano. CIDEU

PETER SMITH, Michael – 1995 – “The disappearance of world cities and the globalization of local politics” – pág 250

PORTAS, Nuno (1998): “L’emergenza del progetto urbano”, em Revista Urbanística, 110, INU Edizione, Roma, pp. 51-70.

PREUSS, Holger (1998): "Problemizing Arguments of the Opponents of Olympic Games". Fourth International Symposium for Olympic Research. Amateur Athletic Foundation of Los Angeles.

PREUSS, Holger (2000): "Economics of the Olympic Games. Hosting the Games 1972 – 2000". Walla Walla Press, Sydney

PREUSS, Holger (2000): "Electing an Olympic Host City: A Multidimensional Decision". Fifth International Symposium for Olympic Research. Amateur Athletic Foundation of Los Angeles.

PREUSS, Holger (2002): "Le implicazione economiche delle Olimpiadi", em BOBBIO, Luigi e GUALA, Chito (ed) (2002): "Olimpiadi i Grandi Eventi. Come una città può vincere o perder le olimpiadi". Carocci Editore, Roma.

PURCHASE, S (2000): "Planning for Olympic Legacies: a Comparative Analysis", Griffith University Australia, rascunho.

PYO, S; COOK, R et al (1988): "Summer Olympic tourist market – learning from the past, em "Tourism Management", June, pp. 137-144

REVELLI, M (1997): "La sinistra sociale. Oltre la civiltà del lavoro". Bollati Boringhieri, Torino

RITCHIE, J.R.B (1984), Assessing the Impact of Hallmark Events: Conceptual and Research Issues, in "Journal of Travel Research", Summer.

RITCHIE, J.R.B., YANGZHOU J. (1987), The Role and Impact of Mega-Events and Attractions on National and Regional Tourism: a Conceptual and Methodological Overview, Paper for the 37th AIST Congress, Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme, Calgary

ROBERTS E.J; MCLEOD P.B. (1989): "The economics of a hallmark event", em G.J.Syme, B.J.Shaw, D.M.Fenton, W.S.Mueller (eds.): "The Planning and Evaluation of Hallmark Events", Avenbury, Aldershot, England

ROCHE, Maurice (1994): "Mega events and urban policy", em "Annals of Tourism Research" 21 (1), pp.1-19

ROCHE, Maurice (2000): "Mega events and urban policy", Routledge, London

ROGERSON, Robert J. – 1998 – “Quality of Life and City Competitiveness” – editado em Urban Studies, Vol. 36, Nos 5-6, pag 969-985, 1999

SCHULMEISTER S. (1976): “Olympische Spiele und Reiserkehr”, em “Monatsberichte des Oesterreichischen Instituts fur Wirtschaftsforschung”, 8, pp.89-97

SEARLE, Glen H. (2002): “The Urban Legacy of the Sydney Olympic Games”, em MORAGAS, Miguel de; KENNETT, Christopher; e PUIG, Nuria (eds.) (2002): “The Legacy of the Olympic Games 1894 – 2000”. International Symposium on The Legacy of Olympic Games - Lausanne

SEGRE, Anna (2002): “Olimpiadi e Ambiente” em BOBBIO, Luigi & GUALA, Chito (edit): “Olimpiadi e Grandi Eventi. Verso Torino 2006. Come Può una Città Vincere o Perdere le Olimpiadi”. Roma: Carocci Editore.

SEOUL INTERNATIONAL CONFERENCE (1988): “Hosting the Games. The Long-Term Impact”, Seoul

SMITH, David e TIMBERLAKE, Michael – 1995 – “Cities in global matrices: toward mapping the world-system’s city system” – pág. 83

SMITH, Neil (1996) “The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city”. Routledge

SOLA-MORALES, M de (1974), “Barcelona: remodelacion capitalista e desarrollo urbano en el sector de la ribera oriental” Barcelona: Gili.

SPILLING, Olav R (2002). L’impatto económico dei Mega Eventi: il caso Lillehammer 1994, em J.Bobbio, C.Guala (eds), Olimpiadi i Grandi Eventi, verso Torino 2006. Como una città può vincere o perdere le Olimpiadi, Carotti – Roma

SYME G.J.; SHAW B.J., FENTON D.M., MUELLER W.S. (eds) (1989): “The Planning and Evaluation of Hallmarks Events”, Avenbury, Aldershot, England

TARRADELLAS, Josep (2002): “The Olympic Games and the Sustainability”, em MORAGAS, Miguel de; KENNETT, Christopher; e PUIG, Nuria (eds.) (2002): “The Legacy of the Olympic Games 1894 – 2000”. International Symposium on The Legacy of Olympic Games – Lausanne

TERÁN, Fernando de (1982), “Planeamiento urbano en la España contemporánea, 1900-1980” Madrid: Alianza Universidad.

TICKELL, A. e PECK, J. (1995): “Social regulation after Fordism: regulation theory, neo-liberalism and the global-local nexus”, em “Economy and Society” 24 (3), pp.357-386

TRUÑO, Enric (2002): “Barcelona ’92 e sua Influència Internacional”, em MORAGAS, Miquel & BOTELLA, Miquel: “Barcelona: l’Herència dels Jocs (1992 – 2002)”. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics, Ajuntament de Barcelona. Editorial Planeta.

TORINO (1995): “Piano Regolatore General” Città de Torino.

TORINO INTERNAZIONALE (2000): “II Piano Strategico dell Città” Fondazione Torino Internazionale

TOROC (2005): “Info 2006 n.2_2005” TOROC, Direzione Immagine ed Eventi (Giugno 2005). Ages Arti Grafiche s.p.a

TOROC (2005^a): “Rapporto di Sostenibilità_ 2004/05” TOROC, Direzione Ambiente

VELTZ, P (2001): “Le città europee nell’economia mondiale” em BAGNASCO, A; LES GALÈS, P (edit): “Le città nell’Europa contemporânea”. Liguori, Napoli

WALL G. (1990): “Socio economic analyses of the Winter Olympic”, em “Acta Turistica”, 2, I, pp.76-95

WIMMER, M. (1976). – “Olympic Buildings”. Leipzig.

YEWLETT, C.J.L. (1985): “Rationality in Planmaking: a professional perspective” em BREHENY, M. e HOOPER, A. (eds.): “Rationality in Planning. Critical Essays on the Role of Rationality in Urban and Regional Planning”. Pion, London, pp.77-97.

ANEXOS

ANEXO 1

Análise de pertinência entre o **Projecto Olímpico de Turim 2006** e o **Plano Estratégico Turim 2000**:

NºLin. Estrat	Linha Estrat	NºObj	Objectivos	Meta do Objectivo	Pertinência	Nº acção	Acção	Pertinência	Citação em Texto
1	Integrar a Área Metropolitana no Sistema Internacional	1:01	Desenvolver rede de cooperação internacional	Desenvolver forte interconectividade para melhorar o fluxo de informações, criar sinergias e comportamentos de cooperação autoreforçativa	POSITIVO Tem nos Jogos um meio de acelerar a implantação de suas medidas	1:01:01	Criar uma arena permanente de cooperação entre entes e instituições que operam pela internacionalização.		
						1:01:02	Predispor um plano de comunicação integrado e unitário para a promoção internacional da cidade e de seus recursos.	CONSEQ. Aumentar a notiriedade da cidade, obter interesse e visibilidade por parte dos Media.	
		1:02	Favorecer o acesso a Turim	Melhorar a acessibilidade da área torinesa, para aumentar as suas vantagens competitivas e sua articulação com mercados variados	POSITIVO Tem nos Jogos um meio de acelerar a implantação de suas medidas, através da necessidade de variar e fortalecer os meios de articulação entre a área metropolitana de Turim e o mundo.	1:02:01	Valorizar o papel internacional do aeroporto de Torino-Caselle mediante a potenciação das ligações existentes e a abertura de novas ligações, tanto para o tráfego de passageiros como para o tráfego de mercadorias.	NECES. O desenvolvimento do aeroporto de Turim - Caselle é primordial para facilitar o acesso à cidade para o público atraído pelos Jogos Olímpicos.	"A realização desta acção tem inclusive uma importância estratégica para as Olimpíadas Turim 2006, de maneira que o aeroporto de Turim - Caselle contituirá o ponto de chegada principal de turistas e atletas".
						1:02:02	Completar a construção do passante ferroviário da Estação Porta Susa ate a Estação Stura, realizar a sistematização via superfície sobre o passante.	CONTIN. Este item representa a extensão do passante ferroviário, para além do que foi concluído para os Jogos.	
						1:02:03	Participar no sistema de Alta Capacidade Transpadano e Transalpino realizando a linha de ferro entre Turim e Milão e entre Turim e Lyon e individualizando o sistema Susa-Dora a estação de Alta Capacidade de Turim.		
						1:02:04	Realizar o serviço ferroviário metropolitano	NECES. Fortalecer o transporte sobre ferro na área metropolitana. Para os Jogos, destaca-se o trecho Avigliana - Porta Nuova, que se coloca na orientação entre a cidade de Turim e a área de montanhas.	
						1:02:05	Construir as estações previstas para o passante ferroviário: Susa, Dora, Zappata, Rebaudengo, Stura e potenciar as estações existentes.		
						1:02:06	Completar o corso Marche no trecho até o corso Regina Marguerita e a tangencial Norte e no trecho a Sul do corso de Francia, interligando-o com a tangencial.	NECES. Aumentar a mobilidade dentro da cidade, apesar de não apresentar relação directa com os sítios olímpicos	
						1:02:07	Completar o anel viário em torno de Turim no trecho a leste da cidade (Gronda Est.)	NECES. Aumentar a mobilidade dentro da cidade, apesar de não apresentar relação directa com os sítios olímpicos	
						1:02:08	Completar a auto-estrada Turim - Pinerolo	NECES. Fortalecer as ligações entre sítios olímpicos de neve e a cidade, principalmente com o Vale Chisone, por ser Pinerolo ligação necessária entre Turim e Pragelato, Sestriere e Cesana, por exemplo.	"O fim do projecto está previsto para 2003, também em previsão das Olimpíadas de Inverno e 2006" " Trata-se de uma intervenção infraestrutural já prevista no 'Pacto para o Desenvolvimento do Piemonte", que destina um papel fundamental para as Olimpíadas de Inverno de Turim 2006".
		1:03	Melhorar a mobilidade interna	Responder de modo adequado à demanda de mobilidade interna, presente e futura, e potenciar em diversos níveis, o	POSITIVO Pode utilizar-se dos Jogos como ocasião para reforçar as redes	1:03:01	Construir o trecho Collegon-Porta Nuova da linha 1 (Rivoli - Turim - Nichelino) do metro de Turim, dando relevo internacional ao projecto arquitectónico das estações.	NECES. Aumentar a capacidade e a variedade da rede de transportes públicos na cidade.	

				sistema de transporte colectivo em rede fixa, a melhora da qualidade dos serviços para a mobilidade, a realização de condições de acesso ágil às diferentes funções da cidade e ao seu contexto urbano e territorial.	viárias da cidade e da região metropolitana, e para desenvolver o transporte público.	1:03:02	Melhorar o nível de qualidade da linha transviária e prolongar a linha de força aos municípios metropolitanos, particularmente pelo distrito de Venaria e Stupinigi.		
						1:03:03	Executar parques de intercâmbio nos nós urbanos e metropolitanos das linhas de força do sistema de transporte público.	NECES. Aumentar a capacidade e a variedade da rede de transportes públicos na cidade.	
						1:03:04	Criar a sociedade que estenda a gestão telemática da mobilidade a toda a cidade e à área metropolitana.		
						1:03:05	Melhorar as condições de eficiência do transporte colectivo também através do recurso de serviços inovativos (táxis colectivos, car sharing).	NECES. Aumentar a capacidade e a variedade da rede de transportes públicos na cidade.	
						1:03:06	Realizar um serviço de ligação veloz pedonal do centro da Fiera Lingotto à Estação Lingotto.	NECES. Melhorar a integração entre os sítios olímpicos na parte sul da cidade, assim como sua ligação com o centro da cidade por meio do Passante Ferroviário.	"Esta acção interliga-se também com a requalificação da área do Mercado Geral, prevista para as Olimpíadas de Inverno".
						1:03:07	Realizar uma passagem subterrânea rodoviária para a ligação Este-oeste do corso Spezia ao corso Sebastopoli.	NECES. A construção desta ligação subterrânea diminuirá o isolamento ocasionado pela presença da linha-de-ferro, e aumentará a possibilidade de integração entre os sítios olímpicos localizados de ambos os lados da Estação Lingotto. Esta obra não foi concluída em tempo para os Jogos.	
2	Construir o governo metropolitano	2:01	Criar novas formas de governância	Constituir uma Conferência Metropolitana, formada pelas cidades interessadas e pela Província.	NEGATIVO Poderia prever o aproveitamento das relações criadas pelos Jogos para criar ou fortalecer o diálogo entre as diversas partes interessadas no Governo Metropolitano	2:01:01	Instituir uma Conferência Metropolitana para o governo da área metropolitana.		
						2:01:02	Construir uma associação para a actuação e a monitorização do Plano Estratégico.		
		2:02	Desenvolver serviços para a área metropolitana	Criar instrumentos de desenvolvimento sectorial do objectivo anterior, sobre o controlo e a responsabilidade da Conferência Metropolitana.		2:02:01	Criar uma agência de transportes da área metropolitana torinese, a qual venha a delegar competências de programação e planificação, de definição de uso dos recursos e de comercialização dos serviços relativos à totalidade do sistema de transporte público.		
						2:02:02	Estender o sistema local de fibra óptica nos municípios da área metropolitana.		
3	Desenvolver Formação e Pesquisa como Recursos Estratégicos	3:01	Potenciar um pólo universitário de nível e atracção internacional	Desenvolver o potencial de atracção de melhores oportunidades por parte da Universidade de Turim e do Instituto Politécnico de Turim de modo a capacitá-los a competir com outros centros de excelência mundial, através da potenciação das infra-estruturas e de recursos materiais, além da promoção de contactos internacionais e de rede de cooperação científica e cultural.	POSITIVO Pode fazer uso da divulgação em massa gerada pelos Jogos Olímpicos como meio para aumentar a importância internacional da cidade e conseguir estabelecer acordos com entidades de ensino internacionais. Igualmente, pode considerar a	3:01:01	Desenvolver e requalificar a estrutura da Universidade dando vida a quatro segmentos universitários (Ciências Humanas, Ciências Políticas e Jurídicas, Ciências Naturais e Físicas, Ciências Medicas) concentrados em novas sedes.	CONSEQ. FÍSICA Utiliza-se da intervenção olímpica como forma de executar novas instalações para a ampliação do parque educacional da cidade.	"Ciências Humanas, na área da ex-Manufactura de Tabacos e na área de Palazzo Nuovo..." "...Ciências Naturais, Físicas, Técnicas, Agrárias, e Veterinárias, localizadas em Grugliasco"
						3:01:02	Desenvolver e requalificar a estrutura do Politécnico através da duplicação na antiga área da Oficina Ferroviária, criando o novo centro de excelência (Instituto para o ICT/TLC, automobilística a Lingotto) interligando-se à pesquisa de empresas (Motorola) e dotando-se de estrutura para criação/sustento de empresa (Incubador).	CONSEQ. FÍSICA Integra-se no "Projecto Duplicação", e na Espinha Central 2, que teve com as Olimpíadas um instrumento de aceleração de sua concretização.	"Consequente expansão do edificado, coloca o projecto do Instituto Superior de Tecnologia da Informação e de Telecomunicações..."

					utilização do parque edificado exigido pelo evento olímpico para a ampliação das instalações universitárias.	3:01:03	Reforçar as interligações internacionais através da potenciação da rede de relações já vigente através da Universidade Italo-francesa, com sede na Certosa di Collegno e, por fim, com novas possibilidades residenciais (Lingotto, novas sedes de entidades ligadas com educação, hipótese de Colégio de Excelência).		
						3:01:04	Criar uma rede de alta formação e pesquisa, em âmbito pos-universitário, através do reforço da actividade existente e nova actividade nos campi de ciências, de economia, e finanças, concentrada sob poli de Villa Gualino e do Real Collegio Carlos Alberto.		
		3:02	Favorecer o desenvolvimento da pesquisa em conexão com a iniciativa económica	Desenvolver o papel de Turim como centro gerador de conhecimento e novas tecnologias.	POSITIVO Pode fazer uso da presença massiva na media para reforçar identidades com grande potencial de desenvolvimento.	3:02:01	Desenvolver o potencial de pesquisa dos centros científicos da área torinese, colocando em rede suas capacidades, favorecendo-se sua aplicabilidade e aplicando-as em actividades de carácter empreendedor diverso ou de autonomia da actividade de pesquisa.		
						3:02:02	Valorizar a cidade como pólo sanitário de excelência internacional		
		3:03	Promover a formação profissional e a integração formação - trabalho	Fortalecer e ampliar as capacidades da mão-de-obra local, para desenvolver a produção, os serviços coligados e a administração das actividades económicas locais.		3:03:01	Criar estrutura, ou rede estrutural, empenhada na monitorização (também da relação demanda /oferta de formação) no suporte técnico - projectual, na circulação de informações e na avaliação para o conjunto do sistema escolar - formador na nova situação de autonomia.		
						3:03:02	Valorizar o capital humano "de risco", ou não ingressante pelo meio tradicional, através de acções de formação para o imigrante, de recuperação da evasão escolar, da orientação escolar e laboral e de formação continuada e permanente, inclusive com o uso da tecnologia teledidática e multimédia. Favorecer o acesso de toda a população jovem a um saber mínimo gratuito (inglês e aprendizado informático elementar).		
						3:03:03	Criar uma instituição piloto no campo da formação profissional no sector industrial, que seja referencia nacional e, potencialmente, internacional (com particular atenção aos países emergentes).		
						3:03:04	Gerar visibilidade e atracção sob escala global de múltiplas ofertas de formação presentes no território torinese, também com referência para a presença de organizações internacionais, relançando o projecto IPSET, valorizando a presença ILO e dando vida a novas iniciativas.		
4	Promover empreendedorismo e ocupação	04.01	Desenvolver o potencial inovativo do aparato produtivo	Valorizar os districtos tecnológicos presentes na área de Turim, otimizar a circulação de conhecimento, desenvolver a utilização das tecnologias inovativas no campo do meio ambiente, das comunicações e da multimedia.	POSITIVO Pode fazer uso da presença massiva na media para reforçar identidades com grande potencial de desenvolvimento, para facilitar a obtenção de acordos de cooperação com empresas internacionais, e para melhorar a imagem	04.01.01	Promover e valorizar o distrito tecnológico presente na área torinese (auto-automação-design, robótica, peças para carros, tecnologia de informação e comunicação) através da individualização e de medidas em prol de serviços comuns nos campos da formação, qualidade e do ambiente.		
						04.01.02	Reorganizar a actividade de intercâmbio tecnológico, através da convergência de iniciativas correntes ou da definição de um novo sujeito com a função de maximizar a circulação do conhecimento.		
						04.01.03	Consolidar e desenvolver o pólo aeroespacial e a actividade de pesquisa e serviço relacionado com a criação do Centro Multifuncional Espacial		

					da cidade dentro do mercado internacional.	04.01.04	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização das tecnologias inovativas no campo do ambiente, da informação e comunicação tecnológica e da multimédia.		
						04.01.05	Favorecer o desenvolvimento da cooperação técnica industrial voltada para o mercado internacional.		
						04.01.06	Realizar em Turim, perto do Environment Park, a Internet Exchange do Noroeste.		
						04.01.07	Criar as condições favoráveis para o crescimento das empresas do sector da tecnologia de informação e comunicação já presentes na área, favorecendo o desenvolvimento das competências e infra-estruturas específicas, de modo que o actual distrito tecnológico possa consolidar-se, assegurando às empresas vantagens competitivas duradouras.		
		04.02	Criar condições favoráveis ao desenvolvimento do novo empreendedorismo	Fazer de Turim um sítio privilegiado para a criação e atração de empresas, através de iniciativas de estímulo e sustento ao novo empreendedorismo e à empresas inovativas, com o auxílio de espaços para incubação de novas ideias, serviços de consultoria, formas de incentivo e financiamento inovativo.	POSITIVO Os Jogos Olímpicos podem ser decisivos para aumentar a capacidade de atracção de novos investimentos e novas empresas, devido principalmente à publicidade positiva gerada pelo evento e pelo seu grau de organização.	04.02.01	Favorecer o nascimento de empresas inovativas com alto conteúdo de conhecimento mediante formas de incubação e fornecimento de serviços organizativos e financeiros em estreita relação com o sistema universitário, os parques tecnológicos e centros de pesquisa.		
						04.02.02	Incentivar a formação de novas empresas através da convergência das iniciativas correntes ou da definição de um novo órgão com competência específica nos campos do fomento do novo empreendedorismo.		
						04.02.03	Favorecer o crescimento e o desenvolvimento do parque de empreendedores em operação na área torinese atraindo Investimentos Directos Externos e iniciativas gerais de investimento de proveniência externa à região do Piemonte.	CONSEQ. ABSTRACTA Os Jogos Olímpicos podem aumentar a capacidade de atracção de investimentos externos.	"Portanto é necessário programar acções voltadas para aumentar a visibilidade do Piemonte..."
						04.02.04	Identificar o património imobiliário de propriedade dos entes locais em conjunto de edifícios para formar um fundo imobiliário determinado que possibilite às empresas (sobretudo às em criação) de desenvolver actividade em imóveis direccionados para suas actividades.		
						04.02.05	Criar condições favoráveis ao desenvolvimento de empresas seguradoras existentes e à implantação de novas empresas, através da oferta de serviços financeiros e de formação relacionados à actividade seguradora.	CONSEQ. ABSTRACTA Os Jogos Olímpicos podem aumentar a capacidade de atracção de novas empresas de ramos diversos.	
		04.03	Promover o desenvolvimento local e as políticas activas para o trabalho	Combater o desemprego, gerar animação económica permanente e promover o desenvolvimento.	POSITIVO Os investimentos gerados em decorrência dos Jogos Olímpicos podem alimentar o crescimento da economia interna.	04.03.01	Sustentar a formação e a coordenação dos Pátios Territoriais existentes ou iniciados na área metropolitana torinese.		
						04.03.02	Desenvolver políticas geradoras de trabalho direccionadas para criar novas oportunidades de emprego também através do emprego de pesquisas destinadas para os trabalhos socialmente útil e os amortecedores sociais.		
						04.03.03	Criar uma estrutura permanente para a promoção e valorização dos ofícios e das profissões.		
5	Promover Turim como cidade da cultura, turismo, comércio e desporto	05.01	Valorizar a desenvolver o património cultural	Valorizar o património cultural da cidade, principalmente visando sua valorização no mercado internacional.	POSITIVO O grande afluxo de turistas em decorrência dos Jogos Olímpicos deve ser motivo para	05.01.01	Requalificar e potencializar o sistema museológico urbano central na sua múltiplas articulação, com particular referência a área denominada Cavallerizza.		
						05.01.02	Valorizar o património sobre a civilização egípcia presente na cidade para transformá-lo em uma grande atracção internacional de fluxo turístico.		

				o desenvolvimento de actividades culturais e de entretenimento. Da mesma forma, pode-se aproveitar da presença massiva na media para divulgar múltiplos aspectos da cultura de Turim e do Piemonte.	05.01.03	Promover Turim como "Cidade do Cinema" complementando a realização do novo Museu de Cinema, favorecendo a valorização, reforçando a coordenação com o Torino Film Festival e instituindo a "Film Commission" regional.		
					05.01.04	Complementar a recuperação arquitectónica da Reggia di Venaria Reale e promovê-la como sede expositiva internacional.		
					05.01.05	Sustentar e desenvolver o projecto da Cidadela da Cultura de Stupinigi, no sentido de um projecto mais geral de recuperação da Residência Sabaude.		
					05.01.06	Construir um novo pólo cultural na cidade constituído por uma nova biblioteca cívica integrada a espaço teatral, de encontro e produção cultural, particularmente orientado aos consumos culturais jovens.		
					05.01.07	Criar em Turim um centro expositivo, formador, produtor, de serviços e comercial do sector do auto e do design.	CONSEQ. FÍSICA Através da reutilização de instalações utilizadas pelo evento olímpico, esta acção poderá contar com o aumento e a melhoria de sua infra-estrutura edificada.	
					05.01.08	Constituir um Parque da Ciência e da Técnica		
					05.01.09	Candidatar Turim à Capital Europeia da Cultura	CONSEQ. ABSTRACTA A execução de um evento olímpico de sucesso pode ser determinante para fortalecer a candidatura de Turim à Capital Européia da Cultura.	
					05.02	Coordenar a actividade cultural e programar eventos de carácter internacional	Promover a imagem da cidade através do desenvolvimento e do estímulo de actividades culturais, principalmente música e arte contemporânea.	POSITIVO Os Jogos Olímpicos podem ser instrumento de divulgação da cidade como centro preparado para acolher múltiplas manifestações culturais, e pode também ser oportunidade importante de exposição das actividades culturais locais.
	05.02.02	Potencializar o Sistema Musical dando-lhe visibilidade nacional e internacional.						
	05.03	Desenvolver a indústria turística	Melhorar a capacidade de venda do producto Turim - Piemonte em todas as escalas de mercado, e atrair investidores nacionais e internacionais para o setor hoteleiro da cidade.	POSITIVO O sector turístico tem nos Jogos Olímpicos um grande factor de desenvolvimento, devido à necessidade trazida por ele de tornar a cidade apta a receber grande contingente de visitantes.	05.03.01	Ampliar, desenvolver e diversificar a oferta de receptividade, também em vista da Olimpíada de Inverno Turim 2006, sensibilizando os operadores da cultura de acolhimento e favorecendo a fundação de hotéis de nível internacional.	NECES, CONSEQ FÍSICA E ABSTRACTA, PARTE DA INTERV. OLÍMPICA O desenvolvimento do sector turístico é essencial para o evento, e conta com o mesmo para que seu fortalecimento seja potenciado e solidificado.	"A acção prevê várias linhas de intervenção: Novas estruturas de acolhimento dasquais deve-se favorecer a construção, necessária para as Olimpíadas de Inverno de 2006".
					05.03.02	Desenvolver o pólo de feiras potencializando as manifestações dedicadas ao automóvel, à cultura e espectáculo e à enogastronomia, individualizando novos âmbitos de intervenção de níveis nacional e internacional.	CONSEQ FÍSICA, PARTE DA INTERV. OLÍMPICA Esta acção inclui como ponto primordial o crescimento do pólo do sector de feiras e convenções de Lingotto, e do reforço das interligação entre Lingotto e o centro da cidade, justificado primeiramente pelos Jogos Olímpicos.	"(...) produzirá na cidade importantes repercussões económicas e de reforço da imagem positiva. É necessário que o pólo de feiras de Lingotto extenda sua superfície expositiva".

						05.03.03	Potencializar o pólo de congressos criando o Convention Bureau para implementar uma política única de promoção de actividade congressual.	CONSEQ. ABSTRACTA Esta acção depende da melhoria da imagem da cidade nos mercados nacional e internacional, portanto, os Jogos Olímpicos podem ser um instrumento para o alcance desta meta.	"O objectivo da acção proposta é a promoção a nível nacional e internacional da imagem de Turim como meta importante do turismo de congressos e convenções".	
		05.04	Posicionar a destinação Turim / Piemonte no mercado turístico nacional e internacional			POSITIVO A divulgação massiva trazida pelos Jogos Olímpicos conforma importantíssima montra de divulgação da cidade e sua região como destino turístico, a mercados mais amplos: nacional e internacional.	05.04.01	Criar e potencializar o produto Turim/Piemonte no mercado turístico nacional e internacional, definindo itinerários histórico-culturais e da fé, dando ênfase particularmente ao circuito da Residência Sabaude e o património arquitectónico barroco. Realizar itinerários e programas voltados ao turismo de vários tipos: jovem, escolar, religioso, de negócios, cultural e desportivo, e facilitar a criação de pacotes turísticos específicos.	CONSEQ ABSTRACTA, PARTE DA INTERV. OLÍMPICA A divulgação das características e da identidade de Turim e do Piemonte é parte programada do programa olímpico.	"O objectivo é (...) criar um produto turístico "Turim-Piemonte" que compreenda a cidade, a região, os alpes, a paisagem, a cultura e a arte (...) no panorama turístico nacional e internacional através de uma forte e plurienal campanha promocional da iamge da cidade".
							05.04.02	Constituir um Comité para difundir em escala nacional e internacional a cultura gastronómica da cidade e do território através da criação de uma enoteca regional em Turim, de um Museu do Chocolate de actividade promocional, de formação e aperfeiçoamento do sector.		
		05.05	Sustentar o crescimento e inovação da rede comercial da área	Adequar a rede comercial à nova demanda ocasionada pelo aumento do fluxo turístico	POSITIVO As Olimpíadas são consideradas importante ocasião de atracção turistica e de aumento da demanda consumidora para a actividade comercial local.	05.05.01	Favorecer a fundação de jovens aspirantes empreendedores.			
						05.05.02	Incentivar novas empresas comerciais através da formação, da oferta de crédito, do acompanhamento de novas operações.			
						05.05.03	Inovar a rede comercial			
						05.05.04	Criar o produto <i>Shopping Torino</i> .			
		05.06	Promover o desporto	Fazer uso do potencial atractivo da actividade desportiva para desenvolver o sector turístico na cidade.	POSITIVO O status de cidade olímpica e o desenvolvimento da infra-estrutura de instalações desportivas da cidade é determinante para aumentar a capacidade de atracção de eventos desportivos.	05.06.01	Aumentar e melhorar a fluibilidade dos espaços para a prática desportiva.	NECES, CONSEQ FÍSICA E ABSTRACTA, PARTE DA INTERV. OLÍMPICA Esta acção está estreitamente relacionada com os Jogos Olímpicos.	"Dentre estas instalações assume importância particular o caso do Palavela, de valorizar através de um projecto de requalificação e de diferenciação das funções previstas ao seu uso interno, no entanto compatíveis com a perspectiva de utilização durante a Olimpiada de Inverno. O projecto prevê a realização de um complexo capaz de receber uma pluralidade de manifestações e actividades dedicadas ao bem-estar (...) O patrocínio pode também	

									às instalações aos grupos mais desfavorecidos, aspecto reforçado pela vontade da administração de organizar, em ocasião da Turim 2006, também as Paraolimpíadas de Inverno".
						05.06.02	Favorecer a internacionalização do desporto torinese.	CONSEQ. ABSTRACTA Os Jogos Olímpicos são um item de fortalecimento da capacidade de Turim de desenvolvimento do desporto, seja ele em forma de eventos, espetáculo ou prática.	"A manifestação dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2006 constitui uma ocasião mas ampla para o desporto local. Propõe-se interligar um evento internacional com uma manifestação do desporto cidadão, segundo um esquema a executar todos os anos até o 2006 (culminando com as Olimpíadas)".
						05.06.03	Desenvolver o movimento turístico ligado ao desporto.	CONSEQ. ABSTRACTA Esta acção valoriza os Jogos Olímpicos como item primordial para seu desenvolvimento.	"O evento desportivo, como compromisso único na estação (Maratona, chagada ou largada do Giro d'Italia) ou estratordinário (as Olimpíadas ou outras manifestações internacionais)".
		05.07	Utilizar as Olimpíadas de Inverno como motor de desenvolvim ento e promoção internacional	Promover a cidade no mercado internacional, aumentar a infra-estrutura desportiva da cidade e reforçar a criação de novas centralidades.	POSITIVO Este objectivo é especialmente desenvolvido em função do evento olímpico e seus desdobramentos mais interessantes para o desenvolvimento da cidade.	05.07.01	Localizar e construir na Espinha 3 a Vila Olímpica, factor de regeneração urbana e de nova centralidade.	NECES, CONSEQ FÍSICA, PARTE DA INTERV. OLÍMPICA Esta acção está estreitamente relacionada com os Jogos Olímpicos.	"A realização da Vila Olimpica é necessária para as Olimpíadas de Inverno de 2006 e se insere em um projecto mais amplo de reutilização da zona industrial osciosa, ocntribuinbdo para requalificar a área denominada de Espinha 3".
						05.07.02	Construir novas instalações desportivas e adequar a estrutura existente para a Olimpíada de Inverno, para usar em futuro como centros de atracção desportiva e/ou cultural.	NECES, CONSEQ FÍSICA, PARTE DA INTERV. OLÍMPICA Esta acção está estreitamente relacionada com os Jogos Olímpicos, e coloca já a utilização das instalações posteriormente ao evento.	"A realização destas infra-estruturas desortivas oferece a oportunidade de interligar as exigências das Olimpíadas com a possibilidade de incentivar e promover o desporto na cidade, favorecendo a agregação em torno dos eventos e manifestações desportivas. (...) As Olimpíadas de Inverno representam uma grande ocasião de promoção da cidade ao exterior".

			direcção e fundamento para as estratégias da cidade	partinência e para a construção de uma Agenda 21 para a área metropolitana de Turim.	importantes para a execução das acções previstas neste objectivo.	06.02.02	Valorizar, recuperar e ampliar a rede natural difusa na cidade (os rios, suas margens, a área verde) activando o projecto "Torino Città d'Acque" e relançando o conjunto de iniciativas sob o tema do verde, paisagem e biodiversidade (interligação verde, anel verde, parques temáticos, espaço verdes e desporto).	NECES A preocupação com os recursos naturais locais, notavelmente com os cursos de água, é factor que traz ao evento olímpico maior valorização e melhor imagem para a cidade.	
						06.02.03	Prosseguir com as intervenções de requalificação dos espaços públicos (pedonalização e animação, códigos de comportamento por intervenção sobre cor, instalações publicitárias e iluminação pública, utilização de concursos de ideias, de patrocínios, de acordos voluntários com a iniciativa privada.	NECES, CONSEQ FÍSICA E ABSTRACTA, PARTE DA INTERV. OLÍMPICA Dentro do programa olímpico, as intervenções sobre o espaço público estão em consonância com esta acção.	
						06.02.04	Relançar o Projecto Pátios Verdes direccionado a criar nas praças da cidade sítios de integração entre actividade artesanal, comercial de reunião e de distracção, incentivando a criação do verde condominial e contemporaneamente sustentar a manutenção da actividade artesanal no tecido urbano também mediante a individualização e a adequação ambiental de áreas dedicadas.		
						06.02.05	Activar acções positivas (espaço, serviços, educação) directas e promover uma Cidade à medida para as crianças" e orientar em tal senso todas as iniciativas de transformação da cidade.		

ANEXO FOTOGRÁFICO

CASO 1 – JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO DE BARCELONA 1992

BARCELONA ANTES DOS JOGOS OLÍMPICOS

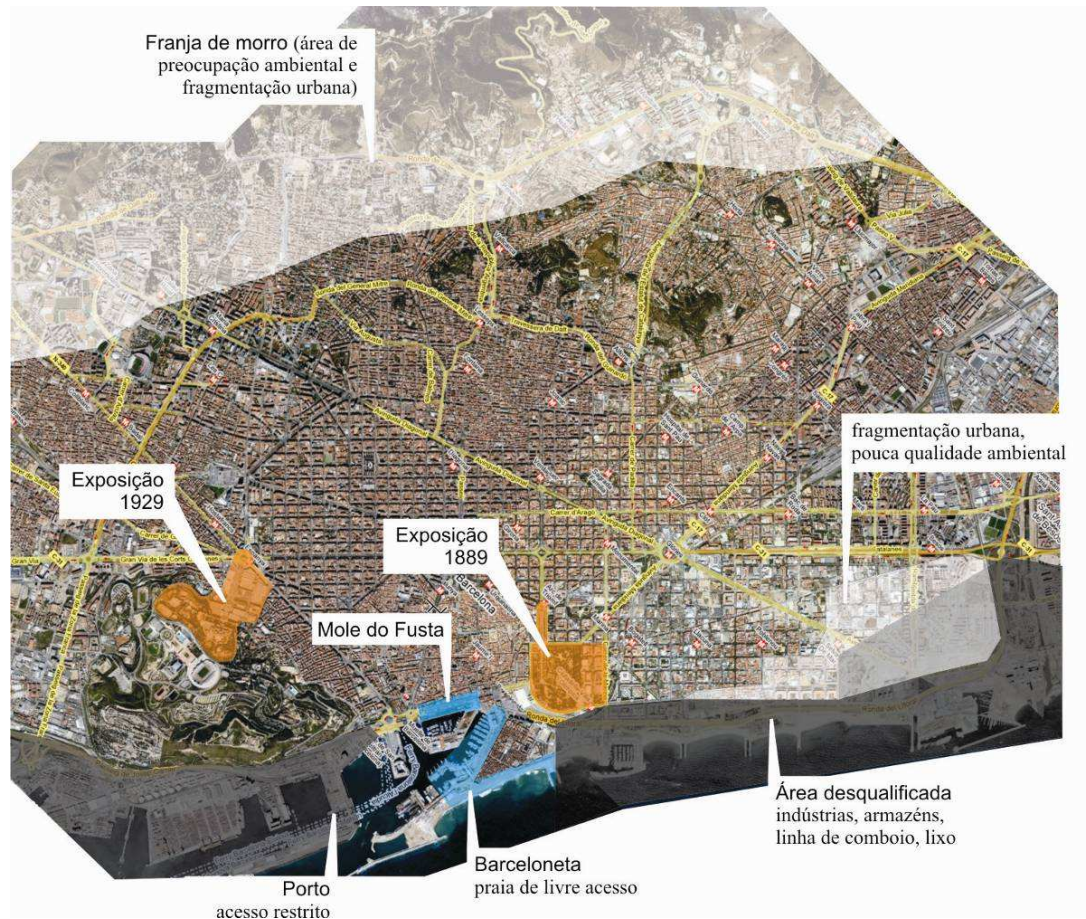


Foto 1 - Barcelona pré-olímpica:

Áreas alvo de outros grandes eventos, áreas de desenvolvimento segundo o Plano Estratégico Económico e Social de Barcelona e faixa de frente de mar disponível para uso da população

BARCELONA E OS GRANDES EVENTOS



Foto 2 - Arco do Triunfo – Exposição Universal de 1888. Fonte: COOB'92.



Foto 3 - Estádio Olímpico do Montjuïc – Exposição Internacional de 1929. Fonte: COOB'92.



Foto 4 - Padrão urbano das quadras do plano Cerdà. Fonte: COOB'92.



Foto 5 - Praia do Poble Nou no início do século XX. Fonte: COOB'92.



Foto 6 - Uso anterior predominantemente industrial. Fonte: COOB'92.



Foto 7 - Galpões presentes na área antes da intervenção. Fonte: COOB'92.

Foto 8 - Praia da Barceloneta – única praia natural da cidade de Barcelona. Fonte: COOB'92.

IMAGEM DOS JOGOS OLÍMPICOS



Foto 9 - Primeiro cartaz – fase de candidatura. Fonte: COOB'92.

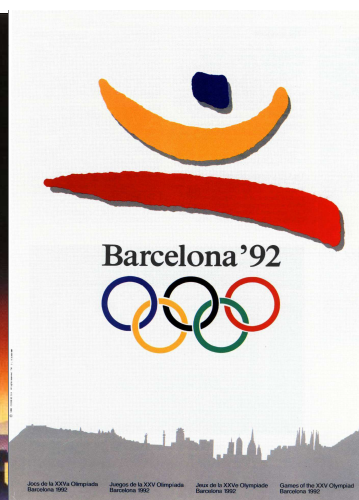


Foto 10 - Cartaz oficial. Fonte: COOB'92.

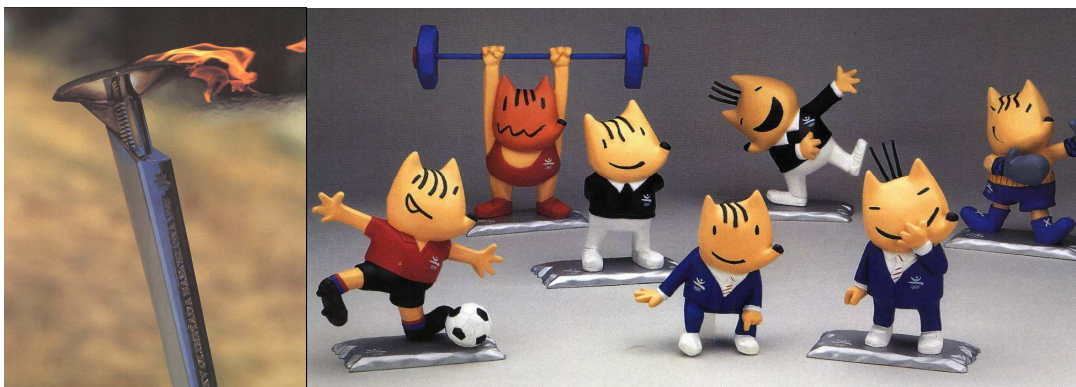


Foto 11 - Tocha olímpica. Fonte: COOB'92.

Foto 12 - Mascotes. Fonte: COOB'92.



Foto 13 - Barcelona olímpica: 4 grandes áreas de intervenção

ÁREAS OLÍMPICAS

Montjuic



Foto 14 - Vista aérea da area do Montjuic. Fonte: COOB'92.

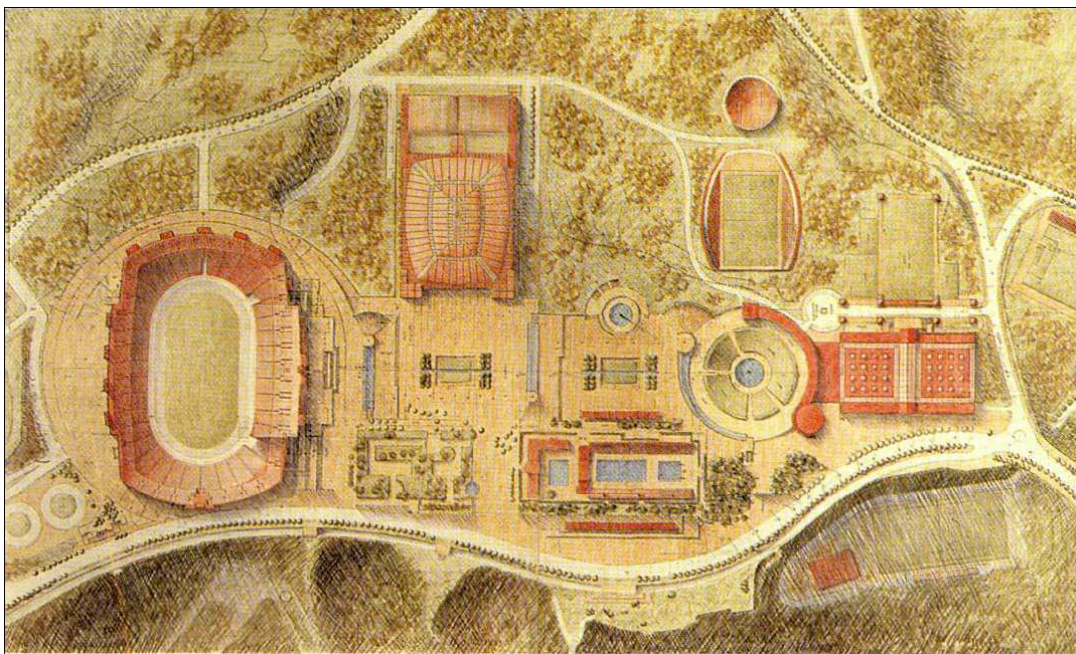
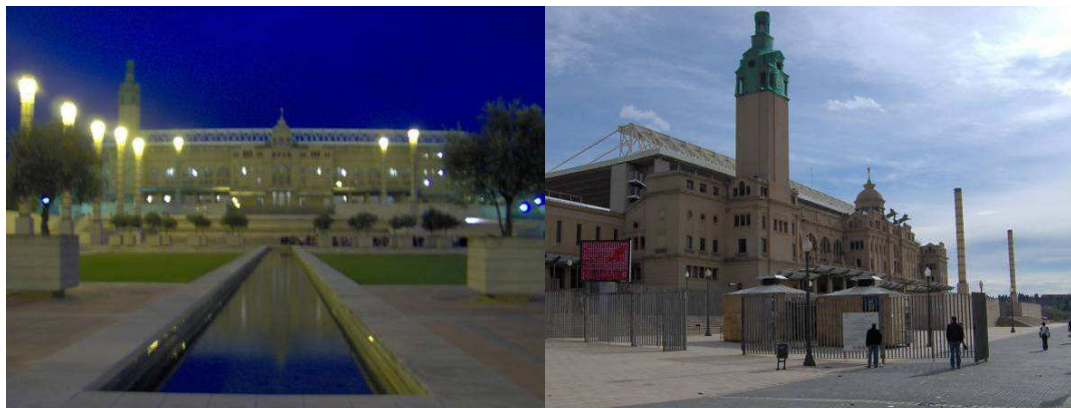


Foto 15 - Planta do projecto preliminar da area da Anella Olímpica. Fonte: COOB'92.



Fotos 16, 17 e 18 - Panorâmica da Anella Olímpica. Fonte: COOB'92.



Fotos 19 e 20 - Estádio Olímpico



Fotos 21 e 22 - Antena de TV – Anella Olímpica



Foto 23 - Piscinas. Fonte: COOB'92.

Diagonal



Foto 24 - Vista aérea da area da Diagonal. Fonte: COOB'92.



Foto 25 - Área da Diagonal. Fonte: COOB'92.

Foto 26 - Complexo do Estádio do Camp Nou. Fonte: COOB'92.

Vale do Hebron



Foto 27 - Vista aérea da área do Vale do Hebron. Fonte: COOB'92.



Foto 28 - Velódromo. Fonte: COOB'92.



Foto 29 - Pavilhão do Vale do Hebron. Fonte: COOB'92.

Parque do Mar



Foto 30 - Vista aérea da área do Parque do Mar antes da intervenção. Fonte: COOB'92.



Foto 31 - Vista aérea da área após a intervenção. Fonte: COOB'92.



Foto 32 - Porto Olímpico. Fonte: COOB'92.

Foto 33 - Hotel das Artes



Foto 34 - Hotel das Artes

Foto 35 - Porto Olímpico – Restaurantes



Foto 36 - Entorno do Porto Olímpico – Praça sobre linha de comboios

Foto 37 - Avenida Nova Icária



Foto 38 - Vila Olímpica

DISTRIBUIÇÃO METROPOLITANA

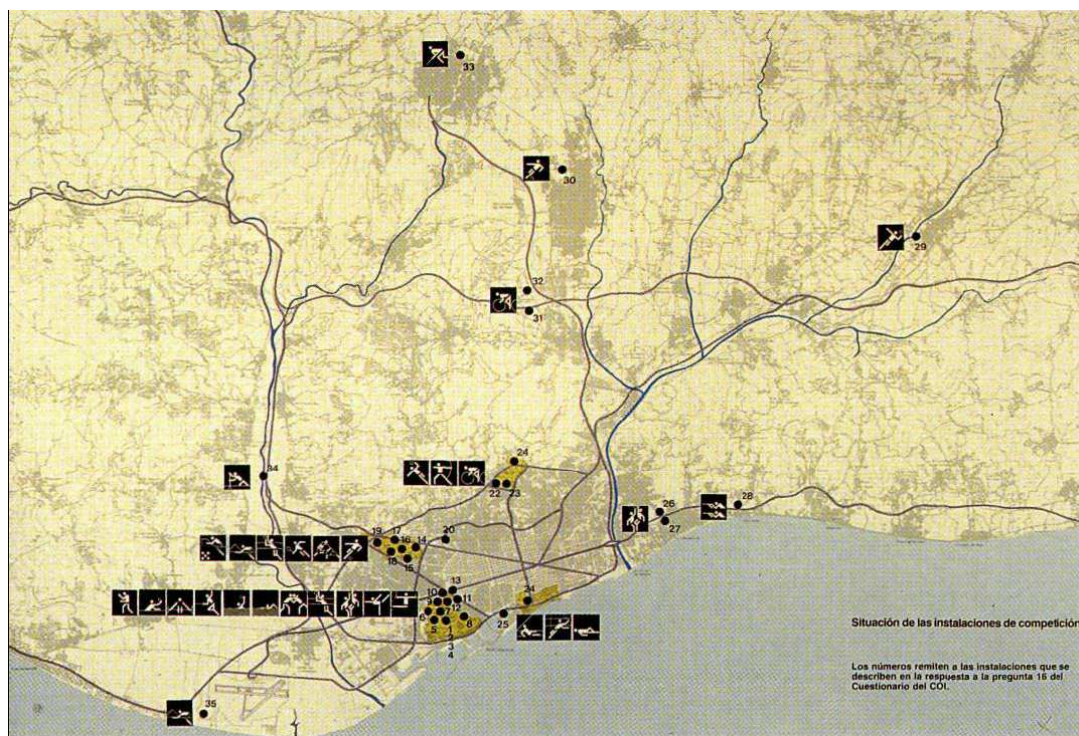


Foto 39 - Distribuição das competições pela area metropolitana de Barcelona. Fonte: COOB'92.

CONTINUAÇÃO DA INTERVENÇÃO

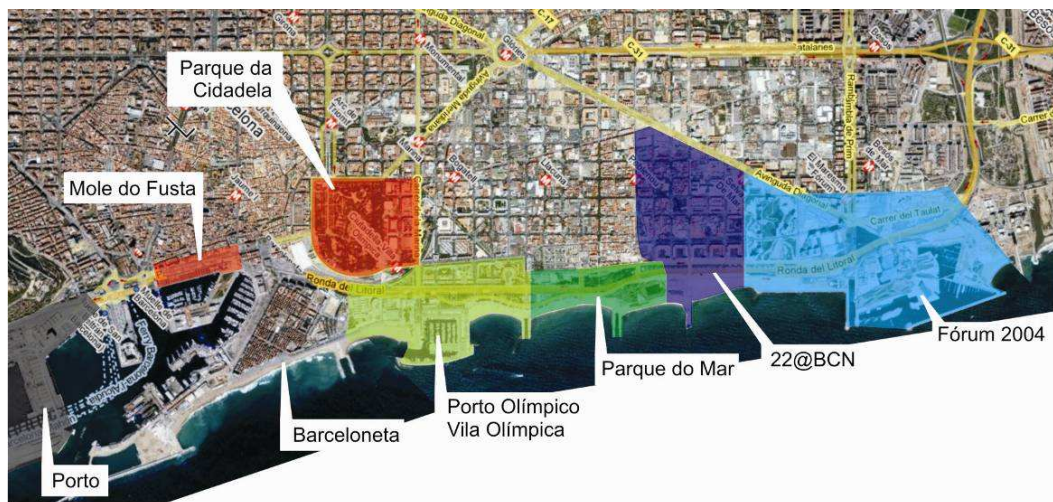


Foto 40 - Continuação da intervenção na frente de mar



Fotos 41 e 42 - Novos investimentos particulares na área de 22@BCN



Fotos 43 e 44 - Área do Fórum Internacional das Culturas de 2004



Fotos 45 e 46 - Aspecto da frente de mar na área da 22@BCN e Fórum 2004

CASO 2 - JOGOS OLÍMPICOS DE TURIM 2006

PRECEDENTES À INTERVENÇÃO OLÍMPICA

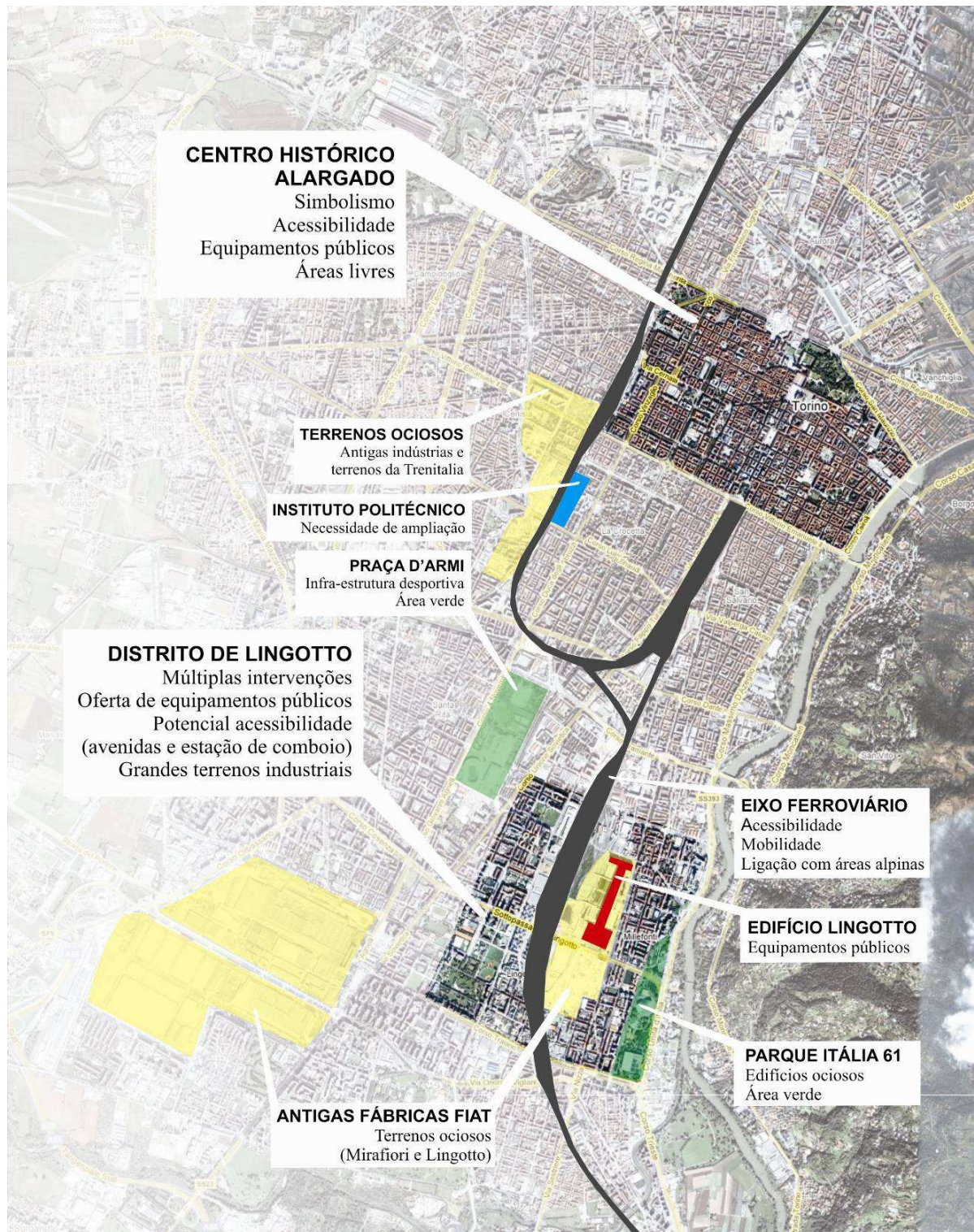


Foto 47 – mapa de centralidades e potencialidades de Turim antes dos Jogos Olímpicos



Foto 48 - Mole Antoniella

Foto 49 - Vista da cidade com Alpes ao fundo



Foto 50 - Praça Vittorio e Mole Antoniella

Foto 51 - Centro Cultural e Comercial de Lingotto

PROJECTO OLÍMPICO



Foto 52 - Intervenção olímpica

INTERVENÇÕES PREVISTAS



Foto 53 - Ampliação do Instituto Politécnico



Foto 54 - Adaptação da Turim Exposições para os Jogos Olímpicos



Foto 55 - Renovação do Palavela



Foto 56 - Passeio Ferroviário



Foto 57 - Nova Estação de Porta Susa – não concluído

INSTALAÇÕES OLÍMPICAS



Foto 58 - Palavela



Foto 59 - Parque Cavaleiros de Vittorio Veneto



Foto 60 - Praça d'Armi, Palasport e Estádio Olímpico



Foto 61 - Praça d'Armi e Estádio Olímpico



Foto 62 - Pira Olímpica e Praça d'Armi



Foto 63 - Praça d'Armi



Fotos 64 e 65 - Turim Exposições



Fotos 66 e 67 - Oval de Lingotto

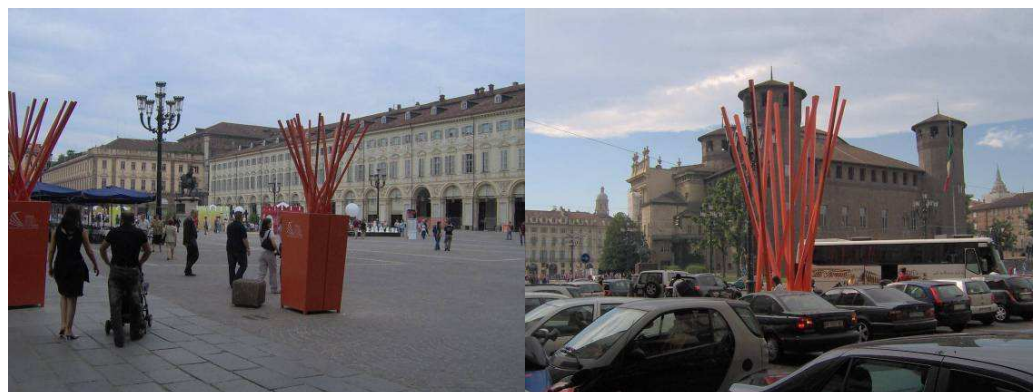


Foto 68 - Praça São Carlos com decoração dos Jogos
Foto 69 - Praça Castelo com decoração dos Jogos



Foto 70 - Praça d'Armi e Palasport



Foto 71 - Arco da Passarela de interligação da Vila Olímpica com o edifício Lingotto



Foto 72 - Passarela entre Vila Olímpica e edifício Lingotto

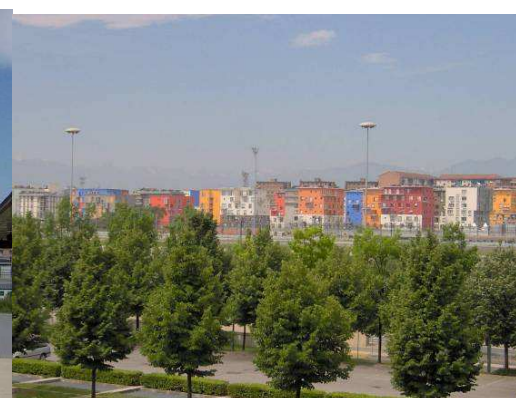


Foto 73 - Vila Olímpica



Foto 74 - Vila Olímpica





Fotos 75 e 76 - Mercado Geral



Foto 76 - Palaghiaccio

Foto 78 - Praça do Palaghiaccio

ENTORNO LINGOTTO



Fotos 79 - Edifícios no envoltente da área olímpica

IMPACTO URBANO



Fotos 80 e 81 - Passante Ferroviário



Fotos 82 e 83 - Ampliação do Instituto Politécnico no Passante Ferroviário



Foto 84 - Terreno da Trenitalia na área do Passeio Ferroviário

Foto 85 - Antigos edifícios fabris actualmente ociosos, na área do Passeio Ferroviário



Foto 86 - Passeio Ferroviário

Foto 87 - Passeio Ferroviário e terrenos em desenvolvimento imobiliário



Foto 88 - Passeio Ferroviário e terrenos em desenvolvimento imobiliário

Foto 89 - Passeio Ferroviário – equipamentos



Fotos 90 e 91 - Passeio Ferroviário – equipamentos



Fotos 92 e 93 - Passeio Ferroviário – equipamentos



Foto 94 - Passeio Ferroviário – renovação de edifícios existentes para moradia estudantil



Foto 95 - Fonte em praça do centro de Turim

Foto 96 - Rua decorada com bandeiras alusiva aos Jogos Olímpicos



Foto 97 - Vasos de divulgação de eventos

Foto 98 - Totem de orientação e sinalização



Fotos 99 e 100 - Sinalização Urbana



Fotos 101 e 102 - Totens de divulgação



Fotos 103 e 104 - Totens de divulgação

PROGRAMAS EXISTENTES NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO OLÍMPICA

PROJECTO URBAN 2 – MIRAFIORI NORD



Fotos 105 e 106 - Programa Urban 2 – Mirafiori Nord



Fotos 106 e 107 - Edifícios da área Urban Mirafiori Nord



Fotos 108 e 109 - Edifícios na área Mirafiori Nord

PROJECTO ESPECIAL PERIFERIA – VIA ARQUATA



Foto 110 - Projecto Especial Periferia – Contrato de Quarteirão da Via Arquata

Foto 111 - Via Arquata – divulgação



Foto 112 - Via Arquata – edifícios

Foto 113 - Via Arquata – equipamentos públicos executados pelo programa



Foto 114 - Via Arquata – equipamentos públicos executados pelo programa



Foto 115 - Via Arquata – equipamentos públicos executados pelo programa

Foto 116 - Edifícios da área do projecto da via Arquata

EVENTOS PÓS OLIMPIADAS



Fotos 117 e 118 - Praça no centro de Turim com divulgação da Olimpíada de Xadrez



Fotos 119, 120, 121 e 122 - Eventos posteriores aos Jogos Olímpicos

